



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves

O ORGANIZAR ENQUANTO FENÔMENO POLÍTICO, ARTICULATÓRIO E AFETIVO: UMA ANÁLISE DAS DISPUTAS EM TORNO DAS POLÍTICAS DE REVITALIZAÇÃO PARA O CENTRO HISTÓRICO LESTE DE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis

2023

Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves

O ORGANIZAR ENQUANTO FENÔMENO POLÍTICO, ARTICULATÓRIO E AFETIVO: UMA ANÁLISE DAS DISPUTAS EM TORNO DAS POLÍTICAS DE REVITALIZAÇÃO PARA O CENTRO HISTÓRICO LESTE DE FLORIANÓPOLIS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Área de Concentração: Organizações e Sociedade

Orientadora: Profa. Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Dra.

Florianópolis
2023

Gonsalves, Aghata Karoliny Ribeiro

O organizar enquanto fenômeno político, articulatório e afetivo: :uma análise das disputas em torno das políticas de revitalização para o centro histórico leste de Florianópolis / Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves ; orientadora, Eloise Helena Livramento Dellagnelo, 2023.

242 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Estudos organizacionais. 3. Democracia agonística . 4. Articulação política. 5. Paixões e afetos. I. Dellagnelo, Eloise Helena Livramento . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves

O organizar enquanto fenômeno político, articulatório e afetivo: uma análise das disputas em torno das políticas de revitalização para o centro histórico leste de Florianópolis

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 19 de abril de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Renê Birochi, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina – PPGA/UFSC

Prof.(a) Marina Toneli Siqueira, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina – Arquitetura e Urbanismo

Prof. Joanildo Albuquerque Burity, Dr.

Fundação Joaquim Nabuco e Universidade Federal de Pernambuco

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Administração.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2023.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese sem dúvida é um processo que envolve muitas paixões e afetos. Ao finalizá-la, o sentimento de gratidão é imenso e lembrar essa trajetória a partir do meu percurso no doutorado é realmente gratificante.

Muitas pessoas contribuíram para esta minha jornada de aprendizagem. Primeiramente agradeço aos meus pais, Claudia e Rinaldo, que reconheceram nos meus estudos uma oportunidade para o meu desenvolvimento e dedicaram toda a sua vida para dar a mim e aos meus irmãos as melhores condições possíveis para isso. Aos meus irmãos, Abner e Adrya, agradeço por serem a alegria em minha vida e que transbordam, em simples gestos e palavras todo amor e carinho cultivado em nosso lar. Às minhas avós Marli e Ângela, matriarcas fortes de duas famílias lindas, mulheres incansáveis a quem eu reconheço toda a minha ancestralidade. E a minha família, agradeço por serem meu porto seguro, lugar de carinho, amor e felicidade.

Nesta trajetória, conheci um parceiro de vida que me trouxe alegria, esperança e muito amor para os meus dias. Filippe, te agradeço pelo companheirismo e pelas aventuras que vivemos juntos nesta jornada. Obrigada por estar presente nos momentos difíceis e me ajudar a superá-los com força e determinação. Agradeço também a nova família que eu ganhei, quando te conheci.

Aos meus amigos e amigas, que são preciosidades da minha vida, que estiveram ao meu lado neste longos anos de estudo, mesmo nas minhas ausências, quando o doutorado exigia dedicação e isolamento.

A minha orientadora, Prof. Eloise Dellagnelo, que compartilhou sua experiência, tempo e dedicação a este trabalho, me ajudando a desenvolver uma perspectiva crítica do mundo, que me trouxe novas possibilidades e caminhos para interpretar a vida. Agradeço também a todos os professores do doutorado, pelas disciplinas tão bem ministradas e pelo apoio da secretaria acadêmica do PPGA. Aos professores da banca, Prof. René Birochi, Marina Siqueira e Joanildo Burity, por aceitarem participar da minha banca e dedicar seu tempo para a leitura e análise deste trabalho.

Aos núcleos de pesquisa que me acolheram. Espaços de troca e reflexão preciosos durante meus estudos. Em especial, agradeço aos colegas do Observa, LABERP, LABCS e ao M3. Sou grata também pela oportunidade de formação no exterior, a partir do apoio do Prof. Martin Müller, da Universidade de Lausanne, e ao governo Suíço, pela bolsa de pesquisa que me oportunizou esse doutorado sanduíche no exterior.

Agradeço também a todos que colaboraram com a realização deste trabalho, em especial aos que se engajaram na luta pela preservação do patrimônio histórico e cultural do centro histórico leste, lugar que tanto nos afeta, #vivacentroleste!

O processo de elaboração desta tese foi tão importante quanto a sua finalização e sou grata pela oportunidade de aprendizagem desenvolvida conjuntamente com todas as pessoas que encontrei nessa caminhada.

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. (...) Os dicionários (...) Abri o primeiro, abri o segundo, abri dez, vinte enciclopédias, manuseei *infolios* especiais de curiosidade. A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas por onde se anda nas povoações. Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!

A alma encantadora das ruas, João do Rio

RESUMO

Esta tese objetivou analisar como os grupos se articulam em torno das disputas relativas às políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis. Utilizamos uma abordagem pós-estruturalista a partir da Teoria Política do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015), do modelo de democracia agonística (MOUFFE, 2003) e dos afetos na política (SPINOZA, 2020; LORDON; 2017), como alternativa teórica ao *mainstream* positivista e ao modelo de democracia deliberativa de Habermas (1984). Para tanto, realizei uma etnografia presencial e virtual, entre os meses de agosto de 2019 a março de 2022, totalizando 2 anos e 7 meses de pesquisa de campo. Articulando elementos teóricos e empíricos, os resultados da pesquisa são apresentados em quatro momentos principais. O primeiro, apresenta a interpretação do discurso de revitalização para o centro histórico leste de Florianópolis, que emerge sob o argumento de abandono e degradação da região, com o objetivo de transformá-la em um distrito tecnológico e de economia criativa. Articulando a essa ideia, em fevereiro de 2020, a Prefeitura de Florianópolis decide substituir os paralelepípedos históricos das ruas do Centro Leste por *paver*. A partir de então, diversas reações contrárias e intensos questionamentos emergiram, colocando em xeque o discurso de revitalização, que desloca a estrutura social. O segundo momento da pesquisa apresenta a análise de diversas mobilizações coletivas a favor e contra o projeto, delineando uma fronteira política de disputa, que ora se configurou de forma agônica (entre adversários, que admitiam a possibilidade de um acordo), ora antagonista (entre inimigos, tendo em vista, as tentativas de eliminar por completo o projeto). Essas disputas políticas influenciaram a formação de cadeias de equivalência em torno da preservação dos paralelepípedos (ponto nodal). A dimensão temporal e a natureza etnográfica da pesquisa, permitiu acompanhar em tempo real, o surgimento de novas identidades coletivas e as diversas ações de resistência ao projeto da Prefeitura, até culminar em novembro de 2021, ainda que de forma temporária e contingente, na articulação do Movimento #vivacentroleste, que conseguiu, por meio de uma liminar judicial, suspender o projeto em dezembro do mesmo ano. O terceiro momento da análise apresenta uma reflexão sobre a influência das paixões e afetos nesse processo. Preocupação, tristeza e irritação, foram alguns dos afetos comuns que compartilhados publicamente, influenciaram o crescimento da indignação coletiva e do deslocamento do discurso de revitalização. As paixões e afetos tiveram forte influência na constituição de identidades coletivas, por exemplo, a partir do grupo #paralelelovers. Os sujeitos que participaram da luta política de resistência, possuíam em sua trajetória sociobiográfica alguma ligação afetiva e profissional com o centro histórico leste, bem como com a área de arquitetura, urbanismo, patrimônio e cultura. As análises também demonstraram como intervir na política é sempre intervir no domínio das paixões, sendo as ações de resistência caracterizadas por oito estratégias principais: (i) manifestações públicas, mobilização de porta-vozes e petições online; (ii) veiculação na mídia (iii) ofícios e pareceres técnicos; (iv) intervenções no espaço urbano; (v) produções artísticas; (vi) publicações nas redes sociais (vii) reuniões, audiências públicas e fóruns de debate; (viii) ações judiciais e de tombamentos. Dentre elas, as obras artísticas tiveram um papel preponderante. No processo de significação coletiva advinda da articulação do Movimento #vivacentroleste, novas imagens e representações sobre o Centro Leste emergiram publicamente, pautando uma forma alternativa de intervenção política à revitalização: a requalificação urbana. A pesquisa contribui para refletir sobre formas alternativas de organizar, colocando ênfase na centralidade do político e da política, na abertura ao dissenso e na influência das paixões e afetos. Nesse sentido, defendendo a tese de que o organizar pode ser interpretado enquanto fenômeno político, articulatório e afetivo.

Palavras-chave: Estudos Organizacionais; Disputas; Política; Articulação; Paixões e afetos

ABSTRACT

This thesis aimed to analyze how the groups articulated around the disputes related to the revitalization policies proposed for the historic center east of Florianópolis city. We use a post-structuralist approach based on the Political Theory of Discourse (LACLAU; MOUFFE, 2015), the model of agonistic democracy (MOUFFE, 2003), and affects in politics (SPINOZA, 2020; LORDON; 2017), as a theoretical alternative to positivist mainstream and Habermas' (1984) deliberative democracy model. To this end, I carried out a face-to-face and virtual ethnography, between August 2019 and March 2022, totalizing 2 years and 7 months of field research. Articulating theoretical and empirical elements, the research results have been presented in four main moments. The first moment presents the interpretation of the revitalization discourse for the historic center east of Florianópolis, which emerges under the argument of abandonment and degradation of the region. Its purpose is to transform the area into a technological and creative economy district. Articulated with this idea, in February 2020, the Florianópolis City Hall decided to replace the historic cobblestones of the streets of the Center East with paver. Since then, several contrary reactions and intense questions have emerged, putting in check the revitalization discourse, which displaces the social structure. The second moment of the research presents the analysis of several collective mobilizations for and against the project, outlining a political border of dispute, which at times was configured in an agonistic way (between opponents, who admitted the possibility of an agreement), at times antagonistic (between enemies, in view of the attempts to eliminate the project). These political disputes influenced the formation of equivalence chains around the cobblestones' preservation (nodal point). The temporal dimension and ethnographic nature of the research made it possible to monitor in real-time the emergence of new collective identities and the various actions of resistance to the project of the City Hall. In November 2021, albeit temporarily and contingently, the #vivacentroleste Movement was articulated, which managed, through a judicial injunction, to suspend the project in December of the same year. The third moment of the analysis presents reflections on the influence of passions and affections in this process. Concern, sadness, and irritation were some of the common affections shared publicly, influencing the growth of collective indignation and the displacement of the revitalization discourse. Passions and affections had a strong influence on the constitution of collective identities, for example, from the group #paralelelovers. The subjects who participated in the political resistance struggle had, in their socio-biographical trajectory, some affective and professional connection with the East Center, even around architecture, urbanism, heritage, and culture. The analysis also demonstrated how political actions are always to intervene in the domain of passions, with resistance actions characterized by eight main strategies: (i) public demonstrations, mobilization of spokespersons and online petitions; (ii) publication in the media (iii) official letters and technical opinions; (iv) interventions in urban space; (v) artistic productions; (vi) publications on social networks; (vii) meetings, public hearings, and debate forums; (viii) lawsuits. Among them, artistic works played a leading role. In the process of collective meaning arising from the #vivacentroleste Movement articulation, new images and representations of the East Center publicly emerged, guiding an alternative form of political intervention to revitalization: urban requalification. The research contributes to reflection on alternative ways of organizing, emphasizing the centrality of politics and politics, openness to dissent, and the influence of passions and affections. In this sense, I defend the thesis that organizing can be interpreted as a political, articulatory, and affective phenomenon.

Keywords: Organizational studies; Disputes; Policy; Articulation; Passions and affections

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Paisagem urbana Centro Leste	79
Figura 2 - Movimentação noturna na Rua Victor Meirelles.....	81
Figura 3 - Website criado como repositório de arquivos digitais.....	96
Figura 4 - Linha do tempo das ações de resistência à revitalização.....	97
Figura 5 - Peça de divulgação do evento Cidades Pós-Pandemia.....	102
Figura 6 - Lambes colados no muro da Escola Antonieta de Barros	103
Figura 7 - Síntese do percurso metodológico.....	104
Figura 8 - Gravura da capela Nossa Senhora do Desterro no alto da colina em 1806	106
Figura 9 - Edificações históricas do centro histórico leste.....	107
Figura 10 - Ruas à leste da Praça, com calçamento estilo pé-de-moleque no século XIX.....	108
Figura 11- Implantação da rede de água na praça XV de Novembro, em 1910.....	109
Figura 12 - Obras de canalização do Rio da Bulha	110
Figura 13 - Comparativo morfológico do Setor Leste – 1876 e 2018.....	112
Figura 14 - Fotos da 1º Edição da Feira Viva Cidade em 2023	116
Figura 15 - Cocriation Lab no Museu da Escola Catarinense.....	119
Figura 16 - Linha do tempo (1/6): Síntese das ações articuladas ao discurso de revitalização.....	122
Figura 17 - Imagens divulgadas sobre projeto de substituição dos paralelepípedos por paver.....	123
Figura 18 - Notícias sobre o projeto de revitalização da PMF	125
Figura 19 - Edital de licitação para realização das obras de revitalização	132
Figura 20 - Linha do tempo (2/6): Quando o discurso de revitalização é colocado em xeque	135
Figura 21 - Convite da Reunião da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Culturais.....	142
Figura 22 - Avaliação do Projeto da PMF na Reunião da Frente Parlamentar de Cultura.....	143
Figura 23 - Imagem utilizada por Simone Bobsin no dia Nacional do Patrimônio Cultural	144
Figura 24 - Comentários na postagem de 17/08/2021, da jornalista Simone Bobsin.....	146
Figura 25 - Linha do tempo (3/6): Intensificação das reações contrárias ao projeto de revitalização	150
Figura 26 - Intervenção urbana com colagem de lambes, questionando o projeto da PMF.....	152
Figura 27 - Resultado da enquete do jornal ND+ sobre a retirada dos paralelepípedos	157
Figura 28 - Linha do tempo (4/6): Formação das primeiras cadeias de equivalência e fronteira política	158
Figura 29 - Convite da Setorial de Patrimônio para reunião aberta	159
Figura 30 - Linha do tempo (5/6): Articulação do Movimento #vivacentroleste e intervenções de resistência.....	162
Figura 31 - Linha do tempo (6/6): Articulação do Movimento #vivacentroleste e intervenções de resistência.....	163

Figura 32 - Nota divulgada no Jornal Impresso ND+ sobre a petição online no Avaaz	165
Figura 33 - Argumentos mobilizados na petição online Avaaz	166
Figura 34 - Produções artísticas em defesa da manutenção dos paralelepípedos.....	168
Figura 35 - Fotos de Sérgio Vignes - “Paver é melhor? O outro lado da Praça desmente”	169
Figura 36 - QRCode Vídeo Eu fico.....	170
Figura 37 - Performance protesto artística ‘Subir no salto’	171
Figura 38 - Ação de benzimento do Centro Histórico Leste.....	172
Figura 39 - Notícia sobre a suspensão das obras no Centro Leste	175
Figura 40 - Parceiros do Projeto Centro Sapiens	184
Figura 41 - Grupos envolvidos com as mobilizações de resistência à revitalização.....	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Motivações que conduzem as intervenções nos centros das cidades	65
Quadro 2 - Sistematização das principais problemáticas identificadas	82
Quadro 3 - Perguntas elaboradas para iniciar a pesquisa de campo	83
Quadro 4 - Relação dos momentos de observação	86
Quadro 5 - Categorização e frequência dos momentos observados	88
Quadro 6 - Relação dos entrevistados	91
Quadro 7 - Fontes de acompanhamento e coleta de arquivos digitais	94
Quadro 8 - Documentos e arquivos digitais analisados	95
Quadro 9 - Publicações realizadas pela jornalista Simone Bobsin: #provoqueco	147
Quadro 10 - Afecções compartilhadas nos comentários realizados na publicação da jornalista Simone Bobsin	182

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	19
1.1.1 Objetivo Geral	19
1.1.2 Objetivos Específicos	19
1.2 JUSTIFICATIVAS EMPÍRICAS E TEÓRICAS.....	20
1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 DEMOCRACIA AGONÍSTICA NO PENSAMENTO DE CHANTAL MOUFFE....	27
2.1.1 Democracia radical e plural	29
2.1.2 O paradoxo democrático	32
2.1.3 Críticas à democracia deliberativa	36
2.1.4 O modelo de democracia agonística	40
2.2 PAIXÕES E AFETOS NA POLÍTICA	44
2.2.1 A política como a arte dos afetos	47
2.3 POLÍTICA E ESPAÇO URBANO: DESCENTRANDO O CENTRO DA CIDADE	54
2.3.1 Políticas de intervenção urbana nos centros fundacionais	54
2.3.2 Descentrando o centro da cidade	66
3 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS	72
3.1 ARTICULAÇÃO ONTOLÓGICA, EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA	72
3.2 PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO	75
3.2.1 Escolha e problematização do fenômeno de pesquisa	77
3.2.2 Realização da pesquisa de campo	84
3.2.3 Registros etnográficos	95
3.2.4 Análise sobre o fenômeno de estudo	97
3.2.5 Escrita etnográfica e reflexividade	101
4 ARTICULAÇÕES EMPÍRICAS E TEÓRICAS SOBRE O FENÔMENO DE ESTUDO	105

4.1	INTERPRETAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O CENTRO LESTE	106
4.2	FORMAÇÃO DISCURSIVA EM TORNO DA REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO LESTE.....	114
4.2.1	Projeto Centro Sapiens.....	117
4.2.2	Projeto de substituição dos paralelepípedos por <i>paver</i>	122
4.3	MOBILIZAÇÕES COLETIVAS DE RESISTÊNCIA	127
4.3.1	Quando o discurso de revitalização é colocado em xeque.....	127
4.3.2	Intensificação das reações contrárias ao projeto de revitalização	136
4.3.3	Formação das primeiras cadeias de equivalência e fronteira política	151
4.3.4	Articulação do Movimento #vivacentroleste e intervenções políticas de resistência	159
4.4	A INFLUÊNCIA DAS PAIXÕES E AFETOS NO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO	178
4.4.1	Deslocamento como o momento privilegiado dos afetos	179
4.4.2	Grupos afetados que se envolveram nas disputas.....	183
4.4.3	Afetos comuns na formação de identidades coletivas.....	189
4.4.4	Intervenções políticas como estratégias de resistência para afetar	192
4.4.5	Ideias em disputa, significações coletivas, imagens e representações	196
5	CONCLUSÕES: O ORGANIZAR ENQUANTO FENÔMENO POLÍTICO, ARTICULATÓRIO E AFETIVO.....	200
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	219
	APÊNDICES	233
	APÊNDICE A - RESULTADOS DAS BUSCAS NAS BASES DE DADOS	233
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	236
	APÊNDICE C – DOCUMENTOS E ARQUIVOS DIGITAIS UTILIZADOS	237

1 INTRODUÇÃO

Por volta dos anos 70, na Europa e nos Estados Unidos, começam a ser desenvolvidas na Ciência da Administração, abordagens alternativas ao *mainstream* positivista, delimitando os estudos organizacionais como um novo campo disciplinar (MARCH, 2007). No Brasil, seus precursores são Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg, cujas publicações, realizadas nas décadas de 70 e 80, influenciaram um conjunto de trabalhos que, a partir de 1988, começam a delinear esse campo no país (MARCH, 2007; PAULA, 2015).

Seguindo as discussões epistemológicas mais amplas que estavam acontecendo nas Ciências Sociais, os estudos organizacionais passam a ser fortemente influenciados pelas diversas críticas ao positivismo, o qual concebe a organização como algo objetivo, formal, muitas vezes associada ao modelo burocrático e empresarial (WESTWOOD; CLEGG, 2003; CLEGG; HARDY, 2006; PAULA, 2015). O *mainstream* funcionalista está ancorado numa visão teleológica de organização, na racionalidade instrumental e em lógicas de comando, controle, hierarquia e subordinação, que segundo diversas análises epistemológicas desse campo de estudo (BURRELL; MORGAN, 1979; RAMOS, 1989; WESTWOOD; CLEGG, 2003; CLEGG; HARDY, 2006; PAULA, 2015; JUSTEN, 2017), obscurecem os conflitos, a natureza política e as relações afetivas que permeiam o fenômeno organizacional.

Como alternativa a essa visão reducionista de organização e dos princípios autoritários de gestão, a teoria crítica, a perspectiva interpretativista, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, contribuíram para ampliar a noção de organização, originando diferentes abordagens ontológicas e epistemológicas para interpretá-la (BURRELL; MORGAN, 1979; WESTWOOD; CLEGG, 2003; PAULA, 2015). Conforme explicam Clegg e Hardy (2006), ela começou a ser estudada como um fenômeno empírico, como um discurso teórico, como um processo social, ou ainda como uma ação, “o organizar”. A obra *Sociological paradigms and organizational analysis* de Burrell e Morgan (1979) e toda sua repercussão, é emblemática para evidenciar como este campo de estudo pode ser caracterizado como um campo polissêmico em que se apresentam variadas formas de interpretar a organização (WESTWOOD; CLEGG, 2003; CLEGG; HARDY, 2006; PAULA, 2015).

Diversos trabalhos demonstram a significativa influência que Jürgen Habermas teve nesse campo de estudo, justamente pelas suas críticas à racionalidade instrumental e ao positivismo (COOPER; BURRELL, 1988; BURRELL, 1994; ALVESSON; DEETZ, 1998; FARIA, 2009; RASCHE; SCHERER, 2014; PAULA et. al, 2010; PAULA, 2015). Como

alternativa às lógicas autoritárias de gestão, o modelo de democracia deliberativa elaborado por Habermas (1984), contribuíram para o desenvolvimento de teorias críticas que enfatizam os processos políticos, os espaços de deliberação e tomadas de decisão coletivas e democráticas. No Brasil, ao lado de Alberto Guerreiro Ramos, Habermas aparece como um dos autores mais influentes nos estudos organizacionais críticos, conforme apontado pela análise de literatura realizada por Paula et. al (2010), face ao grande número de citações e referências utilizadas em trabalhos do campo. Além disso, a partir da promulgação da Constituição de 1988, o modelo de democracia deliberativa foi um dos mais difundidos no campo político, evidenciada pelos grandes esforços para a implementação de instâncias de tomada de decisão coletiva, como os conselhos de políticas públicas das mais diversas áreas como urbanismo, saúde, assistência social, educação, visando processos participativos e democráticos das políticas públicas (AVRITZER, 1993; BURGOS, 2015).

O modelo de democracia deliberativa possui como base a racionalidade comunicativa, cuja legitimidade das instituições democráticas deriva de decisões resultantes de processos públicos de deliberação. A comunicação não distorcida e livre possibilitaria, para Habermas (1984), o alcance do consenso, garantidor da ordem social. Ele relaciona o exercício do poder à razão, na qual o consenso racional entre pessoas livres, iguais e razoáveis garantiria a legitimidade das decisões (MOUFFE, 2003). Essa é uma visão associativa da política, que a considera como o campo da liberdade e da ação em concertação, por isso, a ênfase na tentativa de estabelecer o consenso entre as pessoas (MARCHART, 2007).

Focalizando as políticas de intervenção urbana, as quais localizam um dos temas de discussão desta tese, a história dos movimentos sociais pela reforma urbana e a literatura acadêmica, permitem perceber que o processo democrático está longe de ser consensual. Conforme apresenta Avritzer (2010), o Estatuto da Cidade e os Planos Diretores Municipais são resultados do surgimento de um forte movimento pela reforma urbana no Brasil no começo da democratização do país. Ele envolveu intensas mobilizações coletivas, durante a Assembleia Nacional Constituinte, para garantir a inclusão dos artigos 182 e 183, na Constituição de 1988, além das lutas nos treze (13) anos seguintes, até a aprovação do Estatuto da Cidade.

As análises de Vainer (2013) sobre as políticas urbanas são contundentes em mostrar que a ideia de consenso forja uma suposta visão unificada sobre a cidade, em torno de um projeto comum supostamente legítimo e universalmente aceito. Para Arantes, Vainer e Maricato (2013), a ideia de consenso sugere uma harmonia impossível de ser conquistada no espaço urbano que bane o sentido da política na cidade. Os planos e as intervenções urbanas estão

sempre sujeitos aos conflitos e contradições, ou seja, suas elaborações são processos políticos (MARICATO, 2013). A renúncia de um discurso universal, no marco da democracia, implica haver múltiplos sentidos concorrentes. Nesse sentido, a distinção sobre “a política” e “o político” de Mouffe (2003, 2015) é frutífera para reposicionar o olhar sobre o fenômeno organizacional. “O político”, segundo a autora, refere-se à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas. Já “a política” é definida como um conjunto de práticas, discursos e instituições que tratam de estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflitivas porque são afetadas pela dimensão do político (MOUFFE, 2003, p. 114, tradução nossa).

A política consiste na tentativa de domesticar a hostilidade e atenuar o antagonismo potencial constitutivo às relações humanas, se propondo a criar unidade e certa ordem, em um contexto de conflito e diversidade (MOUFFE, 2003). Pactos ou compromissos políticos são interrupções temporárias de uma confrontação contínua, porque a objetividade social está constituída pelo poder, portanto, em último termo, é política e marcada por atos de exclusão que regem sua constituição (MOUFFE, 2003; LACLAU; MOUFFE, 2015). Sua abordagem considera o domínio político a partir de uma visão dissociativa, como o campo do conflito e do antagonismo (MARCHART, 2007).

A característica plural evidenciada nas tentativas de organizar o espaço urbano, impossibilita a proposição de políticas que estabelecem plena harmonia, mas não quer dizer que não haja tentativas de estabelecer certa ordem, porque é assim que se organiza a coexistência humana, pela política. A visão dissociativa de política contribuiu para interpretar o fenômeno organizacional como um processo mais amplo que envolve disputas políticas, dissenso, conflitos, em permanente processo de significação.

Nesse sentido, como alternativa teórica ao mainstream funcionalista e ao modelo de democracia deliberativa de Habermas (1984), utilizamos a abordagem pós-estruturalista a partir da Teoria Política do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015), do modelo de democracia agonística (MOUFFE, 2003) e dos afetos na política (SPINOZA, 2020; LORDON; 2017), para analisar as disputas políticas que envolvem tentativas de organizar o espaço urbano. Especificamente neste trabalho, focalizamos as disputas em torno das políticas de revitalização propostas para o setor leste do centro histórico de Florianópolis. Local que fixou os primeiros habitantes portugueses em 1673, este espaço urbano configurou-se ao longo do tempo pelas características colonizadoras da época e pelo processo de urbanização da ilha, associado ao seu aspecto geográfico e aos interesses governamentais, econômicos e sociais (VAZ, 1991;

VEIGA, 2010). Ele é reconhecido como um referencial simbólico de desenvolvimento histórico, que foi se perdendo ao longo do tempo, com o crescimento da população, expansão da cidade e surgimento de novas centralidades (ADAMS, 2001; VEIGA, 2011; CHIBIAQUI, 2018). Fenômeno este, também observado em diversas cidades em âmbito internacional.

Conforme aponta a literatura, a partir da década de 1950, começam a se intensificar nas áreas centrais de diversas cidades americanas e europeias, e no Brasil, a partir da década de 1970, intervenções urbanas justificadas pela visão de abandono e degradação dos centros fundacionais, diante dos processos de desconcentração e suburbanização das décadas anteriores (VARGAS; CASTILHO, 2005; BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; SILVA, 2006). “Os corações das cidades são hoje objeto de dinâmicas múltiplas e de reinvestimentos importantes, tanto de parte dos atores políticos e econômicos, como dos atores sociais” (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 21). As políticas de intervenção urbana em áreas centrais foram ganhando diferentes sentidos e denominações, caracterizadas por terminologias com prefixo “re”: renovação urbana, reestruturação, reapropriação, reabilitação, revitalização, restauração, entre outros. Segundo Del Rio (1993), elas carregam consigo ideologias e paradigmas de desenvolvimento urbano que influenciam a configuração socioespacial dos centros urbanos atuais.

No centro histórico leste de Florianópolis, esse processo se inicia com mais intensidade a partir de 2013, com a Feira Viva Cidade, culminando em 2015, em uma política de revitalização urbana, denominada de Projeto Centro Sapiens. Apresentada como uma proposta para *revitalizar* o local, pela Prefeitura de Florianópolis e a Empresa Sapiens Park, ela objetiva que a região “volte a ganhar vida e seja um polo de economia criativa” (ALVES, 2015). Inspirando-se em outras experiências mundiais de revitalização urbana, como o Projeto 22@Barcelona, na Espanha; o Ruta Medellín, na Colômbia e o Soho e Shoreditch em Londres, que pretenderam transformar “áreas obsoletas” em distritos produtivos e criativos, o Projeto Centro Sapiens advoga pelo *progresso* da cidade de Florianópolis. Trata-se de um planejamento estratégico que considera a revitalização urbana de “áreas degradadas” como “capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa” para posicionar Florianópolis como uma cidade atrativa em âmbito internacional (GASPAR, et al., 2017, p. 185).

Entre as ações previstas no lançamento do Projeto em 2015, estavam: criar um centro de inovação (incubadora e aceleradora de negócios ligados à economia criativa), aprovar uma lei municipal para isentar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) à *startups* instaladas na região e apoiar outros projetos públicos como cabeamento elétrico subterrâneo, uniformização e melhoria da pavimentação das ruas, disponibilização de Wi-Fi gratuito e restauração de

edificações históricas. Essas ações são apresentadas como solução para os diversos problemas públicos que dificultariam o desenvolvimento econômico da região, como: a falta de investimentos públicos, lixo nas ruas, pessoas em situação de rua, pichação e depredação dos prédios históricos (CENTRO SAPIENS, 2016, p. 2). Frente a essas ameaças comuns, o Projeto Centro Sapiens conseguiu articular diversas organizações públicas e privadas que se identificaram com a proposta, dentre elas, universidades, organizações públicas municipais e estaduais, empresas, organizações de classe e da sociedade civil.

Essa política de revitalização foi amplamente aceita pela sociedade de Florianópolis e está conectada a outros projetos mais amplos de desenvolvimento econômico para posicionar a capital catarinense como uma cidade atrativa em âmbito nacional e internacional, principalmente a partir do turismo e do setor tecnológico. Ao longo das duas últimas décadas, a Prefeitura de Florianópolis, em parceria com a iniciativa privada, investe em campanhas e concursos para criar uma visão da cidade como a Ilha da Magia, cidade inteligente, cidade empreendedora, Ilha do Silício, melhor destino turístico de praia do país, Cidade Criativa UNESCO da Gastronomia, melhor capital para se viver (IDH-M). *Slogans* e políticas públicas que contribuem para a consolidação desse amplo projeto de desenvolvimento econômico que tem se tornado hegemônico na cidade.

No entanto, essa política de revitalização, até então supostamente consensual, é colocada em xeque, a partir de fevereiro de 2020, quando um novo projeto de revitalização para a região é lançado pela Prefeitura de Florianópolis, pretendendo substituir os paralelepípedos históricos das ruas do centro histórico leste por *paver*. Grupos e organizações que até então apoiavam as ações de revitalização, começam a se contrapor ao projeto, apresentando outras demandas e interesses que entram em disputa. Diversos usos, ocupações, demandas e visões são explicitadas publicamente, até mesmo na forma como se referem a região: Centro Leste, Baixo Centro, Distrito 48, Distrito Criativo. Uma pluralidade significativa de grupos, pessoas e organizações, como a prefeitura, comerciantes, arquitetos e urbanistas, artesãos, *designers*, empresários, movimentos sociais, grupos artísticos e culturais, entre outros, se mobilizam coletivamente, a favor e contra o projeto. Frente às disputas que se processaram em torno das políticas de revitalização propostas para este espaço urbano, fica evidente que elas não são consensuais e não há uma “reconciliação final” racional e plenamente inclusiva que satisfaça o interesse e demandas de todos.

Seguindo estas reflexões teóricas, é possível argumentar que aquilo que é universalizado e considerado inquestionável pelo *mainstream*, pode ser colocado em xeque e subvertida. Para

a abordagem pós-estruturalista da Teoria Política do Discurso, toda ordem social é uma articulação temporária e precária de práticas contingentes, existindo sempre a possibilidade de que as coisas sejam diferentes (LACLAU; MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2015). É nesse sentido que Mouffe (2015) propõe que podemos chamar esta ordem de política, porque ela expressa uma estrutura específica de relações de poder. Nas palavras da autora: “o que num determinado momento é considerado a ordem ‘natural’ (...) é o resultado de práticas sedimentadas, nunca a manifestação de uma objetividade mais profunda externa às práticas que lhe dão forma” (MOUFFE, 2015, p. 17).

Mouffe (2019), vai além da perspectiva racionalista e reconhece o papel decisivo desempenhado pelas paixões e afetos no processo político. Ela argumenta que, basta olhar ao nosso redor para perceber que longe de ter desaparecido, as paixões e antagonismos, supostamente concebidos como “arcaicos” por muitos liberais, estão mais ativos do que nunca (MOUFFE, 2002). No entanto, ao renunciar a perspectiva racionalista, que segundo Mouffe (2014), impede de reconhecer a natureza coletiva da política, a reflexão sobre as paixões e os afetos no processo democrático contribui para compreender como são criadas as formas coletivas de identificação nas práticas articulatórias e qual o papel desempenhado pelos afetos nesse processo” (MOUFFE, 2014).

Interpretando a partir de Delgado (2007) o espaço urbano como “forma radical de espaço social”, considerações de Derrida (1985) e da abordagem pós-estruturalista, são contundentes ao afirmar ser possível interpretá-lo como um campo discursivo. Isso significa dizer não haver sobre ele uma verdade a ser descoberta, não podendo ser reduzido e fechado a nenhuma unidade discursiva (DERRIDA, 1985; LACLAU; MOUFFE, 2015; DELGADO, 2007). Os eventos que os atravessam produzem um espaço de tensões em que os sujeitos definem e estruturam relações de poder. Esse jogo de significação marcado pelo antagonismo, configura uma prática política que envolve a articulação de diferentes grupos na tentativa de estabelecer certa ordem ao espaço urbano (MOUFFE, 2003; 2015). A partir destas ideias, argumentamos que a proposição de projetos de “revitalização” que se justificam pela lógica da modernização e do progresso como soluções para a “degradação” do Centro Leste, não são únicas. Há outras vontades coletivas que se articulam e disputam configurações políticas alternativas. Elas compõem uma complexa rede de acontecimentos, pessoas e organizações com distintos interesses, que se articulam para propor políticas e dinâmicas que visam normatizar ou resistir às novas configurações do espaço urbano. Nesse sentido, surge o seguinte

questionamento de pesquisa: **Como os grupos se articulam em torno das disputas relativas às políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis?**

A partir dessa pergunta, outras se desdobram: *Como o centro histórico leste pode ser caracterizado enquanto espaço urbano? Para quais demandas as políticas de revitalização foram apresentadas como proposta solução? Quais seus objetivos, grupos envolvidos, argumentos e ações planejadas? Quais são os conflitos que se processam em torno delas? Quais são os grupos afetados que se posicionam contrários? Quais são seus argumentos? Como eles se mobilizam coletivamente? Quais estratégias e práticas de resistência podem ser observadas? Que ideia de cidade e de organização do espaço urbano alternativos eles defendem? Qual é a influência das paixões e afetos no processo de articulação política?*

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Tendo em vista a problematização e as perguntas de pesquisa formuladas, os objetivos desta tese são assim propostos:

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como os grupos se articulam em torno das disputas relativas às políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Interpretar as políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis;
- b) Descrever e analisar o processo dinâmico das mobilizações coletivas de resistência às políticas de revitalização, identificando as reações contrárias, a formação de identidades coletivas, demandas comuns, fronteiras políticas, articulações e estratégias de resistência;
- c) Compreender como as paixões e afetos influenciam os processos de articulação e intervenção política;
- d) Refletir, a partir da pesquisa, sobre o organizar enquanto fenômeno político, articulatório e afetivo.

1.2 JUSTIFICATIVAS EMPÍRICAS E TEÓRICAS

Tendo em vista que o próprio campo dos estudos organizacionais é um campo político (CLEGG; HARDY, 2006; BÖHN, 2007; JUSTEN, 2017), argumentamos que a utilização de teorias oriundas de outros campos científicos pode contribuir para a compreensão de formas alternativas de organizar (BÖHN, 2007). Esta premissa parte de uma trajetória de pesquisa, a qual esta tese está inserida, do Observatório da Realidade Organizacional - grupo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Utilizando a Teoria Política do Discurso (TPD) desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, diversos trabalhos (SPICER; BÖHM, 2007; COELHO, 2012; BORGES, 2013; BARCELLOS; DELLAGNELLO, 2014; JUSTEN, 2017; NASCIMENTO, 2021) evidenciaram as contribuições analíticas que o pós-estruturalismo é capaz de possibilitar ao campo dos estudos organizacionais. Os referidos estudos dão ênfase às disputas, conflitos e práticas organizacionais contra-hegemônicas obscurecidas pela interpretação do *mainstream* funcionalista. Analisar o fenômeno organizacional a partir da TPD, focalizando os princípios de democracia agonística, como alternativa ao modelo deliberacionista predominante nos estudos organizacionais críticos, abre a possibilidade de aprofundar compreensões alternativas, colocando em evidência o político e a política, o conflito e o dissenso, as mobilizações e articulações coletivas e a influência das paixões e afetos nos processos de organizar.

O fenômeno observado nos mostra como modelos urbanísticos funcionalistas, por exemplo, não são capazes de lograr consensos uníssonos no que diz respeito à organização do espaço urbano. Além disso, considerando o marco democrático e os avanços da participação da sociedade civil no ciclo de políticas públicas, mesmo o Brasil possuindo instrumentos legais avançados como o Estatuto da Cidade e os conselhos de políticas públicas, cabe reconhecer que a grande maioria das propostas não são elaboradas seguindo os princípios participativos e de deliberação pública. Este é o exemplo dos dois projetos de revitalização propostos para o Centro Leste, o Projeto Centro Sapiens e o Projeto de Revitalização de substituição dos paralelepípedos por *paver*, os quais foram apresentados sem qualquer debate prévio e consensual com os cidadãos. Tendo em vista que este fenômeno empírico envolveu uma luta política sobre as tentativas de organizar o espaço urbano, justificamos que compreendê-lo no âmbito dos estudos organizacionais, não seria possível a partir de abordagens funcionalistas, tampouco deliberacionistas. Como alternativa teórica e analítica, propomos interpretá-lo pela abordagem

pós-estruturalista a partir da Teoria Política do Discurso (TPD), que permite compreender o fenômeno organizacional como um processo político e de articulação.

A TPD (LACLAU; MOUFFE, 2015), permite enfatizar a importância da dimensão da significação, porque, segundo Laclau e Mouffe (2015), o sentido é sempre produzido socialmente, não sendo possível ter qualquer acesso à realidade que não seja mediado pelo sentido; ou mais precisamente, conforme explica Burity (2014), que não seja constituído simbolicamente. A TPD possui uma concepção do social como espaço discursivo, caracterizando-se por uma ontologia fundada na centralidade do político, sendo o discurso, a totalidade estruturada resultante da prática articulatória (LACLAU; MOUFFE, 2015).

As práticas articulatórias consideradas, pelos referidos autores, como um dos momentos privilegiados de significação, constituição de identidades e estruturação (parcial e contingente) das relações sociais. Essa noção de articulação nos possibilita, então, analisar o fenômeno organizacional enquanto processo e relações entre elementos, de tal modo que novas identidades coletivas surgem como resultado precário e contingente da prática articulatória (LACLAU; MOUFFE, 2015). Essas práticas são políticas e envolvem conflitos, disputas e identificações coletivas, influenciada pelas paixões e afetos. Por isso, justificamos a importância dos princípios de democracia agonística, propostos por Mouffe (2003; 2014), como alternativa ao modelo de democracia deliberativa. Segundo a referida autora (op. cit, 2003), mesmo Habermas (1984) ampliando a noção de política por meio da ação comunicativa, a tentativa de se alcançar o consenso: (i) é incapaz de reconhecer a dimensão do antagonismo, constitutivo e inerradicável das relações sociais; (ii) não abre espaço para a confrontação, sendo impossível afastar o pluralismo de valores e formular soluções racionais e universais; (iii) ao privilegiar a racionalidade, pode-se dizer que os deliberacionistas deixam de lado um elemento crucial: o papel desempenhado pelas paixões e pelos afetos na política. Portanto, segundo Mouffe (2019), um dos principais desafios enfrentados pela política democrática não é o de afastar as paixões para alcançar um consenso racional, mas como mobilizá-las em projetos radicalmente democráticos. Nesse sentido, nosso pressuposto inicial é de que as teorias organizacionais críticas, que se baseiam no modelo deliberativo de Habermas, mesmo formuladas como alternativa ao *mainstream* funcionalista, são limitadas na apreensão do antagonismo inerente às relações humanas e na influência das paixões e afetos na política.

O modelo de democracia agonística formulado por Mouffe, amplamente reconhecido e utilizado em outras áreas do conhecimento, permanece quase que desconhecido na Ciência da Administração. Ao longo das últimas décadas, o trabalho da autora tem influenciado diversos

campos do conhecimento. Segundo Tambakaki (2014), suas obras têm suscitado debates sobre outras formas de fazer política, pautando discussões sobre alguns dilemas das sociedades contemporâneas como a difícil tarefa de equilibrar unidade com pluralidade, a inevitabilidade do conflito nas democracias, e a mobilização do dissenso na construção de projetos que incentivem a renovação democrática.

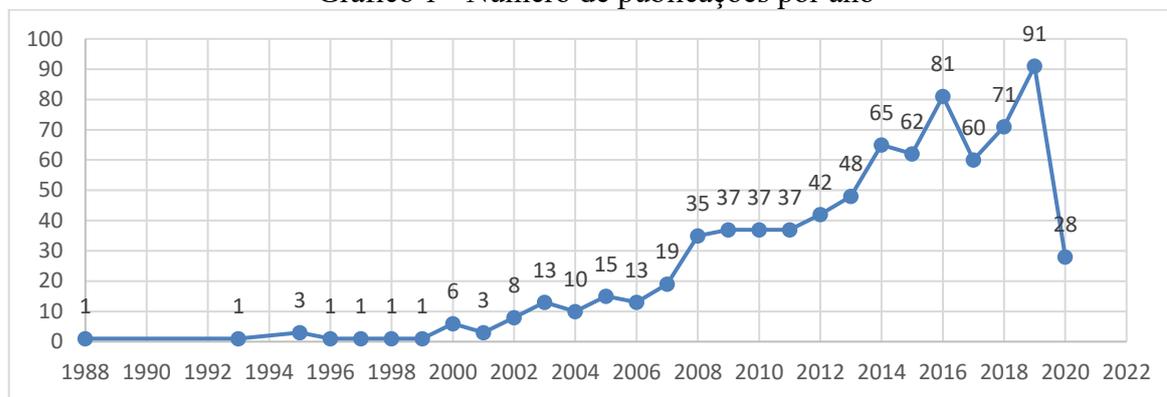
A revisão bibliográfica e sistemática realizada para esta tese, que visou mapear a produção científica na qual a ideia de agonismo de Mouffe é utilizada como referencial teórico, foi realizada nas bases de dados *Scielo*, *Sage Journals*, *Ebsco*, *Science Direct*, *Scopus* e *Taylor & Francis* em 20 de março de 2020¹. A pesquisa resultou em 790 artigos científicos, sendo 23 destes publicados em *journals* específicos de Administração (o Apêndice A, apresenta um detalhamento destes resultados). Em consonância ao apontamento de Tambakaki (2014), o resultado das buscas nas bases de dados, demonstra que o interesse pelo trabalho de Mouffe cresceu nas últimas décadas, conforme demonstrado no Gráfico 1, a seguir. Ele apresenta as 790 publicações encontradas que se relacionam com a perspectiva agonística de Mouffe, distribuídas por ano.

Os artigos são oriundos de diversos campos do conhecimento², sendo a maior concentração no campo Interdisciplinar (19%), Ciências Sociais e Humanas (18%), Ciência Política e Relações Internacionais (10%) e Arquitetura e Urbanismo (10%). Sendo o que periódico que apresentou o maior número de publicações relacionadas a perspectiva agonística de Mouffe, com 44 artigos, foi o *Journal Planning Theory*, indexado nas áreas de Geografia, Planejamento Urbano e Desenvolvimento. Os achados da busca contribuem para justificar a pertinência da aproximação entre os princípios agonísticos e os fenômenos relacionados ao espaço urbano.

¹ A pesquisa nas referidas bases de dados foi realizada no dia 20 de março de 2020, utilizando o termo de busca: ("agonism" OR "agonismo" OR "agonista" OR "agonístico" OR "agonística") AND Mouffe.

² Campos do conhecimento: Ciências Sociais e Humanas; Ciência Política; Relações Internacionais; Arquitetura, Urbanismo e Design; Geografia; Comunicação; Filosofia; Educação; Artes e Humanidades; Administração; Ciências Contábeis; Direito; Economia; Linguística e Literatura

Gráfico 1 - Número de publicações por ano



Fonte: elaborado pela autora.

Nota: O ano de 2019 é o que apresenta maior número de publicações com 91 artigos. A queda identificada no ano de 2020, está possivelmente relacionada com o mês de março, quando foi realizada a busca.

A partir do levantamento bibliográfico realizado, foram encontrados em periódicos específicos da Administração, vinte e três (23) artigos que utilizaram de alguma forma a perspectiva agonística de Mouffe. Destacando-se os periódicos: *Organization*, com cinco publicações, *Administrative Theory & Praxis*, com quatro e *Administration & Society* e *Human Relations* com dois. Dos 31 autores e coautores envolvidos com discussões empíricas e teóricas, a grande maioria (19) estão filiados a universidades do Reino Unido, quatro a universidades dos Estados Unidos, dois da Dinamarca e os outros à Austrália, Áustria, Bélgica, Holanda, Suécia e Suíça. Não foram encontrados no campo da Administração, nenhum artigo de autores brasileiros.

A leitura e interpretação dos referidos trabalhos possibilitou identificar dois campos de debate: estudos organizacionais (dez artigos) e administração pública (oito artigos). Os artigos relacionados aos estudos organizacionais, utilizaram a distinção entre “o político” e “a política” de Mouffe e os pressupostos teóricos antiessencialista, para discutir as relações entre teoria e prática no campo dos estudos organizacionais (PARKER; PARKER, 2017; HENSMANS; BOMMEL, 2019; PARKER; RACZ, 2019; VINE, 2019), para analisar práticas alternativas ao *management* (KOKKINIDIS, 2015; 2015; PARKER; PARKER, 2017) e para criticar abordagens predominantes e propor modelos teóricos alternativos, em debates específicos do campo, como responsabilidade social corporativa (BANERJEE, 2018; WINKLER; ETTER; CASTELLÓ, 2020), ética e gestão de recursos humanos (RHODES; HARVEY, 2012) e liderança (FRAHER; GRINT, 2018).

Nos artigos relacionados ao campo da administração pública, predominantemente teóricos, a teoria de Mouffe foi utilizada para sustentar os argumentos em torno de discussões

como a dicotomia entre política e administração (CAWLEY, 2015); participação (WEALE, 2016); parcerias (LOWNDES; SQUIRES, 2012) governança (SØRENSEN, 2002; SØRENSEN; TORFING, 2005); e *accountability* (HEIDELBERG, 2017; STANISEVSKI, 2014). Apenas um artigo, dentre todos os analisados, tece críticas ao modelo agonístico (BANG, 2014).

Os artigos utilizam o modelo de democracia agonística para evidenciar a pluralidade, o irracional, o dissenso e o contraditório. Além disso, enfatizam as situações paradoxais, imprevisíveis e de tensão, ressaltando o papel dos afetos e da resistência como intrínsecas das práticas e dos ambientes organizacionais. Os autores evidenciam a centralidade do conflito e do político, refutando a lógica da neutralidade política. Eles defendem a criação de espaços de discussões e de processos decisórios abertos ao contraditório, nos quais os acordos provisoriamente negociados entre atores radicalmente diferentes e plurais devem ser interpretados como um sistema de inclusão e exclusão (e não consensuais). Ressaltam ainda a influência que os afetos possuem nas práticas políticas e que os momentos informais da vida pública influenciam o processo de tomada de decisão, a construção de parcerias e a formulação de políticas públicas. Os autores também utilizam a concepção de Mouffe para criticar perspectivas instrumentais e técnicas dominantes no campo, propondo modelos alternativos.

Em consonância com Böhn (2007), que argumenta que a utilização de teorias oriundas de outros campos do conhecimento contribui para o reposicionamento de perspectivas teóricas e analíticas nos estudos organizacionais, visamos demonstrar neste trabalho, que a concepção de democracia agonística formulada por Chantal Mouffe, no início da década de 1990, apresenta a possibilidade para a compreensão do fenômeno organizacional como um processo de articulação política, indo além das noções restritas de organização dominantes no *mainstream*. Nos estudos críticos organizacionais predomina o modelo de democracia deliberativa formulado por Habermas (1984) como alternativa ao *mainstream*, no entanto, em consonância com Mouffe, argumentamos que ele não abre espaço para considerar o dissenso, o conflito e a expressão das paixões e afetos na compreensão do fenômeno organizacional.

A renúncia de um discurso universal, no marco da democracia, implica haver múltiplos sentidos concorrentes. Nesse sentido, o enfoque agonístico, conforme demonstrado, é muito mais receptivo à multiplicidade e a diversidade de vozes que existem nas sociedades plurais contemporâneas, abarcando com mais profundidade a complexidade de suas estruturas de poder e a expressão dos afetos e das paixões na constituição das identidades coletivas.

Em trabalhos mais recentes, Mouffe (2014; 2018 e 2019) afirma que a filosofia de Spinoza e as interpretações de Frédéric Lordon seriam frutíferas para aprofundar a compreensão sobre a influência das paixões e afetos nos processos de articulação política. No entanto, apesar de reconhecer a relevância do filósofo, em nenhum de seus trabalhos a autora aprofunda suas ideias, indicando apenas algumas pistas no livro *Por um populismo de esquerda*, que os trabalhos do francês Frédéric Lordon, o qual discorre sobre “os afetos na política”, seriam um caminho interessante. Esse esforço teórico e analítico também não foi encontrado em nenhum trabalho científico (conforme levantamento bibliográfico apresentado anteriormente), apresentando-se como uma oportunidade a esta tese, face ao seu ineditismo. Para tanto, realizei uma incursão na obra *Ética* de Spinoza, em que o filósofo dedica o capítulo três do livro para refletir sobre *A origem e a natureza dos afetos* (Spinoza, 2020). Para aproximar estas reflexões da política, o livro *Los afectos de la política*, de Frédéric Lordon (2017), foi utilizado, por lançar luzes sobre a influência das paixões e afetos no processo articulatório a partir de Spinoza (2020). Para Lordon (2017) a política é um *ars affectandi*, ou, a arte do afeto, porque intervir na política, para ele, é sempre intervir no domínio das paixões, realizar ações para produzir efeitos, portanto, afetar. Nesse sentido, o reconhecimento sobre a influência das paixões e afetos nas tentativas de organizar a coexistência humana, no processo de articulação política, e, portanto, nos próprios fenômenos organizacionais, justificam a importância de aprofundar sua compreensão e análise.

Por fim, e não menos importante, justifica-se que a escolha do fenômeno de pesquisa não foi aleatória ou simplesmente para “testar” teorias e pressupostos epistemológicos para a elaboração da tese. Sua escolha foi influenciada pela minha trajetória sociobiográfica, que envolve minha experiência de mais de doze anos de atuação profissional, trabalho no campo da sociedade civil organizada, processos participativos em conselhos de políticas públicas e pesquisas acadêmicas anteriores. Além disso, pelo meu envolvimento afetivo com o centro histórico leste de Florianópolis, que frequentei diariamente entre os anos de 2017 e 2019. Este espaço urbano me afetou por sua dimensão histórica, marcada pelas ruas de paralelepípedos, prédios históricos, comércio tradicional, momentos de lazer e atividades culturais, bem como pelas diversas experiências que tenho vivenciado no local, ao longo destes cinco anos.

Vivenciei as mudanças ocorridas no Centro Leste de perto, principalmente a chegada de muitos jovens, em busca de novas opções de consumo, lazer e atividades culturais. Em 2018, concluindo o primeiro ano de doutorado, percebi que este espaço urbano concentrava uma pluralidade de pessoas e grupos como empresários, prefeitura, organizações da sociedade civil,

coletivos de produtores culturais, artesãos, comerciantes, moradores, universidades. Diversos interesses e disputas começaram a ocorrer na região, provocada por sua pluralidade.

Foi então que decidi analisar como fenômeno empírico desta tese, as disputas em torno das políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste, a partir de uma pesquisa etnográfica, porque conforme afirma Favret-Saada (2005), essa prática de pesquisa é muito mais do que um processo de investigação para compreensão do mundo, ela nos afeta em diversos sentidos e ressignifica também nossa relação com o ambiente vivido.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Essa tese está organizada em seis seções. Essa primeira, introdutória, apresenta o posicionamento deste trabalho no campo dos estudos organizacionais, a problematização do fenômeno de estudo, lacunas teóricas, objetivos de pesquisa e justificativas. A segunda (item 2), aborda o referencial teórico, o qual está subdividido em três subseções que discutem o Modelo de Democracia Agonística de Chantal Mouffe ancorado na Teoria Política do Discurso (item 2.1); A influência das paixões e afetos na política (2.2) e o espaço urbano e as políticas de intervenção urbana nos centros fundacionais (2.3). A terceira seção (item 3) apresenta os delineamentos metodológicos, a partir da articulação das premissas ontológicas, epistemológicas e metodológicas (3.1), bem como o percurso de investigação (3.2). Na seção quatro, são apresentadas as análises sobre o fenômeno de estudo, caracterizando o espaço urbano do centro histórico leste de Florianópolis (4.1); as articulações discursivas em torno da revitalização do Centro Leste (4.2); Disputas e mobilizações coletivas de resistência às políticas de revitalização (4.3); e fechando o capítulo, uma análise sobre a influência das paixões e afetos no processo de articulação política (4.4). O trabalho é concluído no item cinco (5), apresentando um resgate sintético dos resultados dos objetivos propostos, bem como reflexões sobre o organizar enquanto fenômeno político, articulatório e afetivo. O capítulo é encerrado com reflexões sobre o processo da pesquisa e indicações para trabalhos futuros. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas e os apêndices elaborados para esta tese.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista o problema de pesquisa que procura responder como os grupos se articulam em torno das confrontações políticas relativas ao Centro Leste de Florianópolis, este capítulo apresenta a construção teórica elaborada para esta tese. São delineadas algumas discussões sobre o modelo de democracia agonística proposta por Chantal Mouffe, bem como algumas reflexões sobre a cidade, o espaço urbano e a os processos de intervenção em centros históricos.

2.1 DEMOCRACIA AGONÍSTICA NO PENSAMENTO DE CHANTAL MOUFFE

Para compreender o modelo de democracia agonística proposto por Chantal Mouffe é necessário retornar aos princípios ontológicos e epistemológicos pós-estruturalistas postulados pela Teoria Política do Discurso e às preocupações da autora com a radicalização das democracias modernas (LACLAU; MOUFFE, 2015). Segundo Tafon, Howarth e Griggs (2019), a concepção de discurso segundo Laclau e Mouffe (2015) contém seis dimensões relacionadas. Primeiro, o discurso é uma prática social, resultante de uma articulação (cadeia de equivalência) que une e ressignifica elementos em um sistema de diferenças (lógica da diferença). Segundo a condição da articulação entre os elementos, sejam eles naturais, culturais, físicos ou linguísticos, é radicalmente contingente. Isso significa que eles não têm uma essência fixa ou identidade plena, mas podem ser construídos e interpretados de diferentes maneiras (TAFON; HOWARTH; GRIGGS, 2019). Terceiro, a articulação de elementos contingentes nos momentos de um discurso produz certos sistemas ou ordens de significado que envolvem formas de poder, e, portanto, excluem determinados elementos. Quarto, um discurso é parcialmente significado por pontos nodais e significantes vazios, ou seja, momentos privilegiados de organização (pontos nodais) e de significação (significantes vazios) parcial. Conforme explicam Tafon, Howarth e Griggs (2019) eles fundem elementos e diferenças, conferindo assim uma identidade parcialmente fixa. Quinto, a construção de discursos ocorre em um espaço particular – campos de discursividade – embora o discurso possa esgotar completamente seus significados e possibilidades. Por fim, os sujeitos se posicionam nos discursos, e não na origem das coisas, embora haja espaço para a agência política, especialmente em momentos de crise e deslocamento, quando podem construir relações

antagônicas com 'outros' que se acredita bloquearem suas identidades e interesses (HOWARTH, 2013; LACLAU, 1995).

Em *Hegemonia e estratégia socialista* (1985), Mouffe, conjuntamente com Ernesto Laclau, argumenta que a experiência democrática consiste no reconhecimento da pluralidade e da multiplicidade de lógicas sociais, se tornando possível apenas, a partir de uma prática articulatória (LACLAU; MOUFFE, 2015). Isso significa dizer que a democracia para os autores é um *discurso* que articula múltiplos elementos em um sistema social de diferenças, de forma contingente e precária. Nesse sentido, a objetividade social, marcada pelo antagonismo inerradicável das relações humanas, é revelada por atos de poder e limitada pela impossibilidade de um fechamento último (LACLAU; MOUFFE, 2015).

No primeiro livro de Mouffe publicado depois de *Hegemonia e estratégia socialista*, em 1993 - *O retorno do político*, a ideia de agonismo já aparece no capítulo introdutório: *Por um pluralismo agonístico*. Em todos os seus livros posteriores, *O paradoxo democrático* (2000); *Sobre o político* (2005); *Agonística* (2013) e *Por um populismo de esquerda* (2018); Mouffe aprofunda suas formulações teóricas, bem como apresenta análises conjunturais sobre os países da Europa Ocidental. Utilizando suas concepções analíticas para refletir sobre questões ligadas às consequências da globalização, o avanço do neoliberalismo, a oposição entre esquerda e direita, a pós-política, a política de “terceira via” e a ascensão cada vez mais marcante dos governos populistas de direita, os trabalhos de Mouffe configuram-se como propostas teóricas e análises empíricas sobre os fenômenos políticos contemporâneos.

Defendo que para a compreensão do modelo de democracia agonística formulado pela autora, é imprescindível considerar seu contexto de desenvolvimento, ou seja, suas análises conjunturais, suas preocupações com as democracias modernas, bem como compreender seu posicionamento político de esquerda. Pela característica de algumas de suas obras – coletâneas de artigos e conferências pronunciadas, os postulados de Mouffe se apresentam de maneira fragmentada e por vezes até repetitivos, mas o desafio maior está no reconhecimento de que suas formulações se aprofundam ou mudam ao longo do tempo, justamente pelas transformações políticas que influenciam suas reflexões, por conseguinte, sua trajetória teórica. Portanto, esta seção resulta em um esforço de sistematização das propostas teóricas de Mouffe, em torno do modelo de democracia agonística, tentando levar em conta tais particularidades de sua obra. Procurando estabelecer um fio argumentativo para a apresentação de suas principais ideias, esse tópico foi organizado contendo as seguintes discussões: (i) democracia radical e

plural; (ii) o paradoxo democrático; (iii) críticas à democracia deliberativa e (iv) o modelo democracia agonística

2.1.1 Democracia radical e plural

Formulado em *Hegemonia e estratégia socialista*, Laclau e Mouffe (2015) propõem como alternativa para a esquerda um projeto de “democracia radical e plural”, localizando-o no campo da revolução democrática. A crítica de que muitos partidos social-democratas e socialistas “estavam desorientados”, porque defendiam uma concepção inadequada de política, foi propriamente uma das motivações para a escrita do referido livro. Conforme relembra Mouffe (2019):

O que nos motivou foi a incapacidade da política de esquerda, nas suas versões marxista e social-democrata, de levar em conta uma série de movimentos que surgiram na sequência das revoltas de 1968 e que corresponderam a resistências contra diversas formas de dominação, as quais não podiam ser formuladas em termos de classe. A segunda onda do feminismo, o movimento gay, as lutas antirracistas e as questões em torno do meio ambiente transformaram profundamente o panorama político, mas os partidos da esquerda tradicional não foram receptivos a tais demandas, cujo caráter político foram incapazes de reconhecer (p. 20).

A proposta de democracia radical e plural, segundo Mouffe (2019), buscou ampliar a extensão das lutas democráticas e do conflito social, para além do *classismo marxista*³ e de sua perspectiva essencialista, abarcando múltiplas lutas e agentes sociais plurais contra diferentes formas de dominação: “o que estávamos defendendo era a ‘radicalização’ dos princípios ético-políticos do regime democrático-liberal, com ‘liberdade e igualdade para todos’” (MOUFFE, 2019, p. 71); princípio este que, segundo a autora, não foram colocados em prática nas sociedades democráticas modernas.

Colocando em xeque a crença de muitos esquerdistas de que para avançar em direção a uma sociedade mais justa, seria necessário renunciar às instituições democrático-liberais e construir uma outra comunidade política completamente nova, Laclau e Mouffe (2015) defendem a radicalização das instituições democráticas existentes, como alternativa para *uma*

³ O *classismo* é definido por Laclau e Mouffe (2015) como “a ideia de que a classe trabalhadora representa o agente privilegiado em que reside o impulso fundamental de mudança social” (p. 264 e 265), que caracteriza a fixidez essencialista, ou seja, “a convicção de que o social é suturado em algum ponto a partir do qual é possível fixar o sentido de todo evento, independentemente de qualquer prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 264).

nova esquerda, por acreditarem que é papel dela, lutar pela efetiva implementação dos princípios de liberdade e igualdade em todas as relações sociais.

Dentro do espectro do que geralmente é entendido como “a esquerda”, Mouffe (2019) explica que é possível distinguir três tipos de políticas de esquerda: o reformismo puro, o reformismo radical e a política revolucionária:

O primeiro é o “reformismo puro”, que aceita os princípios de legitimidade da democracia liberal e a formação social hegemônica neoliberal existente; o segundo é o “reformismo radical”, que aceita os princípios de legitimidade, mas tenta implementar uma formação hegemônica diferente; e, finalmente, a “política revolucionária”, que visa a uma ruptura total com a ordem sócio-política existente (MOUFFE, 2019, p. 79 - 80).

A divergência central entre essas três formas de política de “esquerda”, se constitui sobre a natureza e o papel do Estado (MOUFFE, 2019). Para o “reformismo puro”, o Estado é uma instituição neutra, cujo papel é conciliar a pluralidade de interesses. A revolucionária o concebe como uma instituição opressora que tem que ser abolida (como, por exemplo, as correntes do leninismo tradicional e dos anarquistas). A perspectiva reformista radical, a qual Laclau e Mouffe se filiam, se inspira em Gramsci que concebe o Estado como: a cristalização das relações e forças e como um terreno de luta (MOUFFE, 2019). Laclau e Mouffe (2015) defendem que uma estratégia hegemônica deve envolver diversos aparatos do Estado. Conforme enfatiza Mouffe (2019, p. 81): “O que está em questão não é o ‘definhamento’ do Estado e das instituições pelas quais o pluralismo está organizado, mas uma transformação profunda dessas instituições para colocá-las a serviço de um processo de radicalização da democracia”.

A democracia inaugura a experiência de uma sociedade que não pode ser apreendida ou controlada, abrindo-se à possibilidade de um infundável processo de questionamento (LACLAU; MOUFFE, 2015). Essa indeterminação radical, segundo Laclau e Mouffe (2015) pode ameaçá-la, implicando em dois movimentos de desaparecimento do político: o totalitarismo ou a perda de referência aos valores democráticos. A tentativa totalitária busca restaurar a unidade, negando a pluralidade e o caráter constitutivo do antagonismo. Perigo simetricamente oposto trata-se da dissolução da tessitura social, causada pela falta de referências simbólicas (LACLAU; MOUFFE, 2015). Conforme explicam os autores: “Entre a lógica da identidade total e a da diferença pura, a experiência da democracia deve consistir no reconhecimento da multiplicidade de lógicas sociais e da necessidade de sua articulação [que] deve ser constantemente recriada e renegociada” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 278).

A partir da relação entre a lógica democrática e as práticas articulatórias hegemônicas, o projeto de uma democracia radical como alternativa para a esquerda consistiria: “na busca de um ponto de equilíbrio entre um avanço máximo da revolução democrática numa ampla gama de esferas, e a capacidade de direção hegemônica e reconstrução positiva destas esferas, por parte dos grupos subordinados” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 279-280). A política democrática radical, para os autores, não se fundamenta na concepção dogmática de qualquer “essência do social”, mas na contingência, na ambiguidade, no caráter constitutivo da divisão social e do antagonismo.

Após os postulados de *Hegemonia e estratégia socialista*, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe desenvolveram trajetórias teóricas e epistemológicas autônomas. Segundo Mendonça (2010), Laclau continuou com a elaboração de uma teoria de análise social e política, na qual a categoria de hegemonia permaneceu como central para a compreensão dos fenômenos sociais. Já Mouffe, segue dedicando-se à elaboração de um modelo alternativo de política democrática, para lidar com a inerradicabilidade do antagonismo e da natureza hegemônica da política, o qual nominou de “modelo agonístico de democracia”.

Conforme esclarece Mouffe (2014), há diferenças entre o modelo de democracia radical, proposto conjuntamente com Laclau, e o modelo agonístico de democracia. Esses dois termos não podem ser utilizados indistintamente, como às vezes acontece, porque se referem a diferentes aspectos de suas reflexões. Conforme abordado anteriormente, em *Hegemonia e Estratégia Socialista* Laclau e Mouffe (2015) criticam o reducionismo de classe dominante na tradição marxista, defendendo uma nova compreensão para o projeto socialista em termos de radicalização da democracia. Nas palavras de Mouffe (2014):

Defendemos a criação de uma cadeia de equivalências entre demandas democráticas, a fim de estender os princípios democráticos para um conjunto mais amplo de relações sociais. Democracia radical, como nós o imaginamos, é claramente um projeto político, a ser distinguido de outros projetos políticos, como os social-democratas ou os neoliberais (MOUFFE, 2014, p. 154, tradução nossa).

Já o modelo agonístico de democracia é pontuado por Mouffe (2019) como uma *abordagem analítica*, formulada como alternativa aos modelos agregativo e deliberativo de democracia, ao perceber as limitações da lógica democrática consensual para considerar a inerradicabilidade do antagonismo e a natureza hegemônica da política (MOUFFE, 2019). A autora argumenta que, logo após a publicação de *Hegemonia e Estratégia Socialista*, foi errôneo acreditar que havia um nexo de causalidade entre a abordagem ontológica desenvolvida no livro e o projeto político de democracia radical:

Certamente, insights pós-estruturalistas, nos permitiram criticar as deficiências da abordagem essencialista e tiveram um papel crucial em nossa reformulação do projeto socialista, mas essas ideias também poderiam ser usadas por teóricos com objetivos políticos muito diferentes. Não há rota direta de postulados ontológicos a posições políticas específicas e estas são sempre o resultado de decisões ético-políticas. (...) a partir das mesmas premissas ontológicas, diferentes projetos hegemônicos podem ser considerados e o resultado da luta agonística nunca é pré-determinado (MOUFFE, 2014, p. 154, tradução nossa).

Nesta tarefa de estabelecer uma nova perspectiva teórica para a democracia, na qual o campo científico também não está isento do resultado da luta hegemônica e das forças em disputa, Mouffe (2019) esclarece que em suas reflexões e desenvolvimento teóricos, procurou responder a três questionamentos principais: (i) Como considerar a democracia a partir de uma abordagem hegemônica?; (ii) Como uma ordem democrática poderia reconhecer e lidar com a existência de conflitos que não tiveram uma solução racional?; (iii) Como conceber a democracia de uma maneira que permita, no seu interior, um confronto entre projetos hegemônicos conflitivos? O modelo de democracia agonística é a resposta de Mouffe (2019), cuja formulação teórica se inicia com sua tese sobre o paradoxo democrático e críticas à democracia deliberativa, os quais serão apresentados nos tópicos a seguir.

2.1.2 O paradoxo democrático

Nos últimos séculos, a democracia foi instituída no ocidente como forma legítima de governo. A partir da Revolução Francesa, que afirmou o poder absoluto do povo, a “revolução democrática”, deu origem a um novo modo simbólico das instituições sociais, rompendo com a matriz teológico-política. Os princípios da liberdade e da igualdade tornaram-se “a matriz do imaginário político” e a *Declaração dos Direitos do Homem* concedeu um novo léxico para questionar as diferentes formas de desigualdades (MOUFFE, 2019).

Utilizando as análises de Claude Lefort, Mouffe (1999) destaca que com a “revolução democrática”, o poder se converteu a um “espaço vazio”, isso significa dizer que a sociedade democrática moderna se constitui como uma sociedade na qual o poder, o direito e o conhecimento estão expostos a uma indeterminação radical. Conforme explica Mouffe (1999): “A ausência de poder encarnado na pessoa do príncipe e ligada a autoridade transcendental impede a existência de uma garantia ou fonte de legitimação última; já é impossível definir a sociedade como uma substância com identidade orgânica” (p. 30, tradução nossa). As democracias modernas, se caracterizam pela “dissolução das marcas de certeza” (LEFORT,

1988), configurando uma sociedade sem fundamentos claramente definidos, uma estrutura social impossível de ser apreendida de um ponto de vista único universal (MOUFFE, 1999). Essa transformação simbólica da modernidade, que rompeu com os postulados de verdades absolutas, inaugurou um novo tipo de instituição do social: o poder ficou convertido a “um lugar vazio”, ou seja, impossível de ser apropriado em definitivo por qualquer autoridade pública (MOUFFE, 1999).

Associando as ideias de Lefort à concepção da “impossibilidade da sociedade” desenvolvida em *Hegemonia e estratégia socialista*, Mouffe (1999) empreende uma robusta análise crítica sobre as democracias modernas. Argumenta a autora que, assumindo diversas denominações (representativa, participativa, pluralista, constitucional, parlamentarista, liberal), a democracia moderna, se distingue da democracia antiga não por uma diferença de tamanho, mas sim de natureza, sendo muito mais do que uma mera *forma de governo*. Segundo Mouffe (2003), a democracia moderna trata-se de um *regime* que concerne ao ordenamento simbólico das relações sociais, uma forma específica de organizar politicamente a coexistência humana. Segundo Mouffe (2003), a novidade da democracia moderna, e que lhe confere propriamente a característica “moderna”, é justamente a articulação do tradicional princípio democrático - “o poder deve ser exercido pelo povo”, que volta a emergir, em um marco simbólico configurado pelo discurso liberal, com sua enérgica ênfase no valor da liberdade individual e dos direitos humanos.

Portanto, nas sociedades nas quais a “revolução democrática” ocorreu, Mouffe (1999) afirma ser necessário repensar a política democrática de modo a abrir espaço para o pluralismo e a liberdade individual, porque a lógica democrática da soberania popular e identificação entre governantes e governados, não garante por si só a liberdade individual e respeito aos direitos humanos. Quando as condições não permitem mais se referir ao povo como uma entidade unificada e homogênea com uma única vontade geral, a lógica da soberania popular, tem apenas uma maneira de evitar cair na tirania: articular-se com o liberalismo político (MOUFFE, 1999).

Sob essa nova configuração política, em *The Democratic Paradox*⁴, Mouffe (2003) defende a tese que a democracia moderna é o resultado da articulação entre duas tradições diferentes: por um lado, a tradição liberal constituída pelo império da lei, separação de poderes e direitos individuais; e por outro, a tradição democrática, cujas ideias principais são as de igualdade, identidade entre governantes e governados e soberania popular. A argumentação de

⁴ Livro traduzido para o espanhol sob o título *La Paradoja Democrática* por Tomás Fernández Aúz e Beatriz Eguibar, publicado em Barcelona em 2003.

Mouffe (2003) é a de que não existe uma relação necessária entre essas duas tradições distintas, apenas uma imbricação histórica contingente; e que a articulação entre estas duas gramáticas, resulta em uma tensão constitutiva que nunca poderá ser perfeitamente harmonizada, sendo em última instância, incompatível e irreconciliável.

Para enfrentar essa oposição, Mouffe (2003) mobiliza algumas das ideias provocativas de Carl Schmitt, argumentando que elas permitem tomar consciência dessa tensão entre democracia e liberalismo:

Schmitt sustenta que existe uma oposição insuperável entre o individualismo liberal, com discurso moral centrado em torno do indivíduo, e o ideal democrático, que é essencialmente político e se propõe a criar uma identidade baseada na homogeneidade. Schmitt considera que o liberalismo nega a democracia e a democracia nega o liberalismo, e que, por tanto, a democracia parlamentar, que consiste na articulação entre democracia e liberalismo, é um regime inviável (MOUFFE, 2003, p. 56, tradução nossa).

Considerando este ponto de vista, Mouffe (2003) ressalta a necessidade de distinguir entre duas ideias que se referem à noção de igualdade: a liberal e a democrática. O conceito liberal de igualdade postula que toda pessoa é, como pessoa, automaticamente igual a todas as outras pessoas. O conceito democrático, todavia, exige a possibilidade de distinguir quem pertence ao “*demos*” (povo) e quem é exterior a ele, por esta razão, Mouffe (2003) esclarece que ela não pode existir sem o necessário correlato de desigualdade.

Mouffe (2003) explica que Schmitt sublinha que o conceito democrático de igualdade é um conceito *político* e que, por conseguinte, implica a possibilidade de uma *distinção*. Decorre daí a ideia de traçar uma linha divisória entre quem pertence ao *demos* – e, portanto, possuem direitos iguais, e quem, no âmbito político, não pode ter os mesmos direitos porque não fazem parte do *demos* (MOUFFE, 2003). A autora explica que, essa igualdade democrática, hoje em dia, se expressa mediante a ideia de cidadania, ou seja, porque pertencem ao *demos*, os cidadãos de uma democracia obtêm a garantia dos direitos iguais (MOUFFE, 2003). Além disso, é a partir desse princípio fundamental de unidade do *demos* e da soberania que, para se colocar em prática o princípio democrático – *governo do povo*, haveria a necessidade de determinar quem pertence ao povo.

Ao considerar que a identidade de uma comunidade política democrática depende da possibilidade de traçar uma fronteira entre “nós” e “eles”, Mouffe (2003) destaca que, a partir de Schmitt, a democracia sempre implica relações de inclusão e exclusão. Por isso, Mouffe (2003) ressalta que contrariamente a quem crê em uma necessária harmonia entre o liberalismo e a democracia, as reflexões de Schmitt contribuem para colocar em evidência o modo como

essas gramáticas entram em conflito: “Não há dúvida que existe uma oposição entre a *gramática* liberal de igualdade – que postula a universalidade e a referência a *humanidade* – e a prática da igualdade democrática, que requer um momento político de discriminação entre *nós e eles*” (MOUFFE, 2003, p. 60, tradução nossa).

Conforme explica Mouffe (2003), Schmitt apresenta esse conflito como uma contradição que necessariamente vai levar a democracia liberal à autodestruição. No entanto, a autora discorda desse argumento, acusando que Schmitt está equivocado, porque para ela, é perfeitamente possível reconhecer a diferença crucial entre os conceitos liberal e democrático de igualdade, considerando outra forma de estabelecer sua articulação e consequências.

Decorrente dessa constatação, Mouffe (2003) defende a tese de que a articulação entre essas duas gramáticas pode ser considerada como o *locus* de uma tensão, que estabelece a dinâmica constitutiva da especificidade da democracia liberal, como uma nova forma política de sociedade. A lógica democrática de constituir o povo e de inscrever os direitos e a igualdade nas práticas, é considerada por Mouffe (2003) como necessária para subverter a tendência ao universalismo abstrato inerente ao discurso liberal. Não obstante, a articulação com a lógica liberal permite desafiar constantemente as formas de exclusão, mediante a referência da (polêmica) ideia de direitos humanos (MOUFFE, 1999; 2003).

Nem a partir de uma visão pessimista sobre a democracia, baseada em Schmitt, nem em uma excessivamente positiva, Mouffe (2003) argumenta que: “A política liberal democrática consiste, de fato, em um constante processo de negociação e de renegociação – através de distintas articulações hegemônicas – de seu inerente paradoxo” (MOUFFE, 2003, p. 61, tradução nossa). Nunca poderemos alcançar uma resolução ou um equilíbrio final entre essas duas lógicas em conflito, podendo apenas existir negociações temporais, pragmáticas, instáveis e precárias da tensão entre elas (MOUFFE, 2003).

A inspiração nas reflexões de Schmitt sobre a impossibilidade de estabelecer uma democracia sem exclusão, são utilizadas por Mouffe (2003) para empreender outro debate, que se preocupa com os postulados sobre a possibilidade de se estabelecer um consenso sem exclusão em uma sociedade liberal democrática. Esforços consideráveis nesse sentido foram realizados por John Rawls e Jürgen Habermas para reconciliar a democracia com o liberalismo. Referidos por Mouffe (1999; 2003) como os mais representativos nessa empreitada teórica, esses autores e seus seguidores, apesar de afirmarem que encontraram a solução para tal compatibilidade, Mouffe (2003) argumenta que nenhum deles é capaz de abordar

adequadamente o paradoxo da política democrática. As críticas de Mouffe a essa ideia consensual e harmoniosa de democracia, serão apresentados no tópico a seguir.

2.1.3 Críticas à democracia deliberativa

As formulações teóricas que defendem que as decisões políticas devem ser alcançadas por meio de um processo de deliberação entre cidadãos iguais e livres, tem acompanhado a democracia desde seu nascimento na Grécia (MOUFFE, 2003). A partir da década de 1970, elas retornaram e tiveram uma rápida expansão. Sendo desenvolvidas com a intenção de consolidar e legitimar as democracias modernas, uma das explicações desse renovado interesse pela deliberação, na visão de Mouffe (2003), diz respeito à formulação de uma alternativa teórica para contestar o “modelo agregativo”, predominante até a segunda metade do século XX.

Formulado inicialmente por Joseph Schumpeter em 1947, na influente obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, o modelo agregativo coloca em xeque a compreensão de soberania popular do modelo clássico de democracia, contestando que ela se tornara inadequada com o desenvolvimento da democracia de massa. Como alternativa, Schumpeter concebe a democracia como um sistema eleitoral competitivo, no qual a agregação de preferências, deve ocorrer através dos partidos políticos, formato que proporcionaria que as pessoas, ao votarem em intervalos regulares, aceitem ou rejeitem projeto e líderes políticos (MOUFFE, 2003).

Os autores que continuaram trabalhando no desenvolvimento do modelo agregativo, advogavam que frente à modernidade (em oposição à abordagem clássica normativa) as noções de “bem comum” e “vontade geral” deveriam ser abandonadas e que o interesse próprio e individual, e não a moralidade, é o que levaria os indivíduos a agir (MOUFFE, 2003). Indo contra a ideia de participação popular, eles argumentavam que esta poderia ter consequências nocivas para o funcionamento do sistema democrático. Por isso, enfatizam a centralidade na organização dos partidos políticos e na barganha do voto mobilizado a partir dos interesses e preferências individuais.

O modelo agregativo, segundo Mouffe (2003), fez com que a política democrática perdesse seu caráter normativo, passando a ser concebida de maneira puramente instrumentalizada, reduzida a procedimentos para dar conta da pluralidade dos grupos de interesse. Frente a essa visão reducionista do processo democrático, é que surge uma nova

corrente de teoria política normativa, inaugurada por John Rawls em 1971, com a publicação do livro *Uma Teoria da Justiça*, caracterizando o marco inicial do *modelo deliberativo* (MOUFFE, 2003). Segundo a interpretação de Mouffe (2003), Rawls defende que abrindo espaço para o reconhecimento das diferentes concepções “do bem” seria possível alcançar um consenso mais profundo, qualificado como moral, em oposição ao “mero acordo sobre procedimentos” defendido pelo modelo agregativo. Portanto, suas propostas resgatariam a dimensão moral da democracia (MOUFFE, 2003, p 97).

A segunda vertente da democracia deliberativa é influenciada pelas formulações de Habermas. Utilizando os postulados desenvolvidos pelo autor em *Between Facts and Norms*, Mouffe (2003) explicita que um dos objetivos da teoria de Habermas é demonstrar a co-originalidade dos direitos individuais fundamentais e da soberania popular: “De um lado, o autogoverno serve para proteger direitos individuais; de outro, os mesmos direitos fornecem as condições necessárias para o exercício da soberania popular” (MOUFFE, 2003, p. 99, tradução nossa).

Uma das seguidoras de Habermas citada por Mouffe (2003), Seyla Benhabib, defende que o modelo deliberativo é capaz de transcender a dicotomia entre a ênfase liberal em direitos individuais e liberdades, assim como a ênfase democrática na formação coletiva e na formação da vontade. Segundo Mouffe (2003), do ponto de vista da referida autora, a base para a legitimidade das instituições democráticas deriva do fato de que aqueles que reclamam um poder, partem do pressuposto que suas decisões representam um *ponto de vista imparcial*, que satisfaz *por igual o interesse de todos*. Portanto, as decisões devem ser o resultado de processos públicos de deliberação apropriadas, que seguem os procedimentos do modelo discursivo habermasiano (MOUFFE, 2003).

Mouffe (2003) explica, a partir de Habermas e Benhabib, que a ideia básica que respalda esse modelo considera que, só poderia se tornar válida aquelas normas que teriam o consentimento de todos aqueles que seriam afetados por suas consequências. O processo de deliberação que torna possível o alcance desse consentimento apresenta as seguintes características: (i) a participação nesse processo de deliberação deve ser regida por normas de igualdade e simetria, sendo que todos teriam as mesmas oportunidades de fala, assim como de indagar e abrir um debate; (ii) todos tem direitos a colocar em questão os temas previstos para a conversa; (iii) todos tem direito a expor argumentos reflexivos sobre as próprias regras do procedimento discursivo e sobre seus modos de aplicação (BENHABIB, 1994; MOUFFE, 2003). Para os habermasianos, o processo de deliberação tem resultados razoáveis, na medida

em que se estabeleçam essas condições do “discurso ideal”. Por isso, o modelo de democracia deliberativa de Habermas, está pautado em uma ideia de racionalidade comunicativa, cuja aplicação possibilitaria o alcance da legitimidade democrática.

Relembrando que existem muitas versões diferentes de democracia deliberativa, Mouffe (2003) explica que, malgrado suas particularidades, todas estão pautadas na ideia do alcance do consenso por indivíduos livres, iguais e racionais. Apesar de reconhecer as particularidades de cada uma delas, Mouffe (2003) enfatiza os contornos de convergência entre os modelos desenvolvidos por Rawls, Habermas e seus seguidores, para evidenciar suas principais críticas.

Ao argumentar sobre os problemas da democracia deliberativa, Mouffe (2003) critica Rawls e Habermas a partir de cinco argumentos centrais. O primeiro deles diz respeito à adesão à democracia liberal, na qual o acordo racional proposto pelos autores, não abre espaço para a contestação e por esse motivo, relegam o pluralismo para um domínio não público isolando a política de suas consequências. Isso revela a impossibilidade de alcançar um consenso sem exclusão. Destaca-se aqui a primeira contraposição da autora à democracia deliberativa: o âmbito da política, mesmo quando se trata das questões fundamentais como a justiça ou os princípios básicos, não é um espaço neutro, sendo impossível afastar o pluralismo de valores e formular soluções racionais e universais (MOUFFE, 2003).

O segundo ponto concerne à relação entre a autonomia privada e a autonomia pública. Mouffe (2003) explica que Rawls subordina a soberania democrática aos direitos liberais porque ele concebe a autonomia pública como um meio para autorizar a autonomia privada. Já Habermas privilegia o aspecto democrático, dado que a importância dos direitos individuais subsiste em sua capacidade de tornar possível o autogoverno democrático. Mouffe (2003, p. 106) afirma então que: “mais uma vez, temos de concluir que nenhum deles é capaz de cumprir o que anunciam”, sendo descabido a procura de uma solução racional final. A partir dessa constatação, Mouffe (2003) estabelece sua segunda contraposição: ambos negam a natureza paradoxal da democracia moderna e a tensão constitutiva entre a lógica da democracia e a lógica do liberalismo, que nunca poderá ser eliminada.

O terceiro argumento formulado por Mouffe (2003) contra os deliberacionistas, refere-se à questão da lealdade à democracia para garantir o futuro das instituições liberais democráticas. Para Mouffe (2003), o que está em jogo na fidelidade a instituições democráticas é a constituição de um conjunto de práticas que façam possível a criação de cidadãos democráticos, que não se constituem a partir da justificação racional. Conforme argumenta a autora, em oposição à racionalidade instrumental e o auto-interesse do modelo agregativo, os

deliberacionistas estabelecem como força central de identificação coletiva e fidelidade dos cidadãos à democracia, outro tipo de racionalidade, a ação comunicativa e a razão pública livre. Para alcançar a lealdade política, não se trata de substituir a racionalidade instrumental pela comunicativa, porque, como explica Mouffe (2003) a democracia deliberativa deixa de lado um elemento que é central: o papel crucial desempenhado pelas paixões e afetos na garantia da fidelidade aos valores democráticos. O quarto ponto de crítica de Mouffe (2003), ligado ao anterior, consiste em pontuar um dos fracassos da teoria democrática contemporânea, que concebe o sujeito, como indivíduos anteriores à sociedade, portadores de direitos naturais e agentes racionais. Eles são abstraídos das relações sociais e de poder, linguagem, cultura e todo o conjunto de práticas que tornam a ação possível.

O quinto ponto de crítica de Mouffe (2003) consiste em que, ao postular a disponibilidade de uma esfera pública na qual o consenso racional poderia ser alcançado, o modelo deliberativo é incapaz de reconhecer a dimensão central do poder e do antagonismo; e seu caráter inerradicável, próprio do pluralismo de valores. A democracia deliberativa, portanto, é incapaz de apreciar a especificidade do político, concebendo-o como um domínio particular da moralidade (MOUFFE, 2003). Conforme a interpretação de Mouffe (2003) para os deliberacionistas, quanto mais democrática é uma sociedade, menos o poder será constitutivo das relações sociais, porque ao estabelecer a possibilidade de um tipo racional de argumentação, a legitimidade das decisões democráticas seria fundada na racionalidade pura e não na disputa pelo poder.

As consequências do modelo deliberativo nas democracias modernas, são constantemente ressaltadas por Mouffe (2003), a partir de suas preocupações com a ampla aceitação de uma política de consenso centrista, da ascensão dos partidos populistas de direita e da preocupação com os sinais de enfraquecimento e desinteresse em relação às instituições democráticas. Ela ressalta que a consequência das ideias deliberacionistas no campo da política, culminou no estabelecimento de uma “política de terceira via”, que é incapaz de apreender a dinâmica da política democrática moderna.

Mouffe (2003) cita como exemplo de uma política de terceira via, a estratégia política de Tony Blair, que aceita o terreno do jogo estabelecido por seus antecessores neoliberais, sendo incapaz (ou não disposto) a ver nenhuma alternativa a esta presente articulação hegemônica. Segundo a autora, Blair advogava por uma forma de fazer política que pretendia se situar “além da esquerda e da direita”, ilustrando essa ideia de “terceira via” e da criação de um “consenso de centro”. Mouffe (2003) critica este posicionamento, que denomina de “pós-política”,

argumentando que esse suposto progresso de uma democracia madura, não é capaz de considerar as reivindicações dos setores populares, que ficam excluídos frente às suas prioridades políticas e sociais. Em mundo cada vez mais “unidimensional”, Mouffe (2003) ressalta que não é surpreendente que os partidos populares de direita estejam protagonizando significativos avanços em vários países. A autora critica a ilusão de que “direita” e “esquerda” deixaram de constituir categorias pertinentes para a política democrática.

Contrariamente às pretensões da “terceira via”, para Mouffe (2003), o apagamento da fronteira entre esquerda e direita, e a tentativa de estabelecimento de consensos racionais na política, longe de constituir um avanço democrático, são formas de comprometer seu futuro. Portanto, a autora justifica a necessidade de desenvolver um outro modelo de democracia que seja capaz de apreender a natureza do político e do poder, rompendo com essa lógica supostamente harmônica e consensual da política. As principais ideias do modelo de democracia agonística propostos por ela, serão desenvolvidas a seguir.

2.1.4 O modelo de democracia agonística

Para iniciar a apresentação dos pressupostos estabelecidos por Mouffe (2003; 2019) cabe pontuar que, citando Marchart (2007), a autora distingue duas formas de considerar o domínio político: a visão associativa, que o concebe como o campo da liberdade e da ação em conjunto e a visão dissociativa, que o interpreta como o campo do conflito e do antagonismo (MOUFFE, 2019). Com o que foi exposto até aqui, fica claro que Mouffe se associa a visão dissociativa da política. Dado que ela não é a única teórica que insiste na natureza conflitual da política (*agon*⁵), Tambakaki (2014) situa o trabalho de Mouffe, comparando-o com outros autores também conhecidos como agonísticos, como é o caso de William Connolly e James Tully, de modo a estabelecer suas distinções e defender a importância do trabalho de Mouffe.

Segundo Tambakaki (2014), duas suposições principais são centrais no campo da teoria agonística, para a qual o trabalho de Mouffe contribui. A primeira é que a vida democrática pressupõe incompletude, incerteza e abertura, em vez de consenso ou coexistência harmoniosa. Para os teóricos agonísticos que consideram o pluralismo de valores constitutivo da política democrática, que sempre envolve a construção de fronteiras entre “nós” e “eles”, e, portanto, as relações de identidade e diferença não podem ser resolvidas através da razão. A segunda

⁵ Agon é um termo grego antigo que diz respeito a noção de conflito, luta ou disputa.

suposição, relacionada é que, para proteger essa abertura pluralista que exemplifica a vida democrática, as diferenças e os desacordos (constitutivos) precisam não apenas ser reconhecidos e afirmados, mas também expressados de forma agonística (TAMBAKAKI, 2014).

Contestações agonistas, então, expõem e desafiam as relações de subordinação e, ao fazê-lo, garantem que a democracia permanece dinâmica e alerta para os casos de fechamento. No entanto, conforme explica Tambakaki (2014), essas disputas se desenrolam em diferentes versões nas teorias agonísticas. Questionando o que significa exatamente se envolver em uma prática agonística, Tambakaki (2014) explica que, para Mouffe, o agonismo significa o envolvimento em uma forma de luta especificamente democrática (e, portanto, limitada), que envolve confronto entre adversários. Precisamente porque os adversários compartilham algo em comum, a “gramática da vida democrática”, sua luta e confronto não assume uma forma extrema e violenta.

Por outro lado, William Connolly, outro importante teórico do agonismo apontado por Tambakaki (2014), utiliza o termo “respeito agonístico”, no lugar de “democracia agonística”, como faz Mouffe. Conforme Tambakaki (2014), o respeito agonístico, seria uma virtude cívica que leva os atores políticos a expressar e negociar suas diferenças e desacordos constitutivos de maneira respeitosa. No caso de Connolly, o agonismo não denota uma forma domesticada de conflito, como é para Mouffe. Em vez disso, o *agon* para o autor significa apenas contestar e, portanto, precisa do cultivo da virtude do respeito como uma dimensão que a regula e limita sua manifestação, porque a virtude do respeito criaria raízes para uma ética do cuidado para a vida.

James Tully, assim como Connolly e Mouffe, coloca a contestação no centro da política democrática, enfatizando o papel construtivo que a dissidência e as disputas desempenham na vida política. Ele se preocupa com a abertura democrática e, com as maneiras pelas quais os cidadãos participam de conversas que garantem a cooperação e deixam espaço para divergências (TAMBAKAKI, 2014). Diferentemente de Connolly e Mouffe, Tambakaki (2014) assinala que Tully enfatiza a participação dialógica, com ênfase nas práticas de liberdade e de governança. Em Tully, um entendimento um pouco diferente do agonismo vem à tona, classificado por Tambakaki (2014) como um tipo “mais leve”. Como Tully se inspira na compreensão do agonismo por Foucault, ele acaba relacionando o agonismo às relações de poder e liberdade, um espaço entre a dominação de um lado e o confronto do outro (TAMBAKAKI, 2014).

Tambakaki (2014) sintetiza a distinção entre o *agon* desses três autores da seguinte forma:

Portanto, o que notamos aqui são três concepções diferentes, ainda que relacionadas, do *agon*, que não apenas prometem um tipo diferente de luta agonística, mas também criam um espaço diferente para o desenvolvimento dessa luta: o *agon* como confronto que envolve o antagonismo, distinções entre esquerda e direita e um ambiente institucional (Mouffe); o *agon* como contestação limitada pela virtude do respeito, que permite a passagem de uma perspectiva da diferença para uma perspectiva da vida (Connolly); e o *agon* como atrito e provocação, chave para modificar jogos de governança (Tully) (TAMBAKAKI, 2014, p. 4).

A partir dessas diferenciações, Tambakaki (2014) afirma que o trabalho de Mouffe vai além, no que diz respeito ao antagonismo como visão ontológica. Enquanto os outros teóricos agonísticos “socializam” e politizam conflitos, Mouffe democratiza mais distintamente esses conflitos, enfatizando a noção de antagonismo como fundamental.

Categoria central desenvolvida em *Hegemonia e estratégia socialista*, a noção de antagonismo é apontada por Mouffe (2019) como essencial para abordar a questão do político. Mouffe (2019) explica que ela indica a existência de uma dimensão de negatividade radical que se manifesta em sua possibilidade sempre presente. Como postulado por Laclau e Mouffe (2015), o antagonismo revela o limite de toda a objetividade social, a impossibilidade de seu fechamento. Conforme explicam os autores, trata-se de uma situação na qual:

a presença do “Outro” me impede de ser plenamente eu mesmo. A relação advém não de totalidades plenas, mas da impossibilidade de sua constituição. (...) Na medida em que há antagonismo, eu não posso ser uma presença plena para mim mesmo (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 202).

O antagonismo impede a totalização da sociedade e exclui a possibilidade de uma sociedade sem divisão e sem poder. Mouffe (2003) explica que a objetividade social se constitui mediante atos de poder, isto significa dizer que ela é política e que, portanto, está marcada pela exclusão que caracteriza a sua constituição. Por isso, a prática política não pode ser entendida como a representação dos interesses de identidades pré-constituídas, mas sim como expressão de uma hegemonia: de um padrão específico de relações de poder que se estabelecem num terreno precário e vulnerável (LACLAU; MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2003).

A partir da ideia de “exterior constitutivo” de Jacques Derrida, Mouffe (2003) assinala que todo objeto leva inscrito em seu próprio ser, algo distinto de si mesmo, já que, em consequência, tudo se constrói como diferença; seu ser não pode conceber-se como pura “presença” e “objetividade”. Conforme ressaltam Laclau e Mouffe (2015), como toda objetividade é constituída por atos, em último termo ela é política, marcada por atos de exclusão

que regem sua constituição. Mouffe (2003) esclarece: “Dado que o exterior constitutivo está presente no interior do interior como sua possibilidade sempre real, toda identidade resulta puramente contingente” (MOUFFE, 2003, p. 38-39, tradução nossa).

A mútua relação entre os agentes sociais se torna mais democrática, na medida em que há o reconhecimento de que é impossível eliminar o poder das relações sociais. Para Mouffe (2003) o poder não deve ser concebido como uma relação externa entre duas identidades pré-constituídas, mas como um elemento que constitui as próprias identidades. Essa conexão entre poder e legitimidade e a ordem hegemônica que ela acarreta é precisamente o que a abordagem deliberativa “renega ao estabelecer a possibilidade de um tipo racional de argumentação em que o poder foi eliminado e em que a legitimidade é fundada na racionalidade pura” (MOUFFE, 2003, p. 40).

Conforme explica Tambakaki (2014), Mouffe insiste na dimensão política e inerradicável do antagonismo, no momento no qual as diferenças se tornam antagônicas e, ao fazê-lo, ou seja, demarcando uma diferença tão politizada (em um passo mais longe de outros teóricos agonísticos), ela insere sua noção de agonismo como uma tarefa iminente democrática. Uma diferenciação importante que constitui um dos pontos centrais para a compreensão do argumento agonístico de Mouffe, está ligada às noções “a política” e “o político”.

“O político” refere-se à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, já “a política” é definida por Mouffe (2003; 2015) como “o conjunto de práticas, discursos e instituições que tratam de estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflitivas porque se vem afetadas pela dimensão *do político*” (MOUFFE, 2003, p. 114, tradução nossa).

Reconhecida a dimensão “do político”, para Mouffe (2019) um dos principais desafios para “uma política” pluralista democrático-liberal consiste em tentar atenuar o antagonismo potencial que existe nas relações humanas para tornar a coexistência humana possível, criando unidade em um contexto de conflitos e diversidade. Por isso, a questão fundamental para Mouffe não seria em como chegar a um consenso sem exclusão, mas uma perspectiva agonística para que ideias contrárias, entre opositores legítimos possa ser considerada. Segundo Mouffe (2003; 2015), o verdadeiro significado da tolerância democrática, não implica condescendência com ideias opostas, ou indiferença diante de pontos de vista que há discordância.

Ancorando-se em uma abordagem antiessencialista e de negatividade radical, Mouffe (2003) argumenta que sua interpretação à democracia moderna é “capaz de apreender a natureza

do político”, considerando a dimensão conflitual da política. Apoiando-se em uma das teses mais conhecidas de Carl Schmitt que sustenta que o critério do político é a distinção amigo/inimigo, para Mouffe (2003) a política busca a criação de uma unidade em um contexto de conflitos e diversidade, está sempre ligada a criação de um “nós” em oposição a um “eles”. O estabelecimento de tal fronteira política, no modelo de democracia agonística, deve ocorrer de tal forma que “eles” não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como *adversários*, ou seja, pessoas cujas ideias podem ser combatidas, mas cujo direito de defendê-las não é colocado em questão. O adversário, na perspectiva agonística de Mouffe, deve ser visto como um inimigo legítimo, que compartilha os princípios ético-políticos da democracia liberal: liberdade e igualdade (MOUFFE, 2003).

Introduzindo a categoria de adversário, Mouffe (2003; 2015) estabelece uma segunda distinção importante ao seu modelo, duas formas diferentes nas quais o antagonismo pode emergir: o *antagonismo*, propriamente dito e o *agonismo*. Nas palavras da própria autora “o antagonismo é uma luta entre inimigos, enquanto o agonismo é uma luta entre adversários (...) o objetivo da política democrática é transformar o antagonismo em agonismo” (MOUFFE, 2003, p. 115-116, tradução nossa). Para que essa transformação seja possível, Mouffe (2003; 2015) postula que devem ser criados canais nos quais a expressão das paixões e afetos possam ser mobilizados em direção aos objetivos democráticos.

2.2 PAIXÕES E AFETOS NA POLÍTICA

No século XVII, o estudo das paixões estava no centro das reflexões de filósofos como Hobbes, Descartes, Spinoza e Pascal (MOUFFE, 2014). No entanto, com o deslocamento à racionalização da vida e do sujeito provocada pelo Iluminismo, o termo adquiriu uma conotação negativa, sendo comumente associado pelos teóricos políticos como de natureza irracional e indesejável (MOUFFE, 2014; 2019). Longe de ter desaparecido, para Mouffe (2002), basta olhar ao nosso redor para perceber que as paixões, supostamente concebidas como “arcaicas” por muitos liberais, estão mais ativas do que nunca:

Desde a explosão de várias formas de nacionalismo antigo e novo, até as crescentes manifestações de racismo, xenofobia e intolerância religiosa, estamos testemunhando o poderoso papel das paixões na cristalização de uma variedade de identidades políticas coletivas que podem colocar em risco nossas instituições democráticas. Isso deveria revelar a superficialidade do sonho consensual (MOUFFE, 2002, p. 615, tradução nossa).

Segundo a referida autora, a teoria política moderna, ao permanecer cega para o lugar das paixões na construção de identidades coletivas, foi incapaz de entender que o principal desafio enfrentado pela política democrática não é o de afastar as paixões para alcançar um consenso racional, mas de como mobilizá-las em projetos radicalmente democráticos. Mouffe (2019) estende suas críticas aos partidos políticos de esquerda, os quais, fechados em sua estrutura racionalista, foram também incapazes de compreender o papel desempenhado pelas paixões e afetos no processo político; razão que teria impactado na ascensão dos partidos populistas de extrema direita em todo mundo.

Recentemente (a partir da segunda metade do século XX) as ciências sociais, por muito tempo calada neste debate, redescobrem as “emoções e afetos”, configurando o movimento teórico que ficou conhecido como “virada afetiva” (MOUFFE, 2014; LORDON, 2015). Lordon (2015) explica que esse movimento destaca a centralidade do indivíduo, recolocando o ator e o sujeito no centro da paisagem teórica, fortalecendo a crítica aos fenômenos do “estatuto superior” (estruturas, instituições, relações sociais) acusados de não serem capazes de considerar as experiências vividas. No entanto, ressalta que, ainda que o debate tenha se ampliado para além das perspectivas racionalistas, haveria “o risco de liquidar definitivamente tudo o que há de propriamente social nas ciências sociais, rumo à dissolução em um tipo de psicologia estendida” (LORDON, 2015, p. 8).

Opondo-se à visão negativa atribuída às paixões na modernidade e reconhecendo o papel decisivo desempenhado pelas paixões e afetos no processo de articulação política, Mouffe (2014) realiza uma distinção importante entre os termos “paixões” e “emoções”, para afastar-se desse “individuocentrismo”. Ela explica que, o termo “emoções” não pode ser utilizado adequadamente em sua proposta teórica, porque elas são geralmente associadas aos indivíduos (MOUFFE, 2014; 2018). Já o termo “paixões”, apesar de estar também relacionado aos indivíduos, poderia ser capaz de considerar suas conotações mais violentas, lhe permitindo evidenciar a dimensão do conflito e sublinhar um confronto entre identidades coletivas (MOUFFE, 2014).

Quando Mouffe (2002; 2003) aborda a influência das paixões e afetos em seus primeiros trabalhos, a autora mobiliza a psicanálise, em especial as ideias de Freud sobre libido e desejo, compreendendo as “paixões” como um certo tipo de afetos comuns, que são mobilizados no domínio político, e que agem no processo de identificação nós/eles. Já em trabalhos mais recentes (2014; 2018 e 2019), Mouffe sinaliza que para além de Freud, a filosofia de Spinoza seria frutífera para aprofundar tal compreensão:

Como Freud, Spinoza acredita que é o desejo que move os seres humanos a agir, e ele [Spinoza] nota que são os afetos que os fazem agir numa direção em vez de outra. Numa reflexão sobre os afetos, em sua *Ética (Ethics)*, Spinoza faz uma distinção entre afecção (*affetio*) e afeto (*affectus*). [...] Proponho utilizar essa dinâmica *affetio-affectus* para examinar o processo de formação de identidades políticas, vendo as “afecções” como práticas em que o discurso e o afetivo são articulados, produzindo formas específicas de identificação (MOUFFE, 2019, p. 115-116).

Em uma entrevista mais recente concedida para o *Center for Critical Democracy Studies*, publicada em 2021 pelo *Tocqueville21's Le LAB*⁶, Mouffe defende que “a Esquerda precisaria ler Spinoza”:

(...) I think that unfortunately when you have a situation in which affects are strongly mobilized by one side and the other side adopts a more rationalist approach, the first side will win. I think this is one of the reasons why today right-wing movements are much more successful than leftwing ones. I am very concerned that the left is much too rationalistic, and believes that “we should only use arguments, mobilizing affects and passions, that’s what the fascists do.” They believe that if they have a good program, people are going to accept it. Here I think that they should really read Spinoza. Spinoza says that ideas are only powerful when they meet affects, and he also says that to displace one affect, you need to build a stronger affect. So it is not by criticizing things from the point of view of rationality that you get people to move in another direction (MOUFFE *apud* KLEMPERER, 2021, p. 4).

Apesar de reconhecer a relevância de Spinoza, em nenhum de seus trabalhos a autora aprofunda as ideias do filósofo. Ela apenas indica algumas pistas no livro *Por um populismo de esquerda*, a partir da obra *Ética* de Spinoza e dos trabalhos do spinozista francês Frédéric Lordon⁷ que discorre sobre “os afetos na política”:

Alguns dos que promoveram a “virada afetiva” apresentam a sua visão de afeto baseada no pensamento de Spinoza, mas existem boas razões para questionar tal genealogia. Considero muito mais convincente a interpretação de Frédéric Lordon que, em sua leitura do papel dos afetos em Spinoza, destacou como, para ele, a política é uma *ars affectandi*, que lida com a produção das ideias com o poder do afeto (*idées affectantes*) (MOUFFE, 2019, p. 117).

Buscando aprofundar tais conceitos, realizamos uma incursão na obra *Ética* de Spinoza (e seus comentaristas), bem como nas interpretações de Frédéric Lordon, articulando-os com a

⁶ Tocqueville21's Le LAB, uma iniciativa do *Centro de Estudos Democráticos Críticos* da Universidade Americana de Paris, criado para refletir sobre novas abordagens ao estudo e à prática da democracia. Além do blog, realiza conferências, comunicações, iniciativas pedagógicas e debates, para contribuir para o surgimento de uma nova visão e prática da democracia no século XXI. Disponível em: <https://tocqueville21.com/>. Acesso em 20, ago. 2022.

⁷ Frédéric Lordon (1962) atualmente é diretor de pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) do Centro Europeu de Sociologia e Ciência Política em Paris.

Teoria Política do Discurso e as reflexões de Mouffe. Apresentamos nas seções seguintes, um aprofundamento teórico para a compreensão da influência das paixões e afetos no processo de articulação política.

2.2.1 A política como a arte dos afetos

Para Spinoza (2020), desde que nascemos, estamos condenados ao acaso dos encontros e o que chamamos de *eu* é o efeito de um conjunto de relações que nos constituem de composições e decomposições, a partir do acaso dos encontros com outros corpos. Conforme a interpretação de Ferreira (2022), no nível da existência e das partes extensivas, Spinoza (2020) diz que nosso corpo e a nossa mente são determinados por causas exteriores:

o nosso corpo e a nossa mente somente vieram à existência porque foram determinados a existir por outras afecções dos seus respectivos atributos. Enquanto duram, o corpo e a mente seguem determinados pelas causas exteriores: modificações do corpo e da mente que correspondem a um encadeamento que supera a nossa potência (FERREIRA, 2022, p. 19).

No acaso dos encontros, segundo Spinoza (2020), há composição quando a relação do corpo é conservada e se compõe com uma outra relação exterior, aumentando a potência de agir e há decomposição quando um corpo exterior atua de tal maneira que uma das relações, ou mesmo muitas relações, são destruídas, diminuindo a potência de agir. Explica Deleuze (2019):

Quando faço um encontro tal que a relação do corpo que me modifica, que atua sobre mim, se combina com minha própria relação, com a relação característica de meu próprio corpo, o que acontece? Eu diria que minha potência de agir está aumentada; ao menos aumenta sob esta relação. Quando, ao contrário, eu faço um encontro tal que a relação característica do corpo que me modifica compromete ou destrói uma de minhas relações, ou minha relação característica, eu diria que minha potência de agir é diminuída ou mesmo destruída. Nós reencontramos aqui nossos dois afetos – *affectus* – fundamentais: a tristeza e a alegria (DELEUZE, 2019, p. 51).

A ideia de exterioridade e o acaso dos encontros de Spinoza (2020) nos possibilita estabelecer relações ontológicas com a Teoria Política do Discurso, na qual toda identidade e objetividade social é contingente e precária, estando sempre ameaçada por alguma coisa externa: “Dado que o exterior constitutivo está presente no interior do interior como sua possibilidade sempre real, toda identidade resulta puramente contingente” (MOUFFE, 2003, p. 38-39, tradução nossa). Essa ideia de “exterior constitutivo”, inspirado em Derrida, é mobilizada por Laclau e Mouffe (2015) para assinalar que todo objeto leva inscrito em seu

próprio ser, algo distinto de si mesmo, já que, em consequência, tudo se constrói como diferença; seu ser não pode ser concebido como pura presença e objetividade. Em termos spinozistas, o corpo está sempre submetido ao acaso dos encontros com outros corpos. Ou seja, conhecemos somente as misturas de corpos, e somente conhecemos a nós mesmos pela ação de outros corpos sobre o nosso, pelas misturas e pelos efeitos (DELEUZE, 2019). Para Spinoza (2020, p. 41), “não existe nada de cuja natureza não se siga algum efeito” e é justamente esse efeito do encontro entre os corpos que o filósofo chama de afeto. Explicaremos com mais detalhes sua argumentação.

É no capítulo III, intitulado *A origem e a natureza dos afetos*, da *Ética* – uma das principais obras de Spinoza, onde ele trata da natureza e da virtude dos afetos. O filósofo defende que tal compreensão é digna de nosso conhecimento, porque, diferente da perspectiva platônica que o rebaixa à razão, os afetos têm a mesma virtude da natureza e de todos os seus elementos. É logo no início que ele apresenta sua definição de afeto: “Por *afeto* compreendo as *afecções* do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada” (SPINOZA, 2020, p. 98, grifo nosso).

Para compreender este conceito é necessário ressaltar as distinções terminológicas entre *afeto* e a *afecção*, realizada por Spinoza (2020) com muito rigor. Conforme explica Deleuze (2019), no livro *Ética*, escrito em latim, encontram-se duas palavras: *affectus* e *affectio*, por vezes traduzidas de forma equivocada:

Alguns tradutores muito estranhamente as traduzem da mesma maneira. O que é uma catástrofe. Traduzem os dois termos *affectio* e *affectus* por **afecção**. Eu digo que é uma catástrofe, porque, quando um filósofo emprega duas palavras é que, por princípio, tem uma razão; [...] correspondem rigorosamente a [...] afecção para *affectio* e afeto para *affectus* (DELEUZE, 2019, p. 34).

Os afetos (*affectus*) indicam a variação da potência de agir, uma passagem ou transição de um estado a outro. Esta variação compreende o aumento ou diminuição da potência de agir, ou da força de existir. “O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor” (SPINOZA, 2020, p. 99). Os afetos podem, assim, ser alegres ou tristes, conforme sejam capazes de, respectivamente, aumentar ou diminuir nossa capacidade de agir (DELEUZE, 2019; SPINOZA, 2020). “A alegria é a passagem ou afeto de uma perfeição menor para uma maior; já a tristeza, a passagem de uma perfeição maior para uma menor”

(SPINOZA, 2020, p.141). Nesse sentido, Lordon (2017) interpreta o afeto como a modificação que deriva do exercício de uma potência:

Uma coisa exerce seu poder sobre a outra e, por consequência, esta se modifica: afeto é o nome dessa modificação. O vento faz um galho dobrar: o galho é modificado, afetado. Uma pessoa fala com outra, que se irrita, ou, ao contrário, fica num devaneio agradável: foi modificada (tristemente em um caso, alegremente em outro) (LORDON, 2017, p. 34, tradução nossa).

A alegria, tristeza e desejo são, para Spinoza, os afetos primários e que, a partir deles, provém todos os outros:

Há tantas espécies de alegria, de tristeza e de desejo e, conseqüentemente, tantas espécies de cada um dos afetos que desses são compostos (tal como a flutuação de ânimo) ou derivados (tais como o amor, o ódio, a esperança, o medo, etc.), quantas são as espécies de objetos pelos quais somos afetados (SPINOZA, 2020, p. 136 – Prop. 56).

A mente, por estar unida ao corpo, concebe a existência de seu próprio corpo e do corpo exterior por meio de imagens que são produzidas nesses encontros (FERREIRA, 2022). É o que Spinoza (2020) chama de afecções (*affectio*): “Se o corpo humano é afetado de uma maneira que envolve a natureza de algum corpo exterior, a mente humana considerará esse corpo exterior como existente em ato ou como algo que lhe está presente (...)” (SPINOZA, 2020, p. 67). A afecção é a maneira pela qual um corpo se dá conta de outro, como ele é marcado por outro. Deleuze (2019) exemplifica a distinção entre os dois termos:

Eu estou no escuro, e alguém chega tranquilamente, [...] e acende uma luz – [...]. Vocês têm dois estados que podem ser muito próximos no tempo. O estado que eu chamo: estado escuro, e b minúsculo, o estado luminoso. Estão muito próximos. Eu digo: há uma passagem de um a outro, que por mais rápida que seja, mesmo inconsciente, tudo isto, ao ponto de todo o nosso corpo – em termos spinozistas são os exemplos do corpo –, todo nosso corpo tem uma espécie de mobilização de si, para se adaptar a este novo estado. O que é o afeto? É a passagem. A afecção é o estado escuro e o estado luminoso. Duas afecções sucessivas, em cortes. A passagem é a transição vivida de um a outro.

Para Spinoza (2020), o corpo tem uma grande importância sobre as ideias que a mente produz, já que esta percebe a existência dos outros corpos somente por meio das afecções que são produzidas no corpo. Aqui está contida a crítica de Spinoza (2020) ao sujeito platônico e essencialmente racional. Conforme explica Deleuze (2019), em uma “reação furiosa” contra Descartes, Spinoza (2020) afirma taxativamente no Livro II da *Ética* sua posição anticartesiana, excluindo toda apreensão da coisa pensante por si mesma, ou seja, toda a possibilidade do *cogito, ergo sum* (penso, logo existo): “A mente humana não conhece o próprio corpo humano

e não sabe que ele existe senão por meio das ideias das afecções pelas quais o corpo é afetado” (SPINOZA, 2020, p. 72).

Nesse mesmo sentido, Lordon (2017, p. 38, tradução nossa) também assinala que nenhuma ideia seria ativa em nós se não fosse acompanhada pelos afetos e as afecções: “O que <<ativa>> significa aqui senão que nos causa um efeito? E como poderia nos causar um efeito se não nos tivesse afetado, já que <<afeto>> é a denominação mais geral do efeito produzido?” Explica Spinoza (2020) que só as imagens produzidas (afecção) pelos afetos que podem determinar o movimento do nosso corpo, conforme a forma particular sobre como ligamos esta imagem a outras imagens, segundo nossa singularidade:

Cada um passará de um pensamento a outro, dependendo de como o hábito tiver ordenado, em seu corpo, as imagens das coisas. Com efeito, um soldado, por exemplo, ao ver os rastros de um cavalo sobre a areia, passará imediatamente do pensamento do cavalo para o pensamento do cavaleiro e, depois, para o pensamento da guerra, etc. Já um agricultor passará do pensamento do cavalo para o pensamento do arado, do campo, etc. E, assim, cada um, dependendo de como se habituou a unir e a concatenar as imagens das coisas, passará de um certo pensamento a este ou àquele outro (SPINOZA, 2020, p. 70).

Desta reflexão, Lordon (2017) assinala que os afetos não possuem o poder de afetar a todos de uma mesma maneira. Para explicar as susceptibilidades afetivas, o autor mobiliza o conceito de *ingenium* de Spinoza: “homens distintos podem ser afetados de distintas maneiras por um só e mesmo objeto, e um só e mesmo homem pode, em tempos distintos, ser afetado de distintas maneiras por um só mesmo objeto” (SPINOZA, 2020, p. 220). Para Lordon (2017), o *ingenium* é também a condensação de toda trajetória sociobiográfica dos encontros e experiências que marcaram nossos caminhos. Essas marcas possuem uma grande influência nas maneiras de sentir, julgar e pensar. É a partir da plurivocidade do elemento passional, que uma mesma afecção pode produzir efeitos contrários segundo o *ingenium* que atravessa.

As afecções, produzidas a partir da interação das partes extrínsecas umas sobre as outras, ou seja, dos efeitos dos encontros, são, para Spinoza (2020), o primeiro, dos três gêneros de conhecimento. Nos diz Spinoza (2020) que, nos encontros entre os corpos, sempre ocorre a produção de imagens, que se referem às impressões sofridas pelos sentidos do corpo. Trata-se do conhecimento imaginário, constituído por *noções universais*, como, por exemplo, de homem, cavalo, cão, etc. Como cada sujeito imagina de acordo com suas próprias afecções, as noções universais dificultam a compreensão das coisas singulares, porque uma mesma palavra pode ter um sentido totalmente diferente: “[...] por ter ouvido ou lido certas palavras, nós nos recordamos das coisas e delas formamos ideias semelhantes àquelas por meio das quais

imaginamos as coisas” (SPINOZA, 2020, p. 72). Nesse sentido, o primeiro gênero de conhecimento para o filósofo é formado por ideias inadequadas. Deleuze (2019, p. 292) nos ajuda a compreender: “É uma percepção inadequada posto que é uma ideia de um efeito, eu não conheço a causa e daí decorre um afeto passivo”.

Sofremos os efeitos dos outros corpos sobre nós, pois somos uma parte da natureza e, por isso, a nossa potência é superada infinitamente pela potência das causas exteriores: “Disso se segue que o homem está sempre, necessariamente, submetido às paixões, que segue a ordem comum da natureza, que a obedece e que, tanto quanto o exige a natureza das coisas, a ela se adapta” (SPINOZA, 2020, p. 162). Para Ferreira (2022, p. 71), isso é incontestável: “sentimos fome, sede, calor, frio, porque somos determinados pelas potências exteriores. É impossível que alguma parte da natureza tenha um domínio absoluto sobre as outras infinitas partes da natureza”. Cabe lembrar que esta também é a perspectiva ontológica da TPD quando Laclau e Mouffe (2015) argumentam sobre a impossibilidade da fixação absoluta de sentido, ou do fechamento último de qualquer sistema discursivo.

Voltando a Spinoza (2020), esse seria, então, o segundo gênero do conhecimento, o racional, constituído por noções comuns e por ideias adequadas da propriedade das coisas. O que o filósofo quer dizer com isso? Que, ao contrário das ideias de afecções que correspondem às determinações dos objetos exteriores, neste segundo gênero de conhecimento a mente determina-se interiormente: ela agora compreende as concordâncias, as discordâncias e as diferenças das coisas (FERREIRA, 2022). Quando temos o entendimento das causas da produção das paixões, tentamos evitar as paixões que diminuem a nossa potência de agir:

A mente tem a potência para ultrapassar um conhecimento imaginário e utilitário para compreender as causas reais das produções das imagens: passa a compreendê-las como efeitos de composições ou decomposições nas misturas dos corpos. Desse modo, a consciência, em vez de julgar, passa a ter uma função de nos indicar que algo se compôs ou não conosco (ideia de uma ideia adequada) (FERREIRA, 2022 p. 41).

O segundo gênero já não diz respeito mais ao conhecimento dos efeitos dos encontros entre partes, mas sim das relações, a maneira como as relações se compõem ou decompõem, com as outras. Com efeito, uma relação qualquer é uma razão. É um conhecimento ativo e que se eleva à compreensão das causas (SPINOZA, 2020; FERREIRA, 2022). Deleuze (2019), exemplifica o segundo gênero de conhecimento de Spinoza, a partir da ação nadar:

que quer dizer o conhecimento adequado do segundo gênero? Está no nível de aprender a nadar: “Ah, eu sei nadar!” Ninguém pode negar que saber nadar é uma conquista da existência. (...) Eu conquisto um elemento. (...) O que é que isto quer dizer? É muito simples: não saber nadar é estar à mercê dos encontros com a onda. (...) vemos bem que são relações extrínsecas: ora a onda me golpeia, ora a onda me arrasta; são os efeitos do choque. São os efeitos de choque, a saber: não conheço nada da relação que se compõe ou que se decompõe recebo os efeitos de partes extrínsecas. As relações que compõem a onda, as relações que compõem meu corpo e minha habilidade quando sei nadar, apresentar o meu corpo sob as relações que se compõem diretamente com a relação da onda. Eu mergulho no momento certo, eu saio no momento certo. Eu evito a onda que se aproxima, ou, ao contrário, eu me sirvo dela, etc.... Toda a arte da composição das relações (DELEUZE, 2019, p. 255 - 256).

Enquanto estamos submetidos ao primeiro gênero de conhecimento, a nossa mente, por apenas imaginar, somente concebe as coisas como contingentes em razão da ordem imaginária ter sido quebrada pelo acaso. No segundo gênero de conhecimento, a mente é necessariamente ativa (FERREIRA, 2022)⁸. Mesmo reconhecendo que estamos sempre determinados por causas exteriores e pela contingência, não podemos considerar também que estamos à mercê do determinismo. Mouffe (2003) nos lembra que tentamos constantemente estabelecer certa ordem e organizar a nossa existência. É o que ela define como “a política”.

A partir desses dois gêneros de conhecimento de Spinoza (2020), podemos reforçar o argumento de Mouffe (2003; 2014; 2019) de que, a busca pelo consenso a partir da racionalidade não é factível, porque uma comunicação que atendesse plenamente ao seu ideal de racionalidade estaria isenta de todo afeto, ideia que Spinoza rejeita (LORDON, 2017). Lordon (2017) vai ainda mais longe, afirmando que os afetos coletivos, em nossas sociedades, estabeleceram a racionalidade como valor, no entanto, o que torna possível reconhecer ou aceitar um argumento como racional é, outra vez, da ordem dos afetos, porque eles são os únicos capazes de dar força ao argumento. “Mesmo que a política se ajustasse ao seu ideal de racionalidade comunicativa, ela não deixaria de ficar inteiramente presa na gramática do poder e dos afetos” (LORDON, 2017, p. 52, tradução nossa).

Agora estamos em condições de compreender por que Lordon (2017) sugere compreender a política como um *ars affectandi*, ou, a arte do afeto. Para ele, intervir na política é sempre intervir no domínio das paixões, isso porque intervir é justamente realizar ações para produzir efeitos, portanto, afetar. Se a política designa, então, a arte de afetar, ela se exerce de

⁸ Apenas a título de conhecimento, o terceiro gênero de conhecimento (que não será foco desta análise) é para Spinoza o conhecimento intuitivo. É a partir deste gênero de conhecimento que a mente humana percebe a si própria, seu corpo e os corpos exteriores como existentes em ato. Passamos a nos dar conta da nossa potência de agir e de que fazemos parte do eterno e do infinito de Deus (SPINOZA, 2020; DELEUZE, 2019; FERREIRA, 2022).

forma privilegiada como a arte de empoderar ideias, não apenas de produzi-las, mas de dar-lhes força para sensibilizar ou afetar, associando-as às afecções corporais, por exemplo, através de imagens (LORDON, 2017). Aqui está para o autor o significado geral de ativismo, ou mesmo da própria atividade política, pura e simplesmente: “esforçar-se para tornar mais poderosas as ideias inicialmente impotentes. As ações chamadas simbólicas são outras tantas tentativas de agregar afetos do corpo aos conteúdos ideais” (LORDON, 2017, p. 78). Encenações ostensivas, *slogans*, mobilização de porta-vozes, inserções na mídia e muitas outras operações destinadas a “deixar uma marca nas mentes”, a afetar de fato os corpos e induzir neles encadeamentos de imagens e de ideias consistem, no que Lordon (2017) chama de a *ars effectandi* da política, e em particular da política minoritária e do ativismo preocupado em empoderar as ideias impotentes.

Nesse sentido, para Lordon (2017) a *ars effectandi* da política opera por meio de representações e imaginações. Uma causa (no sentido político do termo) tem como tarefa primordial tornar visível as coisas invisíveis, compartilhar visões, como o aquecimento global, a miséria social, a opressão no trabalho, o racismo, etc. quero que você veja o que eu vejo, com a mesma intensidade com que eu vejo. Mais uma vez, Lordon (2017) apoiando-se em Spinoza (2020) rechaça o discurso racional:

são essas imagens, essas visões que, muito mais do que qualquer discurso abstrato sobre a causa, determinam abraçar a causa. Assim, o discurso racional por si só está fadado ao fracasso previsto por Ét., IV, 14, e não tem a menor chance com aqueles com quem algumas imagens ainda não foram compartilhadas – impotência da ideia isolada (LORDON, 2017, p. 83)

Para Lordon (2017), se as imagens de uma causa têm tal eficácia, é porque todas elas ativam o mesmo mecanismo passional: a imitação dos afetos. Não é necessário realmente ver para imitar os afetos de outra pessoa, basta ver com a imaginação. E esses afetos comuns são, para o autor, princípios articuladores capazes de “organizar” temporariamente elementos que até então encontravam-se dispersos. Por exemplo, quando afetos como de indignação ou tristeza se expandem e fazem um número maior de indivíduos considerar tal situação como coletiva e intolerável, ele torna-se político (LORDON, 2017). Como também argumentaram Laclau e Mouffe (2015), justamente essa articulação são momentos privilegiados de significação e constituição de identidades coletivas.

Para Mouffe (2015), mesmo em sociedades que se tornaram extremamente individualistas, a necessidade de identificações coletivas nunca desaparecerá, já que ela é

constitutiva da coexistência humana. Ao não reconhecer o papel das paixões na construção das identidades políticas coletivas, Mouffe (1999; 2003) critica a teoria política moderna, argumentando que ela não conseguiu entender que o principal desafio da política democrática não é como eliminar paixões para criar um consenso racional, mas como mobilizá-las em direção a projetos democráticos. Para aproximar estas discussões, com o fenômeno de estudo, o próximo tópico é apresentando, para discutir uma reflexão sobre as políticas de intervenção urbana e a interpretação do espaço urbano a partir da abordagem pós-estruturalista.

2.3 POLÍTICA E ESPAÇO URBANO: DESCENTRANDO O CENTRO DA CIDADE

Nesta seção, apresento uma discussão sobre políticas de intervenção urbana nos centros das cidades, para compreender as diferentes lógicas de intervenção das políticas de renovação urbana, preservação, revitalização e requalificação. Além disso, discorreremos também sobre alguns elementos que envolvem as discussões sobre patrimônio histórico e cultural e gentrificação. Finalizamos o capítulo propondo um descentramento do centro da cidade, a partir da abordagem pós-estruturalista, buscando interpretá-lo a partir do conceito de espaço urbano para enfatizar as disputas políticas e os conflitos que envolvem sua configuração.

2.3.1 Políticas de intervenção urbana nos centros fundacionais

Após a Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1950, começam a se intensificar nas áreas centrais de diversas cidades americanas e europeias, e no Brasil, a partir da década de 1970, intervenções urbanas justificadas pela visão de abandono e degradação dos centros fundacionais que aconteciam frente ao processo de desconcentração e suburbanização que sofreram nas décadas anteriores (VARGAS; CASTILHO, 2005; BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; SILVA, 2006).

Ao longo do tempo e frente às particularidades dos contextos urbanos internacionais e nacionais, as políticas de intervenção urbana em áreas centrais foram ganhando diferentes sentidos e denominações, caracterizadas por terminologias com prefixo “re”: renovação urbana, reestruturação, reapropriação, reabilitação, revitalização, restauração, entre outros. Para Bidou-Zachariasen (2006, p. 21): “Os corações das cidades são hoje objeto de dinâmicas múltiplas e de reinvestimentos importantes, tanto de parte dos atores políticos e econômicos, como dos atores sociais”. Segundo Del Rio (1993), os centros fundacionais das cidades carregam consigo

ideologias e paradigmas de desenvolvimento urbano que influenciaram a configuração socioespacial dos centros urbanos atuais. O estudo das intervenções urbanísticas nos centros urbanos permite diferenciá-las por períodos que se caracterizam pela natureza de seus objetivos e impactos (DEL RIO, 1993; VARGAS; CASTILHO, 2005; BIDOZ-ZACHARIASEN, 2006).

Entre 1950 e 1970, segundo Del Rio (1993) a “renovação urbana” foi institucionalizada como a política oficial de intervenção nas áreas centrais das cidades. Na América do Norte, elas foram justificadas frente ao contrafluxo dos processos de suburbanização destas regiões. Elas se caracterizaram pela demolição de áreas consideráveis do tecido urbano e no realojamento de milhares de pessoas na reconstrução. “Demolir e construir para renovar viriam a ser o propósito daquela geração” (VARGAS; CASTILHO, p. 8).

Nos Estados Unidos esse processo ficou conhecido como *urban renewal*, capitaneado pelo Estado e por diversas empresas, sem qualquer preocupação com preservação. Em 1957, a conferência nacional sobre Renovação Urbana, declarou que:

os centros não respondiam mais às demandas dos seus cidadãos quanto ao tipo de habitação, traçado de ruas e usos urbanos. O propósito desse grupo era eliminar o congestionamento das áreas centrais, com a criação de grandes espaços para vias amplas, estacionamentos, instituições culturais (VARGAS; CASTILHO, 2005, P. 9).

Na Europa, as renovações urbanas estiveram ligadas ao momento de reconstrução do pós-guerra, cujas intervenções de recuperação e preservação dos espaços públicos foram conduzidas com base no urbanismo moderno, sendo o Estado seu principal ator (VARGAS; CASTILHO, 2005). Os congressos de Arquitetura Moderna, principalmente com a “Carta de Atenas” de 1933, e os escritos e obras de Le Corbusier foram as principais influências desse período (DEL RIO, 1933). A ideia de “decadência social e econômica” era a justificativa para as intervenções e, nesse contexto, surgiram projetos de renovação de áreas centrais históricas em cidades como Londres (Covent Market) e Paris (Les Halles) (DEL RIO, 1993).

Vargas e Castilho (2005) relembram que o tema central do Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM) de 1951, realizado em Bridgwater na Inglaterra, foi “O coração da cidade”, que buscava um ideal de centro urbano que promovesse e facilitasse contatos interpessoais. As autoras argumentam que apesar das demolições e perdas provocadas pela Segunda Guerra Mundial, a destinação do espaço para uso público nas cidades europeias foi fundamental para que se consolidasse o que restara de patrimônio urbano e houvesse preocupação com a sua preservação (VARGAS; CASTILHO, 2005).

No Brasil, esse paradigma é exemplificado por Del Rio (1993) a partir do exemplo da cidade do Rio de Janeiro, que justificou a demolição do Morro de Santo Antônio nos anos 50, e inspirou o projeto modernista de Affonso Reidy para a nova esplanada daquela que viria a ser a nova capital federal. Em consonância, Andrade (2016, p. 5) argumenta que “o Morro de Santo Antônio parece ter sido arrasado para nada, originando, ao contrário, uma das maiores lacunas que se podem observar no centro do Rio”. Seguindo a tendência norte-americana, no início dos 60 os planos viários do Rio também justificaram demolições e projetos de renovação (DEL RIO, 1993).

Em Florianópolis, ainda que os processos de desenvolvimento urbano seguissem em ritmos bem diferentes do âmbito internacional, o primeiro plano diretor para a cidade foi publicado em 1952, sendo também inspirado nas diretrizes da Carta de Atenas e seguindo o modelo funcionalista do urbanismo moderno (CHIBIAQUI, 2008). As propostas lançadas intensificaram processos que já vinham se delineando, particularmente os de caráter segregativo e de verticalização do núcleo fundador: “Este plano estabeleceu também um marco regulatório no processo de produção do espaço urbano da cidade, o zoneamento funcional como instrumento de organização do uso do solo” (CHIBIAQUI, 2018, p. 68). Além disso, conforme argumenta Adams (2002, p. 127), desde os anos de 1950 a “cidade estava sendo objeto de um processo demolitório avassalador causado pela substituição do tecido construído, provocado pelo setor imobiliário em franca expansão”, ocasionando a perda dos referenciais históricos e arquitetônicos.

Um aspecto relevante, ressaltado por Del Rio (1993), que não podemos perder de vista é que as intervenções urbanas que seguiram a lógica da *renovação urbana* não se processaram sem conflitos decorrentes das diferentes percepções, expectativas e valores em torno do espaço urbano:

Para a classe dirigente e seus tecnocratas, as antigas estruturas não correspondiam a suas imagens de civilidade e modernidade, uma vez que eles eram incapazes de compreender sistemas de valores das populações residentes - diferentes dos seus - ou eram insensíveis à séria questão político-ideológica em que estavam envolvidos. O conflito de percepção fundamental residia no simples fato de que o que era deteriorado para uns, não o era para outros (DEL RIO, 1993, p. 57).

Pioneira das críticas ao planejamento urbano funcionalista no contexto norte-americano, Jane Jacobs se destacou internacionalmente com a publicação, em 1961, com a obra *Morte e vida de grandes cidades*: “a autora destaca a perda de diversidade arquitetônica e de usos, associados à falta de segurança dos novos espaços urbanizados construídos em grande escala, os quais refletiam os problemas de articulação espacial” (CHIBIAQUI; NÓR, 2020, p. 6).

As análises sobre os efeitos das renovações e do planejamento urbano funcionalista, a partir da década de 1960, associado ao “movimento de volta à cidade”, desencadearam uma perspectiva crítica de análise, sendo o termo *gentrificação* utilizado para evidenciar os impactos das intervenções neoliberais no espaço urbano. Proposto pela primeira vez por Ruth Glass em 1964, o termo *gentrification* foi utilizado para explicar o repovoamento de antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, pela classe média, que substituíram as camadas populares em termos de moradia e consumo (BIDOU-ZACHARIASEN; 2006). O sentido do termo na literatura se ampliou consideravelmente, sendo utilizado de maneira intensa e diversificada em trabalhos acadêmicos, para explicar fenômenos físicos, econômicos, sociais e culturais, de forma muito mais ampla do que seu significado originário (BIDOU-ZACHARIASEN; 2006; SIQUEIRA, 2014).

Conforme explica Siqueira (2014, p. 392), *gentrificação* (uma de suas traduções para a língua portuguesa)⁹ de forma bem ampla, refere-se ao “processo de redensolvimento urbano que acarreta na elitização socioespacial”. Para a referida autora, em todos os casos de *gentrificação*, há pelo menos três dimensões interrelacionadas: (i) produção do espaço *gentrificável*, (ii) elitização social com a expulsão dos grupos vulneráveis e (iii) transformação da paisagem construída. A primeira dimensão diz respeito “à possibilidade de extração de mais-valia urbana através do desenvolvimento” (SIQUEIRA, 2014, p. 400), sendo que a *gentrificação* está ligada às políticas neoliberais, urbanismo competitivo e a valorização de atividades de comércio e serviços, impactando a força de trabalho e a economia local. A segunda dimensão, relacionada à elitização, ocorre quando um grupo com padrões socioeconômicos mais altos, acaba “expulsando” a população de mais baixa renda à medida que ocorre o aumento do preço dos aluguéis, diminuição de produtos acessíveis às classes mais populares e transformações na vida local em seus múltiplos efeitos. E por fim, em relação à transformação na paisagem construída, Siqueira (2014) explica que ela ocorre por meio de projetos formais de redensolvimento ou iniciativas individuais, a partir dos investimentos em infraestrutura urbana. Embora existam elementos fundamentais em todos os casos de *gentrificação*, existem dimensões contingenciais e/ou estruturas mediadoras que diferenciam localmente tais processos (SIQUEIRA, 2014). Por isso, a necessidade de problematizar e contextualizar a importação do conceito, ao se propor explicar um contexto urbano diferente daquele, no qual ele foi originado.

⁹ Por ser um termo cunhado originalmente na Inglaterra e amplamente utilizado em contexto anglo-saxão, autores latino-americanos e brasileiros utilizam também outras expressões, que segundo eles, seriam mais condizentes com o nosso contexto, como enobrecimento, aburguesamento, elitização (ZUKIN, 2000; LEITE, 2002; SIQUEIRA, 2014).

As críticas ao modelo de renovação urbana se intensificaram a partir da década de 1970, principalmente nos Estados Unidos e Europa, em consonância com as contraposições ao positivismo e ao funcionalismo no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Elas resultaram em uma série de movimentos que viriam defender a estética, a preservação do patrimônio e a conservação ambiental; inaugurando, segundo Vargas e Castilho (2005) uma nova fase no processo de intervenção nas áreas centrais – **a preservação urbana**. Del Rio (1993) explica que o processo de mudança da lógica de renovação, colocando em evidência a preservação, carregou a negação do movimento modernista: uma reação natural ao período anterior, em que as demolições e riscos ao meio ambiente foram intensos em nome de um conceito de progresso questionável.

As intervenções urbanas desse período (1970 a 1990), ao incluírem a preservação e a restauração de edifícios históricos, esteve centrada “na valorização da memória, na organização da sociedade em defesa do patrimônio histórico e no discurso de que os centros das cidades seriam elementos essenciais da vida urbana e geraram identidade e orgulho cívico” (VARGAS; CASTILHO, 2005, p. 18). Elas reforçaram a visão europeia de intervenção urbana em diversas cidades do mundo:

As edificações antigas eram sacralizadas pelo simples fato de já existirem. Iniciando-se por Itália, França e Inglaterra, todos os países europeus viveram intensamente este paradigma; em Varsóvia, a praça central chegou a ser reconstruída como réplica exata da original destruída pela guerra (DEL RIO, 1993, p. 58).

Em relação aos Estados Unidos, segundo Vargas e Castilho (2005, p. 17), as comemorações do bicentenário da independência norte-americana em 1976, renovaram o interesse social pelo patrimônio nacional: “A preservação de edifícios históricos estava presente no discurso de intelectuais, da elite cultural e da população local, interessada em resguardar suas conquistas e os elementos afetivos que delas faziam parte”. Tombamentos, demarcação de áreas históricas, relatórios de impacto ambiental, controle de poluição refletiram um modelo urbanístico de fortalecimento de bases culturais, de identidade nacional, regional e da crescente indústria de turismo (DEL RIO, 1993).

Organizações como a Unesco foram vitais, disseminando a importância da preservação em escala mundial, com sua participação ativa no processo de reconhecimento de áreas históricas como *patrimônio da humanidade* (VARGAS; CASTILHO, 2005). Conforme explica Nardi (2005), os países encontram nas instituições internacionais de preservação, como a

Assembleia Geral da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural, da Unesco, bem como no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), a possibilidade de discussão e reflexão em fóruns permanentes, cuja centralidade da discussão está nos princípios de preservação arquitetônica e urbana. Publicações internacionais influenciaram o contexto mundial desse período, com destaque para a Carta de Veneza (1964), a Carta de Nairóbi (1971), a Carta de Burra (1980) e a Carta de Washington (1986), os quais ampliaram ao longo dos anos a visão de patrimônio e cidade (NARDI, 2005).

Nesse sentido, Castriota (2007, p. 12) explica que “a primeira onda de políticas para o patrimônio [até a década de 1960] protegia basicamente edificações, estruturas e outros artefatos individuais, e tinha um caráter essencialmente imobilista (...)”. No entanto, essa concepção se amplia a partir de 1961, com a lei francesa Malraux, que segundo o referido autor, foi a primeira da Europa a considerar a preservação monumental em conjunto com a ideia de conservação dos centros históricos:

Um exemplo típico deste modelo de intervenção vai ser o caso de Bologna (Itália), onde, com o auxílio da metodologia do restauro histórico-tipológico, se protege e se recupera o centro histórico como um todo – e não apenas monumentos excepcionais isolados – destacando-se ali a função residencial. Com a crítica aos estragos que a perspectiva do urbanismo moderno vinha causando às cidades, valoriza-se neste momento também a qualidade ambiental dos núcleos históricos e a conservação de sua morfologia urbana e do patrimônio cotidiano (CASTRIOTA, 2007).

A partir dos anos de 1980, a terceira onda de preservação, segundo Castriota (2007, p. 22-23) pode ser caracterizada pelos modelos de reabilitação urbana que:

partindo da compreensão da realidade sobre a qual se quer atuar, as políticas de patrimônio não se limitam mais a apenas formular estratégias de controle para as áreas a serem conservadas, mas passam a traçar estratégias amplas para o seu desenvolvimento, que partem exatamente de seu caráter de áreas conservadas. (...) No modelo da reabilitação, o Estado vai deixar de desempenhar um papel negativo, de apenas impor restrições à descaracterização, e passa a articular projetos de desenvolvimento para as áreas a serem preservadas / conservadas / revitalizadas. Além disso, ele também deixa de atuar praticamente sozinho e passa a desempenhar o importante papel de articular os outros atores e de traçar em conjunto com eles os cenários de desenvolvimento futuro.

O contexto nacional, segundo Nardi (2015), dialoga com o contexto internacional de preservação do patrimônio cultural, já que o Brasil é signatário dos documentos supracitados. No entanto, para Castriota (2007, p. 13), apesar das intenções declaradas em programas governamentais e projetos de intervenção urbana brasileiros, na prática, ainda predomina no

país a ideia de que preservar significa quase que automaticamente tombar: “Instrumento introduzido no Brasil na década de 30, o tombamento, pensado inicialmente para proteger bens excepcionais, permanece até muito recentemente quase como o único tipo de proteção efetivamente utilizado no país”.

Em 1979, as políticas de intervenção nas áreas centrais no Brasil nortearam-se pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Pró-Memória, vinculadas ao Ministério de Educação e Cultura (VARGAS; CASTILHO, 2005). E em 1987, visando organizar as premissas para a preservação dos sítios históricos urbanos, foi elaborada a Carta de Petrópolis, documento de referência extraído do “1º Seminário para a Revitalização de Centros Históricos”. O Pelourinho é citado por Vargas e Castilho (2005, p. 26) como exemplo de intervenção urbana em áreas centrais desse período:

(...) o centro histórico de Salvador (...) assistiu à sua obsolescência funcional a partir da década de 1970. Contudo, as bases para a sua recuperação já haviam sido lançadas em 1967, com a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, que teve como ênfase, por orientação da Unesco no mesmo ano de 1967, o incentivo ao turismo cultural. Em 1985, o Pelourinho finalmente foi tombado como Patrimônio da Humanidade (VARGAS; CASTILHO, 2005, p. 26).

Em Florianópolis, para conter as demolições e destruições provocadas pelo processo de verticalização do centro fundador da cidade que vinha ocorrendo desde os anos 50, foi aprovado, em 1986, o Decreto Municipal n.º 270, que ainda se encontra em vigor atualmente. Trata-se de uma legislação municipal que tomba, como patrimônio histórico e artístico do município de Florianópolis, conjuntos de edificações existentes na área central, definindo categorias de preservação, bem como delimitando Conjuntos de Edificações e Áreas de Preservação Cultural (APC). Segundo Adams (2002), esta iniciativa foi um importante passo para a preservação do acervo patrimonial da cidade. No entanto, para Chibiaqui e Nórr (2020, p. 10) ela começou a vigorar tardiamente, “quando este processo já se revelava um artifício bastante prejudicial à preservação do conjunto edilício histórico e da estrutura fundiária colonial”. Nesse período, o debate acerca das intervenções urbanas nas áreas centrais estava centrados em torno de quatro temas principais: “o caráter ideológico na discussão sobre a privatização dos espaços públicos, o comércio e os serviços como estratégia de recuperação; a criação de cenários; e o entendimento do que é histórico” (VARGAS; CASTILHO, 2005, p. 29).

A partir dos anos de 1980, no bojo de uma série de crises (política, energética, ecológica e econômica), associadas à expansão da globalização e à ampliação dos movimentos

democráticos, fez surgir um novo paradigma de intervenção urbana, que segundo Del Rio (1993) esteve centrado em modelos que considerassem respostas socioculturais, mas que também viabilizassem o desenvolvimento econômico das regiões. Segundo Del Rio (1993), nesse contexto se popularizou o termo “revitalização urbana”, a partir da ideia de promover o desenvolvimento urbano e possibilitar “nova vida” a áreas urbanas “decadentes ou subutilizadas”. Conforme explica o autor:

o modelo da **revitalização urbana** surgiu com um conceito abrangente que **incorpora práticas anteriores**, mas é mais que a sua simples adição, pois as excede e supera na **busca por uma nova vitalidade** (econômica, social, cultural e físico-espacial). Esse modelo urbanístico se distancia tanto dos processos traumáticos de renovação, quanto das atitudes exageradamente conservacionistas. Ao buscar a ampliação da base econômica e social dos centros urbanos, são três os aspectos mais importantes a direcionar o atual paradigma e a ditar a composição de seu modelo urbanístico, refletindo-se diretamente na qualidade físico-ambiental das cidades: **maior preocupação pelos contextos existentes e pelo uso de recursos não-renováveis, a ampliação do conceito de patrimônio**, que passa a incorporar a “memória coletiva” e não apenas os chamados ‘monumentos’ e a **busca por maiores processos colaborativos entre os principais grupos políticos e econômicos interessados** (governo, comunidades e empresários) (DEL RIO, 1993, p. 58 - 59, grifo nosso).

A partir de uma perspectiva mais crítica, Vargas e Castilho (2005) ressaltam a ênfase na gestão compartilhada das intervenções urbanas, entre empreendedores, gestores urbanos, comissões de cidadãos e pequenos proprietários envolvidos com os centros das cidades:

O capital imobiliário e o poder público local tornaram-se grandes parceiros nesse processo. O primeiro foi capaz de criar localizações privilegiadas e induzir à demanda por intermédio da oferta. O segundo buscou a valorização positiva da imagem da cidade para a captação de investimentos externos destinados ao desenvolvimento da economia urbana. Juntos, adotaram o planejamento de mercado e introduziram as técnicas de marketing urbano (*city marketing*) (VARGAS; CASTILHO, 2005, p. 32).

Áreas fortemente desvalorizadas passaram a ser alvo das intervenções, iniciando uma espécie de “reconquista” de orlas marítimas e de rios, leitos ferroviários, áreas portuárias e edificações industriais desativadas (VARGAS; CASTILHO, 2005). O exemplo paradigmático desse período foram as obras realizadas para receber as Olimpíadas de 1992 em Barcelona, que promoveram uma completa transformação das áreas portuárias abandonadas. A difusão desse modelo de intervenção urbana, que se tornou mundialmente conhecida e cobiçada, aconteceu por meio das concepções teóricas e trabalhos de consultorias dos espanhóis Jordi Borja e Manuel Castells. Segundo Vainer (2013), eles foram pioneiros na sistematização teórica do

planejamento estratégico empresarial aplicado para a gestão das cidades. Segundo Borja e Castells (1996, p. 155), as grandes cidades devem responder a cinco tipos de objetivos:

nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. Somente gerando uma capacidade de resposta a estes propósitos poderão, por um lado, ser competitivas para o exterior e inserir-se nos espaços econômicos globais, por outro, dar garantias a sua população de um mínimo de bem-estar para que a convivência democrática possa se consolidar.

Nesse sentido, as propostas de revitalização urbana estão fortemente ligadas a planos estratégicos e projetos de futuro, os quais segundo Borja e Castells (1996, p. 158) devem enfatizar: (i) a mobilização de atores urbanos públicos e privados, um consenso público que derive de uma cultura cívica e de um patriotismo de cidade; (ii) a construção ou modificação da imagem que a cidade tem de si mesma e projeta no exterior na medida em que se trata de uma resposta a uma sensação de crise: “é um empreendimento de comunicação e de mobilização dos cidadãos e de promoção interna e externa da urbe”; (iii) uma reforma política que questiona o governo local, suas competências e sua organização, seus mecanismos de relacionamento com outras administrações e com os cidadãos, sua imagem e sua presença internacionais.

Na América Latina e no Brasil, este modelo foi amplamente difundido e conforme destacam os próprios autores:

Além de cidades colombianas (Bogotá, Medellín, Cartagena), outras cidades latinoamericanas empreenderam este caminho ou anunciaram intenção de fazê-lo, como o Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife, no Brasil, Santiago e Concepción, no Chile, Córdoba e Rosário, na Argentina, Assunção, no Paraguai e Caracas, na Venezuela (BORJA; CASTELLS, 1996, p. 157).

Importante ressaltar também que, a partir da redemocratização, com a promulgação da Constituição de 1988, os aspectos participativos do planejamento urbano ganham espaço. Segundo Avritzer (2010), a gestão democrática das cidades passou a integrar a agenda de política urbana (AVRITZER, 2010) e conceitos fundamentais para estabelecer uma nova ordem jurídica urbanística foram incorporados nos Artigos 182 e 183 (BRASIL, 1988). No entanto, somente em julho de 2001 é que os artigos da Constituição foram regulamentados no Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal nº 10.257 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (PMDB). O marco democrático, possibilitou ampliar as experiências e compreensões sobre o ciclo de políticas públicas (*policy e politics*), considerando a interação de múltiplos sujeitos, ou

seja, a perspectiva estadocêntrica, foi deslocada para uma lógica multicêntrica, que incluem para além do Estado, organizações da sociedade civil, organizações privadas, redes, cidadãos, entre outros (SOUZA, 2006; LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; HOWLETT, RAMESH, PERL, 2013 e SECCHI, 2013).

Sobre as políticas de intervenção urbana em áreas centrais no Brasil, Del Rio (1993, p. 60) destaca a experiência do Centro de São Luís, o Pelourinho em Salvador e o Corredor Cultural no Rio de Janeiro. Em relação a este último, pioneiro e iniciado em 1979, o autor ressalta: “O centro do Rio vem recuperando sua imagem e seu conteúdo simbólico, atraindo novos usuários, novos usos culturais e comerciais, além de novos investimentos”. Projetos de revitalização para os centros urbanos de diversas cidades brasileiras continuam a ser difundidos, e diversos são analisados em trabalhos acadêmicos como o caso de Recife (LEITE, 2007; ZANCHETTI; LACERDA, 1999); de Porto Alegre (LACERDA; MELLO, 2018); de Vitória, Fortaleza e São Luís (FONSECA; 2003; BOTELHO, 2005); de Campo Grande (OLIVEIRA; CASTILHO, 2022); do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2020); de Santos (SANTOS; 2014); de Belo Horizonte (JAYME, 2010); de Salvador (ZANIRATO, 2007), e tantos outros. Esses trabalhos destacam a multiplicidade de sujeitos, demandas, poderes e conflitos que entram em jogo no processo de definição de novas políticas de intervenção urbana nas áreas centrais.

Em Florianópolis, procurando trazer nova vitalidade econômica e social para o centro, um exemplo que ilustra bem essa lógica de intervenção urbana foi o projeto de revitalização do Mercado Público e do Largo da Alfândega. Sobre as obras, Chibiaqui e Nór (2020, p. 5) argumentam:

Com investimentos avaliados em R\$14,8 milhões as obras de melhorias nos mais de 100 boxes do mercado incluíram uma controversa cobertura retrátil que foi instalada no vão central possibilitando a ampliação da oferta de serviços ao ar livre mesmo em dias chuvosos. Como resultado, observou-se a sofisticação de grande parte das lojas, bares e restaurantes e uma nova clientela capaz de arcar com o aumento dos preços. Em 2017, foram anunciadas mais obras complementares de revitalização no entorno do Mercado e em frente ao prédio da antiga Alfândega, com investimentos públicos na ordem de R\$7,8 milhões.

A partir dos anos 2000, críticas ao modelo de revitalização urbana também são observadas de forma contundente na literatura acadêmica. Para Arantes (2013), a revitalização está sendo utilizada como uma “palavra-isca” para suavizar processos de elitização e enobrecimento, de parcerias entre setor público e iniciativa privada, que associada à cultura são capazes de “alavancar” investimentos privados com fundos públicos. Essa relação entre as intervenções urbanas e o apelo cultural, é vista pela autora como “uma estratégia fatal”: “hoje

em dia a cultura não é o outro ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio” (ARANTES, 2013, p, 48).

Segundo Sotratti (2015), perspectivas mais críticas começam a utilizar o termo *requalificação* para se referir às intervenções urbanas em centros históricos. Essa nova proposta, segundo a autora, estaria alicerçada na recuperação e na valorização das representações sociais, contra o sistema de exclusão das cidades contemporâneas, reinventando identidades baseadas em produções socioculturais locais: “O discurso central da requalificação urbana evidencia a tentativa de inclusão social de uma população marginal em novos espaços sadios e revalorizados, onde relações sociais includentes seriam estabelecidas e reforçadas por novas funções urbanas” (SOTRATTI, 2015, p. 1).

Para Silva (2006), o discurso atual da reabilitação das áreas centrais mistura motivações e propostas diversas como requalificação, que incluem a recuperação do patrimônio, atração de novos tipos de atividades e moradores, melhoria ambiental, repovoamento, moradia social, aproveitamento de grandes terrenos públicos, como, por exemplo, as orlas marítimas ou fluviais. O discurso de abandono e degradação que justificaria revitalizar, ou seja, dar vida novamente, está geralmente associado aos interesses de mercado, partindo do pressuposto de que não há vida nesses espaços urbanos, o que não condiz com a realidade de muitos locais.

Tendo em vista essa perspectiva histórica, em relação às motivações que conduzem as intervenções nos centros urbanos das cidades, Vargas e Castilho (2005) argumentam que elas são influenciadas por uma série de características desses espaços urbanos, as quais estão apresentadas no Quadro 1, a seguir.

Conforme demonstrado, ainda que as intervenções urbanas em áreas centrais busquem atender a diversas demandas e interesses, influenciadas por diferentes paradigmas e nomenclaturas como renovação, preservação, conservação, reabilitação, revitalização e requalificação, para Arantes (2013, p. 31), elas podem encobrir o sentido de “invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades”. Segundo a autora, estes termos, ou as intervenções urbanas propriamente ditas, estão inter-relacionadas aos processos de gentrificação.

Quadro 1 - Motivações que conduzem as intervenções nos centros das cidades

Referência e identidade	Os centros têm um papel essencial quanto à identidade e à referência de seus cidadãos e visitantes.
História urbana	O centro é o lugar onde se encontram as sedimentações e as estratificações da história de uma cidade.
Sociabilidade e diversidade	A variedade de atividades e a tolerância às diversidades reforçam o caráter singular dos centros urbanos em relação aos subcentros mais recentes.
Infraestrutura existente	Nos centros das cidades, geralmente, há um sistema viário consolidado, saneamento básico, energia e serviços de telefonia, transporte coletivo, equipamentos sociais e culturais de diversas naturezas.
Mudanças nos padrões sociodemográficos	Alterações como maior expectativa de vida e conseqüentemente envelhecimento da população; redução do número de componentes da família; ampliação do trabalho feminino, entre outros aspectos, facilitam e reconduzem ao retorno de habitações nas áreas centrais.
Deslocamentos pendulares	Estatisticamente, o centro de muitas cidades ainda concentra um maior número de postos de emprego. O retorno do uso residencial para o centro diminui sensivelmente a necessidade de movimento pendular diário moradia-trabalho.
Distribuição e abastecimento	Durante muitas décadas, vem ocorrendo a dispersão locacional dos negócios. Em diversas escalas, entretanto, os centros ainda retêm uma parcela da distribuição de bens e serviços.

Fonte: Vargas e Castilho (2005).

Para Maricato (2013), as propostas de intervenção urbana dificilmente fogem de algum viés positivista e expressam um suposto consenso, vendendo a imagem de uma cidade harmoniosa. Nesse sentido, Arantes, Vainer e Maricato (2013) criticam as articulações supostamente consensuais entre poder público, empresas e a sociedade civil, porque elas sugerem uma harmonia impossível de ser conquistada no espaço urbano. Essa suposta unidade, retrata uma *cidade de pensamento único*, que segundo Vainer (2013, p. 119), bane o sentido da política na cidade, por isso ele questiona:

E o lugar dos dissensos? E o lugar dos conflitos como caminho fundamental para a construção de uma cidade democrática? Talvez seja a hora de, corajosamente, recusar a falácia dos consensos, expondo abertamente a tentativa de substituir o processo conflituoso o planejamento pelas falaciosas metodologias que elaboram consensos simplesmente porque rejeitam, autoritariamente, a legitimidade do dissenso e do conflito.

Rejeitando também as noções de cidade unificada, Maricato (2013, p. 173) argumenta que os planos e as intervenções urbanas estão sempre sujeitas aos conflitos e contradições: “A elaboração de planos urbanos implica exercícios de construção hegemônica e sua implementação na constituição de pactos sociais minimamente duradouros”; ou seja, ela é

política. Otília Fiori Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato, propondo “desmanchar consensos”, advogam por alternativas dissidentes como alternativa de descentramento às tendências neoliberais que constroem uma *cidade do pensamento único*.

A renúncia de um discurso universal, no marco da democracia, implica haver múltiplos sentidos concorrentes. A partir da abordagem pós-estruturalista, isso significa dizer que o espaço urbano não pode ser reduzido a nenhuma unidade (DERRIDA, 1985; LACLAU; MOUFFE, 2015; DELGADO, 2007). Isso implica interpretá-lo como um objeto de luta política, em permanente processo de significação e impossibilidade de fixação de um sentido último. Para tanto, abordamos na seção seguinte, alguns elementos centrais de aproximação da abordagem pós-estruturalista da política e espaço urbano.

2.3.2 Descentrando o centro da cidade

Marcados como um lugar dinâmico da vida urbana, decorrente do fluxo de pessoas, veículos, mercadorias e atividades de comércio, educação e lazer, o centro de muitas cidades ainda preservam, segundo Vargas e Castilho (2005) seu referencial simbólico. Guardadas as particularidades, os centros concentravam as atividades mais importantes da cidade, como a moradia de famílias, diversas instituições religiosas e públicas (Executivo, Legislativo e Judiciário), atividades de comércio, lazer e cultura (VARGAS; CASTILHO, 2005; SILVA, 2006). Com o crescimento da população e expansão das áreas urbanas, os centros das cidades foram perdendo suas funções tradicionais, além de moradores e atividades de comércio e lazer, reforçando o surgimento de novas centralidades urbanas (SILVA, 2006).

As novas e múltiplas centralidades, não só incidem geograficamente sobre a configuração das cidades, mas também modificam a dimensão simbólica dos centros fundacionais¹⁰. A reflexão sobre esse processo de “descentramento” geográfico e simbólico, suscitou relações com o surgimento da própria abordagem pós-estruturalista. Ressalto que tenho consciência de que estou me referindo a “centros” com significados distintos, mas suspeito que tal analogia, talvez um tanto ousada, contribuiu para tecer algumas reflexões epistemológicas e, por conseguinte, ônticas e ontológicas, sobre como interpretar as aproximações entre a política e o espaço urbano, as quais serão apresentadas a seguir.

¹⁰ No decorrer da história, explicam Vargas e Castilho (2005) que os centros das cidades têm recebido diversas adjetivações como: centro histórico, centro de negócios, centro tradicional, centro de mercado, centro principal ou, simplesmente, centro.

É justamente sobre a ideia de centro, da abordagem estruturalista, ou seja, regras invariáveis, verdades, fundamentos, ou origem fixa, que Jacques Derrida, um dos grandes expoentes do movimento pós-estruturalista, irá realizar suas críticas. O autor realiza uma desconstrução dos fundamentos que tinham a pretensão de encontrar regras que supostamente organizariam a coerência da estrutura social. Segundo o próprio autor: “a estruturalidade da estrutura, embora tenha sempre estado em ação, sempre se viu neutralizada, reduzida: por um gesto que consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la a um ponto de presença, a uma origem fixa” (DERRIDA. 1995, p. 230).

A crítica desconstrucionista de Derrida (1995), dirigida justamente ao “centro” não é propriamente contra a existência de um centro em si, mas de sua função como fundamento estrutural transcendente. Conforme explica o autor:

É certo que o centro de uma estrutura, orientando e organizando a coerência do sistema, permite o jogo dos elementos no interior da forma total. E ainda hoje uma estrutura privada de centro representa o próprio impensável. Contudo, o centro encerra também o jogo que abre e torna possível. (...) a totalidade *tem seu centro noutra lugar*. O centro não é o centro. (...) O conceito de estrutura centrada é com efeito o conceito de um jogo fundado, constituído a partir da imobilidade fundadora e de uma certeza tranquilizadora, ela própria subtraída ao jogo” (DERRIDA, 1995, p. 230 e 231).

Insistir, portanto, na ideia de um centro fixo é considerá-lo fora do jogo da estrutura que ele próprio reside (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014). Nesse sentido, explica Derrida (1995) que, quando em um dado momento as influências linguísticas permitiram questionar a ideia de uma lei que comandaria a constituição de uma estrutura, que o centro não tinha um lugar natural, que não era um lugar fixo, ocorre um descentramento: o surgimento de uma espécie de “não-lugar” ao qual se faziam indefinidamente substituições de signos. Dessa constatação, se não há um princípio transcendental fora do campo e do jogo das significações, abre-se, portanto, dentro do próprio estruturalismo, a possibilidade de surgimento de outra perspectiva epistemológica e ontológica, o pós-estruturalismo (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

O pós-estruturalismo, segundo Mendonça e Rodrigues (2014), não é uma forma de pensar “além” ou “após” a estrutura, porque não é a estrutura em si que é colocada em xeque, mas sim, a perspectiva essencialista que objetiva descobrir formas invariantes, sincrônicas e transitórias (essências) que governam e organizam as estruturas. Sendo Mouffe, uma das referências desse movimento epistemológico, cabe lembrar que a autora reafirma constantemente a impossibilidade de se estabelecer um fundamento último do social:

As coisas sempre poderiam ser de outra forma e toda ordem está fundada na exclusão de outras possibilidades. Ela é sempre a expressão de uma configuração particular de relações de poder e a falta de um fundamento racional último. O que aparece como a ordem natural jamais é a manifestação de uma objetividade mais profunda que seria exterior às práticas que lhe deram origem (MOUFFE, 2019, p. 134).

Nesse sentido, não haveria a possibilidade de fechamento de sentidos que tornaria unívoco o significado de “centro da cidade”. Se o fundamento último inexistente, o que permanece é “simplesmente o intento vão de preencher empiricamente esse vazio, essa falta constitutiva e impossível de ser superada” (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014, p. 43). Portanto, o sentido de “centro da cidade” torna-se impossível de ser apreendido em sua plenitude justamente porque ele é marcado por uma falta constitutiva, cuja consequência é a eterna tentativa de simbolizá-lo, tendo em vista a contingência de sentidos parciais.

Continuando na trilha argumentativa de Derrida (1995), a ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação. O conceito de *signo*, segundo Derrida (1995), é ilustrativo desse descentramento:

A partir do momento em que se pretende assim mostrar, (...) que não havia significado transcendental ou privilegiado e que o campo ou o jogo da significação não tinha, desde então, mais limite, dever-se-ia – mas é o que não se pode fazer – recusar mesmo o conceito e a palavra signo. Pois a significação “signo” foi sempre compreendida e determinada, no seu sentido, como signo-de, significante remetendo para um significado, significante diferente no seu significado. Se apagarmos a diferença radical entre significante e significado, é a própria palavra significante que seria necessário abandonar como conceito metafísico (DERRIDA, 1995, p. 233).

A essa ideia formulada a partir da significação do signo, Derrida (1995) defende ser possível aplicá-la a todos os conceitos. Nas Ciências Sociais, utilizando as ideias de Derrida, Nietzsche, Freud, Heidegger e Wittgenstein, Laclau e Mouffe (2015) desenvolvem a teoria do discurso, para compreender os fenômenos sociais, insistindo na impossibilidade de uma fixação de significados em última instância. Essa concepção de discurso, conforme afirmam Laclau e Mouffe (2015) coincide com a de Derrida (1995): “na ausência de centro ou de origem, tudo se torna discurso (...) isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças” (p. 232). O sentido atribuído precisa ter uma reflexão sobre a ação social. Conforme esclarece Burity (2014, p. 64), a teoria do discurso recupera o caráter “insubstituível, inseparável, inerradicável, do processo de significação para a compreensão e para a constituição dos fenômenos sociais”.

Para a teoria do discurso, a impossibilidade de uma fixação última de sentido, no entanto, não implica que não haja a tentativa de fazê-lo, ou seja, de estabelecer fixações parciais que fixam o sentido de uma cadeia de significantes. Nas palavras de Mouffe (2019):

Há, portanto, um duplo movimento: de um lado, um movimento de descentramento que evita a fixação de um conjunto de posições ao redor de um ponto pré-constituído; de outro lado, e como resultado de sua não fixidez essencial, o movimento oposto: a instituição de pontos nodais, fixações parciais que limitam o fluxo do significado sob o significante. No entanto, essa dialética da não fixidez/fixação é possível apenas porque a fixidez não está dada de antemão (...) (MOUFFE, 2019, p. 135).

Diante desses argumentos, descentrar o centro da cidade implica, para esta tese, interpretá-lo não como uma referência privilegiada (como um centro fixo), mas sim como um espaço urbano, resultado de uma articulação política precária e contingente. As reflexões de Henri Lefebvre, nos ajudam nesse sentido. Na década de 1960, Lefebvre (1991, p. 51), em “O direito à cidade” criticou o pensamento teórico que “representava a cidade como uma entidade, como um organismo ou como um todo”, sendo pioneiro em sugerir que a cidade é uma obra de arte:

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetivos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas.

Mesmo baseado na perspectiva marxista, Fortuna (2002) defende que a “*O Direito à Cidade*” de Lefebvre não suporta uma visão finalista e teleológica da evolução do tecido urbano. Para o referido autor, no contexto capitalista, o tecido urbano assume formas diversas que são resultantes da contextualização espaço-temporal e dos contornos específicos assumidos pelo conflito cidade-campo. Para Lefebvre (1991), este conflito é sempre inacabado e indeterminado nas suas configurações. Sua análise, segundo Fortuna (2002), abre ao campo acadêmico uma reflexão sobre o espaço urbano que considera a contingência variável da história. É o que faz Manuel Delgado (2007), ao refletir sobre o conceito de espaço urbano, inspirando-se na distinção feita por Lefebvre (1991, p. 54) entre cidade e urbano:

Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico - e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.

Para Delgado (2007), a cidade é um local que possui uma considerável quantidade de construções, um conjunto complexo de infraestrutura em que vive uma população bem numerosa, cuja maioria das pessoas geralmente não se conhecem entre si. Já o urbano diz respeito às práticas “que não deixam de recorrê-la e enchê-la de passeios e movimentos de um lugar para o outro, uma obra perpétua dos habitantes movidos e mobilizados por e para essa obra” (DELGADO, 2007, p. 11, tradução nossa). Portanto, para Delgado (2007), o urbano suscita um tipo singular de espaço social, o espaço urbano:

Como todo espaço social, o espaço urbano resulta de um determinado sistema de relações sociais cuja característica singular é que o grupo humano que as protagoniza não é tanto uma comunidade estruturalmente acabada (...) mas sim uma proliferação de emaranhados relacionais composto por usos, componentes, configurações, retificações e adaptações mútuas que vão emergindo a cada momento, um agrupamento polimórfico e inquieto de corpos humanos que só pode ser observado no instante exato em que coagula, pois está destinado a se dissolver de imediato (DELGADO, 2007, p. 12, tradução nossa).

Essa modalidade singular de espaço social, segundo Delgado (2007), é o cenário e o produto da própria criação coletiva, que não se configura de maneira padronizada, mas sim de uma relação entre objeto, laços, sujeitos em um estado permanente de simultaneidade e confluência, resultante de atividades e ações intermináveis:

Enfatizar as qualidades permanentemente emergentes do espaço urbano implica advertir que ele não pode patrimonializar-se como uma coisa ou como um enclave, pois não é uma coisa - um objeto cristalizado -, nem um enclave - um fragmento de território dotado de limite (DELGADO, 2007, p. 12).

O espaço urbano, portanto, como “forma radical de espaço social”, não possui uma verdade a ser descoberta, não podendo “ser reduzido a nenhuma unidade discursiva, pela inumerável versatilidade dos eventos que o atravessam” (DELGADO, 2007, p. 17, tradução nossa). Nesse sentido, Delgado (2007) afirma que o espaço urbano é um campo de força, universo de tensões e distorções, no qual os indivíduos e grupos definem e estruturam relações de poder, submetendo-se a elas, ou mesmo desobedecendo-as ou ignorando-as.

É nesse sentido que, na impossibilidade de fixar um fundamento último, essa tentativa de “preenchimento” se configura como uma prática política, ou como defende Mouffe (2015), tentativas conflitivas e marcadas pelo poder, de estabelecer certa ordem e fazer valer projetos políticos que desejam fixar certos sentidos e organizar a coexistência humana. No entanto, ressalta Delgado (2007) que na medida em que há a tentativa de “domesticar” o espaço urbano, predomina “uma ideologia que concebe a vida social como espinha dorsal de e para o consenso,

em que cidadãos livres e iguais concordam em viver gentilmente, cumprindo um conjunto de preceitos abstratos de boa conduta” (DELGADO, 2007, p. 17).

Conforme explica o autor, essas intervenções procuram defender a garantia de uma boa fluidez de circulação; servir de apoio às proclamações do patrimônio histórico e cultural, e melhorar os negócios e o consumo. Esse processo encontra um complemento estratégico na generalização de discursos políticos, que defendem uma perspectiva neutra e neutralizada, com argumentos baseados na extinção das desigualdades sociais e valores de civilidade (DELGADO, 2007). Nesse “espaço modelo”, Delgado (2007) ressalta que não está prevista a possibilidade de o conflito estar presente, ao contemplar a realização da utopia de uma superação absoluta das diferenças de classe e contradições sociais.

A crítica de Delgado (2007) a respeito das tentativas de “controlar” o espaço urbano, se inserem acompanhadas pela dinâmica de reapropriação capitalista da cidade, processos conhecidos como renovação urbana, requalificação, revitalização e gentrificação. O autor não nega que não haja a necessidade de planejar e gerenciar uma cidade, em que o próprio Estado, como estrutura centralizadora, é o responsável por garantir o bem-estar dos habitantes e protegê-los dos abusos que inevitavelmente lhe atravessam. No entanto, existem evidências em todo o mundo de que o processo que está sendo seguido é exatamente aquele que pretende “domesticar o urbano”, a rua e a vida que se desenrola dentro e através dela. A cidade, então, acaba sendo vendida para que os liberais mais ferozes possam privá-la e torná-la um negócio (DELGADO, 2007).

Nesse sentido, sugerimos interpretar as políticas de intervenção urbana como tentativas de estabelecer certa ordem para organizar o espaço urbano, ou seja, a própria ideia de política proposta por Mouffe (2003). Esse jogo de significação, marcado pelo antagonismo, configura as tentativas de estabelecer certa ordem (intervenções urbanas, por exemplo), como uma prática política marcada pela criação de fronteiras nós/eles, mobilizações coletivas, articulações discursivas, fixação de sentidos e disputas entre inimigos e/ou adversários (MOUFFE, 2003; 2015).

Abandonando a ideia harmônica e consensual para dar lugar à possibilidade de expressão do dissenso, do conflito e da influência das paixões e afetos na política, o capítulo seguinte apresenta os delineamentos metodológicos concebidos para analisar como os grupos se articulam em torno das disputas relativas às políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis.

3 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho escolhemos a abordagem pós-estruturalista como perspectiva ontológica e epistemológica para analisar como os grupos se articulam em torno das disputas relativas às políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis. Seguindo a linha argumentativa de Glynos e Howarth (2007), as pesquisas que utilizam essa abordagem, principalmente àquelas ancoradas na TPD, são dirigidas por um problema social, buscando elaborar ou aprofundar um discurso acadêmico, a partir da articulação de elementos empíricos e teóricos. Nesse intento, Oliveira (2018) ressalta que não há e nem poderia haver um modelo metodológico único e sistemático para esta abordagem, sendo que cada pesquisa precisa construir seu caminho, considerando a problemática que envolve o fenômeno de estudo. Neste capítulo, apresentamos os contornos metodológicos delineados ao longo da pesquisa, percorrendo sobre a articulação das premissas ontológicas, epistemológicas e metodológicas, incluindo os detalhes do percurso da investigação.

3.1 ARTICULAÇÃO ONTOLÓGICA, EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA

Nos últimos vinte anos, trabalhos pós-estruturalistas apresentaram avanços importantes nas Ciências Sociais e Políticas, ao desenvolverem uma alternativa ontológica ao *mainstream* positivista, no intuito de compreender e explicar criticamente uma série de fenômenos sociais (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Nos estudos organizacionais, diversos autores apontam para o potencial que essa abordagem possui para ampliar a concepção de organização e para a repolitização do campo (BÖHM, 2006; BARCELLOS; DELLAGNELO; SALES, 2014; 2017; JUSTEN, 2017; PARKER; PARKER, 2017; VINE, 2019).

Como premissas ontológicas, o pós-estruturalismo **nega todo e qualquer fundamento último**, refutando verdades absolutas e princípios transcendentais (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015). Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 166): “Não existe espaço suturado correspondente à ‘sociedade’, uma vez que o social em si não possui essência”. Essa **concepção antiessencialista** revela a impossibilidade de fixar a ideia de “sociedade” como totalidade fundante, revelando seu **caráter precário e contingente**. Glynos e Howarth (2007, p. 110) explicam que a contingência radical se refere à instabilidade inerente (em oposição à acidental) da identidade de um objeto, em um sentido de impossibilidade, ou seja, “o fracasso constitutivo de qualquer objetividade em atingir uma identidade plena”.

Nesse sentido, **a concepção do social para Laclau e Mouffe (2015) é interpretada como espaço discursivo**, configurando-se em uma **ontologia fundada na centralidade do político**. Conforme explicam Lopes, Mendonça e Burity (2015, p. 22): “toda ordem, todo regime é o resultado de decisões políticas, tomadas num terreno indecidível, o que significa que outras decisões poderiam ter tido lugar, mas a contingência histórica configurou-se de uma determinada forma, com a exclusão de outras possibilidades”.

A noção de discurso sinaliza uma unidade de significação, colocando centralidade do significado das práticas (GLYNOS; HOWARTH, 2007; BURITY, 2014). Conforme nos explica Burity (2014, p. 61), seu conceito está ligado a “um sistema de relações entre objetos, entre elementos, que constitui uma unidade significativa, um conjunto de regras de produção de sentido”. A identidade de um objeto é conferida pelos discursos particulares ou sistemas de significado dentro dos quais ele é constituído: “Os elementos linguísticos e não-linguísticos não são meramente justapostos, mas constituem um sistema diferencial e estruturado de posições, isto é, um discurso” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 182). Cabe notar que Laclau e Mouffe (2015, p. 180) não distinguem elementos linguísticos e não-linguísticos:

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não-discursivas. Afirmamos que: a) todo objeto é constituído como objetivo de discurso, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas de emergência; e b) qualquer distinção entre o que usualmente se chama de aspectos linguísticos e comportamentais de uma prática social ou é uma distinção incorreta, ou deve ter lugar como diferenciação na produção social de sentido, que é estruturada sob a forma de totalidades discursivas.

O conceito de discurso, segundo Burity (2014, p. 61) “vai ser introduzido numa reflexão sobre a política para dar conta, inicialmente, do lugar que a questão do sentido precisa ter numa reflexão sobre a ação social”. Considerando que o sentido é sempre produzido socialmente, o processo de significação equivale a uma combinação de elementos diferentes entre si, em um sistema de regras, que articulam significantes e significados (LACLAU; MOUFFE, 2015; BURITY, 2014). O discurso, portanto, é “a totalidade estruturada resultante desta prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

É por isso que para a perspectiva pós-estruturalista de Laclau e Mouffe (2015), as práticas articulatórias são consideradas como um dos momentos privilegiados de significação, constituição de identidades e estruturação (parcial e contingente) das relações e estruturas sociais. Para Glynos e Howarth (2007), todo processo social de reunir elementos é, em algum grau, articulatório, porque os “agentes de articulação” não são governados por nenhum princípio ou fundamento metafísico subjacente. O nível ontológico primário da constituição do

real é político e consiste em uma prática articulatória que envolve a criação de algo novo, uma relação entre elementos dispersos que são articulados de forma não necessária e contingente (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Essa perspectiva, em termos metodológicos, reafirma dentro das Ciências Sociais “o caráter insubstituível, inseparável, inerradicável, do processo de significação para a compreensão e para a constituição dos fenômenos sociais” (BURITY, 2014, p. 64). Nesse sentido, o referido autor ressalta:

os fenômenos sociais são sobredeterminados: não têm uma única forma de abordar, de descrever, de explicar; não estão sujeitos a uma relação simples de causalidade; não se constituem por um único investimento de sentido, ou uma única agência; não envolvem implicações unívocas; não se esgotam na pura facticidade dos acontecimentos encadeados que permitem narrar-lhes um certo desdobramento no tempo e no espaço (BURITY, 2014, p. 66).

Essa tarefa interpretativa requer um engajamento ativo do pesquisador para articular elementos teóricos e empíricos. Nesse sentido, inspiradas em Glynos e Howarth (2007), utilizamos **a noção de articulação como um conceito organizador para compreender o fenômeno de pesquisa e problematizar concepções dominantes e críticas de organização, bem como para orientar a elaboração da própria pesquisa.**

Sendo a articulação “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória”, Glynos e Howarth (2007) argumentam que elementos empíricos e teóricos são articulados na prática da pesquisa. Essa operação, segundo os autores, pode gerar três conjuntos de relações articulatórias: (i) entre elementos empíricos, (ii) entre elementos teóricos (iii) e entre elementos empíricos e teóricos. A noção de articulação fornece, portanto, condições de possibilidade para ligar simultaneamente diferentes elementos teóricos, conectando-os com fenômenos empíricos específicos.

Em decorrência dessa concepção, esta **tese localiza-se no marco da pesquisa qualitativa**, que conforme Denzin e Lincoln (2006), consiste em uma atividade situada que através de um conjunto de práticas interpretativas, o pesquisador busca compreender uma série de representações e significados atribuídos aos fenômenos sociais. Como todo discurso é resultante de uma prática articulatória que fixa sentido parcialmente, entendemos que a etnografia seria a prática de pesquisa mais adequada para conduzir a análise do fenômeno em questão.

Buscando articular e compreender as práticas de significação do discurso e tendo em vista que a política é sempre uma formulação contingente, aberta, instável e não reconciliada (MOUFFE, 2015; ELINOFF, 2019), a etnografia enquanto prática de pesquisa é a que melhor pode acolher a “surpresa intrínseca dos acasos da experiência de campo” (PEIRANO, 2004). Segundo Elinoff (2019, p. 145), a partir da etnografia, o pesquisador tem condições de acompanhar os espaços de tensão entre as formas institucionais fixas e os espaços fluídos próprios da política, evidenciando os locais de produção dos atritos: “nesses espaços tensos que as pessoas buscam ativamente refazer seus mundos e, com isso, o próprio político”.

A atenção etnográfica possibilita, então, segundo Elinoff (2019), uma lente crítica sobre o político, porque focaliza nossa atenção para o sentido ativo da política, ou seja, para as ações e os sujeitos que buscam significar e reconfigurar a ordem social. Nesse sentido, Peirano (2014) argumenta que a etnografia, não se trata de um “detalhe metodológico”, ela está ligada também a uma concepção ontológica e epistemológica:

a indagação etnográfica em si *já tem um caráter teórico*, porque somente (ou principalmente) ela nos permite questionar os pressupostos então vigentes pelas novas associações ou novas perguntas. (...) Assim, a etnografia abala nossos estilos de vida e nossas ideias de existência; abala nossa crença moderna na referencialidade dos sentidos e impõe uma reflexão sobre a multiplicidade de modos de vida (PEIRANO, 2014, p. 9).

Coerente com a perspectiva ontológica e epistemológica adotada, ressalto que o meu olhar investigativo focalizou as mobilizações coletivas em torno das disputas relativas às políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis, tentando evidenciar a maneira como surgiram, como foram contestadas e/ou transformadas. Para tanto, apresentamos a seguir, como o percurso investigativo foi realizado.

3.2 PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO

Uma das principais características da etnografia consiste na imersão do pesquisador no campo de estudo, período que pode variar de seis meses a dois anos, dependendo do contexto da investigação (ANGROSINO, 2012). Nesta tese, **a pesquisa de campo etnográfica teve duração de dois (2) anos e sete (7) meses, sendo realizado de agosto de 2019 a março de 2022.**

Peirano (2014) nos lembra sobre as imprevisibilidades e as surpresas que não cessam de acontecer durante a pesquisa etnográfica. Fato este que, o acaso dos encontros e a

contingência inerente à vida, configuraram e remodelaram a pesquisa. Nesse sentido, destacamos três acontecimentos contingentes que impactaram o delineamento do percurso trilhado, configurando-se em um caminho único de pesquisa. Em março de 2020, fomos interpelados pela pandemia de COVID-19 que modificou de maneira profunda nossas relações sociais. A partir de julho de 2021, as disputas sobre os projetos de revitalização proposto para o Centro Histórico Leste de Florianópolis foram intensificadas, tendo em vista a proposta da Prefeitura de Florianópolis em substituir os paralelepípedos das ruas da região por *paver*. Entre setembro de 2021 a julho de 2022, realizei um período de intercâmbio como pesquisadora visitante na Universidade de Lausanne na Suíça¹¹.

Contraopondo-se ao *mainstream* positivista que apresenta um padrão linear de investigação¹², a prática etnográfica tende a seguir uma concepção cíclica no processo da pesquisa. Conforme argumenta Spradley (1980), a pesquisa etnográfica circula entre momentos de observação e análise, a fim de direcionar a continuidade da investigação. Com o intuito de descrever didaticamente como o trabalho de campo desta tese foi realizado, utilizamos como inspiração o “Ciclo da Pesquisa Etnográfica” proposto por Spradley (1980), que elenca as seguintes etapas: (i) seleção do projeto de pesquisa, (ii) formulação das questões etnográficas, (iii) coleta de dados por meio da observação participante, (iv) elaboração do registro etnográfico, (v) análise dos dados coletados e por fim, (vi) escrita do texto etnográfico.

Para tanto, apresentamos nas seções seguintes como se deu a escolha e problematização do fenômeno de estudo, como a pesquisa de campo e os registros etnográficos foram realizados, como a análise aconteceu e foi estruturada; e por fim, algumas notas sobre a escrita etnográfica e a reflexividade da pesquisadora.

¹¹ Fui selecionada pelo Programa do Governo Suíço *Swiss Government Excellence Scholarships for Foreign Students*, que promove o intercâmbio internacional e a cooperação em pesquisa entre a Suíça e mais de 180 outros países. Entre o período de setembro de 2021 a julho de 2022, estive como pesquisadora visitante na Universidade de Lausanne (UNIL), no Grupo de Pesquisa M³ – Materialidades | Multiplicidades | Metrópole, coordenado pelo Professor Dr. Martin Müller no Instituto de Geografia e Sustentabilidade (IGD). A realização do doutorado sanduíche proporcionou aprofundar meus estudos sobre políticas públicas urbanas, bem como me dedicar exclusivamente para a pesquisa de campo e análises da tese. Participei das reuniões do grupo, cursei disciplinas de Teoria Urbana e Inglês Acadêmico, bem como participei de discussões e seminários internacionais.

¹² Este padrão linear de pesquisa, está ancorado sob a abordagem positivista, cujas etapas geralmente são assim apresentadas: (i) formulação do problema de pesquisa; (ii) formulação de hipóteses; (iii) definição de um quadro teórico-analítico; (iv) elaboração dos instrumentos de pesquisa; (v) coleta dos dados; (vi) análise dos dados; (vii) sistematização final com os resultados encontrados e conclusões (SPRADLEY, 1980).

3.2.1 Escolha e problematização do fenômeno de pesquisa

Coerente com a perspectiva ontológica adotada, não há um mundo externo ao pesquisador, que por meio de métodos adequados devemos descobrir, descrever e explicá-lo. Nessa perspectiva, a articulação de pressupostos analíticos e empíricos concentra-se na própria construção contingente e precária do fenômeno de estudo. Conforme explicam Glynos e Howarth (2007), o fenômeno de estudo é construído e isso significa dizer que diversos de seus elementos são articulados para se tornar inteligível e constituírem em um problema de pesquisa.

A prática de pesquisa etnográfica é um processo reflexivo que nunca cessa. Uma atividade constante que nos leva a refletir sobre os fenômenos sociais e a significá-los. Nos intriga a compreendê-lo, a partir de diferentes pontos de vista. Para Peirano (2014), tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e por isso, ela afirma que a ideia de “método etnográfico” é complexa. Ao narrar um episódio que vivenciou ela reflete que:

Desse episódio fica claro que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar porque alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. É assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos (PEIRANO, 2014, p. 379).

Esse é um processo desafiador de registrar também nossas percepções e logo de início, fico refletindo se eu realmente escolhi o fenômeno de pesquisa ou fui afetada por ele, tendo em vista a minha trajetória sociobiográfica. Por já ter tido experiência com a pesquisa etnográfica nos anos de mestrado, aprendi a “estranhar” os acontecimentos cotidianos.

Concordando com Peirano (2014) de que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e terminar, estas definições são realizadas de maneira arbitrária. Então **decidi começar contando como fui afetada pelo fenômeno de estudo, a partir de agosto de 2017**, quando a sede do ICOM - Instituto Comunitário Grande Florianópolis¹³, organização da

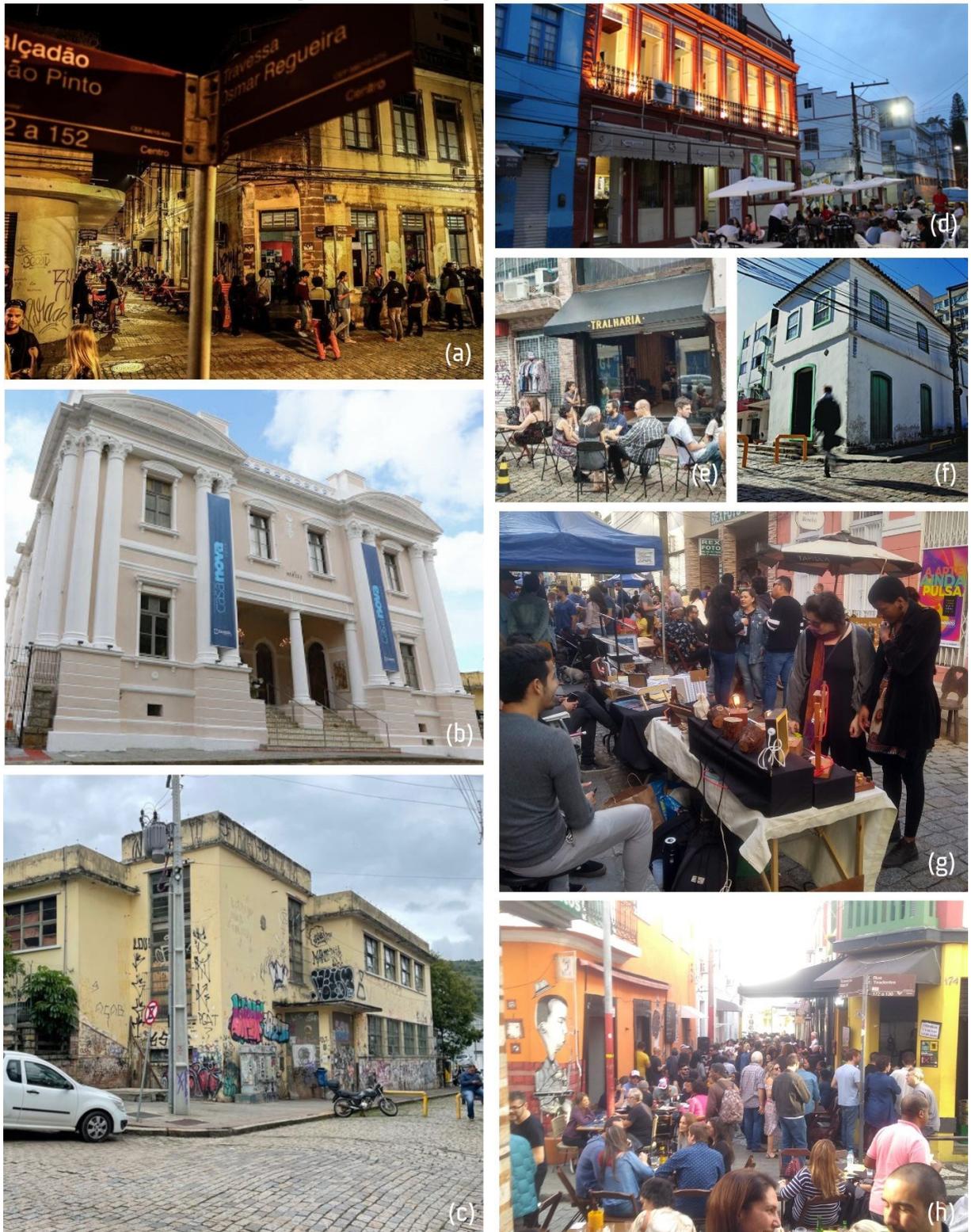
¹³ O Instituto Comunitário Grande Florianópolis é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e de interesse público que, desde 2005, busca promover o desenvolvimento comunitário em Santa Catarina, mobilizando, articulando e apoiando a sociedade civil organizada e investidores sociais. Sua atuação é guiada pela (i) articulação da comunidade e conhecimento dos desafios locais por meio da realização de diagnósticos sociais participativos, para influenciar políticas públicas, subsidiar a atuação da sociedade civil organizada e orientar o investimento social privado; (ii) fortalecimento de organizações da sociedade civil, grupos e movimentos sociais para que sejam cada vez mais autônomos e capazes de coproduzirem o bem público e lutarem por direitos; (iii)

sociedade civil na qual eu trabalhei entre os anos de 2016 e 2019, mudou de endereço para a Rua Victor Meirelles, no segundo andar de um edifício antigo, localizado no setor leste do centro histórico de Florianópolis.

A partir de então passei a frequentar a região diariamente. Aos poucos fui descobrindo as marcas históricas que ligavam o local à colonização e à chegada dos portugueses em 1673. Essa atmosfera histórica pode ser sentida pelas ruas de paralelepípedos, pelos prédios antigos, pelos museus e até mesmo pela atmosfera das lojas como sebos, antiquários, móveis usados e brechós. Os equipamentos culturais como a Casa de Câmara e Cadeia, o Museu Victor Meirelles e o Museu da Escola Catarinense, restaurados recentemente, a tradicional e famosa Travessa Ratcliff, considerada um Ponto de Cultura, a Kibelândia, um bar tradicional da cidade em funcionamento desde 1966, a Escola Estadual Antonieta de Barros e diversos prédios históricos que datam do século XIX, tombados como patrimônio cultural. A Figura 1, apresenta algumas imagens da paisagem urbana vista por mim.

Paralelamente à riqueza histórica, o Centro Histórico Leste também apresentava uma questão social considerada problemática por muitos cidadãos, diversas pessoas em situação de rua, perambulando pela região, dormindo nas marquises e por vezes, nos abordando para pedir alguns trocados. Além disso, alguns imóveis depredados e sem manutenção, sujeira, pichações, acúmulo de lixo e odor de urina nas redondezas, conferiam um ar de descaso do poder público com o local. O proprietário da sala comercial alugada pelo ICOM, mesmo após algumas reformas, encontrava dificuldade em alugar o imóvel devido ao processo de desvalorização urbana que a região vinha enfrentando, desde o início dos anos 2000, quando o Terminal Urbano da Capital foi transferido das imediações. Quando alugamos o espaço, por um valor muito abaixo do que a antiga sede, o fizemos porque havíamos ouvido falar que uma proposta de revitalização para a região estava em curso. Segundo a gerente executiva do ICOM, se isso acontecesse, “acompanharíamos de camarote o renascimento da região”.

Figura 1 - Paisagem urbana Centro Leste



Fonte: Compilado pela da autora

Legenda: (a) Travessa Ratcliff; (b) Museu da Escola Catarinense; (c) Escola Antonieta de Barros; (d) Kibelândia; (e) Tralharia Bar; (f) Museu Victor Meirelles; (g) Mercadinho Tiradentes; (h) Travessa Ratcliff

Ainda sem ter iniciado o doutorado, naquela ocasião não tive interesse em compreender mais sobre o tal projeto, a naturalização das paisagens, efeito da vida cotidiana naquele espaço urbano, foi então inevitável. Nossa inserção e familiaridade com o local foi também facilitada, porque a nossa nova sede, ficou muito próxima a de outra organização da sociedade civil, o Instituto Arco Íris¹⁴, localizado na Travessa Ratcliff. Parceiros de um dos projetos que correalizamos com o Movimento da População em Situação de Rua de Santa Catarina – MNPR-SC¹⁵, passamos a conviver mais intensamente com muitos integrantes do Movimento, que frequentavam o ICOM diariamente. Dessa experiência, nossa visão etnocêntrica sobre as pessoas em situação de rua foi resignificada. Esse projeto nos trouxe muitas reflexões e aprendizagens, inclusive a sensação de estarmos muito mais próximos e inseridos naquele espaço urbano.

Aproximadamente três meses depois da nossa mudança, em outubro de 2017, ao sair do ICOM um pouco mais tarde do que o habitual, percebi uma movimentação intensa, provocada por um novo bar chamado “No Class” que recém havia inaugurado. Já estávamos acompanhando o processo da reforma, no prédio localizado quase ao lado do ICOM, mas a surpresa provocada pela atração de uma quantidade significativa de pessoas, aglomeradas não só dentro do estabelecimento, mas também na rua, nos surpreendeu. De fato, alguma mudança na dinâmica daquela região viria a se estabelecer e uma dúvida logo me interpelou: o projeto de revitalização teria sido iniciado?

Mal sabíamos que aquela nova dinâmica da Rua Victor Meirelles estava apenas começando, o movimento foi intensificado com a abertura, poucos meses depois, de vários outros bares, muito próximos uns dos outros: Madalena Bar, Janelinha, Ateliê 389, Sirène, PicNic, Vòdu e assim, um após o outro, diversos novos estabelecimentos como clubes noturnos, pousadas, restaurantes foram inaugurados também nas ruas próximas. Acompanhamos a chegada de cada um deles, que atraíam cada vez mais o público para a região, principalmente

¹⁴ O Instituto Arco-Íris é uma organização da sociedade civil, constituída juridicamente como Associação. Foi fundado em 1997 com o intuito de atender a população com HIV. Com o tempo e a necessidade, o público foi se expandindo até chegar aos dias atuais. Atualmente o Instituto atende as populações vulneráveis em geral, como população carcerária, população de rua, profissionais do sexo, saúde mental e outros. Sua sede se localiza na Travessa Ratclif, nº 56, no Centro de Florianópolis, em um prédio cedido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Fonte: <https://institutoarcoirisdh.wordpress.com/quem-somos/>

¹⁵ O ICOM, em parceria com o Movimento da População em Situação de Rua de Santa Catarina (MNPR/SC), desenvolveu uma proposta participativa de diagnóstico social a fim de conhecer melhor as necessidades da população em situação de rua na Grande Florianópolis. O diagnóstico contou com a colaboração de pesquisadores voluntários oriundos da situação de rua para a aplicação de cerca de 1000 questionários no período de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 nos municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça. Fonte: www.icomfloripa.org.br

no período noturno. Os bares e restaurantes contam com poucos lugares para sentar-se, sendo que “a proposta” é a convivência na rua. A foto apresentada na Figura 2, passou a ser a imagem corriqueira, cada vez que terminamos o expediente, ou mesmo quando aproveitamos também para ter nosso momento de lazer logo após um dia de trabalho.

Figura 2 - Movimentação noturna na Rua Victor Meirelles



Fonte: compilado pela autora.

Entre os anos de 2017 e 2019, vivenciei as mudanças ocorridas no Centro Leste de perto, principalmente a chegada de muitos jovens, em busca de novas opções de consumo, lazer e atividades culturais. Em 2018, concluindo o primeiro ano de doutorado, percebi que este espaço urbano concentrava uma diversidade de pessoas e grupos como empresários, prefeitura, organizações da sociedade civil, coletivos de produtores culturais, artesãos, comerciantes, moradores, universidades. Diversos interesses e disputas começaram a ocorrer na região, provocada por sua pluralidade, revelada inclusive a partir das diversas denominações que a região foi ganhando: Centro Histórico Leste, Baixo Centro, Centro Leste, Setor Leste, Distrito 48. Foi então que decidimos aprofundar nossa compreensão sobre o local, a partir da minha pesquisa de doutorado. O Centro Leste foi então ressignificado por mim, não mais só como um local de trabalho, lazer, consumo e vida cultural, mas como meu fenômeno de pesquisa para elaboração da minha tese de doutorado. Como afirma Favret-Saada (2005), a prática etnográfica é muito mais do que um processo de investigação para compreensão do mundo. Ela nos afeta em diversos sentidos e ressignifica também nossa relação com o ambiente vivido.

Entre os meses de março de 2019 a agosto de 2020, realizei uma pesquisa exploratória, focalizada em compreender em torno de quais temáticas as disputas sobre a região aconteciam. Nesse percurso identifiquei que diferentes demandas estavam sendo colocadas pelos sujeitos,

frente à pluralidade de eventos e transformações que a região vivenciava. O Quadro 2, apresenta um resumo dos principais pontos observados durante a fase de pesquisa exploratória que contribuíram para a elaboração da problemática que envolve o fenômeno de estudo.

Quadro 2 - Sistematização das principais problemáticas identificadas

Temas	Descrição
Projeto Centro Sapiens	Um grande projeto chamado Centro Sapiens, que “visa tornar a área leste do Centro Histórico de Florianópolis em um Distrito Criativo”.
Novos bares	Entre 2017 e 2019, a abertura de mais de dez bares concentrados em poucas ruas, configurou o espaço urbano como mais uma opção de lazer em Florianópolis. Significado como o lado “alternativo” da cidade, sua característica é concentrar as pessoas na rua.
Confrontos sobre a utilização da rua para lazer	Confronto e intervenção da polícia militar para combater comerciantes ambulantes e ocupação da rua por grupos “de menor renda”, me refiro ao caso do “Baile do Madalena” organizado pelo Movimento “Fluxos da Ilha”, em que diversos jovens e adolescentes se reuniam para escutar e dançar funk aos arredores da Rua Victor Meirelles, e que foi fortemente reprimido e agredido pela Polícia Militar.
Regulamentações	Reordenamento de utilização da rua pela intervenção estatal como alteração de permissão de estacionar, proibição de ambulantes na Rua Victor Meirelles, proibição de som na rua, regulamentação de horário de funcionamento dos bares.
Feiras de Rua	Além “da vida noturna” três feiras já se consolidaram na região. A Feira Viva Cidade, promovida desde 2013. Além de outras duas feiras mais recentes, iniciadas a partir de 2018, de curadoria própria, o Mercadinho Tiradentes; e a Feira <i>Fatto a Femme</i> , promovida na Avenida Hercílio Luz.
Incentivo à startups, tecnologia e economia criativa	Aprovação em janeiro de 2020, de uma nova lei como “aposta para revitalização do Centro Leste” que concede incentivos fiscais a empresas de inovação e economia criativa. A legislação beneficia negócios instalados no perímetro do Centro Sapiens com redução de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e de ISS (Imposto sobre Serviços).
Revitalização de prédios históricos	Reforma de um antigo imóvel na Rua João Pinto, sede dos três primeiros cinemas da Capital entre 1932 e 1991, que o transformará numa moderna edificação, para ser a nova sede do Serviço Municipal Pró-Cidadão. A reforma está sendo custeada pelo proprietário do imóvel, que alugará para a prefeitura um edifício pronto para o atendimento do público. Essa situação que tem gerado controvérsias e muitas críticas a essa parceria entre prefeitura e o setor imobiliário.
Lançamento do projeto de revitalização da PMF	Lançamento em fevereiro de 2020, pela Prefeitura de Florianópolis de um projeto para revitalizar o Centro Leste. Entre as alterações estão a troca do pavimento em paralelepípedo por pavimentação em paver.
Debates públicos	A região aparece como pauta de discussão em vários locais de deliberação pública da cidade, como no Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais e na Conferência da Cidade; Há um forte interesse da mídia tradicional em relação a região, relatando principalmente as situações incômodas sobre a aglomeração de pessoas nas ruas, a divulgação de abertura de novos bares e estabelecimentos, e as intervenções e articulações da Prefeitura e do setor privado relativas à “revitalização” da região; A mídia alternativa denuncia uma possível gentrificação que se inicia no local; Envolvimento de diferentes grupos da sociedade civil que defendem políticas diferentes para o local como o Movimento Traços Urbanos, o Instituto Arco-Íris, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Floripa Amanhã, dentre outros.
Interesse acadêmico	Vários grupos da UFSC e da UDESC com interesse de pesquisa e investigação sobre o local, mais precisamente das áreas de Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano, Engenharia de Produção e Sistemas, Gestão do Conhecimento.

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme observado, as demandas giram em torno da vontade de alguns grupos fomentar novas vocações econômicas e o progresso econômico da região, no setor de tecnologia, comércio de antiguidades, design, moda, turismo, para transformar Florianópolis em uma cidade competitiva internacionalmente. Outros grupos buscam a ocupação e utilização desse espaço urbano para a realização de atividades culturais e de lazer, já os mais críticos, analisam que com a instalação de novos empreendimentos comerciais (principalmente bares e restaurantes) há o início de um processo de gentrificação. Pude identificar diversos conflitos que foram travados a partir das demandas divergentes que envolviam a região. Por exemplo sobre a abordagem social da Prefeitura e da Guarda Municipal às pessoas em situação de rua, sobre a regulação do horário de funcionamento dos bares, a reclamação de moradores sobre o lixo deixado nas ruas após os momentos de lazer noturnos, abordagens policiais (às vezes até violentas) para reprimir a ocupação das ruas pelos jovens, sobre a promulgação de lei de isenção para incentivos fiscais à *startups* instaladas na região, entre outros. No entanto, a disputa mais explícita que deflagrou a articulação do *Movimento #vivacentroleste* foi em torno do projeto de revitalização proposto pela Prefeitura de Florianópolis, em fevereiro de 2020, que previa a substituição dos paralelepípedos das ruas por *paver*.

Essa fase de pesquisa exploratória foi fundamental para elaborar a problematização do fenômeno de estudo, delimitar seus contornos, bem como elaborar perguntas de investigação. Segundo Spradley (1980), ao fazer a observação participante, perguntas e respostas são realizadas na situação social que está sendo estudada. Nesse sentido, inicialmente, algumas perguntas foram formuladas, sendo reformuladas e/ou aprofundadas ao longo do processo de investigação. O Quadro 3, apresenta a sistematização das perguntas iniciais.

Quadro 3 - Perguntas elaboradas para iniciar a pesquisa de campo

- Quais são as características do centro histórico leste enquanto espaço urbano?
- Quais são as políticas de revitalização urbana propostas para a região, quais são seus objetivos e ideia de cidade que defendem?
- Quais são os conflitos que se processam em torno delas?
- Quais são os grupos afetados que se posicionam contrários?
- Quais são seus argumentos?
- Quais práticas de resistência podem ser observadas?
- Como eles são afetados e quais são suas demandas comuns?
- Como eles se mobilizam coletivamente?
- Que canais utilizam?
- Quais são as suas estratégias de resistência?
- Que ideia de cidade e de organização do espaço urbano alternativos eles defendem?
- Qual é a influência das paixões e afetos no processo de articulação política?

Fonte: elaborado pela autora

A partir dessas questões iniciais, e considerando o contexto da pandemia de COVID-19 que impossibilitou a convivência nas ruas do Centro Leste, afetando fortemente os bares, comércios e as atividades culturais, após a qualificação do projeto de doutorado (agosto de 2020), a pesquisa de campo continuou de maneira virtual, focalizando as disputas em torno do projeto de revitalização proposto pela Prefeitura de Florianópolis, que previa a substituição dos paralelepípedos por *paver*.

3.2.2 Realização da pesquisa de campo

A pesquisa de campo etnográfica foi realizada entre os meses de agosto de 2019 a março de 2022, totalizando 2 anos e 7 meses de acompanhamento do fenômeno de estudo. Esse período contemplou um período de pesquisa exploratória, (agosto de 2019 a agosto de 2020), conforme apresentado anteriormente, o qual foi fundamental para problematizar o fenômeno de estudo e elaborar os objetivos desta tese. Próprio do processo da prática etnográfica, **uma combinação de diversas estratégias e fontes de pesquisa foram utilizadas.** Dentre elas, a observação participante, entrevistas e pesquisa documental. Além disso, é importante destacar que **a pesquisa foi realizada de maneira presencial e virtual**, condição imposta pela pandemia de Covid-19 e meu afastamento para o doutorado sanduíche realizado na Suíça.

A pandemia de Covid-19 nos obrigou a uma reorganização da vida social e econômica, impactando também na pesquisa acadêmica, que teve que se adaptar a esse novo contexto. Como assinala Peirano (2014), a etnografia é sempre reinventada e recriada em cada fazer etnográfico. Como praticamente todas as interações sociais foram realocadas para o ambiente virtual, como encontros, reuniões, debates, audiências públicas, as observações da pesquisa e as entrevistas, mesmo que de maneira virtual, ocorreram em tempo real. Além disso, outros espaços virtuais também foram acompanhados ao longo da pesquisa, como grupos de *whatsapp* e redes sociais (*instagram* e *facebook*). A observação foi complementada com a pesquisa documental de vídeos, notícias, leis e decretos, projetos, entre outros documentos digitais que integraram o *corpus* de análise. O detalhamento de cada um desses momentos da pesquisa, será abordado nos tópicos a seguir.

3.2.2.1 Observação

Segundo Angrosino (2012), a observação é o ato de perceber as atividades e interrelações das pessoas no campo mediante os sentidos do pesquisador. Para o autor, a qualidade da pesquisa etnográfica está relacionada à qualidade das relações pessoais estabelecidas. O pesquisador, não é apenas um observador, mas também sujeito da pesquisa, atravessado pela contingência, pelo acaso dos encontros e por suas próprias paixões e afetos. A **observação participante**, conforme argumenta Angrosino (2012) não é um método em si, mas sim um estilo pessoal adotado pelos pesquisadores de campo para acompanhar o fenômeno de estudo. Spradley (1980) explica que a ideia de observação participante na etnografia, está intimamente relacionada à postura do pesquisador frente aos fenômenos observados que pode variar em relação ao grau de seu envolvimento, tanto com as pessoas quanto com as atividades que observa. O autor explora essa variação em um *continuum* - passivo, moderado, ativo, completo, que diz respeito ao grau de envolvimento do pesquisador, que comumente varia ao longo da pesquisa, defendendo do fenômeno ou da situação observada.

Durante a realização da pesquisa, a observação participante aconteceu tanto de maneira presencial como virtual. Além disso, em algumas atividades, conforme colocado por Spradley (1980), a minha intensidade e grau de envolvimento variou, a depender da situação observada. Por exemplo, em audiências públicas e conferências, apesar de ser uma participante atenta e com direito a voz e voto, a minha interação com os sujeitos foi menor, não tendo nenhum papel definido. Já em reuniões mais específicas e que aconteciam de forma sistemática, minha interação era muito maior, debatendo sobre os temas propostos, sugerindo encaminhamentos e realizando algumas das atividades distribuídas.

Para responder aos objetivos propostos nesta tese, as observações foram realizadas em diferentes momentos e espaços, e com grupos diversos, tentando abarcar a diversidade e multiplicidade das práticas e sujeitos envolvidos com o fenômeno de estudo. Conforme explicitado anteriormente, **a observação participante foi realizada tanto de maneira presencial, como também virtualmente**. O Quadro 4, apresenta a relação dos momentos observados ao longo da pesquisa, caracterizados pelos locais que ela aconteceu como: no espaço urbano que envolve o estudo, em atividades de lazer, cultura e consumo, em espaços de participação e deliberação pública, em debates e reuniões públicas e em reuniões específicas de grupos e organizações.

Quadro 4 - Relação dos momentos de observação

(continua)

Nº	Data	Descrição	Caracterização	Forma de observação
1	05/08/2019	Reunião plenária do CMPCF	Espaços de participação e deliberação pública	Presencial
2	16/08/2019	Rua Victor Meirelles – período noturno - movimentação das ruas e bares	Espaço urbano - lazer	Presencial
3	17/08/2019	Mercadinho Tiradentes (Feira de Rua)	Espaço urbano - consumo	Presencial
4	17/08/2019	Maratona Cultural 2019 – Show Francisco El Hombre	Espaço urbano - cultura	Presencial
5	02/09/2019	Reunião plenária do CMPCF	Espaços de participação e deliberação pública	Presencial
6	22/09/2019	Rua Tiradentes – observação noturna da movimentação das ruas e bares	Espaço urbano - lazer	Presencial
7	01/10/2019	Rua Victor Meirelles – período matutino – movimentação comércio e ruas	Espaço urbano - lazer	Presencial
8	07/10/2019	Rua Victor Meirelles – período matutino – movimentação comércio e ruas	Espaço urbano - lazer e comércio	Presencial
9	07/10/2019	Reunião plenária do CMPCF	Espaços de participação e deliberação pública	Presencial
10	10/10/2019	Rua Victor Meirelles – período noturno - movimentação das ruas e bares	Espaço urbano - lazer	Presencial
11	14/10/2019	Rua Victor Meirelles – período matutino – paisagem urbana	Espaço urbano - lazer	Presencial
12	17/10/2019	Centro Sapiens – utilização do espaço para atividade docente	Espaço urbano	Presencial
13	17/10/2019	Franklin Bar – visitação exposição de arte	Espaço urbano - cultura	Presencial
14	25 e 26/10/2019	VIII Conferência Municipal de Cultural de Florianópolis	Espaços de participação e deliberação pública	Presencial
15	28/10/2019	Casa de Câmara e Cadeia – Exposição de artesanatos	Espaço urbano - cultura	Presencial
16	04/11/2019	Reunião plenária do CMPCF	Espaços de participação e deliberação pública	Presencial
17	16/11/2019	Exposição Urbana – Ateliê Bar – Rua Victor Meirelles	Espaço urbano - cultura	Presencial
18	22/11/2019	Rua Victor Meirelles – período noturno - movimentação das ruas e bares	Espaço urbano - lazer	Presencial
19	02/12/2019	1ª Mostra de Teatro Dissidente – Teatro de Rua Travessa Ratcliff	Espaço urbano - cultura	Presencial
20	14/12/2019	Madalena Bar - Rua Victor Meirelles	Espaço urbano - lazer	Presencial
21	14/12/2019	Mercadinho Tiradentes (Feira de Rua)	Espaço urbano - consumo	Presencial
22	19/12/2019	Kibelândia – Rua Victor Meirelles	Espaço urbano - lazer	Presencial
23	03/02/2020	Reunião plenária do CMPCF	Espaços de participação e deliberação pública	Presencial
24	04/02/2020	6ª Conferência da Cidade de Florianópolis – Plenária de abertura	Espaços de participação e deliberação pública	Presencial
25	26/04/2020	Live Vereadora Carla Ayres – Contexto do setor cultural em Florianópolis frente à pandemia de Covid-19	Debates e reuniões públicas	Virtual
26	28/08/2020	Paisagem urbana Centro Leste, além de visitação de Sebos e Antiquários	Espaço urbano - consumo	Presencial
27	30/07/2020	Live Câmara Empresarial de Tecnologia e Inovação da Fecomércio SC – SMART FLORIPA 2030	Debates e reuniões públicas	Virtual
28	15/10/2020	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual

Quadro 4 - Relação dos momentos de observação

(conclusão)

	19/11/2020	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
30	26/11/2020	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
31	03/12/2020	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
32	15/01/2021	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
33	18/02/2021	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
34	08/03/2021	Reunião CDL com Secretário de Infraestrutura da PMF	Debates e reuniões públicas	Virtual
35	25/03/2021	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
36	15/04/2021	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
37	20/05/2021	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
38	31/05/2021	Reunião do Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural	Reunião de grupos e organizações	Virtual
39	10/06/2021	Reunião com Prefeito de Florianópolis organizada pela Associação Floripa Amanhã	Debates e reuniões públicas	Virtual
40	14/06/2021	Vodu Bar – Rua Victor Meirelles	Espaço urbano - lazer	Presencial
41	21/06/2021	Reunião extraordinária CMPCF	Espaços de participação e deliberação pública	Virtual
42	15/07/2021	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
43	21/07/2021	Reunião com Secretário de Infraestrutura promovida pelo Floripa Sustentável	Debates e reuniões públicas	Virtual
44	26/07/2021	Reunião do Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural	Reunião de grupos e organizações	Virtual
45	27/07/2021	Reunião Plenária do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina	Espaços de participação e deliberação pública	Virtual
46	21/08/2021	Centro Leste – período vespertino – paisagem urbana	Espaço urbano - lazer	Presencial
47	26/08/2021	Reunião da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Culturais em Florianópolis, proposta pela vereadora Carla Ayres (PT)	Debates e reuniões públicas	Virtual
48	16/09/2021	Reunião CDL – Núcleo do Centro Histórico	Reunião de grupos e organizações	Virtual
49	21/20/2021	Audiência Pública: Revitalização da ala leste do Centro Histórico, proposta pelo vereador Afrânio Bopré (PSOL)	Espaços de participação e deliberação pública	Virtual
50	08/11/2021	Reunião Aberta Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural para salvaguardar os paralelepípedos históricos	Debates e reuniões públicas	Virtual
51	25/11/2021	Reunião do Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural	Reunião de grupos e organizações	Virtual
52	17/12/2021	Centro Leste – paisagem urbana período noturno	Espaço urbano - lazer	Presencial
53	24/01/2022	Reunião do Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural	Reunião de grupos e organizações	Virtual
54	14/02/2022	Reunião do Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural	Reunião de grupos e organizações	Virtual
55	14/03/2022	Reunião do Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural	Reunião de grupos e organizações	Virtual

Fonte: elaborado pela autora.

A partir dessa relação, os momentos de observação foram sistematizados em seis categorias, conforme apresentado no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 - Categorização e frequência dos momentos observados

Categorização dos momentos observados	Frequência
Reuniões Plenárias do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Florianópolis	6
Conferências de Políticas Públicas (Culturais e da Cidade)	2
Observações no espaço urbano	21
Reuniões da Setorial Permanente de Patrimônio Cultural	7
Reuniões do Núcleo do Centro Histórico da CDL	11
Audiências e reuniões públicas	8

Fonte: elaborado pela autora.

As observações no espaço urbano foram essenciais para perceber as pessoas, os estabelecimentos, a forma de organização, a composição do local, contribuindo para uma reconstrução de sentidos, a partir da minha própria dimensão corporal. Como ressalta Peirano (2014, p. 380), a “empíria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação”. Elas aconteceram em diversos momentos ao longo da pesquisa de maneira presencial, em períodos e atividades diversas. Por serem realizadas em locais públicos como a rua, eventos culturais, feiras e bares, minha interação acontecia por meio de conversas e troca de informações com os mais diversos públicos e pessoas. Realizei nesses momentos, conversas com jovens que estavam no local para momentos de lazer, política militar, donos dos bares e restaurantes, proprietários de estabelecimentos comerciais e pessoas em situação de rua.

Fruto dessas conversas, identifiquei que a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) fomentava um grupo específico de empresários e comerciantes do Centro Leste, com o objetivo de realizar ações conjuntas para estimular o comércio local e o desenvolvimento econômico da região. Inicialmente, tentei participar das reuniões enquanto pesquisadora, mas não obtive retorno, então, por estar formalizada como Microempreendedora Individual (MEI), realizando consultorias para o ICOM, que ficava localizado na região, me associei a CDL com o objetivo de ter acesso às reuniões do Núcleo. Logo na primeira reunião apresentei minhas atividades profissionais, bem como meus interesses de pesquisa e em comum acordo com os participantes, fui aceita para acompanhar as discussões na condição de pesquisadora. Minha participação

aconteciam de forma ativa, discutindo ideias e realizando algumas atividades como ajuda para elaboração de questionários de pesquisa, propostas de postagem para as redes sociais, compartilhamento de notícias e informações sobre a região, entre outros.

As reuniões plenárias do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Florianópolis, foram fundamentais para compreensão da forma de organização das políticas culturais em Florianópolis, quais pautas e debates foram travados no Conselho, que integra a participação do poder público e da sociedade civil, a identificação e conhecimento dos principais sujeitos e setoriais culturais, bem como perceber que disputas em torno dos usos e ocupações do Centro Histórico Leste chegavam como pauta de discussão e debates no Conselho. Logo nas primeiras reuniões, tive a oportunidade de me apresentar enquanto pesquisadora da temática, e meu papel nas reuniões seguia a de outros participantes que não eram conselheiros, podendo realizar perguntas, debater e contribuir com os assuntos que eram abertos para todos os presentes nas assembleias. Em relação à minha aceitação no grupo, ela foi tranquila, facilitada por eu conhecer anteriormente algumas pessoas, pois trabalho e pesquisa políticas públicas, sociedade civil, democracia participativa e projetos sociais desde 2013 em Florianópolis. Além disso, a participação do meu grupo de pesquisa e da minha orientadora em ocasiões anteriores com o Conselho da Cultura, também contribuíram e despertaram interesse de diversos conselheiros.

A participação na Conferência Municipal de Políticas Culturais de Florianópolis de 2019, realizada pelo Conselho de Cultura, também contribuiu para estreitar os laços com os membros do Conselho, bem como, aprofundar nas temáticas culturais da cidade. A partir dessas experiências, percebi que a Setorial Permanente de Patrimônio Cultural, espaço da sociedade civil ligado ao Conselho era o local que concentrava as discussões sobre o projeto de revitalização para o Centro Leste, justamente porque ele trouxe à tona as discussões sobre tombamentos e preservação do patrimônio histórico e cultural da região. Nestas reuniões, meu papel era mais ativo, participando das discussões propostas, sugerindo ações e encaminhamento das pautas, bem como contribuindo com informações e atualizações sobre o projeto.

As outras reuniões públicas como a plenária de abertura da 6ª Conferência Municipal da Cidade, a audiência e reuniões públicas foram fundamentais para compreender os posicionamentos do Prefeito de Florianópolis, do Secretário de Infraestrutura, e outros representantes do poder público municipal e estadual, bem como vereadores, organizações da sociedade civil, conselheiros da cultura e outros sujeitos interessados nas políticas públicas relativas ao Centro Histórico Leste. As observações nestes espaços ocorreram de forma menos

interativa, no entanto, foram fundamentais para perceber a fronteira política que ia se constituindo em relação aos sujeitos favoráveis e contra a substituição dos paralelepípedos por *paver*. Além disso, as declarações públicas permitiram evidenciar como eles significavam o espaço urbano, as pedras históricas, bem como as demandas defendidas em torno da proposta de revitalização.

3.2.2.2 Entrevistas

As entrevistas etnográficas, segundo Angrosino (2014), são uma consequência lógica que decorre da observação, geralmente realizada de forma aberta e em profundidade e ocorre entre pessoas que se tornaram próximas do pesquisador.

A observação participante permitiu a escolha das pessoas que seriam entrevistadas, bem como a elaboração de um roteiro inicial de entrevista, que foi realizada de forma aberta e em profundidade, conforme demonstrado no Apêndice B. As perguntas formuladas foram utilizadas como um guia para focar nos pontos principais da conversa, sendo adaptada para cada um dos entrevistados porque cada um deles se envolveu de maneiras diferentes na luta pela preservação dos paralelepípedos.

Conforme explica Angrosino (2014), a entrevista etnográfica aberta e em profundidade flui como uma conversa e permite espaço para digressões, que podem abrir novos caminhos de investigação que o pesquisador originalmente não havia considerado. Nesse sentido, é uma espécie de parceria em que o entrevistado ajuda o pesquisador a compreender o significado, explorar nuances e identificar áreas cinzentas que podem passar despercebidas na observação.

Iniciei as entrevistas perguntando às pessoas sobre suas trajetórias sociobiográficas e a importância que o Centro Leste assumia para elas. A partir dessa narrativa, as pessoas abordavam diversos tópicos que eu gostaria de aprofundar com elas, sinalizados nas perguntas do roteiro de entrevista. Dessa forma, eu ia introduzindo as perguntas conforme a conversa se desenrolava, sem necessariamente assumir uma ordem específica. A partir das respostas, eu também aproveitava para clarificar algumas dúvidas que eu tinha sobre o fenômeno de pesquisa e dessa forma fluída, as entrevistas ultrapassaram o tempo previamente acordado. As entrevistas contribuíram para aprofundar diversos elementos sobre o fenômeno de estudo como: a relação das pessoas com o espaço urbano estudado, a visão de cidade que defendem, suas opiniões sobre o Projeto Centro Sapiens e sobre o projeto da Prefeitura de substituição dos paralelepípedos por *paver*, o momento que elas decidiram agir contra o referido projeto, o

motivo dos seus engajamentos na luta, as ações que se envolveu, pessoas com quem lutou em conjunto e contra quem ou contra que ideias lutaram.

As entrevistas foram fundamentais para compreender as próprias significações dos sujeitos em relação às disputas relativas ao projeto de revitalização proposto para o Centro Leste e para perceber a influência das paixões e afetos no processo de articulação política do Movimento #vivacentroleste.

As 10 (dez) entrevistas foram realizadas de forma virtual pela plataforma Google Meet e Zoom, totalizando 20 horas e 30 minutos. Elas foram registradas em sua integralidade em áudio e vídeo, e transcritas parcialmente. Os participantes foram escolhidos principalmente por terem assumido ampla participação em diferentes momentos e ações de resistência contra o projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*. Todos aceitaram prontamente o meu convite, consentiram as gravações e a utilização de seus relatos para esta tese. Tendo em vista o contexto conflituoso e de confrontação que envolvia o fenômeno de estudo, optei por não identificar o nome dos entrevistados nos extratos das entrevistas transcritas, utilizando códigos para identificá-los ao longo do texto¹⁶. O Quadro 6, apresenta a relação dos participantes entrevistados.

Quadro 6 - Relação dos entrevistados

(continua)

Data	Identificação do Entrevistado	Perfil	Duração
27/01/2022	E1	Jornalista com atuação nas áreas de arquitetura, design, arte e décor. Precursora na criação do grupo #paralelelovers.	2h
28/01/2022	E2	A arquiteta e urbanista com mais de 30 anos de atuação. Foi presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Uma das fundadoras do Movimento Traços Urbanos e uma das primeiras integrantes do grupo #paralelelovers	2h
31/01/2022	E3	Servidora da UFSC. Mestranda em Arquitetura e urbanismo com formação em Arquitetura, com foco de atuação nas políticas de preservação patrimonial.	2h

¹⁶ Em relação ao anonimato, cabe ressaltar que, quando as manifestações dos envolvidos com as disputas foram realizadas publicamente nas redes sociais e a mídia, os autores foram identificados, respeitando sua autoria.

Quadro 6 - Relação dos entrevistados

(conclusão)

03/02/2022	E4	Arquiteto, doutor em urbanismo e professor da UDESC. Experiência em planejamento urbano e em reabilitação urbana. Membro titular do CODERF (Governo de Santa Catarina), do COMDES (área metropolitana) e do Conselho da Cidade de Florianópolis. Um dos primeiros integrantes do grupo #paralelelovers.	2h30
06/02/2022	E5	Produtor cultural, sócio do antigo Tralharia, importante membro do grupo #paralelelovers e do movimento #vivacentroleste.	1h30
09/02/2022	E6	Diretor de Desenvolvimento da CDL Florianópolis, ativo na luta em favor do Projeto de Revitalização do Centro Histórico.	1h
11/02/2022	E7	Arquiteta e urbanista, mestre em planejamento territorial e Desenvolvimento Socio Ambiental, Especialista em Gestão de Cidades e Empreendimentos criativos, membra do Conselho Fiscal da ACCR.	1h30
15/02/2022	E8	Arquiteta e urbanista, presidente da ACCR para a gestão 2021-2024, uma das responsáveis pelo restauro da Casa de Câmara e Cadeia, construção histórica de 1771 localizada no centro de Florianópolis. Ativa na luta contra o projeto de revitalização, tendo sido em 2019 agraciada pela Medalha de Mérito Cultural Cruz e Sousa.	1h30
25/03/2022	E9	Atriz, conservadora-restauradora e membra do Conselho Consultivo da ACCR.	2h
30/03/2022	E10	Arquiteta, Urbanista e Produtora Cultural. Especialista em Conservação e Preservação do Patrimônio Cultural, Especialista em Planejamento Urbano e Regional, Produtora Cultural com Capacitação no Terceiro Setor.	3h
19/05/2022	E11	Arquiteta e urbanista e Gerente de Patrimônio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC)	1h30

Fonte: elaborado pela autora.

3.2.2.3 Entrevista painel

Segundo Marconi e Lakatos (2005), a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. Para os referidos autores, há diferentes tipos de entrevistas, que variam de acordo com o propósito do entrevistador, dentre elas, a entrevista painel que: “Consiste na repetição de perguntas, de tempo em tempo, às mesmas pessoas, a fim de estudar a evolução das opiniões em períodos curtos” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 197). Em decorrência da observação participante no grupo *paralelelovers*, em uma das reuniões de discussão sobre as ações de resistência que estavam sendo realizadas, algumas pessoas sugeriram que seria interessante registrar todas as intervenções políticas que estavam sendo realizadas, bem como a história de luta que vinha

sendo travada, desde 2020. Como em meu processo de pesquisa eu já estava registrando temporalmente todas as ações, notícias, debates e discussões que envolviam a temática, me coloquei à disposição para compartilhar a linha do tempo que eu estava desenvolvendo. Três pessoas do grupo (que haviam sido entrevistadas anteriormente por mim) ficaram muito interessadas em contribuir com esse processo de pesquisa e inclusive divulgar o resultado desse trabalho em um evento sobre a temática.

Em decorrência dessa oportunidade, sugeri uma entrevista coletiva com alguns membros do grupo *#paralelelovers* para apresentar a linha do tempo que eu havia desenvolvido, com os momentos mais marcantes que culminaram na articulação do Movimento *#vivacentroleste*. A entrevista painel foi realizado de forma virtual pelo Zoom, no dia 23 de fevereiro de 2022, com duração total de duas (2) horas. Os três membros que iniciaram o grupo *#paralelelovers* participaram (E1, E2, E4), além de mim, que mediei as discussões. Planejei esse momento, compartilhando previamente a linha do tempo elaborada, para que os participantes pudessem analisá-la com detalhes. A reunião, então, foi conduzida, a partir de três momentos principais: (i) abertura, a qual compartilhei os objetivos da conversa; (ii) escuta e debate dos principais destaques trazidos pelos participantes em relação a linha do tempo; (iii) esclarecimento das principais dúvidas da pesquisadora. Cabe destacar que a interação entre eles foi muito rica, e que os relatos iam compondo, esclarecendo e formando pontos de vista coletivos. Ao final do encontro, eles haviam criado uma significação coletiva sobre sua própria história, expressando inclusive agradecimentos pela oportunidade de reflexão coletiva:

Eu queria agradecer essa oportunidade (...) porque eu já dei entrevista para não sei quantos estudantes e teses e às vezes eu não tenho retorno. E a gente está trabalhando e olhando de fora esse processo, é um aprendizado muito grande para a gente também. Obrigada por essa oportunidade (E3, na entrevista painel).

Esse momento contribuiu para que eu pudesse aprofundar a história de articulação do Movimento *#vivacentroleste* com muitos novos elementos que foram importantes para eles no decorrer do processo.

3.2.2.4 Pesquisa documental

O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais, “muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (CELLARD, 2008, p. 295).

Tradicionalmente a noção de documento se aplicava quase exclusivamente ao texto, e, particularmente, aos arquivos oficiais, no entanto, privilegiando uma abordagem mais globalizante e atual, a história social ampliou consideravelmente a noção de documento, podendo ser “tudo o que serve de testemunho ou fonte, podendo tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado” (CELLARD, 2008). Nesse sentido, considerando o momento de *lockdown* provocado pela pandemia de COVID-19, o ambiente virtual se caracterizou como um importante espaço público de manifestação das disputas, permitindo seu registro a partir de uma grande diversidade de documentos digitais.

Destaco que o processo de coleta dos arquivos digitais acompanhou a observação participante, sendo realizada de forma sistemática ao longo da pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 7. Grupos de Whatsapp, grupos de facebook, bem como o perfil de diversas pessoas e organizações foram seguidos. Além disso, os conteúdos virtuais como notícias, artigos e postagens em blog, foram também monitorados pela ferramenta gratuita Google Alerts, que permite receber notificações quando determinado assunto é mencionado e indexado no buscador do Google. Uma combinação de termos contendo as palavras-chave: revitalização, centro leste, centro histórico, centro sapiens, baixo centro, Florianópolis, foram utilizadas.

Quadro 7 - Fontes de acompanhamento e coleta de arquivos digitais

Fonte	Descrição
Grupos de WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ● Movimento Traços Urbanos; ● Fórum Setorial de Patrimônio Cultural; ● #paralelelovers ● Núcleo Centro Histórico CDL ● Grupo Guardião S3.1 da Guarda Municipal
Facebook	<ul style="list-style-type: none"> ● Grupo Desterro Antesdonte ● Perfis de pessoas físicas e organizações ● Postagens indexadas com as hashtags #paralelelovers; #vivacentroleste
Instagram	<ul style="list-style-type: none"> ● Perfis de pessoas físicas e organizações ● Postagens indexadas com as hashtags #paralelelovers; #vivacentroleste
Google	<ul style="list-style-type: none"> ● Publicações no google combinando os termos: revitalização, centro leste, centro histórico, centro sapiens, baixo centro, Florianópolis

Fonte: elaborado pela autora.

Dentre os arquivos e documentos digitais coletados como fonte de pesquisa, destacam-se notícias, conversas em grupos de Whatsapp, publicações nas redes sociais (Facebook e Instagram), imagens, vídeos, e outros documentos digitais como leis, ofícios, moções, projetos, processos, etc. O número total de cada um deles está apresentado no Quadro 8, e sua relação detalhada pode ser acessada no Apêndice C.

Quadro 8 - Documentos e arquivos digitais analisados

Tipo de documento	Descrição	Nº
Notícias	Notícias e publicações em blogs	63
Documentos	Moções, ofícios, pareceres técnicos, processos, editais e portarias	26
Postagens	Postagens nas redes sociais utilizadas na análise	20
Leis	Leis, decretos de lei, plano diretor, estatuto da cidade, resoluções	7
Vídeos	Vídeos e podcasts	8
Projetos	Projetos de revitalização propostos pela Prefeitura e Sapiens Park.	3

Fonte: elaborado pela autora.

3.2.3 Registros etnográficos

Segundo Spradley (1980), logo após cada período de observação, deve ser realizado o registro etnográfico que inclui fazer anotações de campo, tirar fotos, fazer esquemas, mapas e usar qualquer outro meio para registrar as observações. Considerando os 2 (dois) anos e 7 (sete) meses de trabalho de campo, que contemplaram experiências vividas, diferentes estratégias de investigação e informações obtidas em vários formatos, utilizei **diversas formas de registro dentre elas: um caderno de campo físico, notas de campo digitais, um website, uma linha do tempo, gravações de vídeo e áudio.**

As notas de campo, registradas tanto em caderno físico quanto em meio digital, foram realizadas durante e após os momentos de observação. Conforme sugestões de Angrosino (2012), elas foram elaboradas contemplando informações da cena observada (o ambiente), características e descrição dos participantes, uma descrição temporal da experiência vivida e descrições dos comportamentos e interações (físicas e verbais). Além disso, registros de como fui afetada pela experiência vivida, emoções, julgamentos e percepções também foram registrados, a fim de contribuir com o processo de reflexividade do pesquisador.

O website foi criado utilizando o Google Sites, ferramenta gratuita do Google que permite criar sites, com o objetivo de registrar os arquivos digitais como projetos, documentos, leis, publicações diversas, notícias, postagens nas redes sociais, vídeos e fotos. O site serviu como um repositório de fácil acesso aos arquivos digitais, os quais foram organizados em abas específicas, conforme é possível visualizar a partir da Figura 3.

Figura 3 - Website criado como repositório de arquivos digitais



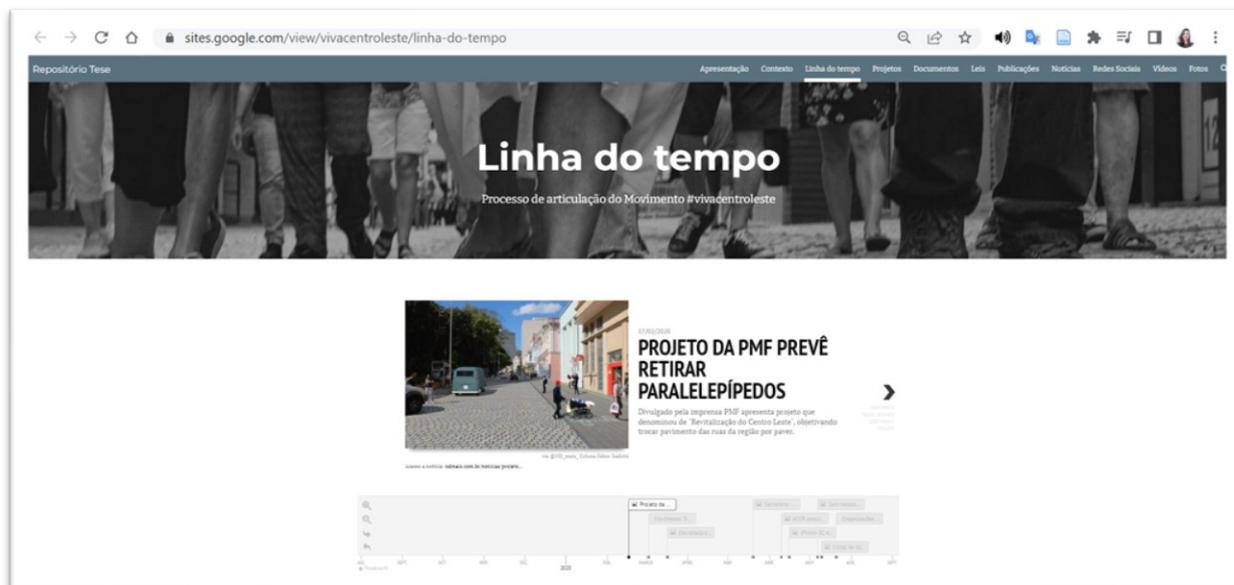
Fonte: elaborado pela autora.

Legenda: Imagem do website criado como repositório dos arquivos digitais. A aba de navegação, demonstra as páginas criadas. O site está disponível por meio do endereço eletrônico:

<https://sites.google.com/view/vivacentroleste>.

Considerando a dimensão temporal da pesquisa, **uma linha do tempo foi elaborada, contendo os acontecimentos mais marcantes** que envolveram as disputas em torno do projeto de revitalização da Prefeitura de Florianópolis de substituição dos paralelepípedos por *paver*, que culminou na articulação do Movimento #vivacentroleste. Ela apresenta mais de 60 registros entre o período de fevereiro de 2020 (lançamento do projeto) a março de 2022 (mês de suspensão judicial que impediu sua continuidade). Para que ela pudesse ter uma visualização mais atrativa e até ser utilizada pelos membros do próprio Movimento, utilizei a ferramenta gratuita e de código aberto *TimelineJS*, que permite inclusive sua visualização de forma interativa. A linha do tempo foi também incorporada em uma das abas do website criado, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4 - Linha do tempo das ações de resistência à revitalização



Fonte: elaborado pela autora.

Legenda: Imagem da linha do tempo criada com os registros do processo de articulação do Movimento #vivacentroleste. A linha do tempo pode ser visualizada por meio do endereço eletrônico:

<https://sites.google.com/view/vivacentroleste/linha-do-tempo>

Em relação às entrevistas, **seus registros foram em forma de gravações de vídeo e áudio, e transcrições** dos momentos mais importantes para a análise foram realizadas. Conforme assinala Spradley (1980) os registros etnográficos constroem uma ponte entre a observação e a análise, sendo que esta última não pode ser considerada simplesmente como uma fase posterior aos momentos de observação e registro. Essas três fases acontecem de maneira cíclica durante o desenvolvimento da pesquisa, para abarcar temas emergentes, elaboração de novas perguntas e aprofundamento da compreensão do fenômeno de estudo.

3.2.4 Análise sobre o fenômeno de estudo

Coerente com a perspectiva ontológica do pós-estruturalismo e da TPD adotada, não há um mundo externo ao pesquisador, que por meio de métodos adequados devemos descobrir, descrever e explicar os fenômenos sociais. Conforme explica Oliveira (2018), a percepção da discursividade como constituição da realidade social implica no reconhecimento de que as próprias práticas de pesquisa não têm um fundamento natural e incontestável. Nesse sentido, a articulação de pressupostos analíticos e empíricos concentra-se na própria construção contingente e precária do fenômeno de estudo. **O software *Atlas.ti* foi utilizado** para organizar

e acessar os registros, transcrições e arquivos digitais utilizados, bem como para realizar os destaques dos acontecimentos empíricos, codificando-os a partir dos objetivos de cada um dos momentos de análise, os quais serão detalhados a seguir.

Nesse processo, **o primeiro momento da análise, que responde ao primeiro objetivo específico proposto, focalizou em interpretar as políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis.** *Quais condições possibilitaram a emergência e a sustentação do discurso de revitalização?* Notícias, projetos, publicações diversas, vídeos, fotos e registros da observação de campo foram utilizados, buscando identificar: **para quais demandas as políticas de revitalização foram apresentadas como solução; quem são os sujeitos envolvidos; seus argumentos e declarações; ações planejadas e intervenções urbanas realizadas; concepções sobre a cidade e o espaço urbano que defendem.**

Ao longo da pesquisa, os movimentos cíclicos entre observação, registro e análise possibilitaram compreender como o discurso de revitalização estava relacionado a outros projetos também de revitalização propostos para a cidade, articulando elementos semelhantes. Essa interpretação pode ser relacionada à lógica social proposta por Glynos e Howarth (2007). A ideia de “lógicas” fundamentada na TPD, indica para os referidos autores, os padrões de articulação envolvidos nos processos de transformação, estabilidade e manutenção do discurso. A lógica social, portanto, são as formas contínuas e rotineiras de reprodução social. Referem-se às atividades amplamente repetitivas que normalmente não acarretam uma noção forte de reflexividade autoconsciente. São práticas sedimentadas que contribuem intencionalmente ou não, para a reprodução de sistemas e relações sociais mais amplas (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Embora as práticas sociais e as identidades que a sustentam tendem a ocultar a contingência inerente que caracteriza os sistemas sociais, isso não significa que ela foi banida. A presença irreduzível da negatividade (antagonismo) significa que qualquer construção social sofre de uma falha constitutiva que pode se tornar visível em momentos de deslocamento (GLYNOS; HOWARTH, 2007; LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2014).

Acompanhar momentos de deslocamento no período de realização da pesquisa e de elaboração de uma tese nem sempre é possível. A contingência inerente da vida, nos relembra inclusive sobre a impossibilidade de controlar plenamente o próprio processo da pesquisa. Após 7 meses de imersão no campo, pude acompanhar em fevereiro de 2020, o lançamento do projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver* no Centro Leste. Articulado ao discurso de revitalização pela Prefeitura de Florianópolis, o projeto foi sucessivamente questionado,

colocando em xeque o discurso de revitalização até então articulado. Sucessivas mobilizações coletivas contra este projeto culminaram na articulação do Movimento #vivacentroleste, no final de 2022. Esse longo processo, que para a minha sorte, aconteceu no período de realização desta tese, permitiu continuar a análise a partir da *lógica política*. Segundo Glynos e Howarth (2007), a lógica política permite compreender as lutas que buscam desafiar, contestar e transformar as normas, instituições e práticas existentes, inclusive o próprio regime, em nome de um ideal ou princípio, buscando capturar processos de mobilização coletiva, tais como a construção, defesa, interrompimento de fronteiras políticas.

Nesse sentido, o segundo momento da análise, que focalizou a lógica política foi realizado a partir da linha do tempo construída, que serviu de fio condutor para a articulação dos elementos empíricos - como os momentos de observação, registros e arquivos digitais coletados, relacionando-os com as categorias teóricas como: discurso, deslocamento, lógica da diferença, cadeia de equivalência, fronteira política, ponto nodal e articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2003; 2014). **A análise se concentrou em enfatizar o processo dinâmico das mobilizações coletivas contrárias às políticas de revitalização, identificando demandas comuns, formação de identidades coletivas, fronteiras políticas e estratégias de resistência.** A partir da TPD (LACLAU; MOUFFE, 2015) e do Modelo de Democracia Agonística (MOUFFE, 2003), algumas categorias analíticas foram utilizadas, tais como: pluralismo, conflito, política, lógica da diferença, deslocamento, cadeia de equivalência, ponto nodal, fronteira política, articulação, paixões e afetos.

A análise foi estruturada em quatro (4) blocos: (i) quando o discurso de revitalização é colocado em xeque (deslocamento); (ii) intensificação das reações e mobilizações coletivas contrárias ao projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*; (iii) formação de identidades coletivas e fronteiras políticas; (iv) articulação do Movimento #vivacentroleste e intervenções políticas. O resultado é apresentado na seção 4.3, e responde ao segundo objetivo específico proposto.

O terceiro momento da análise objetivou aprofundar a compreensão sobre a influência das paixões e afetos no processo de articulação política. Para tanto, as entrevistas foram utilizadas como base de interpretação. Suas transcrições, registros da observação e arquivos digitais, possibilitou relacioná-las com categorias como: afetos, afecções, afetos comuns, *ingenium*, intervenções políticas, representações e imaginações (MOUFFE, 2014; SPINOZA, 2020; LORDON, 2015).

Tendo em vista a interpretação de Glynos e Howarth (2007) sobre as lógicas, esse momento analítico poderia ser relacionado à lógica fantasmática, que se baseia na categoria lacaniana de gozo (*jouissance*), a qual forneceria os recursos para compreender a força por trás das operações significantes, o *porquê* pelos quais os regimes e práticas mobilizam a identificação dos sujeitos com determinados discursos (GLYNOS; HOWARTH, 2018; OLIVEIRA, 2018). No entanto, nesta tese, utilizei uma base teórica alternativa aos fundamentos ancorados na psicanálise, mobilizando a filosofia de Spinoza.

Em trabalhos recentes, Mouffe (2014; 2018 e 2019) afirma que a filosofia de Spinoza e as interpretações de Frédéric Lordon seriam frutíferas para aprofundar a compreensão sobre a influência das paixões e afetos nos processos de articulação política. No entanto, apesar de reconhecer a relevância do filósofo, em nenhum de seus trabalhos a autora aprofunda suas ideias, indicando apenas algumas pistas no livro *Por um populismo de esquerda*, que os trabalhos do francês Frédéric Lordon, o qual discorre sobre “os afetos na política”, seriam um caminho interessante. Apesar dessa indicação, esse esforço teórico e analítico não foi encontrado em nenhum trabalho científico (conforme levantamento bibliográfico apresentado anteriormente), apresentando-se como uma oportunidade a esta tese, face ao seu ineditismo. Para tanto, realizei uma incursão na obra *Ética* de Spinoza, em que o filósofo dedica o capítulo três do livro para refletir sobre *A origem e a natureza dos afetos* (Spinoza, 2020). Para aproximar estas reflexões da política, o livro *Los afectos de la política*, de Frédéric Lordon (2017), foi utilizado, por lançar luzes sobre a influência das paixões e afetos no processo articulatório.

A partir dos referidos autores, as categorias analíticas utilizadas foram: afetos e afecção; imagens e representações; *ingenium*; intervenções políticas. A seção 4.4, que responde ao terceiro objetivo específico, fruto desta análise que foi elaborada em cinco (5) blocos: (i) deslocamento como o momento privilegiado dos afetos; (ii) afetos comuns na formação de novas identidades coletivas; (iii) intervenções políticas como estratégias de resistência para afetar; (iv) afetos dos sujeitos envolvidos nas disputas; (v) ideias em disputas – representações e imaginações.

Por fim, para consecução do quarto e último objetivo específico, levamos em consideração as análises anteriores, para refletirmos sobre o fenômeno organizacional enquanto prática política e articulatória, influenciada pelas paixões e afetos.

3.2.5 Escrita etnográfica e reflexividade

Seguindo as argumentações de Peirano (2014) e Glynos e Howarth (2007), a versão final de uma tese (o trabalho escrito), não seria simplesmente resultante de “métodos etnográficos”, mas sim de uma prática etnográfica de articulação, engajamento e reflexividade do pesquisador com o fenômeno investigado. Coerente com a perspectiva ontológica adotada, Oliveira (2018) também pontua que a prática científica e o campo acadêmico participam da mesma realidade que investigam em que a própria relação de exterioridade entre sujeito e objeto da pesquisa é radicalmente questionada:

Na medida em que uma autora ou autor está em contato e interage com o campo discursivo interrogando, (re)produzindo enunciados, definições, conceitos e relações ela está também, inevitavelmente, assumindo uma posição nesse campo – por mais insignificante que ela possa parecer num primeiro momento (OLIVEIRA, 2018, p. 185-186).

Em consonância, Denzin e Lincoln (2006) destacam que novos contornos de uma pesquisa mais voltada para a ação, para a participação e para o ativismo começam a ser delineadas: “(...) o pesquisador qualitativo faz mais do que observar a história; ele desempenha um papel nessa história” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 26).

Conforme relatado anteriormente, a escolha do fenômeno de pesquisa esteve intimamente relacionada a minha trajetória sociobiográfica e no decorrer da pesquisa, por frequentar o Centro Leste como espaço urbano em que meu trabalho era localizado, bem como para momentos de cultura e lazer, o estranhamento das observações cotidianas era um desafio.

Ainda que eu tenha conseguido realizar observação participante no Núcleo do Centro Histórico da CDL, que era favorável ao projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, eu particularmente sou contra o projeto. Nesse sentido, escolher um dos lados da história se tornou inevitável e por vezes, reafirmava a fronteira política estabelecida (nós x eles), me colocando como parte do “nós”. Por outro lado, pensando na perspectiva de uma pesquisa engajada e que pudesse ter sentido para os membros do Movimento #vivacentroleste, após a finalização da pesquisa de campo, ainda morando na Suíça, fui convidada por alguns membros para planejar e participar do evento *Cidades pós-pandemia: colocar no horizonte uma obra em comum*, realizado pelo professor Paolo Colosso do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC. O evento aconteceu entre os dias 20 de abril a 20 de maio, no Museu

da Escola Catarinense (MESC), localizado no Centro Histórico de Florianópolis¹⁷. Nossa participação, foi realizada de forma híbrida, no dia 05 de maio de 2022, das 17h às 20h, com o título *(Re)existir #vivacentroleste*, conforme programação registrada na Figura 5.

Figura 5 - Peça de divulgação do evento Cidades Pós-Pandemia

#cidadespospandemia

CIDADES PÓS-PANDEMIA:
colocar no horizonte uma obra em comum

**Movimento (Re)existir #vivacentroleste +
Lançamento jornal Ponto de fuga: centro
histórico + Lambe-lambe**

05/05 Quinta-feira
17:00h às 20:00h

Com Aghata Gonsalves (UFSC), Guga Andrade (UDESC), Guto Lima (produtor cultural), Silvia Lenzi (urbanista) e Simone Bobsin (Portal ArqSC)

17h – lambe-lambe da linha do tempo da (re)existência do movimento em defesa dos paralelepípedos

18h30 – lançamento do jornal “Ponto de vista - o Centro”, proposta artística de Andrea Eichenberger

19h – Centro Histórico Leste: relatos de (re)existência

- construção coletiva de Cartografia Afetiva do Centro Histórico Leste com Movimento #vivacentroleste + CO STUDIO

Fonte: Colosso (2022).

A linha do tempo desenvolvida para a pesquisa foi apresentada por mim remotamente (na ocasião ainda estava morando na Suíça), bem como algumas reflexões analíticas da tese. Também contribuí para a confecção de lambes, que foram colados nos muros da Escola Antonieta de Barros. A Figura 6, apresenta algumas imagens.

¹⁷ Na programação do festival, ocorreram aulas abertas, oficinas, debates, rodas de ativação, caminhadas, projeções de vídeo arte e fotografias e performances. Ele foi gratuito e aberto ao público. A ideia central do festival foi pensar o papel da universidade pública como agente de fomento às artes e à cultura.

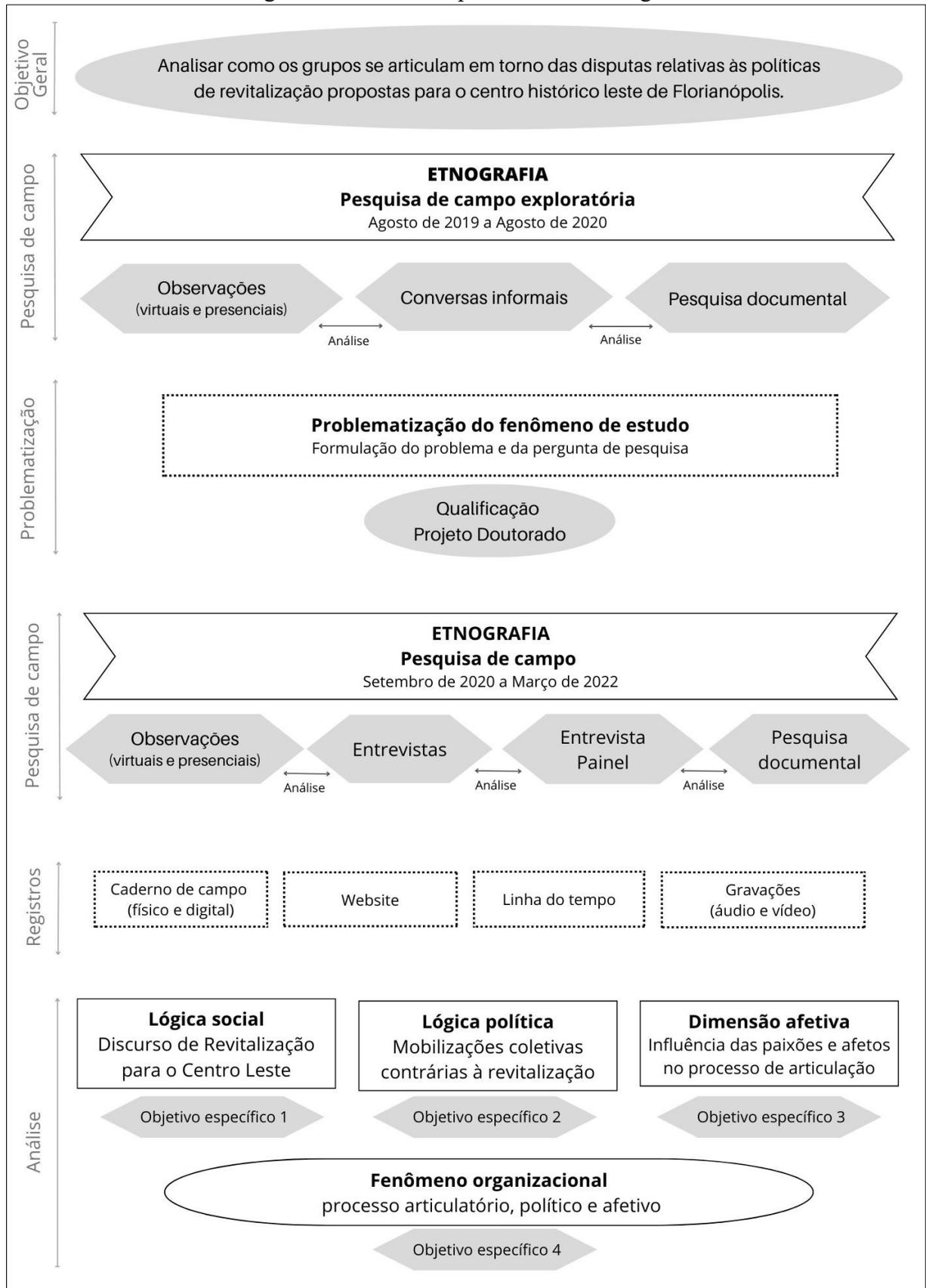
Figura 6 - Lambes colados no muro da Escola Antonieta de Barros



Fonte: Rodrigues (2022).

O caminho percorrido ao longo da pesquisa, seus desdobramentos, bem como muitas das análises apresentadas nesta tese, são fruto de reflexões coletivas de interação desta pesquisadora com os sujeitos pesquisados, que mais do que sujeitos de pesquisa, foram protagonistas de uma luta coletiva que eu também acreditava e defendia. Para sintetizar o percurso metodológico trilhado nesta tese, a Figura 7, foi elaborada com seus principais elementos.

Figura 7 - Síntese do percurso metodológico



Fonte: elaborado pela autora.

4 ARTICULAÇÕES EMPÍRICAS E TEÓRICAS SOBRE O FENÔMENO DE ESTUDO

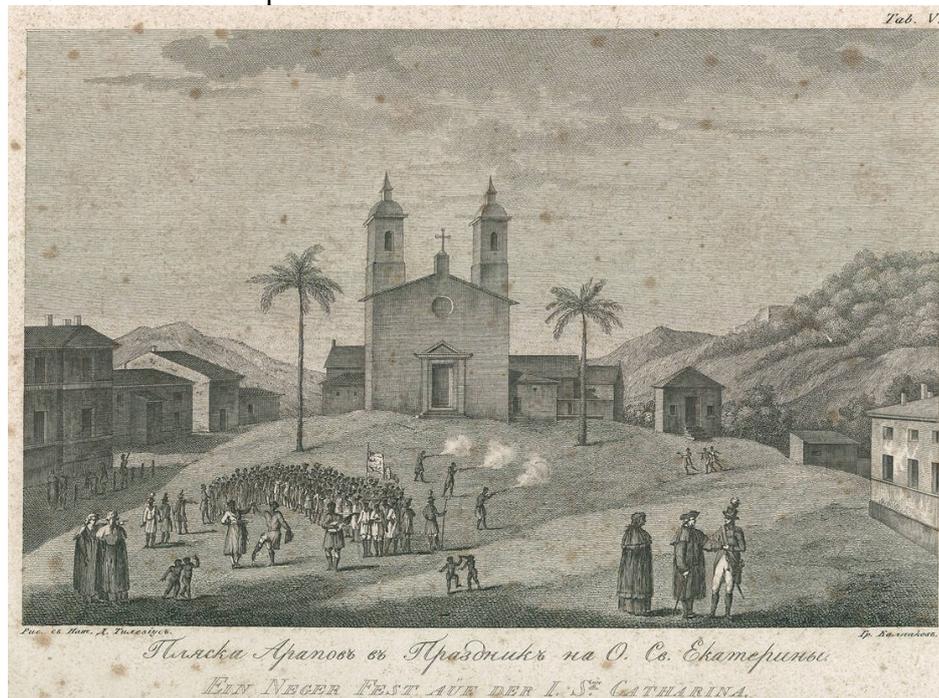
Este capítulo as análises sobre o fenômeno de estudo, visando responder aos três primeiros objetivos específicos propostos para esta tese. Iniciamos com uma breve contextualização histórica sobre o espaço urbano, que localiza as disputas políticas de estudo, o setor leste do centro histórico de Florianópolis. A história de Florianópolis é contada por diferentes autores no âmbito acadêmico (VAZ, 1991; ADAMS, 2001; VEIGA, 2010; CHIBIAQUI, 2018), sendo uma das fontes que contribuem para formar o imaginário de um tempo passado e das profundas transformações que este espaço urbano sofreu ao longo dos anos. Cabe lembrar que a partir da perspectiva pós-estruturalista, consideramos essa história como um processo de significação parcial, em que há múltiplos sentidos concorrentes, não sendo uma verdade absoluta sobre tal trajetória (DERRIDA, 1985; LACLAU; MOUFFE, 2015; DELGADO, 2007).

Para responder ao primeiro objetivo específico, interpretamos as políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste. Utilizando a Teoria Política do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015) e os princípios do modelo de democracia agonística (MOUFFE, 2003; 2019), para analisar as formações discursivas em torno das políticas de revitalização, buscando identificar: para quais demandas elas foram apresentadas como solução; quem foram os sujeitos envolvidos; seus argumentos e declarações; ações planejadas e as concepções sobre a cidade e o espaço urbano que defendem. Para responder ao segundo objetivo específico, descrevemos e analisamos temporalmente as sucessivas mobilizações coletivas de resistência às políticas de revitalização, enfatizando seu processo dinâmico, a partir de categorias analíticas como pluralismo, conflito, política, lógica da diferença, deslocamento, cadeia de equivalência, ponto nodal, fronteira política e articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2003; 2014; 2019). O terceiro objetivo específico, visa aprofundar a compreensão sobre a influência das paixões e afetos nos processos de articulação política. Para tanto, foram utilizadas categorias analíticas, a partir de Spinoza (2020) de Lordon (2017), como afetos e afecção; imagens e representações; *ingenium*; intervenções políticas. O capítulo está estruturado em quatro seções, sendo elas: interpretações históricas sobre o centro leste (seção 4.1); formações discursivas em torno das políticas de revitalização (4.2); mobilizações coletivas de resistência à revitalização (4.3), e por fim, influência das paixões e afetos no processo de articulação política (4.4). As análises e discussões de cada tópico serão apresentadas em detalhes a seguir.

4.1 INTERPRETAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O CENTRO LESTE

Localizada no sul do Brasil, a cidade de Florianópolis, atual capital de Santa Catarina, foi um dos primeiros núcleos povoados do estado, fixando habitantes portugueses a partir de 1673 (VAZ, 1991). Fundada pelo vicentista Francisco Dias Velho, o então denominado povoado Nossa Senhora do Desterro, seguiu o padrão de colonização da Coroa Portuguesa, com a construção em 1678 da Capela de Nossa Senhora do Desterro (atual Catedral Metropolitana de Florianópolis) (VAZ, 1991; VEIGA, 2010). Localizada em uma pequena colina voltada para o mar (Baía Sul) - Figura 8, a praça colonial aos arredores da capela (atualmente denominada de Praça XV de Novembro) tornou-se o primeiro espaço público claramente definido, por congregar as atividades coletivas do pequeno povoado, como as religiosas, cívicas, recreativas e de comércio (VAZ, 1991; ADAMS, 2001).

Figura 8 - Gravura da capela Nossa Senhora do Desterro no alto da colina em 1806



Fonte: Fundação Badesc (2023).

Legenda: Gravura de 1806 de Wilhelm Gottlieb Tilesius von Tilenau [1769-1857], representando Festa de negros na Ilha de Santa Catarina. Coleção Catarina.

Ao redor da praça, partiram as ruas que configuraram a malha urbana do povoado e as construções das primeiras edificações políticas e militares como: o Palácio do Governo (construído em 1765), a Casa de Câmara e Cadeia (1771) e o forte de Santa Bárbara (1774), as

quais, segundo Adams (2001) influenciaram no adensamento urbano da região. A Figura 9, apresenta imagens dessas edificações.

Figura 9 - Edificações históricas do centro histórico leste



Fonte: Compilado pela autora, com base em IBGE (2023) e Marinha do Brasil (2023).

Legenda: (a) Igreja Matriz; (b) e (d) Forte Santa Bárbara; (c) Casa de Câmara e Cadeia; (e) Palácio do Governo.

Influenciada pelas condições naturais e pelo modo de organização social, econômico e religioso, segundo Veiga (2010), a ocupação do povoado se deu paulatinamente ao longo da

praia, seguindo na direção leste da praça, a qual foi impulsionada principalmente pela presença de córregos e fontes d'água (Rio da Bulha, antigo Rio da Fonte Grande). Até a primeira metade do século XIX, a ocupação espacial da cidade ainda se concentrava principalmente à leste da praça e nos bairros adjacentes, onde se situava o comércio mais intenso e a maioria das habitações (VAZ, 1990; POZZO, 2016).

Após a declaração de Independência do Brasil, a vila de Desterro foi elevada à categoria de cidade em 1823, tornando-se a capital da recém-criada Província de Santa Catarina. A região leste foi denominada de Bairro da Pedreira, em referência à presença de uma pedreira saliente, cujas pedras foram também utilizadas para a pavimentação das calçadas e ruas no estilo “pé-de-moleque”¹⁸ (FLORIANÓPOLIS, 2020c), conforme pode ser observado na Figura 10.

Figura 10 - Ruas à leste da Praça, com calçamento estilo pé-de-moleque no século XIX



Fonte: Florianópolis (2020c).

Legenda: À esquerda, Rua João Pinto em 1851 retratada por meio da pintura de Victor Meirelles e à direita, foto da Rua Victor Meirelles em 1905.

A partir do século XX, intensas reformas urbanas foram adotadas pela Primeira República, as quais segundo Chibiaqui (2018, p. 56) atingiram as principais cidades brasileiras e refletiram decisivamente em ações governamentais no centro urbano de Florianópolis, praticamente a única área urbanizada até então (TEIXEIRA, 2009). A mais emblemática intervenção urbana realizada pelo governo estadual foi a construção da Ponte Hercílio Luz (antiga Ponte da Independência) entre 1924 a 1926, conectando a ilha à parte continental.

¹⁸ “Pé-de-moleque” refere-se a um tipo de calçamento com pedras brutas e irregulares, que lembra o famoso doce à base de amendoim (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Realizadas com o objetivo de modernizar e urbanizar a cidade, elas foram marcadas pelas concepções urbanas sanitaristas e de embelezamento (VAZ, 1991; SIQUEIRA, 2018). Segundo Veiga (2010), faziam parte do programa administrativo de “remodelação da capital”, a reforma do Palácio do Governo (1896), a instalação do serviço público de abastecimento de água (1906) e de esgoto sanitário (1906-1913), a substituição do sistema de iluminação pública (1910), as linhas de bonde movidas à tração animal (1906-1910) e a construção da segunda ala do Mercado Público (1928).

Conforme explica o Florianópolis (2020c), as obras de abastecimento de água canalizada, drenagem de esgoto e estação de tratamento, até então inexistentes, interferiram nas superfícies das ruas centrais da cidade. A Figura 11, apresenta uma imagem de 1910, momento da implantação da rede de água no entorno da praça XV de Novembro, em que é possível perceber o afastamento dos paralelepípedos para execução das obras.

Figura 11- Implantação da rede de água na praça XV de Novembro, em 1910



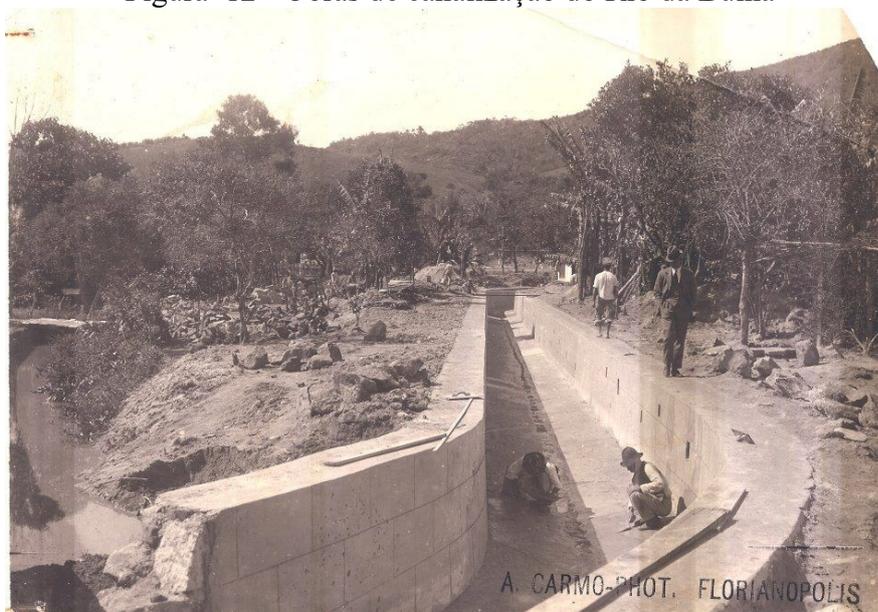
Fonte: Florianópolis (2020c).

Legenda: Obras de implantação da rede de água no entorno da praça XV de Novembro em 1910. A partir dela é possível notar que as ruas já estavam pavimentadas por paralelepípedo de pedra.

À leste da Praça, no antigo Bairro da Pedreira, o exemplo representativo são as obras de saneamento do Rio da Bulha (1905-1918), que na época concentrava alta poluição e focos de doenças, pelo despejo de lixo e dejetos, oriundos principalmente dos casebres e cortiços da região (VEIGA, 2010). A canalização do Rio, deu origem a atual Avenida Hercílio Luz (Figura 12), que foi inaugurada em 1922, exercendo profunda modificação no traçado urbano de Florianópolis e valorização das margens do rio canalizado (VEIGA, 2010). A demolição dos casebres e cortiços para a realização da obra, acabou expulsando as camadas populares que ali

viviam para as encostas do Morro da Cruz, abrindo mercado para novos investimentos imobiliários, em especial, devido à ascensão da classe comerciante da época (CHIBIAQUI, 2018).

Figura 12 - Obras de canalização do Rio da Bulha



Fonte: IBGE (2023)

Novas edificações tomaram o lugar dos casebres e cortiços do Bairro da Pedreira, na reconstrução do que seria, segundo apontado por Veiga (2010) a nova “capital elegante”. É dessa época a construção da Escola Normal Catharinense (1922), atualmente Museu da Escola Catarinense, e a Escola do Comércio (1923), atualmente sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Segundo o referido autor, além de representarem dois dos maiores referenciais da história educacional catarinense, ambos os prédios eram considerados os maiores edifícios de Florianópolis da época (VEIGA, 2010). Nas décadas seguintes, destaca-se a construção da Agência dos Correios e Telégrafos (1934) e na Rua Victor Meirelles, a Escola Estadual Dias Velho (1941), atual Escola Estadual Antonieta de Barros.

Segundo Teixeira (2009), até os anos 50, Florianópolis ainda era uma cidade que conservava sua conformação colonial quase que em sua totalidade. Em âmbito federal, iniciavam-se as políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek (“Cinquenta Anos em Cinco”), as quais disseminaram a importância do crescimento urbano e da industrialização, calcada principalmente na indústria automotiva (TEIXEIRA, 2009). Chibiaqui (2018) explica que, a partir destas políticas, o governo estadual de Santa Catarina implementou, entre 1955 a

1965, o Plano de Obras e Equipamentos¹⁹, que previa uma série de investimentos, visando desenvolver as áreas de eletrificação, agricultura, educação e saúde e sobretudo, de infraestrutura, com a construção de estradas de rodagem.

A ausência de indústrias em Florianópolis direcionou os investimentos públicos para o incremento do aparelhamento estatal e órgãos ligados à administração pública (TEIXEIRA, 2009). A expansão das atividades administrativas refletiu, segundo Siqueira (2008) no crescimento populacional da cidade e, conseqüentemente, a necessidade de suprir a demanda por moradia, infraestruturas e serviços, inclusive de lazer. A intensificação dessas “funções urbanas” contribuiu para o crescimento populacional da capital e o adensamento urbano da área central (SIQUEIRA, 2008).

Em 1950, foi anunciada a elaboração do primeiro plano diretor de Florianópolis. Segundo Teixeira (2009), com o objetivo de elaborar propostas para a área central e o bairro continental do Estreito, o documento publicado em 1952 foi inspirado nas diretrizes da Carta de Atenas, propondo o zoneamento de usos como principal referência conforme o ideário funcionalista (TEIXEIRA, 2009). De acordo com Chibiaqui (2018), os antigos lotes, típicos da estrutura urbana colonial do centro, começaram a ser lembrados e a renovação da paisagem urbana central propiciou também a inserção de novas tipologias arquitetônicas como, por exemplo, hotéis e edificações de uso misto, os quais marcam o início do processo de verticalização do núcleo fundador.

De caráter rodoviário e com forte apelo tecnocrático, no decorrer da década de 1970, finalizam-se as obras mais significativas do segundo Plano Diretor de Florianópolis de 1971, como a construção da ponte Colombo Salles entre a ilha e o continente, a consolidação dos aterros sobre o mar e a ampliação do sistema viário. Tais obras impactaram no adensamento de diversos bairros no continente e, até mesmo nos municípios vizinhos, bem como facilitaram o acesso ao centro de Florianópolis e direcionaram a expansão urbana da cidade (CHIBIAQUI, 2018). Nesse sentido, a partir dos anos 60, a centralidade exercida pela Praça XV de Novembro perdeu sua força (CHIBIAQUI, 2018).

A execução dos aterros nas baías sul e norte na porção insular, além de suporte ao novo sistema viário e expansão da cidade, alteraram radicalmente a morfologia da ilha, afastando-a do mar (TEIXEIRA, 2009). Esse aterro teve seu início, segundo o Florianópolis (2020c) justamente pelo setor leste do centro fundacional, onde em tempos coloniais se efetuava o

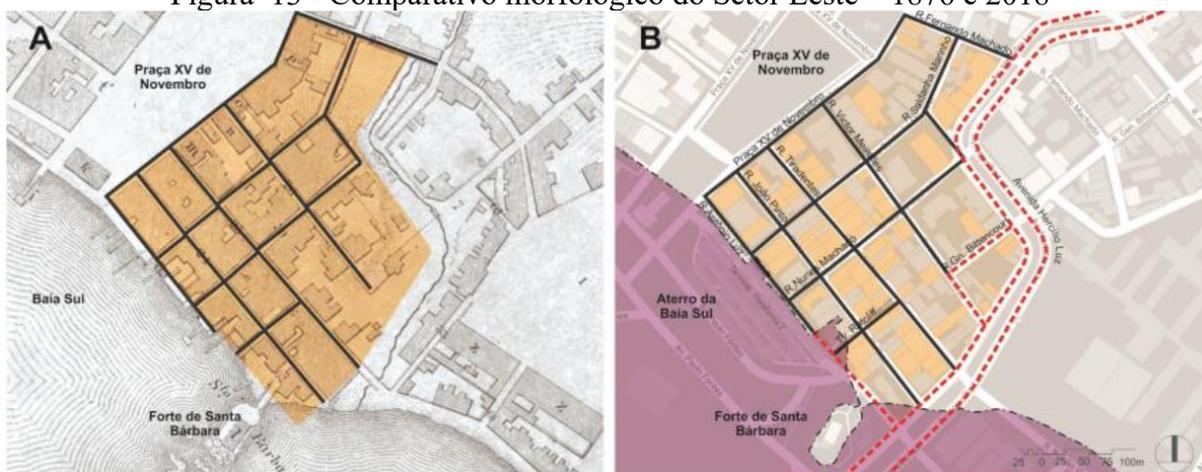
¹⁹ Lei Estadual nº 1.365/1955 - Plano de Obras e Equipamentos em Santa Catarina

comércio, transferido para o novo Mercado Público à oeste da Praça XV de Novembro. O aterro impactou o setor leste, trazendo novos usos e ocupações, como, por exemplo, a instalação do Terminal Urbano da Cidade de Florianópolis em 1988, conforme explica a própria Prefeitura, Florianópolis (2020, p. 6):

o aterro proporcionou o espaço onde se implantariam diversos outros serviços públicos importantes a nível estadual e municipal, mantendo intenso o desempenho urbano da área. No aterro veio a instalar-se o terminal de transporte coletivo, hoje conhecido como Terminal Cidade de Florianópolis, por exemplo, motivador de um grande fluxo de pessoas. Devido à presença do terminal, os movimentos pendulares dos cidadãos da Capital e visitantes, trabalhadores, funcionários e usuários dos serviços públicos e privados da área central percorriam necessariamente aqueles caminhos como meio de alcance das repartições onde trabalhavam e que frequentavam e dos bairros mais periféricos onde muitos deles moravam.

Em comparação com o traçado atual, Chibiaqui (2018) destaca que a estrutura formal das quadras e o arranjo das vias do setor leste, delineadas no século XIX, sofreu poucas modificações, sendo as mais significativas àquelas realizadas pelas obras de saneamento do Rio da Bulha, com a construção da Avenida Hercílio Luz, e o aterramento da baía sul. A Figura 13, apresenta o comparativo morfológico elaborado por Chibiaqui (2018), entre os anos 1876 e 2018.

Figura 13 - Comparativo morfológico do Setor Leste – 1876 e 2018



Fonte: Chibiaqui (2018).

Legenda: Malha urbana existente em 1876 (linha preta contínua - mapa A) e a estrutura atual com a malha ampliada (linha vermelha tracejada – mapa B). Destaque para o aterro da Baía Sul (em roxo) e o limite marítimo em 1876 (linha preta com traço e ponto).

A partir da década de 70, Adams (2001) destaca que o centro fundador da cidade começou a sofrer uma forte pressão do mercado imobiliário em razão do crescimento econômico da cidade e da permissividade do Plano Diretor de 1976. Nesta época “foram aprovados índices de ocupação extremamente elevados, induzindo não só a substituição das edificações de valor histórico, como provocando um adensamento edilício sobre uma estrutura urbana colonial [...]” (ADAMS, 2001, p. 96).

Conforme discutido no capítulo anterior, nessa época, em âmbito internacional, diversos movimentos sociais, em reação ao modernismo, enfatizavam a necessidade de preservação do patrimônio e da conservação ambiental, tendo em vistas as demolições e riscos ao meio ambiente que aconteceram em diversas cidades nas décadas anteriores (DEL RIO, 1993; VARGAS; CASTILHO, 2005). Um avanço no processo de preservação do patrimônio cultural em Florianópolis, se deu em 1974, com a promulgação da Lei Municipal nº 1202/1974, posicionando-a como a primeira cidade brasileira a instituir uma legislação de tombamento em âmbito municipal (ADAMS, 2001). Anos mais tarde, a partir do Decreto nº 270/1986, foram tombadas mais de 250 localidades na área central, visando frear o processo de destruição do centro fundador que já sofria com as políticas de renovação urbana da década de 1950 (ADAMS, 2001; CHIBIAQUI, 2018). Em 1990, pelo Decreto Municipal nº 190, foi instituído o tombamento da malha viária urbana central, a qual estão incluídas a Praça XV de Novembro e as vias do setor leste (FLORIANÓPOLIS, 2020c). Legislações mais recentes, continuaram ampliando a preservação do patrimônio histórico e cultural do setor leste. Segundo Adams (2001), elas incluem inclusive a dimensão simbólica da região, a partir da implementação das Áreas de Preservação Histórica (APC). Desde 1997, elas são consideradas nos Planos Diretores da Cidade, como no atual Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis²⁰ vigente (ADAM, 2001; CHIBIAQUI, 2018). Apesar da descaracterização estética e das mudanças naturais de seu uso e ocupação, a maioria das edificações e da malha viária presentes no setor leste, segundo Chibiaqui (2018), ainda mantêm visíveis suas características originais.

Na medida que a descaracterização da paisagem local do setor leste foi coibida pelas legislações de preservação do patrimônio cultural, pelo desenvolvimento urbano e pela descentralização dos serviços públicos, houve uma transferência gradativa de investimentos públicos, imobiliários e de infraestrutura para outras áreas da cidade (POZZO, 2016; CHIBIAQUI, 2018). Conforme destaca Chibiaqui (2018) e o próprio Florianópolis (2020c), o

²⁰ Lei Complementar nº 482/2014 - Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis

declínio de investimentos públicos e privados na região se acentuou a partir de 2003, com o encerramento das atividades do Terminal Urbano da Cidade de Florianópolis, transferido para o setor oeste do centro. Ao longo dos últimos vinte anos, o setor leste foi perdendo sua dimensão simbólica de referência histórica e tradicional, além de investimentos públicos, moradores e atividades de comércio e lazer.

Conforme aponta a literatura acadêmica, tendo em vista esta modificação simbólica sofrida pelos centros fundacionais de diversas cidades ao longo do tempo, intervenções urbanas, especificamente àquelas ligadas a ideia de revitalização, começam a ser fortemente difundidas em diversos lugares do mundo (SILVA, 2006; VARGAS; CASTILHO, 2015). Florianópolis não fica alheia a estas políticas e especificamente a partir de 2013, elas começam a ser delineadas para o centro histórico leste, as quais serão discutidas detalhadamente da seção a seguir.

4.2 FORMAÇÃO DISCURSIVA EM TORNO DA REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO LESTE

As políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis, estão vinculadas a outros projetos mais amplos de desenvolvimento econômico para a cidade, que ao longo das últimas décadas, tem recebido investimentos públicos e privados para desenvolver o setor de tecnologia e posicionar a capital catarinense como um dos maiores polos de turismo e tecnologia do país²¹. As condições de emergência do discurso de revitalização, também estão associadas aos argumentos de abandono e degradação que a região supostamente estaria enfrentando, desde o encerramento das atividades do Terminal Urbano, o qual ocasionou a diminuição do fluxo de pessoas, impactando o comércio local. A falta de investimentos públicos na região, a diminuição do comércio, o fechamento de escolas e repartições públicas, entre outros, são apontados pela Prefeitura de Florianópolis e grupos empresariais, como motivos do agravamento dos problemas públicos urbanos do local, como prédios abandonados

²¹ Segundo dados do relatório ACATE Tech Report 2021, o ecossistema de tecnologia catarinense é o sexto maior do país em número de empresas (17.720). Entre as capitais, Florianópolis tem a maior densidade de empresas por mil habitantes, superando inclusive São Paulo. Em relação a produtividade no setor de tecnologia, considerando a média de faturamento e de funcionários das empresas, Florianópolis ocupa o segundo lugar no ranking de eficiência produtiva, ficando atrás apenas de Recife. Internacionalmente, segundo Global Startup Ecosystem Index 2021, Florianópolis é 15ª cidade mais bem avaliada na América Latina e no Caribe em relação a maturidade e o grau de inovação dos ecossistemas de startups. A Prefeitura da Capital fomenta o ecossistema da área desde a sua implantação, com os investimentos ampliados desde 2017, quando o prefeito Gean Loureiro regulamentou a Lei Municipal de Inovação, constituindo um Conselho, Fundo e Programa Municipal de Inovação.

e pichados, pessoas em situação de rua, lixo nas ruas, sensação de insegurança e outros (CHIBIAQUI, 2018; GASPAR; TEIXEIRA; GOMES, 2016; FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Após décadas de desinteresse público em investir na região, em 2013, uma das primeiras ações realizadas pela Prefeitura de Florianópolis em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), para “humanizar” e promover atividades comerciais no setor leste, foi o lançamento da Feira Viva a Cidade. O projeto foi idealizado para “ocupar as ruas” aos sábados pela manhã, realizada ao ar livre nos “calçadões” das ruas Antônio Luz, João Pinto, Rua Tiradentes, com exposição de antiguidades, sebos, artesanatos, brechós, móveis usados, entre outras atividades culturais e de lazer. O fechamento parcial das ruas para o trânsito de veículos, oportunizou diversas atividades nas ruas adjacentes, como demonstrado nas imagens na Figura 14, relativas à primeira edição da Feira.

A declaração do então prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior, no momento de lançamento da Feira, e do gestor de negócios da CDL, Hélio Leite, evidenciam os interesses de organizações públicas e privadas, na busca por uma nova vitalidade econômica, social, cultural e físico-espacial do setor leste, frente às ideias de abandono e degradação que eram até então disseminadas:

(...) sem dúvida este é um dos passos iniciais que estamos dando em direção à **humanização do centro** da cidade, uma **região com um patrimônio histórico tão rico**, onde se fez a história de Florianópolis e que infelizmente após o meio-dia no sábado ficava **abandonado** (Prefeito Cesar Souza Júnior) (...) esta é uma **reconquista da cidade**. Isso é muito importante para a sequência. **Depois virão as obras, as revitalizações**, mas o primeiro passo foi dado (Hélio Leite, da CDL) (FLORIANÓPOLIS, 2013, p. 1, grifo nosso).

Interessante notar que a palavra “reconquista” utilizada pelo representante da CDL, converge com os apontamentos da literatura acadêmica, de Vargas e Castilho (2005, p. 44), os quais ressaltam que a partir dos anos 2000, em diversas cidades latino-americanas, áreas fortemente desvalorizadas passaram a ser alvo de intervenções urbanas “iniciando uma espécie de reconquista dos centros fundacionais”, por meio de parcerias entre o poder público e o setor privado. O modelo de intervenção urbana referido pelos autores, seguem o exemplo paradigmático de Barcelona, que irá influenciar a lógica das políticas de revitalização urbana de diversas cidades do mundo, conforme discutido anteriormente.

Nessa mesma linha, a Feira Viva Cidade foi o marco inicial das articulações políticas entre o setor público, privado e sociedade civil, do que iria se tornar a política de revitalização urbana para o centro leste, dois anos mais tarde, com a chegada do Projeto Centro Sapiens.

Figura 14 - Fotos da 1ª Edição da Feira Viva Cidade em 2023



Fonte: Compilação da autora, com base em Florianópolis (2013) e Mendes (2011).

Legenda: As imagens (a) e (b) são da Rua Victor Meirelles. Na primeira foto, ainda era permitido estacionamento de motos. A partir da realização de atividades culturais e de lazer intensificadas com o início da Feira Viva a Cidade, a rua passou a ser utilizada como espaço de consumo e lazer do tradicional bar Kibelândia.

A imagens de (b) a (f) são da primeira edição da Feira Viva Cidade, sendo respectivamente a Rua Victor Meirelles (b); Rua Nunes Machado (c) e (e); Rua Tiradentes (d); Rua João Pinto (f).

4.2.1 Projeto Centro Sapiens

Lançado em setembro de 2015, pela Prefeitura de Florianópolis e a empresa Sapiens Parque S.A, o Projeto *Centro Sapiens*, é caracterizado por seus proponentes como um projeto para **revitalizar a região leste do centro histórico de Florianópolis**, visando transformar a área em um polo de inovação e economia criativa, com foco em tecnologia, design, artes, turismo e gastronomia (CENTRO SAPIENS, 2016, p. 2).

O Projeto Centro Sapiens utiliza como referência o *Ranking Connected Smart Cities*²², que avalia o potencial de desenvolvimento das cidades considerando “inteligência, conexão e sustentabilidade”, que classificou Florianópolis, em 2015, como a 8ª cidade “mais inteligente” do Brasil. Com o interesse em melhorar a posição da capital, o Projeto Centro Sapiens utilizou as onze dimensões²³ do *Ranking*, como referência para definição de objetivos, metas e indicadores para a formulação do *Plano Estratégico de Revitalização do Centro Leste*, cujo posicionamento estratégico prevê atender aos interesses e demandas de empresas de tecnologia que desejam se instalar em regiões mais centrais da cidade (ALVES, 2015).

O projeto utiliza como inspiração intervenções urbanas internacionais, como o exemplo espanhol 22@Barcelona, o Ruta Medellín (Colômbia) e Soho e Shoreditch (Inglaterra), que visaram “recuperar áreas obsoletas em processo de deterioração” para transformá-las em *distritos criativos* (CENTRO SAPIENS, 2016, p. 2). Com a intenção de que o Centro Leste “volte a ganhar vida”, seus proponentes defendem que a *revitalização* seria a solução para os problemas urbanos da região (ALVES, 2015).

Sua necessidade é justificada por uma leitura de “degradação e abandono da área”, que foi agravada a partir de 2003, devido à mudança do Terminal Urbano da Cidade para a região oeste do centro, diminuindo a circulação de pessoas. Além disso, seus proponentes e apoiadores ressaltam diversos problemas públicos que a região estaria enfrentando, os quais dificultariam o desenvolvimento econômico da área, como: a falta de investimentos públicos, lixo nas ruas,

²² O *Ranking Connected Smart Cities* foi criado pela empresa de consultoria Urban Systems com o objetivo de mapear as cidades com maior potencial de desenvolvimento no Brasil. Segundo informado em site, o ranking possibilitará uma visão mais clara com relação aos destaques e investimentos necessários nos centros urbanos brasileiros. Disponível em: <https://www.connectedsmartcities.com.br/ranking-o-que-e/>. Acesso em 07 de julho de 2020.

²³ As dimensões consideradas pelo *Ranking Connected Smart Cities* são: mobilidade; urbanismo; meio ambiente; energia; tecnologia e inovação; economia; educação; saúde; segurança; empreendedorismo e governança.

pessoas em situação de rua, pichação e depredação dos prédios históricos (CENTRO SAPIENS, 2016, p. 2).

O conceito de revitalização que embasa o projeto é apresentado como: “um conjunto de ações que permite aos ambientes, uma nova eficiência ao sentido do seu uso, fato que traz à tona a discussão de integrar a preservação do patrimônio cultural existente, adaptando a conjuntura atual e as necessidades vigentes” (GASPAR; TEIXEIRA; GOMES, 2016, p. 5). Nesse sentido, “a revitalização urbana surge como uma maneira de introduzir valor à cidade, e garante um processo de planejamento estratégico mais eficaz” (GASPAR; TEIXEIRA; GOMES, 2016, p. 5).

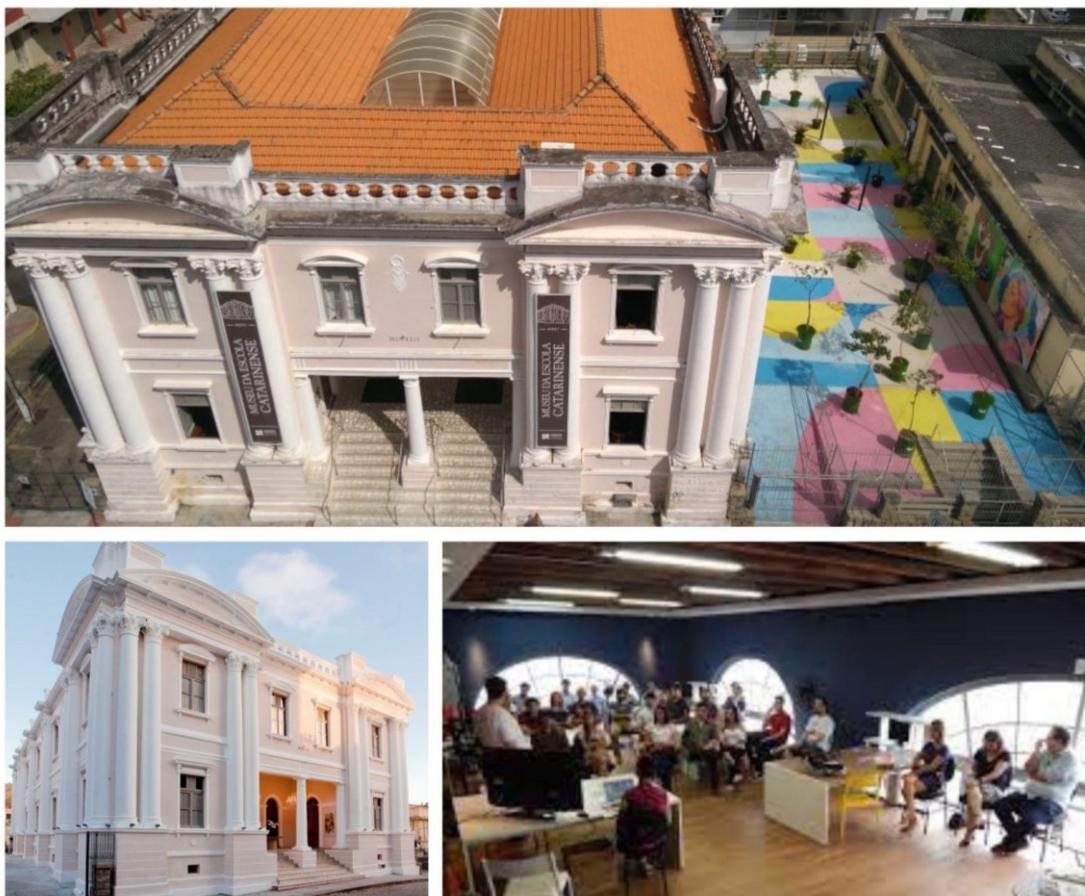
Entre as ações previstas no lançamento do Projeto em 2015, estavam: criar um centro de inovação (incubadora e aceleradora de negócios ligados à economia criativa), aprovar uma lei municipal para isentar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) à *startups* instaladas na região e apoiar outros projetos públicos como cabeamento elétrico subterrâneo da Companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC), melhoria nos calçamentos do Instituto de Planejamento Urbano (IPUF) da Prefeitura de Florianópolis, disponibilização de Wi-Fi gratuito e restauração de edificações históricas como o Museu Victor Meirelles e a antiga Casa Câmara e Cadeia (esta última visando abrigar o Museu da Cidade).

O projeto de lei “IPTU Zero para Startups”, aprovado em janeiro de 2020²⁴, prevê a isenção do imposto para novas empresas *startups* de design, turismo, moda, gastronomia, games, tecnologia ou arte instaladas na área, em edificações ou prédios públicos ociosos ou desocupados. Com a intenção de ocupar os prédios históricos para fomento das atividades econômicas, o coordenador do projeto declarou em 2016: “Vamos revitalizar o Centro com o uso dos prédios históricos para que esses espaços tragam pessoas para movimentar o ambiente” (CENTRO SAPIENS, 2016, p. 9).

Nessa linha de atuação, a primeira grande ação efetiva do Projeto Centro Sapiens, foi a criação em 2016 do “centro de inovação” previsto, o *Cocriation Lab*, um espaço de *coworking* instalado nas dependências do edifício histórico do Museu da Escola Catarinense (MESCC) - prédio atualmente tombado construído no final do século XIX (Figura 15).

²⁴ Lei Complementar nº 686, de 10 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais no município de Florianópolis às empresas enquadradas como startup. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2020/69/686/lei-complementar-n-686-2020-dispoe-sobre-a-concessao-de-incentivos-fiscais-no-municipio-de-florianopolis-as-empresas-enquadradas-como-startup>. Acesso em: 24 de março de 2023.

Figura 15 - Cocriation Lab no Museu da Escola Catarinense



Fonte: Compilado pela autora, com base em UDESC (2022).

Conforme destacam seus criadores, a iniciativa nasceu visando fomentar a economia criativa na região, configurando-se como uma pré-incubadora de ideias para o desenvolvimento de negócios. Seus idealizadores apresentam a proposta da seguinte forma:

O Cocriation está localizado em uma sala dentro do Museu da Escola Catarinense (MESC), justamente no **centro histórico de Florianópolis**. A sala é um espaço moderno e aconchegante. Mesas grandes, espaço necessário para trabalhar bem, sofá para dar uma descansada e apreciar o centro histórico, televisão para mostrar o projeto para futuros investidores fazem parte do **ambiente criativo**. Tem até cubos mágicos para se frustrar um pouco enquanto seu projeto faz sucesso!!! Além disso, o Cocreation Lab fica perto de **padarias, cafés, bares, da praça XV, do terminal de ônibus e circuito baixo centro que compõe as rotas gastro-boêmia, retro e cultural** que só Floripa tem! Toda essa estrutura, tanto da sala quanto da pré-incubação, é oferecida GRATUITAMENTE! A única coisa que pede-se em troca disso tudo é uma contrapartida. Essa **contrapartida deve ser algo em benefício da revitalização do centro histórico de Florianópolis** (FLORES, 2018, p. 1, grifo nosso).

Conforme destacado por seus próprios proponentes, há uma intenção clara em desenvolver a economia criativa e novos negócios, as quais devem estar ligadas com propostas para revitalizar a região. Além disso, é possível notar porque para eles, a região deve ser valorizada e merece investimentos, pelo oferecimento de infraestrutura urbana como padarias, cafés, bares, e pela proximidade do terminal de ônibus.

O Projeto Centro Sapiens e do *Cocreation Lab*, foram capazes de articular diversas organizações públicas e privadas que se identificaram com a proposta, dentre elas, universidades, organizações públicas municipais e estaduais, empresas e organizações de classe, além de organizações da sociedade civil. Além disso, no bojo das polêmicas discussões de 2016, relativas ao Plano Diretor de Florianópolis, surge o Movimento Traços Urbanos, que conjuntamente com o grupo de pesquisa VIA Estação Conhecimento e LOGO, vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), se tornaram grandes parceiros do projeto.

Criado em 2016, o Movimento Traços Urbanos é formado por diferentes profissionais interessados em discutir e influenciar a requalificação dos espaços públicos de Florianópolis. Na ocasião, conforme entrevista realizada com um dos seus membros (E2), o Movimento direcionou seus esforços para contribuir para o “ressurgimento do centro histórico” e em seu processo de revitalização. Suas primeiras ações foram direcionadas para o setor leste do centro histórico da capital, em apoio à proposta do Centro Sapiens para tornar a região um Distrito Criativo. Eventos, oficinas, capacitações e projetos foram realizados entre os anos de 2016, 2017 e 2018²⁵, com a intenção de refletir, discutir e propor ações para a revitalização. Desses processos de reflexão coletiva, artigos científicos, *ebooks*, projetos e publicações na mídia e redes sociais²⁶, contribuíram para explicitar as visões, argumentos, motivações e ideias de ações para revitalizar o Centro Leste. Conforme destacou o coordenador do Centro Sapiens: “O DNA da região do centro de Florianópolis chama a atenção pela potencialidade. Ela é multicultural e, assim, integra as pessoas, mas também emociona pela diversidade. Há um grande potencial

²⁵ Em relação aos eventos mais marcantes ocorridos nesses anos destacam, o Nossa Rua realizado em novembro de 2016, que contou com a participação de cerca de 22 pessoas - dentre eles arquitetos, urbanistas, universitários, designers e idealizadores do projeto Centro Sapiens e cujas principais reflexões foram sistematizadas em um e-book intitulado *Refletindo sobre a cidade: um olhar para a região central de Florianópolis*. Em maio de 2017, o Movimento realizou o Walking Tour - Nossa Rua Caminhada Cultural do Leste do Centro Histórico, proposta por uma integrante pré-incubada no Cocreation Lab do Centro Sapiens. E em 2018, o Movimento realizou no Cocreation Lab uma ação propositiva para requalificação do espaço urbano do Centro Leste em parceria com o grupo de pesquisa VIA Estação Conhecimento, envolvendo alunos e professores de arquitetura e urbanismo da UNISUL - Universidade, de design industrial da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina e de design gráfico da FEAN - Faculdade Energia. Desenvolvido de forma voluntária e colaborativa em oficinas.

²⁶ As publicações mapeadas durante o percurso da pesquisa podem ser encontradas no site elaborado para esta tese, por meio do link: <https://sites.google.com/view/vivacentroleste>

mercadológico pela vida urbana e resiliente pela multifuncionalidade” (GASPAR, TEIXEIRA E GOMES, 2016, p. 4).

As obras de restauração da antiga Casa Câmara e Cadeia e do Museu Victor Meirelles, capitaneadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, também articuladas ao Projeto Centro Sapiens foram concluídas ao longo dos anos seguintes, em setembro de 2018 e maio de 2019, respectivamente²⁷. E diversas outras ações previstas foram sendo realizadas, entre 2015 e 2019, as quais contribuíram para o fortalecimento do discurso de revitalização para a região, conforme apresentado na Figura 16.

Diante desse cenário, a Prefeitura de Florianópolis, decide, em fevereiro de 2020, colocar em prática mais uma das ações de revitalização previstas desde o lançamento do Projeto Centro Sapiens, o nivelamento das ruas e melhoria dos calçamentos. Denominando-a de “Projeto de Revitalização para o Centro Leste”, a Prefeitura articula o referido projeto com o discurso de revitalização, propondo substituir os paralelepípedos das ruas, “do antigo bairro da Pedreira”, por *paver*. Os detalhes do projeto, são apresentados a seguir.

²⁷ O Museu Victor Meirelles fechado durante três anos, teve sua reabertura parcial ao público (devido à pandemia Covid-19) no dia 14 de setembro de 2021. Já a antiga Casa de Câmara e Cadeia foi transformada no Museu da Cidade de Florianópolis, sendo inaugurado no dia 23 de novembro de 2021.

Figura 16 - Linha do tempo (1/6): Síntese das ações articuladas ao discurso de revitalização



Fonte: elaborado pela autora.

4.2.2 Projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*

Lançando em fevereiro de 2020, a Prefeitura de Florianópolis divulgou publicamente que pretendia “uniformizar” as vias no entorno da Praça XV de Novembro e de quatro ruas do

setor leste: Tiradentes, João Pinto, Nunes Machado e Fernando Machado, **substituindo os paralelepípedos históricos por paver**²⁸. Divulgado através do *site* da Prefeitura, e em alguns jornais locais da cidade, a notícia apresenta algumas imagens de como ficariam as ruas após a conclusão do projeto (Figura 17).

Figura 17 - Imagens divulgadas sobre projeto de substituição dos paralelepípedos por paver



Fonte: Florianópolis (2020).

Legenda: Galeria de imagens publicada pela Prefeitura de Florianópolis mostrando como ficariam as ruas do Centro Leste (destacadas no mapa) após obras de substituição dos paralelepípedos por paver. A última imagem demarca a localização das ruas impactadas pelo projeto.

Com investimento estimado em oito milhões de reais, o Projeto é articulado a outras ações de revitalização previstas no Projeto Centro Sapiens, como a restauração de prédios históricos, conforme destacado pelo então Prefeito de Florianópolis Gean Loureiro: “Depois da restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia e da revitalização do Largo da Alfândega, faremos mais esta obra para valorizar o centro histórico de Florianópolis” (FLORIANÓPOLIS,

²⁸ *Pavers* são peças pré-fabricadas em concreto, com método de aplicação de intertravamento - transmissão de parte de peso de uma peça para outra.

2020b, p. 1). Para tanto, o projeto é também justificado como solução aos problemas urbanos da região como: inacessibilidade; desconforto no convívio entre carros e outros modais de transporte, incluindo o pedestre; drenagem insuficiente ou inexistente de águas pluviais; insalubridade; desfiguração da paisagem urbana devido aos postes e cabos aéreos; esvaziamento habitacional e funcional; e insegurança (FLORIANÓPOLIS, 2020).

Na época, o próprio Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), órgão municipal ligado à estrutura da Prefeitura, justificou a necessidade do projeto, reforçando a visão de abandono e degradação da área, desconsiderando os novos usos e ocupações observados desde 2015, que reativaram a região. A seguir, destacamos um trecho do parecer técnico elaborado pelo referido órgão:

Hoje a região sofre ainda com a desativação do Terminal Cidade de Florianópolis como ponto de parada dos ônibus urbanos do município, que atraía para aquela área muitos usuários do sistema de transportes até 2003. Adicionalmente, os passeios existentes nas ruas do setor leste, em grande medida devido aos postes de distribuição de energia e outras redes que usam cabos, mostram-se com largura insuficiente para acomodar confortavelmente a circulação de pedestres. A frágil capacidade regenerativa, que se traduz na **incapacidade de manutenção dos imóveis e no enfraquecimento da relevância econômica da região no contexto da cidade, conduz à degradação física do ambiente urbano, agravado por algumas condições de precariedade de que aquela área sempre foi vítima.** (...) Acresce que a limitada circulação de pessoas favorece a **sensação de insegurança e o vandalismo, muitas vezes consumado através de depredação de patrimônio público e privado.** Deverá considerar-se também que o **aspecto degradado** que área apresenta hoje, devido à baixa capacidade de regeneração, não favorece a sua atratividade como região de moradia, de sedição de instituições ou de comércios, insinuando-se a existência de um círculo vicioso, tendente a fazer dela uma área relativamente irrelevante para a circulação de visitantes (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Diante da necessidade de intensificação do fluxo de pessoas, a Prefeitura entende como necessária promover uma melhoria nas superfícies das ruas da região, divulgando-o como “a revitalização para o Centro Leste”, conforme demonstrado na Figura 18. Nesse sentido, o Secretário de Infraestrutura Valter Gallina responsável pelo projeto ressalta que: “A ideia é privilegiar as pessoas e deixar esta região do centro histórico mais harmônica e no estilo do novo Largo da Alfândega recém-entregue. Vai ser a obra!” (PMF, 2020, p.1).

Figura 18 - Notícias sobre o projeto de revitalização da PMF

The image is a screenshot of a news compilation. At the top, it shows the official website of the Municipality of Infrastructure (Secretaria Municipal de Infraestrutura) of Florianópolis, dated 20/02/2020. The headline reads: "Prefeitura de Florianópolis vai reformar Centro Leste". Below the headline, there is a small image of a street and a short text snippet. The middle section shows a news article from OCP News, dated 25/02/2020, with the headline "Centro Leste de Florianópolis será revitalizado". It features a large image of a street scene. The bottom section shows a news article from ND+, dated 20/05/2020, with the headline "Obra de revitalização da ala leste do Centro Histórico da Capital sai no segundo semestre". It includes a profile picture of Fabio Gadotti and a short text snippet.

Fonte: compilação da autora.

Legenda: Notícias veiculadas sobre projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver* vinculadas a ideia de revitalização. Notícias publicada no site da Prefeitura de Florianópolis, pela Secretaria de Infraestrutura (20/02/2020); no Jornal Digital OCP News por Ewaldo Willerding Neto (25/02/2020); e no ND+, pelo colunista Fábio Gadotti (20/05/2020).

A proposta alcançou grande repercussão, tanto na mídia local como nas redes sociais. Isso porque, apesar de não ser mencionado pela Prefeitura e seus apoiadores, desde 2015, o centro histórico leste começou a voltar para a cena cultural e de lazer na cidade, com destaque para a própria Feira Viva Cidade e a abertura, a partir de 2017, de diversos bares na Rua Victor Meirelles. Desde então, novos estabelecimentos como clubes noturnos, pousadas e restaurantes foram inaugurados também nas ruas próximas, atraindo no período noturno e aos finais de semana, um público significativo para a região. Feiras como o Mercadinho Tiradentes e a *Fatto a Femme*, trouxeram novas opções de consumo e lazer para além da Feira Viva Cidade. Associadas a elas, a Travessa Ratcliff, denominada em anos anteriores como Travessa do Samba, reacendeu o samba no Centro Leste, e assim sucessivamente, novos movimentos artísticos, culturais e de lazer começaram a ser promovidos na região, todos eles com uma característica comum, a utilização das ruas como espaço de cultura e lazer.

Ao longo dos últimos cinco anos, uma grande pluralidade de pessoas como jovens, artesãos, comerciantes, moradores, universitários, empresários, organizações da sociedade civil, coletivos culturais, entre outros, constituíram novos usos, ocupações e significações ao centro histórico leste. Tal diversidade pode ser percebida inclusive nas diversas denominações que foram caracterizando este espaço urbano como: Centro Histórico Leste, Baixo Centro, Centro Leste, Setor Leste, Distrito 48. Nesse percurso diferentes demandas foram sendo colocadas pelos sujeitos, frente à pluralidade de eventos e transformações que a região vivenciava.

Isso significa dizer que apesar do discurso de revitalização para o centro leste ter sido articulado ao longo dos anos de 2015 a 2020, sob a justificativa (ou ameaça) de abandono e degradação da área, diferentes demandas, interesses e significações sobre este espaço urbano também estavam sendo formadas. O espaço urbano, conforme explica Delgado (2007, p. 17), interpretado como “forma radical de espaço social”, não pode “ser reduzido a nenhuma unidade discursiva, pela inumerável versatilidade dos eventos que o atravessam” (DELGADO, 2007, p. 17, tradução nossa). Pela perspectiva ontológica da TPD, trata-se da impossibilidade de se estabelecer um fundamento último do social ou de fechamento de sentidos que tornaria uníssono o discurso de revitalização (LACLAU; MOUFFE, 2015). O sentido dos fenômenos sociais “é dado por uma articulação inseparável entre sua dimensão física e uma dimensão significativa desse mesmo fenômeno” (BURITY, 2014, p. 66). Portanto, o sentido do discurso é produzido socialmente e na impossibilidade de fixar um fundamento último, as tentativas de organizar o espaço urbano, ou seja, tentativas para preenchê-lo de sentido, acontecem pelas práticas políticas (LACLAU; MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2003).

Logo após o lançamento do projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, ele passou a ser alvo de intensos questionamentos e mobilizações coletivas contrárias a proposta, culminando em uma série de ações de resistência em prol da preservação dos paralelepípedos históricos.

4.3 MOBILIZAÇÕES COLETIVAS DE RESISTÊNCIA

4.3.1 Quando o discurso de revitalização é colocado em xeque

Nas semanas seguintes à apresentação do projeto da PMF de substituição dos paralelepípedos por *paver*, arquitetos, urbanistas e profissionais ligados às questões urbanas da cidade iniciaram um intenso debate, tendo como principal tópico a preocupação com a retirada dos paralelepípedos e a preservação do patrimônio histórico e cultural da região. Quatro dias após o lançamento do Projeto, no dia 24 de fevereiro de 2020, em uma matéria divulgada na coluna do jornalista Fábio Gadotti, do jornal Notícias do Dia (ND+), a arquiteta e urbanista Betina Adams, reconhecida na cidade por sua atuação e produções acadêmicas na área de patrimônio (ADAMS, 2001), concedeu entrevista alertando para a necessidade de preservação dos paralelepípedos, na malha viária mais antiga do centro histórico de Florianópolis: “não se trata de defender a preservação de uma pedra, o paralelepípedo, mas sim da memória histórica da paisagem urbana” (GADOTTI, 2020, p. 1).

As discussões sobre o projeto também foram pautas de reuniões e grupos de *Whatsapp* de organizações da sociedade civil como o Movimento Traços Urbanos, o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU-SC), a Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR) e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SC). Cabe destacar que diversos profissionais da cidade, estão vinculados a mais de uma dessas organizações, capilarizando o debate entre os membros das organizações.

As reflexões coletivas culminaram em uma reação mais contundente contra o projeto, a partir do Movimento Traços Urbanos, que conforme discussão prévia, em anos anteriores, apoiou fortemente as propostas de revitalização para o setor leste do centro histórico da capital. Para tanto, o Movimento preparou um parecer técnico (redigido pela arquiteta Betina Adams) apresentando diversos argumentos para defender a necessidade de preservação dos paralelepípedos. O documento foi encaminhado em três de março de 2020 ao Prefeito de Florianópolis e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-SC) – autarquia federal que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Os principais argumentos defendidos pelo Movimento permearam discussões históricas, simbólicas e técnicas, conforme destacado nos extratos do documento apresentados a seguir:

A manutenção e a proteção dos paralelepípedos **não trata de preservar só uma pedra. É preservar uma memória histórica da paisagem urbana.** [...] A **malha viária mais antiga desta urbe** é o largo fundacional e o Setor Leste, como demonstrado na cartografia do século 18. Esta camada urbana primordial ainda permanece visível graças a algumas edificações, mas sobretudo está evidenciada pela malha viária. Esta **malha viária funciona como conexão entre as pessoas** e é por onde elas transitam. Neste sentido a malha viária, simbolicamente é essencial. [...] Os paralelepípedos e o traçado urbano original são elementos diferenciados desta paisagem (MTU, 2020, p. 3, grifo nosso).

Em relação aos aspectos técnicos do projeto, o Movimento alerta-se que “uma simples proposta de substituição do paralelepípedo por *paver* não coloca Florianópolis no século XXI, sobretudo quando esta intervenção significa a perda de um material nobre (pedra granítica) por um revestimento de menor valor (o *paver*)” (MTU, 2020, p. 4). O paralelepípedo, na visão do grupo, compõe com a ambiência da paisagem urbana, sendo que esta tipologia urbana com pavimentação do século XIX é um elemento de raridade, da qual remanesceram poucos exemplares nas cidades contemporâneas (MTU, 2020).

Para rebater as justificativas da Prefeitura em torno da necessidade de “uniformizar as vias” e aumentar o fluxo e circulação de pessoas, o Movimento ressalta que a manutenção do paralelepípedo, em vista do suposto desconforto causado pela trepidação, promove a redução do fluxo de veículos, contribuindo para a melhor estabilidade estrutural dos diversos prédios históricos localizados na região (MTU, 2020). Em termos de acessibilidade, eles defendem ser possível compatibilizar a preservação da memória e a adequação aos usos contemporâneos (MTU, 2020). Já em relação ao argumento da Prefeitura que defende a importância da drenagem e permeabilidade dos materiais, para o Movimento, tanto o paralelepípedo como o *paver* são capazes de promovê-la (MTU, 2020). Por fim, eles alertam “para a necessidade de administrar o conflito, pois em nome da modernidade são tomadas decisões precipitadas, e por vezes, equivocadas. Tratando-se da área fundacional de Florianópolis, a reflexão acerca de “Preservação x Modernidade” torna-se fundamental” (MTU, 2020, p. 5).

Apesar de reconhecer que as questões legais são de incumbência e competência da Prefeitura, focalizando as justificativas na importância histórica dos paralelepípedos, o Movimento não deixa de destacar alguns aspectos legais que julgam importantes, mobilizando leis de tombamento e o Plano Diretor da cidade:

Os Planos Diretores, desde 1985, ou seja, tanto o Plano Diretor que foi revogado como o vigente, determinam que os pavimentos originais ou antigos devem ser mantidos e ambas as versões legais tratam da pavimentação urbana histórica e regulam sua gestão. [...] O tombamento é regulado pela Lei Municipal 1202-74 que, por sinal, é a mais antiga legislação municipal de preservação no Brasil. Esta legislação de tombamento e as legislações urbanas determinam que a gestão em áreas protegidas por decreto ou de

preservação cultural é de competência e deliberação do SEPHAN/IPUF. A área é protegida por tombamento e legislação urbana. A malha viária está protegida por tombamento e pela legislação urbana. O tombamento da Malha Viária Urbana Central (Decreto Municipal 190/90, artigo 3º) compreende a Praça XV de Novembro, a rua Conselheiro Mafra, vias do Setor Leste, entre outros. A área do Centro Histórico também é tombada pelo Decreto 270-86. [...] Desde 1997, a legislação urbana complementa a proteção da área tombada acima referida, através das APC - Áreas de Preservação Histórica. Esta legislação delimita as áreas de preservação e determina as diretrizes e normas para seu uso. [...] Por fim, em 1991, a Prefeitura Municipal de Florianópolis foi objeto de uma Ação Civil Pública do Ministério Público do Estado para suspensão do asfaltamento projetado, sob argumento do tombamento das vias e seu consequente valor cultural, com atuação da PMF e decisão favorável, impedindo o referido asfaltamento (MTU, 2020, p. 5-6).

Nota-se que o Movimento destaca entre seus argumentos que sua atuação se relaciona com ações de requalificação dos espaços públicos de Florianópolis (e não de revitalização). Eles destacam também o valor histórico da região, a natureza simbólica das malhas viárias e a raridade dos paralelepípedos, os quais remanesceram poucos exemplares nas cidades contemporâneas. Além disso, ressaltam que o projeto deve considerar o atendimento da mobilidade, em especial de pedestres e ciclistas e uma adequada solução de drenagem, acreditando também que o projeto seja uma solução consensual para atender às demandas atuais da região. Por fim, são contundentes em afirmar que a proposta de substituição do paralelepípedo por *paver* não coloca Florianópolis no século XXI, enfatizando o tensionamento entre preservação e modernidade. Nesse sentido, mobilizam as legislações de tombamento e preservação do patrimônio histórico e cultural para defender que tal projeto da Prefeitura não está em conformidade legal.

Entre março e agosto de 2020, as reações contrárias ao projeto se intensificam, concomitante ao período da pandemia de Covid-19. Organizações da sociedade civil ligadas às questões urbanas, são inflamadas principalmente por declarações da Prefeitura, em notícias veiculadas na mídia local. Em uma matéria publicada em maio de 2020, o Secretário de Infraestrutura parece ignorar as reações contrárias ao projeto e as legislações municipais de preservação do patrimônio histórico e cultural, insistindo na proposta:

O secretário municipal de Infraestrutura, Valter Gallina, pretende assinar no mês que vem a ordem de serviço para o início das intervenções na ala leste do Centro Histórico de Florianópolis, que incluem a controversa retirada dos paralelepípedos do entorno da Praça 15 de Novembro. “O paver que será colocado na via vai ficar da mesma altura da calçada, que terá um granito similar ao colocado no Largo da Alfândega”, explicou Gallina, que pretende entregar a obra antes do verão 2020/2021. Segundo ele, só o meio-fio será preservado. **O pavimento atual não está tombado como patrimônio histórico, garante o secretário** (GADOTTI, 2020, p. 1, grifo nosso).

A declaração do secretário de que os paralelepípedos não estavam tombados como patrimônio histórico foi rapidamente contestada e aumentou a indignação de diversas pessoas, grupos e organizações que eram contra sua retirada. Cabe ressaltar que diversos integrantes das referidas organizações da sociedade civil e movimentos sociais possuem vasto conhecimento técnico e legal sobre as questões urbanas e patrimoniais da cidade. Muitos são especialistas no tema, professores universitários e/ou assumiram em anos anteriores cargos de alto escalão de órgãos públicos municipais, estaduais e federais ligados ao planejamento urbano e patrimônio. Alguns deles inclusive participaram do processo de elaboração das primeiras legislações de tombamento municipais e estaduais, ocorridas no final da década de 80 em Florianópolis e adequação das leis municipais após a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001.

Reforçando os argumentos veiculados pelo Movimento Traços Urbanos, após as declarações do secretário, outras organizações também se manifestam contra a retirada dos paralelepípedos. No dia 10 de junho de 2020, a Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais - ACCR, encaminha um ofício ao Prefeito de Florianópolis. A Associação ressalta que os elementos que caracterizam essa área são parte integrante do patrimônio de Florianópolis e que o projeto poderia descaracterizar a identidade local:

Tal proposição resultará na alteração da ambiência local e por consequência, da memória histórica da paisagem urbana do sítio fundacional da cidade, ou seja, sua área mais antiga e emblemática. É imperioso que intervenções em áreas emblemáticas sejam precedidas de estudos teóricos balizados em cartas internacionais de preservação e na legislação vigente, tendo por premissa básica de que a preservação do patrimônio ambiental urbano é um ato de cultura e, portanto, deve conservar os elementos que documentam o passado para preservá-lo para as gerações futuras (...) Ressaltamos que os elementos que caracterizam a área compreendida (...) são testemunhos da formação e da evolução da cidade e parte integrante do patrimônio ambiental urbano de Florianópolis. Sua salvaguarda, responsabilidade compartilhada entre Poder Público e sociedade, evitará a perda da identidade do local tornando-a diferenciada, única e valorizada nos seus aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos, e mais atrativa para a população e os visitantes (ACCR, 2020, p. 1).

Nessa mesma linha de atuação, no dia 16 junho de 2020, o IPHAN-SC divulgou um parecer técnico posicionando-se contrário à retirada dos paralelepípedos. O órgão federal realiza sua argumentação utilizando as legislações mobilizados pelo Movimento Traços Urbanos, enfatizando que o setor leste do centro histórico de Florianópolis, conforme o Plano Diretor da cidade, pertence a uma Área de Preservação Cultural (APC) e que a pavimentação em paralelepípedo é tombada pelo próprio Município de Florianópolis, pelo Decreto Municipal nº 190/90. Além disso, ressalta que a Prefeitura de Florianópolis não seguiu a recomendação da Lei Municipal nº 1202/74, que afirma que bens tombados não poderão ser, em nenhuma

hipótese, “destruídos, demolidos, mutilados ou restaurados, sem prévia autorização do SEPHAN, sob pena de embargo e multa” (IPHAN-SC, 2020, p. 3). A parecerista do IPHAN-SC alega não ter tido acesso ao posicionamento do referido órgão municipal, e ressalta que conhecendo a atuação da equipe do município, certamente a posição seria contrária à “mutilação do bem tombado”, já que ruas de paralelepípedo trazem autenticidade ao centro histórico e sua retirada significará a destruição do bem: “O dano, trata-se de uma mutilação integral da materialidade que dá valor histórico e identidade às vias tombadas” (IPHAN-SC, 2020, p.4). O órgão também contrapõe os argumentos do Secretário de Infraestrutura Valter Gallina, quando este afirma que o projeto irá seguir as premissas daquela realizada no Largo da Alfândega:

(...) o projeto e obra do Largo da Alfândega tiveram como premissa a preservação da pavimentação em paralelepípedo que lhe é característica e lhe confere valor e autenticidade. Além disso, as calçadas como são apresentadas nas imagens de simulação do projeto Centro Leste mostram uma solução sem preocupação estética, diferente das soluções da obra recém finalizada (IPHAN-SC, 2020, p. 2).

Um dos argumentos da Prefeitura em defesa do projeto, sobre a necessidade de substituir os paralelepípedos por *paver* para fornecer maior acessibilidade às ruas ao redor da Praça XV de Novembro e do setor leste a parecerista do IPHAN-SC também se opõe: “há uma infinidade de soluções que são inteiramente compatíveis com o paralelepípedo, não sendo esse o empecilho para dar qualidade e revitalizar a região” (IPHAN-SC, 2020, p. 5). Por fim, ela ainda corrobora com o Movimento Traços Urbanos em relação ao material do paralelepípedo ser mais nobre que o *paver*, mais durável, sustentável e que auxilia na drenagem urbana.

Com o parecer técnico do IPHAN-SC contrário ao projeto, o Movimento Traços Urbanos, protocolou no dia em 7 de julho de 2020 uma denúncia pelo Sistema Nacional de Ouvidoria, na tentativa de pressionar o poder público municipal a responder às manifestações do grupo. Apesar das tentativas, após quatro meses desde o envio do primeiro ofício ao Prefeito, nenhum diálogo entre a Prefeitura e a sociedade civil para discutir o projeto havia sido realizado. Agravando a situação, no dia 10 de julho de 2020, a Prefeitura publica no diário oficial, edital de licitação para contratação de empresa para realização das obras (Figura 19).

Figura 19 - Edital de licitação para realização das obras de revitalização



**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

Edição Nº 2730 Florianópolis/SC, sexta-feira, 10 de julho de 2020 pg. 9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 258/SMA/DSL/2020 - A Secretaria Municipal da Administração torna público, para o conhecimento dos interessados, que em ato público será realizada licitação, na modalidade Concorrência, tipo menor preço, tendo como objeto a Contratação de empresa para a execução das obras de Revitalização do Centro Leste (Rua João Pinto, Rua Nunes Machado, Rua Tiradentes e entorno da Praça XV)- Florianópolis/SC. O limite para a entrega dos envelopes será até às 13h20min do dia 12/08/2020. A reunião de abertura dos envelopes será no mesmo dia, às 13h30min, na Secretaria Municipal de Administração, Diretoria do Sistema de Licitações e Contratos, na Rua Conselheiro Mafra, nº 656, Ed. Aldo Beck, 3º andar, sala 301, Centro, Florianópolis/SC. O Edital poderá ser acessado pelo site www.pmf.sc.gov.br.

Fonte: Florianópolis (2020).

Legenda: Extrato do Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis, edição nº 2730, do dia 10 de julho de 2020, página 09, demonstrando a publicação do Edital de Concorrência nº 258/SMA/DSL/2020, referente a contratação de empresa para realizar as obras de substituição dos paralelepípedos por *paver*

Frente à ameaça de início das obras, organizações da sociedade civil, como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Brasil), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SC), Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR-SC) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU-SC) recorrem ao Ministério Público Estadual de Santa Catarina (MPSC), protocolando no dia 21 de julho de 2020, uma ação civil pública para paralisar o projeto, tendo em vista suas irregularidades legais. As justificativas do pedido protocolado pelas referidas organizações seguem os do Movimento Traços Urbanos e do parecer técnico do IPHAN-SC. O titular da 28ª Promotoria de Justiça, Rogério Ponzi Seligman, acolhe o pedido e instaura inquérito civil para apurar eventual descumprimento das leis de proteção ao patrimônio.

Provocados pela denúncia feita junto à ouvidoria, em 13 de agosto de 2020, o SEPHAN responde o Movimento Traços Urbanos, posicionando-se a **favor da requalificação urbana da região, mas contrário à retirada dos paralelepípedos:**

Sua manifestação foi recebida e apreciada pelo SEPHAN, o mesmo informa que informou ao Secretário de Mobilidade sobre as manifestações contrárias à retirada do paralelepípedo do Setor Leste, o qual irá encaminhar ao Secretário de Infraestrutura e Prefeito da cidade. **O SEPHAN compreende e compartilha com os restantes órgãos envolvidos sobre a necessidade de requalificação e melhoria das condições de caminhabilidade da região e de valorização da paisagem urbana e do patrimônio histórico-cultural ali existente, alinhado com a permanência dos paralelepípedos e dos meios-fios existentes**, ambos em pedra de granito, visto que se tratam de componentes mais do que centenários da paisagem urbana local, duráveis, que se encontram disponíveis, e que ainda hoje marcam a identidade daquele núcleo fundador da nossa cidade (FALA.BR, 2020, p. 1, grifo nosso).

A resposta do SEPHAN evidencia opiniões contrárias na estrutura da própria Prefeitura de Florianópolis. Segundo relatou uma das entrevistadas (E1) que já ocupou o cargo de presidente do referido órgão municipal, o posicionamento do SEPHAN sinalizou que o projeto não havia sido desenvolvido em parceria com especialistas e responsáveis pelo patrimônio cultural de Florianópolis, que foi provavelmente proposto para responder à pressão de setores econômicos da cidade e às promessas de campanha do Prefeito Gean Loureiro. Fato este que se tornou explícito, meses depois, quando a sociedade civil tomou conhecimento do Relatório do IPUF, elaborado em 2 de março de 2020.

Este Relatório foi elaborado por um técnico do SEPHAN/IPUF, a partir de duas reuniões realizadas logo após o lançamento do projeto entre representantes do IPUF, da empresa que elaborou o projeto, do Secretário Municipal da Mobilidade, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). No documento, há o registro de que o projeto de repavimentação surge em articulação com pelo menos outros dois projetos municipais para a revalorização da região: a implantação do Museu de Florianópolis, na antiga casa de Câmara e Cadeia, e do Centro de Atendimento ao Cidadão - Pró-Cidadão. Apesar do reconhecimento sobre a necessidade de melhoria das vias, o Relatório argumenta sobre o valor histórico da malha viária:

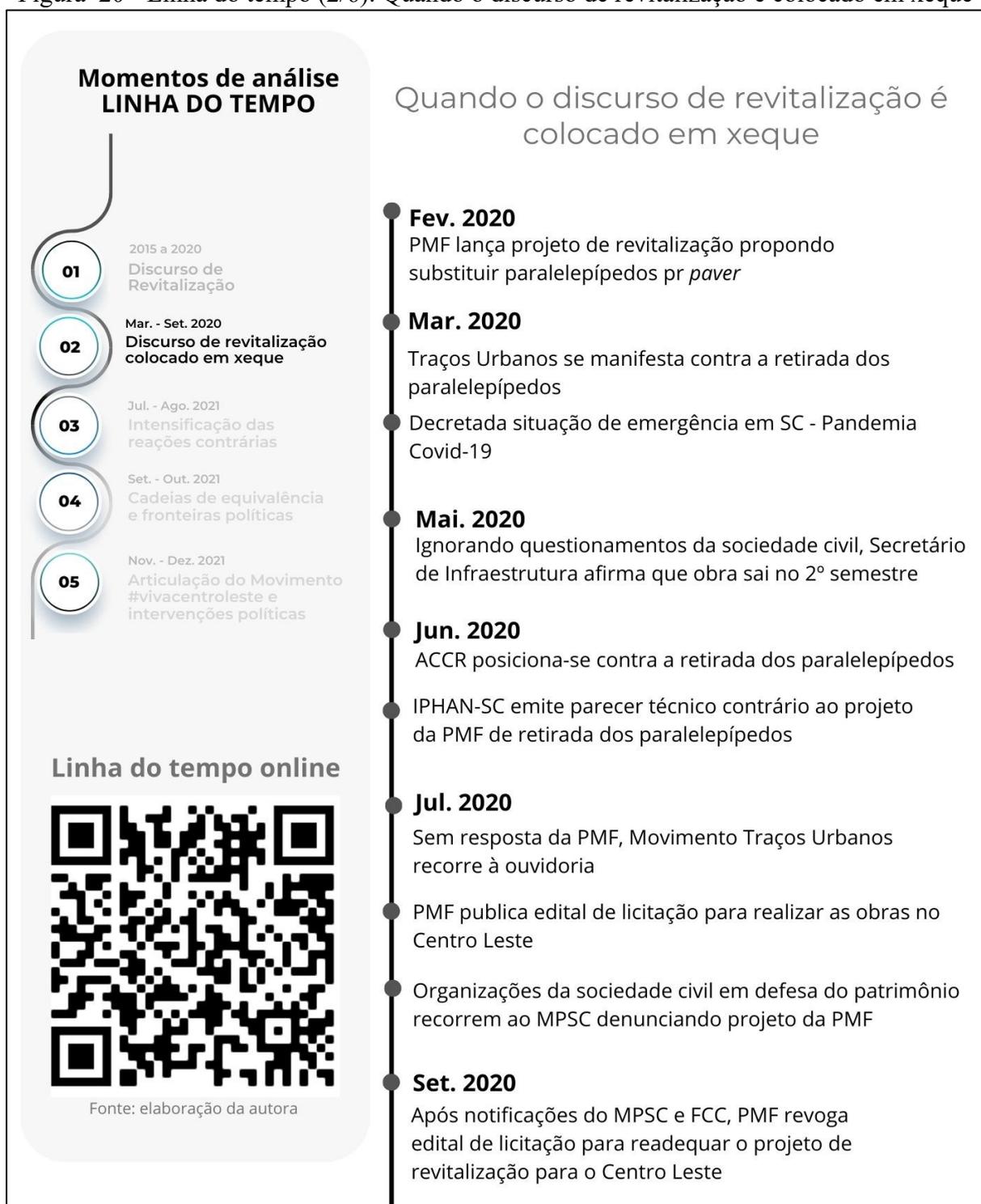
Do ponto de vista técnico, não se considera que a pavimentação existente das ruas do Setor Leste do Centro de Florianópolis seja passível de equiparar-se a uma obra de arte, ainda que possa inspirá-las ou tê-las inspirado, e ainda que **possa provocar nos munícipes e outros transeuntes emoções peculiares**, decorrentes apenas de sua fruição. [...] Assim sendo, considera-se que, para fins de interpretação do Plano Diretor, entre os revestimentos que compõem a superfície das ruas do setor leste, o **paralelepípedo de pedra deverá ser considerado como portador do “valor histórico”** mencionado na lei, devendo permanecer, pelo menos em parte representativa das superfícies circuláveis (associado preferencialmente à circulação viária). [...] Trata-se aqui de uma opinião que decorre, não das qualidades do material, em absoluto, mas do fato de aparentemente ser uma **pavimentação mais do que centenária** e provavelmente a primeira a instalar-se sistematicamente sobre as ruas centrais de Florianópolis, à imagem de outras capitais. **O paralelepípedo de pedra escura**

marcou, ao longo do século XX a imagem da porção central da cidade, caracterizando a luz e os sons refletidos e produzidos naquelas ruas, **a imagem material do lugar e o imaginário de várias gerações de munícipes**. Substituí-lo totalmente seria comparável a uma reinvenção da cidade, uma cirurgia excessivamente invasiva sobre o paciente (o Setor Leste), a qual, por muito bem-sucedida que fosse (em termos de imagem criada), corresponderia a um incidente traumático que se pretende tão raro quanto possível no desenvolvimento urbano. Entende-se também que os meios-fios de granito também têm valor histórico, e deverão ser extensivamente mantidos. Tal se afirma pelas mesmas razões que se evocam para a permanência do paralelepípedo e ainda por **serem o produto nobre de um trabalho artesanal humano admirável**, que embora ainda exista, não é mais frequente nem passível de ser contratado pelo município. O fato de o antigo bairro da Pedreira estar incluído na região em vias de ser intervencionada também contribui para reconhecer valor ao meio-fio de granito, o qual pode até ter sido extraído localmente, incorporando assim **autenticidade àquele ambiente por ele conformado** (FLORIANÓPOLIS, 2020, p. 8-10, grifo nosso).

As sucessivas manifestações contrárias ao Projeto da Prefeitura de substituição dos paralelepípedos históricos por *paver*, revelam inclusive controvérsias entre os órgãos e setores da própria Prefeitura, bem como, expressam o limite de significação que o discurso de revitalização alcança no campo social e político. Elas sintetizam uma série de argumentos que permitem inferir que o discurso de revitalização, encontra seu limite de sentido, deslocando a estrutura social até então vigente. Em termos sociopolíticos, conforme explicam Laclau e Mouffe (2015), uma estrutura deslocada é aquela que experimenta um desajuste no campo da discursividade. O deslocamento é o momento em que o discurso enfrenta um momento de crise que o coloca em xeque. Ele ocorre justamente quando a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação (MENDONÇA, 2014).

A impossibilidade de significar a substituição dos paralelepípedos por *paver* ao discurso de revitalização, expressou diversas reações contrárias ao projeto da Prefeitura, entre os meses de fevereiro a setembro de 2020, as quais foram acompanhadas no decorrer da pesquisa e encontram-se sistematizadas na Figura 20. Após oito meses, desde o lançamento do Projeto, pressionada pelas reações contrárias e pela notificação do Ministério Público Estadual, em 17 de setembro de 2020, a Prefeitura de Florianópolis revogou o edital de licitação, justificando que iria readequá-lo, para manter os paralelepípedos originais das ruas do centro histórico leste.

Figura 20 - Linha do tempo (2/6): Quando o discurso de revitalização é colocado em xeque



Fonte: elaborado pela autora.

4.3.2 Intensificação das reações contrárias ao projeto de revitalização

Dez meses depois, a Prefeitura de Florianópolis, apoiada por empresários da cidade, decide **reabrir o edital de licitação**, prevendo desta vez **substituição parcial dos paralelepípedos por *paver***. Com a revogação do primeiro edital em setembro de 2020, que demonstrou o poder das reações contrárias para paralisar as obras, grupos favoráveis ao projeto começaram também a se posicionar, mas no sentido de apoiar a Prefeitura, em especial a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e a Associação FloripAmanhã.

Os posicionamentos favoráveis ao projeto iniciam pelo Núcleo do Centro Histórico da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) criado em 2010, para fomentar ações de desenvolvimento econômico para a região:

As ruas desniveladas, a fiação exposta num assustador entrevero de fios, as pessoas em situação de rua que perambulam como zumbis e os enormes ratos que vivem nos bueiros de aproximadamente 100 anos, são coisas que assustaram as pessoas que começaram a sair dessa região. O Centro Histórico ficou à mercê de sua própria sorte e já não era considerado um lugar interessante para estar. Pela necessidade de se unirem para buscarem juntos soluções para o Centro Histórico de Florianópolis, em 2010 empresários se organizaram como um Núcleo na CDL Florianópolis, o Núcleo do Centro Histórico, e de lá pra cá já são mais de dez anos somando grandes conquistas para essa região. (...) Aqui pensamos e buscamos juntos soluções para problemas que são da região. Nós somos os empresários que olham e se preocupam com essa região, o Centrinho é nosso! (CDL, 2022, p. 1).

Também apoiadores do Projeto Centro Sapiens, o Núcleo da CDL se posicionou favorável a proposta de substituição dos paralelepípedos por *paver*, justificando que “as obras trariam uma nova cara para a região”. No início de 2021, frustrados com a revogação do edital, nas reuniões do Núcleo (acompanhadas no decorrer da pesquisa), os empresários discutiram uma série de estratégias para influenciar a Prefeitura a reabrir a licitação. Dentre elas, o grupo conseguiu realizar duas reuniões com o Secretário de Infraestrutura Valter Gallina, em março e maio de 2021 (meses críticos da pandemia de Covid-19). Nessas ocasiões, os empresários ressaltaram que:

A Região Leste do Centro Histórico de Florianópolis, que contempla as ruas Victor Meirelles, Tiradentes, Calçada da João Pinto e adjacências, foi uma das áreas da Cidade que mais sofreram com a pandemia em decorrência do novo Coronavírus. Cerca de 40% dos pontos comerciais encerraram as atividades. A revitalização do local é crucial e urgente para a sobrevivência dos comerciantes que lutam diariamente para manter os negócios abertos (CDL, 2021, p. 1).

Além disso, a CDL destaca que a revitalização da região estava entre as propostas de campanha do Prefeito Gean Loureiro, tanto na eleição de 2016, quanto na reeleição em 2020, e por isso, conseguiram firmar um compromisso com a Prefeitura, que prometeu relançar o edital para iniciar as obras ainda em 2021 (CDL, 2021). Fato que ocorreu em 2 de julho do referido ano, com a Prefeitura corroborando com os argumentos dos empresários: “Dezenas de comerciantes fecharam suas portas por falta de turistas e moradores. Temos certeza que depois da requalificação da área esses negócios voltarão a gerar emprego e renda” declarou o Secretário de Infraestrutura em uma notícia divulgada na coluna do jornalista Fábio Gadotti, que passou a cobrir todas as informações em relação ao projeto (GADOTTI, 2021, p. 1).

A retomada do edital de licitação chegou novamente de maneira rápida ao conhecimento de diversas pessoas, grupos e organizações. Mesmo a Prefeitura de Florianópolis argumentando que, a segunda versão do projeto previa a retirada parcial dos paralelepípedos, a proposta não convenceu e **o discurso de revitalização foi novamente contestado, dessa vez, com muito mais intensidade e capilaridade.** Entre os meses de **julho e agosto de 2021, as reações contrárias se diversificaram em termos de sujeitos envolvidos e estratégias utilizadas.** Vídeos, publicações nas redes sociais, concessão de entrevistas, moções de alerta, debates em reuniões e grupos de *whatsapp*, são alguns exemplos de ações realizadas, que disseminaram o descontentamento com o projeto por parte daqueles que já vinham realizando essas mobilizações, mas também por novos sujeitos que entram em cena. Dentre eles, destaca-se:

- **A publicação de um vídeo**, no dia 13 de julho de 2021, gravado por arquitetos e urbanistas, que circulou nas redes sociais registrando mais de 400 visualizações.
- Um **novo ofício** enviado em 21 de julho de 2021 ao MPSC pelo Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural assinado pelas oito organizações que o integram: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC), Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Nacional de História (ANPUH), Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Conselho Internacional de Monumentos e Sítio (ICOMOS BR).
- **Publicações nas redes sociais**, com destaque para grupos de *facebook* como o Desterro Antesdonte que reúne mais de 14 mil pessoas interessadas em discutir assuntos ligados às transformações urbanas em Florianópolis.
- **Intensos debates em grupos** de *whatsapp* de organizações da sociedade civil como no do Movimento Traços Urbanos e a Setorial do Patrimônio Histórico Cultural (acompanhados no decorrer da pesquisa) e grupos de representação de arquitetos e urbanistas como o CAU-SC e IAB (conforme relato de alguns entrevistados);

O vídeo divulgado por profissionais que se identificam como “arquitetos e urbanistas que trabalham há anos na área de planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural na cidade de Florianópolis”, reforçam **argumentos técnicos** sobre a necessidade de preservação dos paralelepípedos:

Essas áreas de pavimentação são parte integrante do patrimônio urbano da cidade [...] os materiais com uma pedra no caso paralelepípedo *petit pavé* e outros similares agrega uma meu ver o valor muito grande ele se harmoniza muito bem aí com esses conjuntos a formam de certa forma também um saber construído já que eles foram feitos na extraídos e cortados executados por antigos mestres e conhecedores dessas técnicas que hoje também é considerado um patrimônio importantíssimo ser preservado [...] não se trata de um apelo romântico só pelos significados simbólicos estéticos que esses materiais e técnicas agregam essa ambiente é mas também por questões de conservação [...] é possível uma permeabilidade maior desse solo uma drenagem melhor e uma facilidade muito maior da manutenção [...] a proposta de substituição da pavimentação original dos paralelepípedos e as pedras portuguesas por blocos de concreto do tipo *paver* irá descaracterizar a estrutura original reduzindo o seu valor e não tem a sustentabilidade ambiental porque incentivo à produção de material de alto nível de emissão de CO2 e também incentiva aumento da velocidade do tráfego dos veículos motorizados ao invés de garantir a acessibilidade e a segurança das pessoas [...] a preservação utilizando a pedra até pela sua longevidade e pelo seu caráter de totalmente integrado [...] se torna muito mais econômica também [...] é possível manter o pavimento de paralelepípedos de granito é possível manter o peso de *petit pavé* em algumas áreas e ao mesmo tempo promover a melhoria significativa da mobilidade pedestre [...] as pedras que existem lá hoje vocês são materiais nobres duradouros permitem a permeabilidade são fáceis de fazer manutenção as pessoas sabem trabalhar com eles. Eles podem ser removidos e recolocados para fazer manutenção subterrâneas e representam tão bem a nossa história a nossa paisagem cultural a nossas técnicas os nossos saberes porque eles precisam ser substituídos por elementos mais novos se eles podem ser adaptados para uma melhor acessibilidade para uma melhor circulação dos pedestres e das pessoas que precisam de uma pavimentação mais regular sempre.

Nessa mesma linha de raciocínio, o ofício enviado para o MPSC pelo Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural ressalta que o projeto não respeita as legislações de preservação do patrimônio cultural:

Tal projeto já foi alvo de mobilização no ano passado por não considerar as legislações federal, estadual e municipal de preservação do patrimônio cultural no que tange a manutenção dos elementos urbanos e de referência histórica, neste caso os pisos de pedra em paralelepípedos e em *petit pavé*. [...] esse Fórum reitera o conteúdo da manifestação conjunta e defende veementemente a manutenção do piso em paralelepípedo da área central da cidade de Florianópolis (FÓRUM/SC, 2021, p. 1).

Em relação às postagens nas redes sociais contra o projeto, elas foram realizadas em tom de questionamentos, provocando aos demais que manifestassem suas opiniões. Dentre elas, destacam-se três publicações que repercutiram no grupo do facebook *Desterro Antesdonte*,

totalizando mais de 200 comentários. A primeira, publicada no dia 08 de julho de 2021, trazia no texto a seguinte mensagem:

PAVER OU PARALELEPÍPEDO? Descobri pelo site Floripa Centro que a área da Praça XV e adjacências será revitalizada. Que um ator em ascensão, o paver, entra em cena. E torna coadjuvante o nosso amado paralelepípedo. Meio a meio! Desculpem-me a ignorância mas preciso do apoio de quem entende desse teatro para explicar razões e contra razões da mudança. Se tem relação com permeabilidade do solo, funcionalidade, resistência e todos os etceteras possíveis. Não sou lá muito viajado mas sei que as mais antigas cidades do planeta procuram respeitar a originalidade de seus espaços históricos arquitetônicos. Visualizo uma utilização desenfreada do paver na cidade e por si só este fato já deixa aquela pulguinha atrás da orelha. Não quero saber do seu gosto. Por mim, fechava o centro aos automóveis e mantinha os paralelepípedos. Mas sou leigo. Por isso, quero informações técnicas relevantes. E do projeto relatado no FloripaCentro gostei da intenção de retirada do asfalto da frente da Catedral. Por gentileza, abro o debate. Quem me ajuda? (Facebook Grupo Desterro Antesdonte, 2021).

As outras duas, compartilhavam notícias sobre o projeto, uma do jornal Floripa Centro cuja manchete dizia: “Exclusivo - Misto de paver e paralelepípedos: confira como ficarão as ruas do centro histórico de Florianópolis - Floripa Centro”, acompanhada da mensagem “E aí pessoal, o que acham? "O horror, o horror"”. E a segunda do Jornal ND+ com a manchete “Secretário defende projeto de revitalização do Centro Histórico de Florianópolis”, perguntando a opinião das pessoas:

Há pelo menos dois anos a prefeitura tenta emplacar um projeto de “revitalização” do centro histórico de Floripa, no entorno da Praça XV e setor leste, prevendo a substituição do paralelepípedo por paver e, agora, a retirada dos petit paves do entorno da catedral. Os órgãos de preservação já se manifestaram a favor da requalificação urbana, mas sem a retirada da pavimentação antiga, mantendo as pedras - que além de tudo é um material nobre - com o devido reassentamento e regularização. Ainda assim, a prefeitura insiste num projeto diferente. E você ? O que acha disso? O programa Balanço Geral da Record também está com consulta aberta pelo WhatsApp: 991097668 (Facebook Grupo Desterro Antesdonte, 2021).

Os questionamentos ao projeto eram tantos que a Associação FloripAmanhã, uma das apoiadoras da Prefeitura, organizou uma reunião online com o Secretário de Infraestrutura Valter Gallina, para dialogar e “acalmar” os ânimos daqueles que estavam se posicionando contra a proposta. A Associação FloripAmanhã foi fundada em 2005, possuindo no seu corpo de associados, majoritariamente, empresas e empresários da cidade. Trabalhando para promover o desenvolvimento econômico de Florianópolis, a organização possui uma forte influência nas decisões públicas ligadas ao fomento de negócios. A reunião, que aconteceu de forma online no dia 21 de julho de 2021, pelo *Google Meet*, contou com a participação de mais de 30 pessoas, em sua maioria representantes de organizações da sociedade civil, grupos e

movimentos sociais que eram contrários ao projeto. Mediada pela presidente da Associação, diversas perguntas foram feitas ao secretário sobre o projeto. Ele justificou a necessidade de revitalização, a partir da visão de área abandonada e degradada, parecendo ignorar todas as atividades culturais e de lazer que nos últimos anos aconteciam. Além disso, em tom categórico, disse que os paralelepípedos históricos não estavam tombados, por isso não seria necessária aprovação dos órgãos públicos responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural. Quando questionado sobre a falta de diálogo com a sociedade civil organizada, o secretário afirmou ter o apoio de Associações como FloripAmanhã, CDL e grupos empresariais.

Segundo uma das entrevistadas (E1) que participou da reunião, a conversa com o Secretário só aumentou a indignação daqueles que defendiam a manutenção dos paralelepípedos, principalmente após ouvir diretamente dele que os paralelepípedos não estavam tombados. Além disso, uma semana depois da reunião, ignorando todos os pedidos de revisão do projeto e necessidade de aprovação dos órgãos de patrimônio competentes, a Prefeitura republicou, no dia 28 de julho de 2021, no diário oficial do município, o edital de licitação para contratação de empresa para execução das obras.

As repercussões da reunião e da reabertura do edital de licitação provocaram a intensificação das manifestações contra o projeto. Em especial, percebe-se que, para além das manifestações públicas nas redes sociais e na mídia local, **as discussões sobre o projeto foram canalizadas para espaços de participação pública** como os conselhos estadual e municipal de cultura, o Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural²⁹ e a frente parlamentar de cultura da Câmara dos Vereadores. Analisando as reuniões anteriores nas quais o Secretário de Infraestrutura se propôs a falar sobre o projeto, percebe-se que nas três ocasiões que ocorreram no primeiro semestre de 2021, elas foram organizadas por grupos favoráveis ao projeto, duas pela CDL e uma pela Associação FloripAmanhã, conforme já apresentado anteriormente. Nenhuma discussão sobre o projeto em instâncias públicas de participação foi proposta pela Prefeitura. No entanto, a sociedade civil se organizou para levar a discussão para os conselhos de políticas públicas.

O projeto foi pauta do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC) e do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF). No CEC-SC, o projeto foi

²⁹ Os Fóruns Setoriais Permanentes são instâncias de participação da sociedade civil vinculados ao Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis. Além do Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural, o Conselho possui também outros seis Fóruns, sendo eles de: Audiovisual, Arte-Educação, Cultura Digital, Cultura Popular, Cultura Negra, Circo, Contação de Histórias, Dança, Hip-Hop, Humanidades, Música, Produtores Culturais e Teatro.

discutido na plenária do dia 27 de julho de 2021, com a participação da arquiteta e urbanista Silvia Lenzi, uma das fundadoras do Movimento Traços Urbanos, com profundo conhecimento sobre o tema. Os conselheiros estaduais de cultura posicionaram-se contra a substituição dos paralelepípedos por *paver* e ressaltaram a importância da mobilização e pressão junto aos órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural do estado, em especial a Fundação Catarinense de Cultura - FCC. Eles discutiram sobre a contraditória interpretação das leis de patrimônio municipal, estadual e federal da Prefeitura de Florianópolis. Fruto dos debates do CMPCF, no dia 8 de agosto de 2021, através do Fórum Setorial de Patrimônio Cultural, os conselheiros da sociedade civil lançaram uma moção de alerta ressaltando o não cumprimento da legislação pela Prefeitura e o pedido de abertura ao diálogo para garantir a participação ativa da sociedade:

Salientamos que o projeto, até onde se sabe, **não foi enviado para análise e aprovação dos órgãos competentes** [...]. Ante tal situação, **as entidades do setor cultural têm se manifestado contrárias ao propósito** divulgado por várias razões, e mais especialmente, **por não haver conhecimento do projeto e do mesmo não ter sido aprovado em qualquer instância, bem como pelo risco de descaracterização que tal ação causará ao centro histórico, que é o sítio fundacional da cidade**. Defendem igualmente que os paralelepípedos guardam relação com a História e a Memória da cidade, além de apresentarem maior durabilidade e possibilidade de reuso sendo, portanto, mais econômicos. O atual calçamento também se constitui em um relevante registro documental das diferentes tecnologias de intervenção urbana. Reiteramos que ninguém é contrário à revitalização da área leste que carece de enorme atenção por parte do município, mas **para revitalizar é necessário levar em conta e proteger nosso Patrimônio Cultural**. [...] o Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural de Florianópolis **reivindica ao Poder Público Municipal de Florianópolis o acesso ao projeto** que deu origem à proposta de intervenção no centro histórico, bem como um **maior diálogo sobre a questão e a criação de condições para que haja a participação ativa da sociedade**, em especial das entidades do setor cultural e, mais especialmente, um tratamento transparente para o encaminhamento desta e de outras questões que envolvam a memória e a identidade da sociedade florianopolitana. Esse Fórum solicita ainda que o projeto completo de intervenção seja encaminhado para avaliação dos órgãos fiscalizadores do Patrimônio Cultural das três esferas governamentais (FÓRUM SETORIAL DE PATRIMÔNIO, 2021, p. 1-2, grifo nosso).

O debate alcançou também a Câmara de Vereadores de Florianópolis, quando a vereadora de oposição Carla Ayres (PT), divulgou publicamente a 4ª Reunião da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Culturais em Florianópolis, com o tema “Revitalização do Centro Leste e a importância da preservação do patrimônio histórico” (Figura 21).

Figura 21 - Convite da Reunião da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Culturais

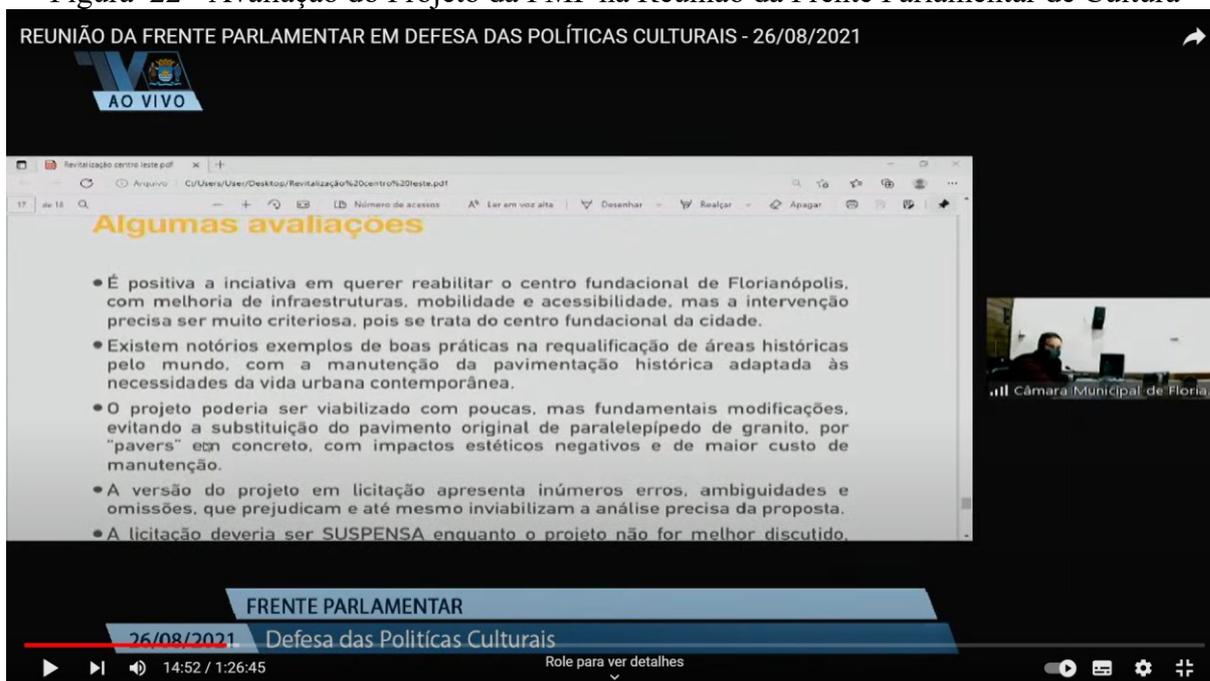


Fonte: Ayres (2021).

Realizada no dia 26 de agosto de 2021, de forma híbrida e com transmissão online pela TV Câmara³⁰, a reunião contou com a participação do arquiteto e urbanista Gustavo de Andrade, que analisou o projeto considerando suas especificidades técnicas. Na apresentação, o arquiteto ressaltou que, contrariamente aos argumentos apresentados pela Prefeitura, sobre a necessidade de remoção dos paralelepípedos para garantir acessibilidade, haveria outras soluções arquitetônicas e urbanísticas que poderiam ser realizadas, sem a necessidade de retirar os paralelepípedos, a exemplo das obras do próprio Largo da Alfândega e de outras cidades do mundo. Além disso, ele resalta as irregularidades no processo licitatório, bem como cita as outras manifestações contrárias de organizações da sociedade civil e órgãos públicos (as quais foram apresentadas anteriormente), indicando que tais interpretações estavam sendo realizadas coletivamente. A Figura 22, apresenta uma imagem da reunião, com algumas das ponderações realizadas pelo arquiteto.

³⁰ A gravação da reunião encontra-se disponível no youtube no link: <https://www.youtube.com/watch?v=rkWiP1HIAzs&t=2928s>

Figura 22 - Avaliação do Projeto da PMF na Reunião da Frente Parlamentar de Cultura



Fonte: Câmara Municipal de Florianópolis (2021).

Legenda: Arquiteto Gustavo de Andrade apresentando suas análises sobre o Projeto da Prefeitura de Florianópolis de substituição dos paralelepípedos por *paver*.

Após a explanação do arquiteto, diversos outros profissionais e representantes de órgãos públicos e da sociedade civil organizada, manifestaram suas opiniões. Esta primeira reunião, pública e aberta, contribuiu para que muitas pessoas se conhecessem pessoal e virtualmente, bem como para marcar seus posicionamentos, evidenciando os grupos favoráveis e contra o projeto.

Paralelamente às reuniões, as manifestações nas redes sociais continuavam intensas. Em especial, uma delas alcançou um grande impacto, reverberando em diversos grupos e organizações da cidade. Realizada pela jornalista Simone Bobsin³¹, no dia 17 de agosto de 2021,

³¹ Em uma de suas redes sociais – LinkedIn, a jornalista se apresenta da seguinte forma: Sou apaixonada pelo que faço. Me formei em jornalismo na Famescos-PUC (RS) e fui morar em Florianópolis assim que saí da faculdade para trabalhar no Diário Catarinense. De maneira orgânica, comecei a atuar no segmento de arquitetura e design a partir do caderno segmentado Casa Nova, do DC, um dos primeiros do país focado em arquitetura e décor. Atualmente, estou à frente do Portal ArqSC, marca multiplataforma que fundei em 2015 junto a três sócios. O ArqSC é um site de arquitetura, design e decoração com foco em notícias e na publicação de projetos, uma curadoria que me especializei ao longo dos anos documentando a criação local por meio do jornalismo segmentado. A plataforma conta também com artigos assinados por colunistas, entrevistas e conteúdo multimídia. O que me cativou na trajetória profissional foi o diálogo entre arquitetura, design e arte. No campo da arte, participei da curadoria do Coletivo Criativo da Bienal Brasileira de Design Floripa 2015; de exposições coletivas e me coloco em permanente inquietação e busca por conhecimento e novos desafios. Fonte: Simone Bobsin. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/simone-bobsin-93371291/>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

Dia Nacional do Patrimônio Cultural, a publicação apresenta a imagem de uma obra de arte (Figura 23), e junto dela, a jornalista escreveu:

(...) A foto do paralelepípedo com uma parte polida é da obra do artista Pita Camargo. Comprei na CasaCor SC em 2019 porque fiquei encantada com o trabalho que faz uma crítica justamente à ideia equivocada de desenvolvimento e progresso de retirar uma pedra com valor histórico insubstituível. Um documento protocolado na prefeitura pelo Movimento Traços Urbanos, em março de 2020, entre tantos argumentos, alertava: “uma simples proposta de substituição do paralelepípedo por *paver* não coloca Florianópolis no século XXI, sobretudo quando esta intervenção significa a perda de um material nobre (pedra granítica) por um revestimento de menor valor (o paver)” (Bobsin, 2021).

Figura 23 - Imagem utilizada por Simone Bobsin no dia Nacional do Patrimônio Cultural



Fonte: Bobsin (2021).

Legenda: Publicação compartilhada no perfil de Simone Bobsin no Instagram e Facebook

Na mesma publicação ela ressalta a polêmica que envolve o assunto, a falta de consenso sobre ele, a referência a outras cidades que já reconheceram a importância de preservar os paralelepípedos, finalizando com um pedido de ajuda:

O assunto ainda é bastante polêmico e não há consenso - apesar do discurso oficial, que diz “tá todo mundo de acordo”. Quem é todo mundo? IPUF não participa do processo (um desprestígio pra não dizer desrespeito), instituições de arquitetos são contra, integrantes de associações próximas à prefeitura também discordam da solução proposta. Só faltou o pronunciamento de outros setores da prefeitura. Já houve uma readequação depois da primeira manifestação pública: agora a pista de rolagem dos veículos será de *paver* e as laterais das vias, de paralelepípedos. Qual argumento justifica essa decisão absurda? Quem ganha com esta mudança? (...) Gente, **todo esse debate já é ultrapassado em muitas cidades, porque se percebeu a importância da**

preservação pra conseguirmos contar a nossa própria história. Me surpreende que instituições que estão à frente de projetos e iniciativas com foco em territórios criativos, gastronomia, cidades, cultura, turismo, alguns ancorados na Unesco, não se manifestam sobre o assunto. (...) Me ajudem (FACEBOOK @simonebobsin, 2021).

A postagem, publicada no perfil pessoal do *instagram* e *facebook* da jornalista, obteve centenas de curtidas e comentários (400 e 130, respectivamente), além de ter sido compartilhada em diversos grupos de *whatsapp*. Alguns comentários marcam as redes sociais do prefeito e de secretários municipais, como o Secretário de Infraestrutura Valter Gallina e o Secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano, Michel Mittmann, e de organizações apoiadoras do projeto como a CDL e a Associação FloripAmanhã. As pessoas pedem sensibilização, posicionamento, abertura ao diálogo e revisão do projeto, conforme demonstrado na Figura 24.

Percebendo a grande repercussão que sua publicação obteve, nas semanas seguintes a jornalista continuou suas mobilizações, criando uma *hashtag* *#provoque* para compartilhar a opinião de pessoas que considerava que tinham conhecimento e influência nos debates sobre urbanismo. Para tanto, ela mobilizou declarações públicas do coordenador do Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis, Marius Bagnati; o ex-prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, apontado por ela como uma referência internacional em urbanismo; o Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, Vinicius Lummert, o ex-Deputado Estadual de Santa Catarina, Marcondes Marchetti e a Associação Brasileira de Designers de Interiores. Sobre as postagens, a jornalista explica em entrevista: “naquela semana criei essa *hashtag* *#provoqueco*, porque achei que era pertinente, era isso que estava acontecendo, esse eco [se referindo a sua postagem do Dia nacional do Patrimônio], então eu fui atrás desses depoimentos” (E1). O Quadro 9, apresenta extratos dessas publicações realizadas pela jornalista em suas redes sociais.

Figura 24 - Comentários na postagem de 17/08/2021, da jornalista Simone Bobsin



Sandra Makowiecky
Gean Loureiro, neste momento faz - se importante ouvir o clamor de tantos especialistas e apaixonados pela cidade. Já perdemos tanta coisa.... Muitas dessas perdas só foram manifestas após o fato consumado.
 Mas agora existe a total possibilidade de não cometer um engano que se concretizado, não tem volta. Se pensarmos na longa duração, as funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder.
 Os cidadãos que fazem o apelo e concordam com o post de **Simone Bobsin**, exercem aqui as trocas, a informação, a vida cultural. Resta o poder. O nosso poder está em unirmos vozes contra o poder provisório de uma caneta. Não permita que este supere um conjunto de cidadãos conscientes cujo único desejo é manter algo intangível e invisível : uma parcela significativa da alma da cidade, que está no centro Histórico e coração da cidade, que é de todos.

Curtir Responder 1 a   13

↳  Simone Bobsin respondeu · 2 respostas

Marcelo Seixas
Parabéns Simone Bobsin que tua voz se junte a outras tantas e consigam sensibilizar a gestão

Curtir Responder 1 a Editado  6

Ângelo Marcos Arruda
Valter Gallina . Caro amigo Secretario. Leia essas palavras e se sensibilize com os argumentos. Eu como arquiteto e do campo do patrimônio histórico endosso. É muito prejuízo para a cidade.

Curtir Responder 1 a  6

↳  Ângelo Marcos Arruda respondeu · 6 respostas

Ângelo Marcos Arruda
 Caro **Michel Mittmann** . Caro amigo Secretario. Leia essas palavras e se sensibilize com os argumentos. Eu como arquiteto e do campo do patrimônio histórico endosso. É muito prejuízo para a cidade.

Curtir Responder 1 a  3

Ângelo Marcos Arruda
Cibele Assmann Lorenzi Valter Gallina . Leia essas palavras e se sensibilize com os argumentos. Eu como arquiteto e do campo do patrimônio histórico endosso. É muito prejuízo para a cidade.

Curtir Responder 1 a  3

Suzane Albers Araujo
 Parabéns Simone pelas sua defesa. Também defendemos que nosso centro histórico mantenha seus elementos urbanos preservados e por consequência toda a sua ambiência histórica.

Curtir Responder 1 a  4

Fonte: compilado pela autora dos comentários postados no facebook de Bobsin (2021).

Quadro 9 - Publicações realizadas pela jornalista Simone Bobsin: #provoqueco

(continua)

Data da Publicação	Sujeitos mobilizados pela jornalista	Extratos da publicação realizada por ela
24/08/2021	<p>Marius Bagnati: Com experiência em gestão pública, é hoje coordenador do Comdes – Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis.</p>	<p>“Minha posição é pela preservação”, disse (Marius Bagnati) em conversa informal, mas com autorização para publicação. (...) (ele) não vê sentido na troca da pavimentação.</p> <p>Márius fala na importância de transmitir às futuras gerações a nossa história. (...) Sobre o projeto, considera fundamental aproveitar as obras de requalificação do Centro Leste para já fazer a rede elétrica subterrânea, uma opinião divergente de outras pessoas envolvidas no projeto - se executada agora dificilmente o será no futuro.</p> <p>Entre tantas coisas que conversamos, Márius disse que uma gestão pública precisa debater com a sociedade, ouvir os técnicos, buscar consenso. “A busca do consenso é uma prática de trabalho que só valoriza a administração pública”, afirma. Parece que está faltando a escuta no caso desse projeto.</p>
25/08/2021	<p>Associação Brasileira de Designers de Interiores, associação com 40 anos de atuação no campo do design de interiores.</p>	<p>“Não se trata de preservar apenas pedras. Se trata de uma memória histórica da paisagem urbana que define parte da identidade de Florianópolis. Os paralelepípedos e o traçado urbano original do centro são elementos diferenciados desta paisagem.”</p> <p>O amor às raízes e história da ilha de Florianópolis vem sendo testada nos últimos tempos. Através de projeto de requalificação do centro histórico de Florianópolis, especificamente da nova pavimentação da Praça XV e arredores, paralelepípedos de 1886 serão substituídos por paver, feito com blocos de concreto. Uma lavagem histórica que altera boa parte da riqueza da região.</p> <p>A Associação Brasileira de Designers de Interiores presta o seu apoio a todas as pessoas que reconhecem o valor cultural dessa região, e se posiciona contra a nova "pavimentação".</p>
26/08/2021	<p>Cássio Taniguchi, ex-prefeito de Curitiba, cidade que é referência internacional em urbanismo</p>	<p>“É preciso uma centelha, uma faísca pra incendiar”, disse. (...) E como será o desfecho do projeto de melhoria do Centro Leste, em Florianópolis, com a substituição por paver de parte significativa das pedras centenárias da Praça XV e ruas adjacentes? Alguém aí lembrou de outra referência mundial? A jornalista Jane Jacobs nos anos 1960 travou uma batalha pública em Nova York contra um dos planejadores urbanos - e venceu. Ela é referência entre arquitetos e urbanistas pelo seu pensamento sobre cidades.</p> <p>“Precisamos proteger a cidade”, foi uma das frases que Taniguchi me disse, por telefone, na semana passada. A conversa foi informal, com autorização para publicação. E continuou: “Não há uma visão integrada, o que NÓS queremos a respeito do centro; a cidade não tem que pertencer a um núcleo pequeno”.</p> <p>Taniguchi é defensor de uma cidade que se reinventa, onde há proximidade entre várias atividades como trabalho, estudo e diversão. Ele citou o exemplo do projeto que pretende transformar Paris em uma “cidade de 15 minutos”. Ele desconhece a autoria do projeto para o Setor Leste de Floripa e como se deu o processo desde o início, mas foi taxativo em afirmar que a intervenção precisa ter discussão, audiência pública e perguntou sobre a avaliação de entidades públicas e do setor de patrimônio.</p>

Quadro 9 - Publicações realizadas pela jornalista Simone Bobsin: #provoqueco
(conclusão)

29/08/2021	Catarinense Vinicius Lummertz , que atualmente é Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo	<p>A possibilidade de diálogo e debate, para avançar num projeto coerente para o Centro Histórico de Florianópolis, é apontada como um fator positivo.</p> <p>Na sua visão de cidade é importante levar em consideração as várias camadas em torno dos centros históricos, como o fluxo das pessoas, a moradia, o trabalho, as atrações turísticas com calendário de eventos, cinema, universidade, um mix de usos. “Qual a função do centro histórico? ser histórico”, diz, citando a prática adotada em cidades mundo afora, onde a área fundante das cidades é preservada. Mas ressalva que tem que haver equilíbrio e sugere que, para além da requalificação, deve-se pensar em estratégias como incentivo fiscal (aqui vale lembrar da dificuldade de muitos microempresários que fecharam as portas por conta da dura realidade pandêmica e, infelizmente, pouco ou nada receberam de incentivo).</p> <p>Nivelar os paralelepípedos, arrumando onde é necessário, seria uma solução que resolveria o problema da pavimentação, sugeriu em conversa por telefone, reafirmando a necessidade de melhorias no Centro Histórico.</p> <p>(...) Quando viajamos queremos conhecer a cidade verdadeira, com sua história, identidade, sua gastronomia e patrimônios outros. Preservar com coerência, diálogo e participação dos técnicos e dos cidadãos é fundamental - infelizmente não foi o caminho traçado até o momento neste projeto. Torcemos para que a prefeitura e suas secretarias envolvidas estejam abertas ao diálogo a partir da fásca que reacendeu o debate, um post aqui nesse perfil.</p>
08/09/2021	Marcondes Marchetti , ex-Deputado Estadual de Santa Catarina	<p>“Em toda a cidade governada com percepção democrática, a opinião pública é levada em conta nas decisões da gestão pública. Em especial nas questões que digam respeito aos sentimentos que as pessoas têm para com sua cidade e sua história. Quando se ignora a opinião pública diante de uma decisão não fundada em sólidos argumentos técnicos, se está próximo de atitudes autoritárias, anti-democráticas e geralmente passíveis de suspeitas. Tem momentos que deve valer mais o sentimento da cidadania que a opinião da burocracia. Qualquer gestor público moderno tem a noção elementar que deve construir decisões e não abraçar opiniões. E que é nos sentimentos da cidadania que vai encontrar a percepção da cidade e de seus valores históricos e culturais”.</p>

Fonte: elaborado pela autora, com base nas publicações do *instagram* da jornalista Simone Bobsin.

Sobre as publicações realizadas pela jornalista, em entrevista ela destaca a grande repercussão que sentiu:

As pessoas vinham falar pra mim: “Nossa olha aonde foi parar o teu post...” (...) Ali que começou a furar todas as bolhas, porque rolou o post em *n* grupos da cidade. Tipo Floripa Sustentável, Floripa Amanhã, aquele Condes. (...) Acho que ali realmente aconteceu algo para além do que a gente tinha, que eu podia imaginar e eu acabei me sentindo responsável também e não consegui mais sair dessa história porque ela realmente ganhou essa proporção. Teve gente de São Paulo que tava disposta a vir fotografar, se a gente fizesse alguma ação (E1).

Conforme argumenta Lordon (2017), a mobilização de porta-vozes, sujeitos portadores de capital simbólico, e a utilização dos meios de comunicação são uma das estratégias mais clássicas da política. Elas contribuem para a criação de representações, imaginações coletivas e para a construção de novas ordens simbólicas. Defender uma causa, portanto, para Lordon (2017), é uma prática política capaz de compartilhar visões, procurando fazer com que o outro veja, com a mesma intensidade, uma dada realidade. Essa foi a intenção das reações contrárias realizadas nesse período, que ocorreram entre julho e agosto de 2021, sistematizadas na Figura 25, chamar atenção, a partir de diferentes vozes, sobre a importância histórica do centro leste, da manutenção dos paralelepípedos e da necessidade de a Prefeitura abrir o diálogo com a sociedade civil.

Percebe-se que elas ocorreram de forma muito mais intensa, do que quando a primeira versão do projeto foi apresentada, em fevereiro de 2020. No entanto, as diversas reações ainda se encontravam sob a lógica da diferença, ou, conforme Laclau e Mouffe (2015) explicam, elas ainda eram permeadas por uma complexidade crescente do espaço político, conformando opiniões contrárias e favoráveis, cuja diferença entre elas ainda as mantinham distintas, separadas e autônomas. No entanto, frente as sucessivas investidas de levar o projeto à diante e a falta de diálogo por parte da Prefeitura, que continuava ignorando os argumentos contrários publicizados, o cenário político começa a mudar, a partir de setembro de 2021.

Figura 25 - Linha do tempo (3/6): Intensificação das reações contrárias ao projeto de revitalização



Fonte: elaborado pela autora.

4.3.3 Formação das primeiras cadeias de equivalência e fronteira política

Entre os meses de setembro e outubro de 2021, percebe-se no campo político a formação das primeiras cadeias de equivalência e o delineamento de uma fronteira política entre os grupos a favor e contra o projeto. As contraposições ao projeto da Prefeitura foram protagonizadas principalmente por duas frentes de resistência: a partir da formação do grupo *#paralelelovers* e pelo Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Histórico ligado ao Conselho Municipal de Políticas Culturais.

Criado em 17 de setembro de 2021, o grupo *#paralelelovers* se formou a partir de um convite para defender os paralelepípedos, da jornalista Simone Bobsin, para outros dois amigos, arquitetos e urbanistas referências na cidade, já envolvidos com as mobilizações contra o projeto desde 2020. Conhecendo-os de longa data e frente à ameaça iminente de retirada dos paralelepípedos, eles mobilizaram cerca de 20 (vinte) pessoas, entre elas comerciantes, empresários, jornalistas, vereadores, arquitetos e urbanistas, profissionais do campo da cultura, frequentadores da região, professores, pesquisadores entre outros, formaram um grupo articulado para resistir ao projeto.

Essa nova identidade coletiva, que se formou em torno da luta pela preservação dos paralelepípedos, pode ser caracterizada como uma cadeia de equivalência. Conforme nos explica Laclau e Mouffe (2015), a equivalência cria um sentido em que as diferenças são suspensas temporariamente, na medida em que são usadas para expressar algo idêntico subjacente a todas elas (LACLAU; MOUFFE, 2015). A condição de possibilidade da cadeia de equivalência deriva dos efeitos de unidade ocasionados pela ameaça advinda do exterior constitutivo, já que o limite antagônico é comum a todas as diferenças articuladas. Sem essa unidade a partir da ameaça externa, a lógica da diferença prevalece (LACLAU, 2011; MENDONÇA, 2009). Conforme explica Burity (2014, p. 68): “O que as une é a sua comum oposição a algo que está fora desse espaço significativo e que representa a ameaça”. Essa relação de oposição e ameaça fica clara, quando uma das entrevistadas relata: “Nossa articulação aconteceu de forma reativa frente à ameaça colocada pela Prefeitura e a sua intenção de retirada dos paralelepípedos” (E4).

A dimensão de equivalência captura também a fronteira “nós-eles” na medida em que têm um inimigo comum (LACLAU; MOUFFE, 2015). Nesse sentido, em uma das publicações da jornalista Simone Bobsin sobre o grupo *#palalelelovers*, a fronteira nós-eles, pode ser claramente identificada:

Infelizmente, a prefeitura, e por certo outras entidades, nos vêem como “do contra”. Que fique claro: a intenção é participar, somar, mesmo com opiniões divergentes. Porque as cidades são palco da diversidade e se constroem por meio de múltiplos olhares. Nada é mais contemporâneo e democrático do que entender essas relações (BOBSIN, 2021a, Instagram).

Para tentar paralisar o projeto, a primeira ação conjunta do grupo visou sensibilizar a opinião pública e a mídia local. Realizada de forma presencial no Centro Leste, no dia 16 de outubro de 2021, o grupo se reuniu em frente ao prédio histórico da antiga Escola Estadual Antonieta de Barros, fora de funcionamento desde sua interdição em 2008. Na ocasião eles discutiram os pontos críticos do projeto, que foram impressos em lambes³² e colados nas paredes do prédio histórico tombado (Figura 26).

Figura 26 - Intervenção urbana com colagem de lambes, questionando o projeto da PMF



Fonte: Compilado pela autora a partir de fotos de autoria de Fernando Willadino compartilhadas na página de Simone Bobsin no Facebook.³³

³² Cartaz, geralmente produzido de forma artesanal e com conteúdo político ou artístico, que é colado num espaço público. Fonte: Porto Editora – lambe-lambe no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-04-04 15:27:52]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lambe-lambes>. Acesso em 04 de abril de 2022.

³³ Disponível em: <https://www.facebook.com/simone.bobsin/posts/4606555282740307>. Acesso em: 17 out. 2021.

Por cima dos *lambes*, eles escreveram seus questionamentos ao Projeto da Prefeitura, em tom de denúncia:

Por que mudar o piso da pista de rolamento se as pessoas andam pelas calçadas? Quais ruas serão fechadas para o trânsito de carros? Se as ruas serão fechadas para o trânsito de carros, precisa mudar o calçamento? Por que este projeto está sendo feito de forma atropelada? Para uma futura fiação subterrânea não seria recomendado já deixar os dutos para uma passagem futura da fiação? Por que tanto mistério sobre este projeto?

Além disso, o grupo realizou uma caminhada pela região, entregando panfletos com argumentos contra a retirada dos paralelepípedos e a importância de sua preservação. Acompanhando as ações em defesa do patrimônio histórico, membros da Setorial do Patrimônio também participaram da ação. O grupo mobilizou a mídia local para divulgar a intervenção, além de realizar diversas postagens nas redes sociais durante e após a sua realização. Em uma delas, a jornalista Simone Bobsin, explicou as motivações do grupo:

Como cidadãos independentes e sem vínculos no que diz respeito ao debate sobre o Centro Histórico Leste podem se articular com o poder público? Como podemos ser ouvidos e convidados pra conversar? (...) As 3 versões divulgadas [do projeto] pouco mudaram e tampouco explicam não só sobre a pavimentação, mas sobre a proposta de drenagem, a futura obra pra fiação subterrânea, o problema sério com o lixo, a mobilidade, o fechamento para circulação de carros em algumas ruas futuramente. São muitas perguntas e justamente por falta de diálogo, não conseguimos entender o projeto na sua totalidade (BOBSIN, 2021a, Instagram)

Para além das questões técnicas sobre o Projeto, ela compartilhou sua visão sobre a cidade, o exercício da cidadania, e seu envolvimento afetivo com a região:

A cidade é marcada, historicamente, por liberdades e tensões. É lugar de disputa, mas também é o lugar do afeto, dos encontros, da expressão da criatividade humana e da cidadania. E é isso que estamos fazendo, exercendo a nossa cidadania quando manifestamos nossa opinião em relação a um projeto que irá mudar a paisagem urbana desse lugar que nos afeta. (...) Também somos os olhos da rua, estamos atentos, principalmente nos lugares com os quais temos vínculos afetivos, de trabalho, de convívio social, de moradia, etc. No meu caso, há 31 anos frequento este lugar da cidade com amigos, um lugar boêmio, criativo, diverso (BOBSIN, 2021).

Interessante notar como ela ressalta que a cidade é marcada por liberdades e tensões. Lugar de disputa, afetos, encontros e criatividade. E que o exercício da cidadania envolve pautas que nos afetam. Ideia que remete a visão de Lefebvre (1991) sobre a cidade enquanto obra de arte, e do espaço urbano de Delgado (2007), enquanto forma radical de espaço social, um campo

de força, universo de tensões e distorções, no qual os indivíduos e grupos definem e estruturam relações de poder, submetendo-se a elas, ou mesmo desobedecendo-as ou ignorando-as.

Visando levar a discussão e os argumentos contrários ao projeto cada vez mais para o debate público, o grupo *#paralelelovers*, mobilizou uma audiência pública, alegando que a Prefeitura deveria ter criado esse espaço de discussão desde o lançamento do projeto, fato que nunca ocorreu. Nesse sentido, o grupo conseguiu o apoio de um vereador de oposição, Afrânio Boppré (PSOL), para realizar a audiência na Câmara dos Vereadores, no dia 21 de outubro de 2021³⁴.

A audiência iniciou com o vereador proponente apresentando o projeto e em seguida, diversos vereadores da base do governo, posicionaram-se na tribuna favoráveis ao projeto da Prefeitura, repetindo seus mesmos argumentos: abandono e degradação da região, necessidade de acessibilidade, desenvolvimento econômico e atração turística. Além disso, outros apoiadores do projeto, como a CDL e representantes da Associação FloripAmanhã, também defenderam o projeto. Argumentos contrários são manifestados, por meio de representantes de órgãos públicas em defesa do patrimônio, como a FCC, e da sociedade civil organizada, como o grupo *#paralelelovers*, a Setorial de Patrimônio, o CAU-SC e a IAB. Os argumentos utilizados por eles, não diferiram do que vinha sendo publicizados nos ofícios, pareceres técnicos e redes sociais, os quais foram apresentados anteriormente, no entanto, cabe ressaltar que eles se organizaram para a audiência pública, escolhendo coletivamente quem seriam seus representantes para falar na tribuna. No grupo *#paralelelovers*, as pessoas escolhidas foram aquelas que poderiam apresentar justificativas técnicas, bem como afetivas sobre a região. Já no grupo da Setorial de Patrimônio, foram escolhidos representantes que pudessem argumentar sobre as legislações e obrigações da Prefeitura, em relação aos trâmites para execução de obras em áreas de preservação, como o setor leste. Percebe-se que a partir destes momentos de debates públicos, as duas frentes de resistência formadas, começaram a significar coletivamente suas demandas, argumentos, reivindicações e adversários. Alguns, mais inflamados, provocam questionamentos nomeando “eles” (como a Prefeitura, a CDL e a Associação FloripAmanhã) como inimigos da cidade, sendo a proposta do projeto passível de ser completamente eliminada.

³⁴ A gravação da Audiência Pública da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo, que discutiu a proposta apresentada pela Prefeitura de Florianópolis para a revitalização de obras no centro leste, em atendimento ao Requerimento.n. 263/2021, de autoria do Vereador Afrânio Boppré, encontra-se no link: <https://www.youtube.com/watch?v=5UauUFVp4Dc&t=1249s>

Outros, apresentam uma posição mais branda e até concebem a tentativa de conciliação de uma proposta de requalificação do Centro Leste, que acomodasse as demandas “dos dois lados”.

Analisando a dinâmica destes momentos e espaços de discussão pública, como a Reunião da Frente Parlamentar, promovida pela vereadora Carla Ayres e a audiência pública, mobilizada pelo vereador Afrânio, percebemos que eles colocam em evidência uma pluralidade de demandas, argumentos e afetos comuns em que o consenso pareceu fora de cogitação. Nesse sentido, as críticas de Mouffe (2003), ao modelo de democracia deliberativa, parecem fazer sentido. Para a autora, não há solução racional para o conflito, “todo consenso existe como resultado temporal de uma hegemonia provisória, como uma estabilização do poder, que sempre implica alguma forma de exclusão” (MOUFFE, 2003, p. 117, tradução nossa).

O desafio para as democracias modernas, face a multiplicidade e a diversidade de vozes que existem nas sociedades contemporâneas, a complexidade de suas estruturas de poder e as confrontações políticas, está para Mouffe (2003), em estabelecer a fronteira política, em que a percepção do inimigo comum, “eles”, seja estabelecida não como inimigos a serem destruídos, mas como adversários. Essa ideia é que integra o centro do modelo de democracia agonística, proposto por Mouffe (2003), em que o envolvimento em uma forma de luta especificamente democrática (e, portanto, limitada), envolve confronto entre adversários e não entre inimigos a serem destruídos. Precisamente porque os adversários compartilham algo em comum, a “gramática da vida democrática”, sua luta e confronto não assumiria uma forma extrema e violenta.

Nesses momentos, os pontos nodais que identificam os sujeitos, a favor ou contra o projeto se tornaram mais evidentes. Para aqueles que estavam lutando contra a retirada dos paralelepípedos, a significação coletiva, ora do adversário, ora do inimigo comum: o projeto, a Prefeitura, o Secretário de Infraestrutura, foi sendo capaz de fortalecer as cadeias de equivalência em torno do ponto nodal, preservação dos paralelepípedos históricos.

Conforme explica Laclau e Mouffe (2015), os pontos nodais são pontos discursivos privilegiados que fixam parcialmente o significado dentro de uma cadeia de significantes, que tornam elementos equivalentes temporariamente. Em torno deles, se articula uma subjetividade política compartilhada (BURITY, 2014). Conforme relatou um dos entrevistados, quando questionado sobre a importância da audiência pública, para ele aquele momento foi o primeiro em que “os dois lados” estiveram “cara a cara” discutindo sobre o projeto. Ou seja, ele identifica a fronteira política “nós *versus* eles”. Para Burity (2014, p. 69), “neste cenário, temos um adversário em relação ao qual se traça uma fronteira, uma demarcação que cria duas grandes

formas de identificação, cria um “nós”, do lado de cá, e cria um “eles”, do lado de lá. Para Laclau e Mouffe (2015, p. 224), “isto implica que uma formação só consegue significar a si mesma (isto é, constituir-se como tal) transformando os limites em fronteiras, constituindo uma cadeia de equivalência que construa o que está além dos limites como aquilo que *não é*”. A lógica da equivalência introduz a negatividade no campo do social. “É apenas por intermédio da negatividade, da divisão e do antagonismo que uma formação pode se constituir como horizonte totalizante” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 225).

O delineamento da fronteira política, chega ao debate público pela mídia, no final de outubro de 2021, quando um jornal local de ampla circulação, noticiando a audiência pública ocorrida, lança a enquete: “Você é a favor da retirada do pavimento original?”. A pergunta veio acompanhada de duas opções de resposta: “Sim, o pavimento novo vai facilitar a locomoção pela região e a tornar mais acessível” e “Não, é possível melhorar a acessibilidade no local sem retirar o pavimento histórico” (ND+, 2021). A reportagem apresenta a manchete: “A revitalização da região conhecida como Ala Leste está dividindo opiniões, há quem defenda que o pavimento tradicional deve ser mantido e quem prefira a instalação de um novo. Qual a sua opinião?” (ND+, 2021). Antagonizando argumentos favoráveis e contrários ao projeto, a matéria apresenta a opinião do empresário Rafael Salim (a favor do projeto) e do arquiteto e urbanista Gustavo de Andrade (contra a retirada dos paralelepípedos):

O arquiteto **Gustavo Andrade** acredita que retirar o pavimento não é a melhor opção. A revitalização poderia acontecer mantendo a pedra, seguindo moldes de outros lugares tão antigos quanto essa região. “É um projeto que retira em grande escala esse material que é importante para manter a ambiência urbana histórica na área, que é o centro fundacional da cidade. É aqui que nasceu Florianópolis. Nós somos a favor da requalificação urbana, da melhoria da infraestrutura, da melhoria da acessibilidade e da caminhabilidade e é perfeitamente possível compatibilizar a melhoria com a manutenção da nossa história”, defendeu o arquiteto. Já **Rafael Salim**, que é comerciante do Centro Histórico há dez anos, acredita que um novo tipo de pavimento vai trazer mais segurança para quem circula pela região, principalmente para pessoas idosas ou com dificuldade de locomoção. Para o comerciante, “**a pedra é complicada para caminhar. Para qualquer mulher com um salto é impossível.** Acho importante manter um pouco dela, porque de certa forma ela compõe o ambiente, mas é importante criar um outro piso que seja mais confortável para as pessoas” (ND+, 2021, grifo nosso).

O arquiteto defende que os paralelepípedos deveriam ser mantidos, seguindo a experiência de outras cidades, já que eles são importantes para a ambiência urbana do centro fundacional da cidade. Ressalta que “**nós somos a favor da requalificação urbana**”, ou seja, que as melhorias de infraestrutura, acessibilidade e caminhabilidade são possíveis de serem compatibilizadas com a preservação histórica. Já para o comerciante, os paralelepípedos

dificultam a caminhabilidade e por isso, o *paver* seria mais confortável e traria maior facilidade para locomoção das “mulheres de salto alto”.

O resultado da enquete publicada pelo jornal, demonstra que 77% das pessoas que votaram, não eram favoráveis à retirada dos paralelepípedos (Figura 27).

Figura 27 - Resultado da enquete do jornal ND+ sobre a retirada dos paralelepípedos



Fonte: ND+ (2021).

A demarcação da fronteira política, o surgimento das primeiras cadeias de equivalência e todas as ações de resistência realizadas nesses dois meses de setembro e outubro de 2021, (as quais estão sistematizadas na Figura 28), contribuíram para a ampliação da cadeia de equivalência, articulando nos meses seguintes, as duas frentes de resistência já existentes, o grupo *#paralelelovers* e a Setorial de Patrimônio, bem como novos sujeitos que se uniram às ações de resistência, as quais serão detalhadas a seguir.

Figura 28 - Linha do tempo (4/6): Formação das primeiras cadeias de equivalência e fronteira política



Fonte: elaborado pela autora.

4.3.4 Articulação do Movimento #vivacentroleste e intervenções políticas de resistência

Logo após a audiência pública, em uma de suas reuniões ordinárias mensais, a Setorial de Patrimônio, decidiu tentar articular as pessoas, grupos e organizações que estavam se posicionando contra o projeto da Prefeitura, visando fortalecer a luta coletiva. A divulgação do convite nas redes sociais para uma reunião aberta (Figura 29), demonstra a estratégia do grupo para reforçar as ações de resistência em torno da defesa dos paralelepípedos.

Figura 29 - Convite da Setorial de Patrimônio para reunião aberta



Fonte: Setorial de Patrimônio (2021).

A reunião foi realizada no dia 8 de novembro de 2021, online, pela plataforma *Jitsi*, e para além dos participantes da Setorial de Patrimônio, representantes de organizações da sociedade civil como a IAB, CAU-SC, Movimento Traços Urbanos, *#paralelelovers*, professores universitários, entre outros, participaram das discussões. O momento da reunião oportunizou que diversas pessoas se conhecessem, para além das redes sociais e grupos de *Whatsapp*, facilitando a identificação uns dos outros. Logo no início da reunião, os participantes se apresentaram e contaram quais eram as ações e frentes de atuação que estavam realizando, para tentar barrar o projeto, percebendo que elas eram diversas, no entanto, complementares. Após as discussões, compartilhamentos e atualizações sobre os movimentos da Prefeitura que continuava levando o projeto adiante, os participantes definiram quatro frentes de atuação conjunta para tentar paralisar o projeto: (i) sensibilização da opinião pública; (ii) ação judicial,

junto ao MPSC e órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, como a SEPHAN (municipal), FCC (estadual) e IPHAN (federal); (iii) intervenções urbanas presenciais e (iv) apoio de representantes públicos e pessoas com poder de influência, como políticos eleitos (vereadores e deputados), organizações em defesa do patrimônio, arquitetos e urbanistas, entre outros.

Para cada uma dessas frentes, algumas pessoas se colocaram à disposição para participar e outras foram convidadas a colaborar da forma que se sentissem identificadas com os temas. Os participantes acordaram que as ações de resistência poderiam ser múltiplas, diversas e realizadas de maneira autônoma. No entanto, para ganhar força e caracterizá-las como pertencentes a mesma luta, decidiram utilizar a *hashtag*³⁵ *vivacentroleste* para expressar essa união. A utilização da *#vivacentroleste* permitiu ampliar a cadeia de equivalência entre os grupos e as ações de resistência ao projeto da Prefeitura. Conforme explicaram duas das entrevistadas (E1 e E2), a *hashtag #vivacentroleste* foi criada em 2019, na rede social *instagram*, buscando dar visibilidade às atividades de cultura e lazer, por meio do compartilhamento de imagens e vídeos dos momentos vividos pelas pessoas que frequentavam a região. Naquela ocasião a criação da *hashtag* possuía a intenção de demonstrar que existia “vida” no local, opondo-se aos argumentos publicizados na imprensa local, que enfatizava a visão de degradação que a região vinha sofrendo.

A utilização da *#vivacentroleste*, como um novo ponto nodal, permitiu ampliar a cadeia de equivalência, entre os grupos e as ações de resistência ao projeto de revitalização da Prefeitura. Articulando diversas demandas e ações em torno desse signficante, durante o mês de dezembro de 2021, os sujeitos foram constituindo uma identificação coletiva, que culminou, pouco a pouco, na articulação do *Movimento #vivacentroleste*. Um de seus membros explica o seu surgimento em uma de suas redes sociais:

O movimento *#vivacentroleste* surgiu a partir da necessidade da preservação da história do Centro Histórico Leste de Florianópolis. O projeto de “revitalização” dessa mesma região, proposto pela atual gestão da Prefeitura municipal de Florianópolis, prevê a retirada dos paralelepípedos centenários e sua troca por materiais muito mais frágeis. As alterações são caras e mexem em partes que não necessariamente precisam ser retiradas (Facebook - Lima, 2022).

³⁵ *Hashtag* é um termo associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um hiperlink que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema. Fonte: Site Resultados Digitais. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/o-que-e-hashtag/#:~:text=Hashtag%20%C3%A9%20um%20termo%20associado,pública%C3%A7%C3%B5es%20relacionadas%20ao%20mesmo%20tema>. Acesso 06 de abril de 2022.

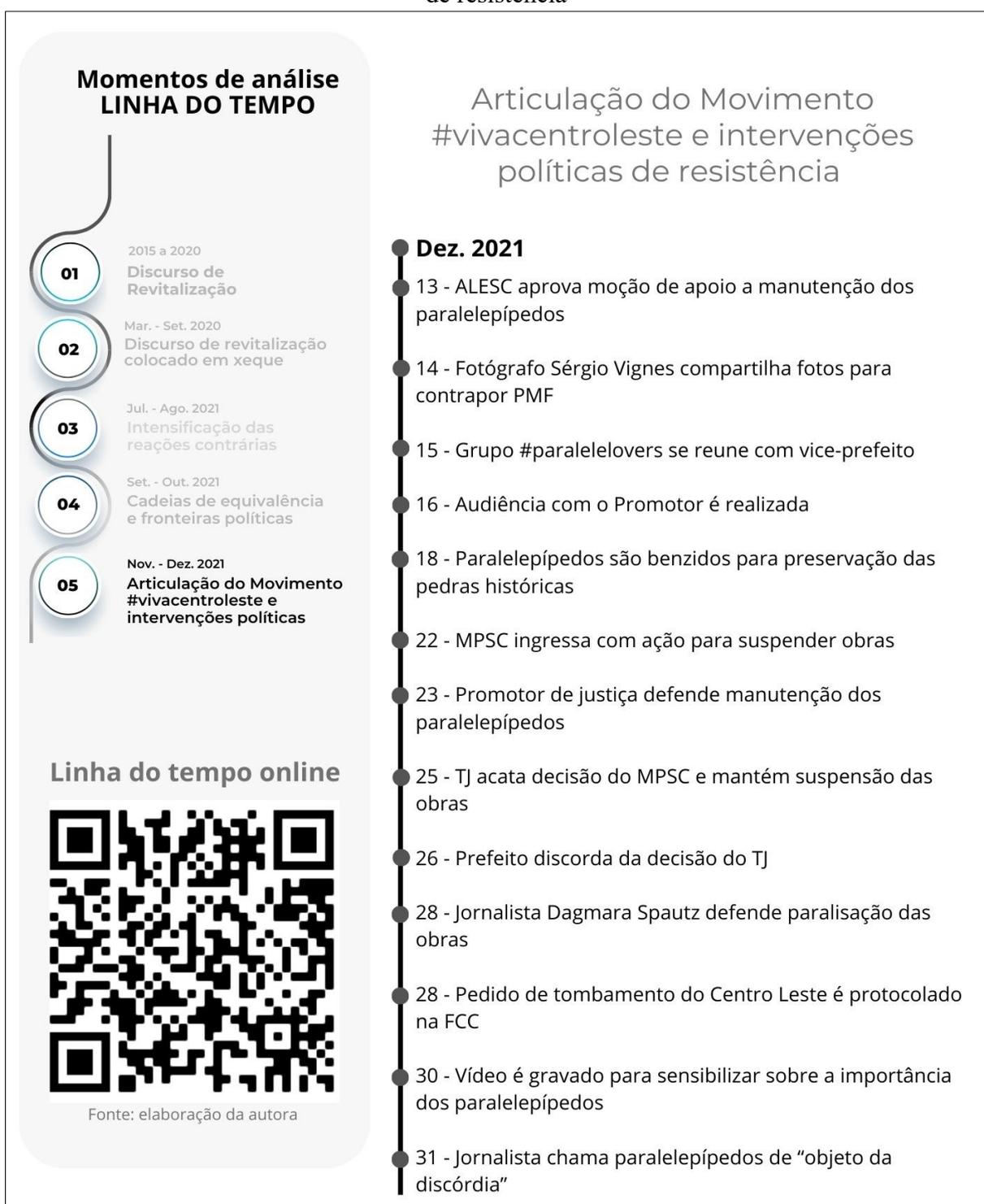
Conforme nos explicam Laclau e Mouffe (2015, p. 176-177), a articulação é “toda prática que estabeleça uma relação tal entre elementos que a identidade desses resta modificada como resultado dessa prática”. Trata-se de um momento privilegiado de significação e constituição de identidades coletivas que ocorre em torno de um ponto nodal. Essa significação coletiva não foi estabelecida *à priori*, mas sim, a partir das diversas ações de resistência, que os grupos realizaram, durante todo o mês de dezembro de 2021, frente à ameaça iminente de início das obras para retirada dos paralelepípedos. A linha do tempo elaborada durante a pesquisa (Figura 30 e 31) apresenta a sistematização das principais ações mapeadas ao longo do referido mês.

Figura 30 - Linha do tempo (5/6): Articulação do Movimento #vivacentroleste e intervenções de resistência



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 31 - Linha do tempo (6/6): Articulação do Movimento #vivacentroleste e intervenções de resistência



Fonte: elaborado pela autora.

Analisando as referidas ações do Movimento #vivacentroleste, percebemos que elas buscaram **sensibilizar a opinião pública e pressionar o poder judiciário para suspender o Projeto da Prefeitura**, tendo em vista que as obras estavam previstas para acontecer no início de janeiro de 2022.

Conforme Lordon (2017), essas intervenções políticas, ou seja, ações que tiveram a clara intenção de produzir efeitos evidenciam como podemos compreender a política como um *ars affectandi*, ou, a arte do afeto, empoderando e produzindo ideias para sensibilizar. Argumentando que a política opera por meio de representações e imaginações, para o referido autor, a defesa de uma causa (no sentido político do termo) tem como tarefa primordial tornar visível determinados argumentos a fim de compartilhar ideias que até então não eram consideradas no cenário político. Em relação à **sensibilização da opinião pública**, uma das principais estratégias utilizadas continuou sendo a **mobilização de apoiadores**, como políticos eleitos (vereadores e deputados), jornalistas e organizações representativas na área de arquitetura e urbanismo. Dentre elas destacam-se: o vídeo gravado pelo vereador Marquito - PSOL (de oposição), defendendo a manutenção dos paralelepípedos, uma moção da deputada estadual Luciane Carminatti, aprovada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), uma publicação no Portal ArqSC do renomado arquiteto e urbanista da cidade, Dalmo Vieira Filho, com uma análise técnica sobre renovações urbanas e a importância de preservar o patrimônio histórico e cultural, manifestações públicas do grupo Urban Sketchers de Florianópolis, e postagens nas redes sociais dos jornalistas Dagmara Spautz e Carlos Damião.

Além disso, buscando demonstrar que o apoio para preservação dos paralelepípedos representava inúmeras pessoas, o movimento criou uma petição online no Avaaz³⁶, lançada no dia 5 de dezembro, conseguindo mais de 500 apoiadores em menos de vinte e quatro horas, e em duas semanas, chegou há quase 2000 assinaturas. A repercussão foi divulgada na mídia local (Figura 32).

³⁶ O site Petições de Comunidade da Avaaz permite que pessoas ao redor do mundo iniciem suas próprias campanhas usando ferramentas de petições online.

Figura 32 - Nota divulgada no Jornal Impresso ND+ sobre a petição online no Avaaz

Paralelepípedos

Em menos de 24 horas, foram quase 2.000 assinaturas pedindo mais clareza no projeto de revitalização da região leste do Centro da Capital. É bem mais que “a meia dúzia barulhenta”, definida assim à boca pequena por alguns entusiastas da obra. Uma enquete feita pelo Portal ND+ mostrou que cerca de 75% das pessoas apoia a manutenção dos paralelepípedos. Anunciada para janeiro, a “revitalização” do Centro Leste, ali para os lados do Museu da Escola e da rua Victor Meirelles, na região atrás dos Correios, ainda é questionada por arquitetos, empreendedores e especialistas em patrimônio. A questão é arrancar ou não os paralelepípedos, que estão ali há cerca de 130 anos, na época em que Floripa ainda era Desterro.

Fonte: Página de Marcelo Seixas no Facebook.

Com o título “Por melhorias urgentes sem retirar os paralelepípedos históricos”, o texto da petição ressalta que a retirada dos paralelepípedos não seria a solução para a requalificação urbana da área. Os argumentos do Movimento, publicados junto da petição, para defender a manutenção dos paralelepípedos, são demonstrados na Figura 33.

Figura 33 - Argumentos mobilizados na petição online Avaaz



العربية DEUTSCH РУССКИЙ FRANÇAIS ESPAÑOL PORTUGUÊS BAHASA INDONESIA 한국어 日本語
NETERLANDS ITALIANO ភាសាខ្មែរ TURKÇE POLSKI ROMÂNĂ ΕΛΛΗΝΙΚΑ

[Sign Up](#) [Login](#) [About Us](#) [Help](#)

Por melhorias urgentes sem retirar os paralelepípedos históricos



Melhorias SIM

Retirar as pedras históricas NÃO

1,717 have signed. Let's get to 2,000

S

Daniela C. signed more than a month ago

S

DANIELA R. signed more than a month ago

Brazil ↓

Florianópolis

coletivo P. started this petition to
 Prefeito de Florianópolis Gean Loureiro; vice-prefeito Topázio Neto

Nossa defesa dos paralelepípedos:

- o centro histórico de Florianópolis é uma joia rara, onde a cidade foi fundada a partir do século XVII, guarda camadas de história, memória e patrimônio histórico que serão conhecidas pelas futuras gerações;
- o setor leste foi o primeiro eixo de expansão da cidade, com suas ruas estreitas, ambiência histórica autêntica, com museus e circuitos artísticos, comércio, bares e restaurantes, feiras, e que reúne boa parte da economia criativa da cidade e vida cultural;
- as ruas foram pavimentadas com paralelepípedos em granito cortados artesanalmente e assentados pelos calceteiros e estão ali desde 1886. É um material nobre, durável que precisa de manutenção assim como qualquer outro pavimento.
- a área é de interesse cultural (Área de Proteção Cultural – APC), a história contida ali é potencial fonte de negócios para aqueles que trabalham no local, retirar o calçamento irá apagar a história, deixar a área igual as outras tantas da cidade;
- é essencial conhecer o Centro Histórico Leste para amar, assim como nós amamos aquele local;
- as melhorias são possíveis e necessárias com a modernização das infraestruturas, da acessibilidade, mas garantindo as permanências históricas. Temos exemplos pelo mundo, no Brasil, e também do outro lado da Praça XV de Novembro, com a reforma realizada na Praça da Alfândega que solucionou a acessibilidade. Portanto, há soluções mais assertivas, adequadas e inteligentes de acessibilidade em harmonia com os paralelepípedos;
- Refleta: há mais de 20 anos o Centro Histórico Leste não recebe manutenção nem melhorias, há problemas com o lixo, com as calçadas, drenagem, cabos elétricos que prejudicam a paisagem urbana, por exemplo. Retirar os paralelepípedos não é a solução.

Fonte: compilado pela autora, com base na petição online publicada no Avaaz (2021).

Em entrevista realizada com uma das proponentes da petição (E1), ela destaca que o objetivo foi demonstrar que a contraposição à retirada dos paralelepípedos não se restringia apenas a grupos de arquitetos e urbanistas, como era constantemente veiculado pela imprensa. As assinaturas ressaltaram a importância de muitas pessoas em preservar os paralelepípedos, ampliando a cadeia de equivalência em torno da articulação do Movimento #vivacentroleste e das ideias defendidas.

Diversas pessoas também se manifestaram através da arte em defesa da manutenção dos paralelepípedos, dentre elas destaca-se a criação de tirinhas, ilustrações, trabalhos manuais, fotografias e vídeos. O cartunista Alexandre Beck, autor de *Armandinho*, criou uma tirinha exclusiva sobre o tema, e o ilustrador Cláudio Duarte elaborou duas ilustrações para apoiar o movimento. A historiadora Norma Bruno, reconhecida por suas publicações a respeito da perda de um dos patrimônios históricos do centro de Florianópolis - a demolição do Miramar, criou um bordado como forma de homenagem e denúncia frente à ameaça da retirada dos paralelepípedos. As produções, compiladas na Figura 34, foram compartilhadas nas redes sociais, em publicações de blogs, petições online e utilizadas em ações do Movimento #vivacentroleste.

Produções fotográficas e vídeos também ocuparam lugar de destaque entre as ações de resistência do movimento, ganhando grande repercussão nas redes sociais. O fotógrafo Sérgio Vignes, reconhecido pelos frequentadores do Centro Leste por seus registros no local, realizou uma série de fotos na região oeste do centro histórico de Florianópolis. A intenção dele demonstrou a baixa qualidade do calçamento em *paver*, fotografando locais da via pública em mau estado de conservação. As fotos foram compartilhadas no dia 14 de dezembro de 202, em suas redes sociais (Figura 35), com o título: “Paver é melhor? O outro lado da Praça desmente.”

Figura 34 - Produções artísticas em defesa da manutenção dos paralelepípedos



Fonte: Compilado pela autora, com base em Duarte (2021); Beck (2021) e Bruno (2021).

Legenda: De cima para baixo, ilustrações de Cláudio Duarte em defesa da manutenção dos paralelepípedos do Centro Histórico Leste de Florianópolis (DUARTE, 2021); Cartum de Alexandre Beck em protesto pela manutenção dos paralelepípedos (BECK, 2021) e Bordado de Norma Bruno em denúncia à ameaça da retirada dos paralelepípedos (BRUNO, 2021).

Figura 35 - Fotos de Sérgio Vignes - “Paver é melhor? O outro lado da Praça desmente”



Fonte: Compilado pela autora, baseada nas fotografias de Sérgio Vignes, (2021).

Legenda: Fotos de autoria de Sérgio Vignes publicadas em seu perfil no Facebook no álbum intitulado “Paver é melhor? O outro lado da Praça desmente.” (2021).

Uma das produções artísticas de grande impacto, que alcançou mais de 1.500 (mil e quinhentas) visualizações no *youtube*, foi o vídeo produzido e dirigido por Cíntia Domit Bittar, publicado no dia 30 de dezembro de 2021. Intitulado “Eu fico”, o vídeo simula a voz dos paralelepípedos, gravado para sensibilizar e demonstrar a importância histórica das pedras, bem como de todo Centro Leste. Conforme explica a própria produtora cultural para uma reportagem no *Jornal Imagem da Ilha*:

(...) acabei integrando um coletivo que reúne artistas, técnicos, jornalistas, entusiastas em defesa do Centro Histórico. Ali cada um ia contribuindo como podia e eu encasquetei que precisava fazer um vídeo. Logo me veio a ideia de fazer na primeira pessoa, uma narração como se fosse a própria pedra, o paralelepípedo falando. Na comunicação social aprendemos o poder do afeto e entendi que aproximar as pessoas da História através da humanização da mesma ao tornar a pedra personagem teria um efeito positivo. (...) Com minha experiência no cinema e no audiovisual em geral, resolvi contribuir também nesse formato, pois entendo que o cinema, a comunicação da arte, tem um poder de diálogo tremendo para sensibilizar e transformar (JORNAL IMAGEM DA ILHA, 2022).

Na mesma matéria, a autora destaca que as ruas do Centro Leste fazem parte do seu cotidiano e que desde 2002, acompanha as transformações urbanas, culturais e sociais no Centro Histórico de Florianópolis, em especial na área do Centro Leste. Pelo período de quatro anos (2018 – 2021), foi conselheira municipal de cultura da capital, na cadeira do audiovisual, aproximando-se de temas interseccionais, como o patrimônio. Nesse contexto, sabendo do “Projeto de Revitalização para o Centro Leste” proposto pela Prefeitura, relata ter ficado “chocada”, com a proposta e indignada com a não apresentação do projeto, por parte da Prefeitura, aos órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural do município, estado e união (JORNAL IMAGEM DA ILHA, 2022).

O vídeo pode ser assistido por meio do QRCode compartilhado na Figura 36. Em sua produção, Cintia visou oferecer informações sobre as propriedades dos paralelepípedos, humanizando suas relações. Narrado em primeira pessoa, representando “a voz e memória das pedras”, ela pontua: “Queremos que o vídeo circule o máximo possível e que fortaleça a opinião pública sobre o projeto, que já se mostrou a favor da preservação dos paralelepípedos” (JORNAL IMAGEM DA ILHA, 2022).

Figura 36 - QRCode Vídeo Eu fico

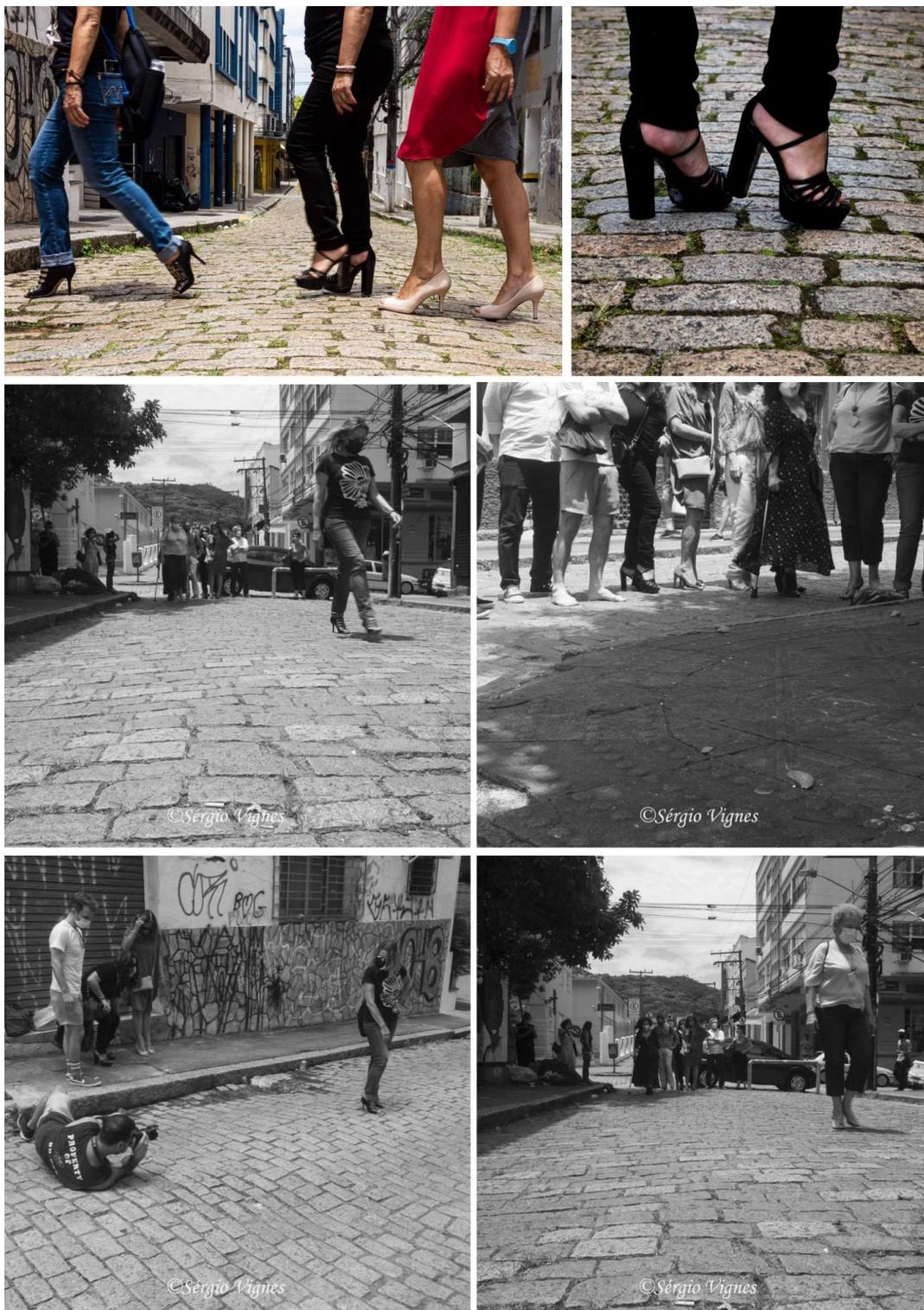


Fonte: Novelo Filmes (2021) compartilhado no Youtube.

Legenda: QRCode do vídeo Eu fico, que se encontra disponível no youtube, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=eCuLQ2z1ZPU&t=15s>. Acesso em: 30 dez. 2021.

Destaca-se também como ações de resistência, aquelas realizadas pelo Movimento de forma presencial no Centro Leste, no sentido de sensibilizar a opinião pública. No dia 11 de dezembro de 2021, o grupo se reuniu para contrapor as declarações do Secretário de Infraestrutura e de comerciantes da região, que defenderam publicamente a necessidade de substituição dos paralelepípedos, porque as mulheres não conseguiam andar de salto alto no local. Em represália, diversas mulheres caminharam de salto alto sobre os paralelepípedos. A ação foi registrada em uma sessão de fotos, conforme demonstra a Figura 37.

Figura 37 - Performance protesto artística ‘Subir no salto’



Fonte: Compilação da autora com base nas fotos de José Valério dos Santos e Sérgio Vignes, publicadas no Facebook de Simone Bobsin (2021).

Legenda: Fotos coloridas de autoria de José Valério dos Santos e em preto e branco de Sérgio Vignes

Alcançando grande repercussão, a ação foi divulgada em um jornal local com a manchete: “Saltos altos ajudam a salvar pedras históricas do Centro Leste de Florianópolis” (MAFALDA PRESS, 2021). Além da *performance* artística, outras pessoas do movimento entregaram panfletos com argumentos a favor da manutenção dos paralelepípedos, bem como realizaram conversas com comerciantes e frequentadores da região para sensibilizá-los em relação à necessidade de preservação dos paralelepípedos.

A intervenção do dia 18 de dezembro, também ocorreu no Centro Leste, alcançando grande repercussão na mídia, inclusive nos veículos de comunicação de grande audiência da cidade. Mobilizadas pelo Movimento, as tradicionais benzedeiiras, ícones da cultura de Florianópolis, foram convidadas para caminhar pelas ruas da região e benzer os paralelepípedos. Em entrevista, uma das integrantes declara: “Essa ação envolve as benzedeiiras [que] fazem parte do nosso patrimônio cultural. É mais uma ação em prol da defesa do patrimônio cultural de Florianópolis (...) no setor leste, contra a retirada dos paralelepípedos, sendo que é uma pedra nobre” (ND+, 2021). A ação também foi registrada pelo fotógrafo Milton Ostetto, cujas fotos podem ser visualizadas na Figura 38.

Figura 38 - Ação de benzimento do Centro Histórico Leste



Fonte: Compilação da autora, baseada nas fotos de Milton Ostetto (2021).

Legenda: Fotografias de autoria Milton Ostetto (2021), publicadas em seu perfil no Facebook.

A repercussão das referidas intervenções políticas revelou o papel preponderante que as produções artísticas alcançaram como ações de resistência. Em um de seus textos, a própria Mouffe (2013) reconhece o papel político que práticas artísticas podem desempenhar nas construções discursivas: “De acordo com a abordagem agonística, arte crítica promove dissidência: torna visível o que o consenso dominante tende a obscurecer e obliterar” (MOUFFE, 2013, p. 190). No marco da democracia, elas permitiram evidenciar as insatisfações e opiniões contrárias ao projeto, de forma não violenta e com alto poder mobilizador.

Por fim, destacamos que paralelamente à sensibilização da opinião pública, **o Movimento não deixou de acionar os órgãos competentes e tratar a questão em termos legais e judiciais.** Diversos ofícios³⁷ continuaram sendo enviados ao MPSC, para pressionar as investigações sobre as inconsistências do Projeto da Prefeitura, que vinham sendo denunciadas desde março de 2020. A primeira ação contra o projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, junto ao Ministério Público de Santa Catarina, foi realizada ainda em 2020, no dia 21 de julho de 2020, sendo que todas as seguintes, até o final de 2021 reiteraram essa primeira ação civil pública. Legalmente, qualquer intervenção urbanística que ocorra no entorno de bens tombados, deve ser aprovada pelo órgão responsável pela defesa do patrimônio histórico. No caso das obras previstas para o entorno da Praça XV de Novembro e das ruas do Centro Leste, por caracterizar-se como o núcleo fundador de Santa Catarina, há tombamentos municipais, estaduais e federais, portanto, os projetos de intervenção urbanística devem ser aprovados pelo SEPHAN, FCC e IPHAN. Com as sucessivas declarações do Secretário Valter Gallina, não reconhecendo o tombamento dos paralelepípedos e não respeitando o trâmite de aprovação do projeto pelos órgãos competentes, no dia 21 de julho de 2021, exatamente um ano depois do primeiro ofício enviado ao MPSC³⁸, oito organizações³⁹, integrantes do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro de Santa Catarina recorrem novamente ao MP.

³⁷ Os ofícios mapeados ao longo da pesquisa, encontram-se no site criado como repositório dos arquivos digitais, disponível em: <https://sites.google.com/view/vivacentroleste>

³⁸ Conforme relatado anteriormente, o documento assinado pelo ICOMOS BR, IAB, ACCR e CAU/SC, foi encaminhada ao Ministério Público de Santa Catarina no dia 21 de julho de 2020 e deu origem ao IC n 06.2020.00003492-0, estabelecido pela Portaria 0034/2020/28PJ/CAP.

³⁹ ABA - Associação Brasileira de Antropologia; AAESC - Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina; ACCR - Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais; ANPOCS - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais; ANPUH - Associação Nacional de História; FENEA - Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil; ICOMOS BR - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Brasil

Enviando ofício à 28ª Promotoria de Justiça de Florianópolis, a nova manifestação conjunta reitera o conteúdo do ofício de um ano atrás, defendendo “veementemente a manutenção do piso em paralelepípedo da área central da cidade de Florianópolis”.

É relevante destacar que, mesmo diante dessas duas denúncias das organizações da sociedade civil ao MPSC, nenhuma investigação mais profunda pelo órgão foi iniciada. Nesse sentido, a Prefeitura de Florianópolis continuou com o processo licitatório para contratação de empresa para realização das obras. Portanto, o Movimento #vivacentroleste faz outra investida junto ao MPSC, protocolando um novo ofício, no dia 03 de dezembro de 2021, dessa vez com cópia para o Ministério Público de Contas. Frente a ameaça iminente de início das obras, no final de dezembro, os representantes da Setorial de Patrimônio dedicam-se fortemente para conseguir algum posicionamento do MPSC.

Em meados de dezembro, ainda sem resposta do MPSC, o movimento reuniu oito organizações e mais de 98 assinaturas de pessoas físicas solicitando uma audiência pública de urgência com o Promotor da 28ª Promotoria. Após essa pressão popular, finalmente conseguem audiência, que ocorreu no dia 16 de dezembro de 2021.

Como resultado da sensibilização do MPSC, o promotor responsável, finalizou o inquérito civil público, aberto desde 2020. No dia 22 de dezembro, ele ingressou com ação judicial no Tribunal de Justiça, solicitando a suspensão das obras. No dia seguinte, quase véspera de Natal, o TJSC acatou a decisão do MPSC, paralisando o projeto. A Figura 39, apresenta a notícia veiculada em um jornal local da cidade.

Figura 39 - Notícia sobre a suspensão das obras no Centro Leste



Fonte: Portal de Notícias NSC Total (2021).

A referida notícia foi compartilhada por diversos membros do Movimento nas redes sociais, ganhando grande repercussão. Eles comemoraram fortemente a conquista, reconhecendo a vitória de uma luta coletiva. Em relação a decisão judicial, o Prefeito de Florianópolis e seus apoiadores, se manifestaram indignados com o resultado, e em janeiro de 2022, a CDL contestou a decisão em juízo, se colocando como parte interessada do projeto para tentar reverter a situação e dar continuidade às obras. Em relação a essa situação, uma das entrevistadas, integrante do Movimento ressalta que a “guerra ainda não acabou”:

A Prefeitura não ouve, ela continua reproduzindo outros eventos que vão aumentando o antagonismo da sociedade civil com o poder público. Essa receita se repete. E aí o que acontece, os grupos reagem, e aí tem uma caixinha que são os “eco-chatos” contra o desenvolvimento, comunista. É a mesma receita de bolo. (...) e aí eles criticam que judicializam, e aí eles também criticam o Ministério Público, mas esse é o único canal que eles oferecem de fazer valer nossa opinião, porque ela é desconsiderada, então se você pegar qualquer movimento, qualquer evento aqui da cidade nessa gestão, é exatamente a mesma receita. E aí o que que acontece, acontece assim, que às vezes a gente como sociedade civil, a gente faz, faz, faz e aí judicializa e a gente entrega para o Ministério Público e meio que relaxa, que eu acho que é uma fragilidade nossa. E eles continuam maquinando. Então para mim esse processo ele não está encerrado, porque eu acho que a qualquer momento vem a história da pista de skate, do plano diretor. Eu não me sinto segura, tendo trabalhado dentro da Prefeitura, de coisa chegou em um grau de resolução, de acordo, de pacto, não existe isso ainda, a gente tá num momento que ainda não acabou a guerra (E2).

Frente a essa situação de incerteza e indefinição, e para “marcar” seu posicionamento, em janeiro de 2022, o Movimento #vivacentroleste, divulgou um manifesto⁴⁰, explicando porque se posicionava contra o projeto:

A substituição de paralelepípedos por pavers contraria diversas leis e não foi submetida aos órgãos de patrimônio; O memorial do projeto licitado não apresenta análise urbanística; O memorial do projeto licitado não apresenta análise de patrimônio histórico – foi ressaltado que as inúmeras falhas e ambiguidades entre o projeto (desenho) e o memorial do projeto licitado dificultam análises precisas; Não há arquitetos como responsáveis técnicos (contraria a resolução 210 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo) (...) Os questionamentos ao “Projeto de revitalização do centro leste” da PMF se referem ao confuso processo desde a concepção do projeto, omissão da autoria e da responsabilidade técnica por profissional arquiteto, uma exigência legal, a não apresentação pública à sociedade e a falta de debate, e outras irregularidades. O projeto proposto pela prefeitura, caso seja executado, terá grande impacto para o patrimônio histórico e para a ambiência urbana do centro fundacional da cidade, setor tombado em nível municipal e também com bens protegidos em níveis estadual e federal. Várias versões do projeto foram divulgadas somente pela mídia tradicional sob o ponto de vista oficial, e já foram objeto de manifestações e pareceres contrários de órgãos e entidades ligados diretamente ao patrimônio histórico e à arquitetura e urbanismo e foram também analisadas pelo Ministério Público Estadual. Não houve debate sobre a versão licitada. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a partir de uma ação movida pelo Ministério Público, também decidiu que a Prefeitura tem que dialogar com Sephan, Iphan e Fundação Catarinense de Cultura (ARQSC, 2022, p. 1).

A partir do Manifesto, é possível evidenciar como ele articula, vários argumentos contrários, que foram construídos nestes longos dois anos de disputas políticas, como, por exemplo, sobre a qualidade dos paralelepípedos, as legislações de tombamento, as falhas do projeto em relação a sua execução, a falta de análise dos órgãos competentes, a não abertura do diálogo com a sociedade civil, além da própria dimensão simbólica do Centro Leste.

A articulação do Movimento #vivacentroleste, evidencia que as tentativas de organizar o espaço urbano, são processos políticos que envolvem uma pluralidade de demandas e interesses, e, portanto, são conflitivas, porque, o antagonismo é inerradicável das relações sociais. Isso significa dizer que quando ele está obscurecido, as formas contínuas e rotineiras de reprodução social estão fortalecidas em práticas sedimentadas que contribuem, intencionalmente ou não, para a reprodução de sistemas e relações sociais mais amplas (GLYNOS; HOWARTH, 2007). No fenômeno estudado, essa lógica social, caracterizada pela hegemonia neoliberalista, contribuem para a percepção de que as políticas de revitalização urbana, são os únicos modelos e soluções possíveis para o desenvolvimento econômico do

⁴⁰ O manifesto do Movimento #vivacentroleste, pode ser acessado na íntegra por meio do link disponível em: <https://arqsc.com.br/movimento-vivacentroleste-manifesto-reafirma-urgencia-de-melhorias/>

Centro Leste. Segundo Arantes (2013), essa “palavra-isca” (revitalização) está sendo utilizada para suavizar processos de elitização e enobrecimento, de parcerias entre setor público e iniciativa privada, que associada à cultura são capazes de “alavancar” investimentos privados com fundos públicos (como, por exemplo, a lei de incentivo fiscal à *startups*, localizadas no Centro Leste, aprovada em 2020).

As análises de Vainer (2013) sobre as políticas de revitalização urbana são contundentes em afirmar que a ideia de consenso, forja uma suposta visão unificada sobre a cidade, em torno de um projeto comum supostamente legítimo e universalmente aceito. Para Arantes, Vainer e Maricato (2013), a ideia de consenso sugere uma harmonia impossível de ser conquistada no espaço urbano que bane o sentido da política na cidade. A renúncia de um discurso universal, no marco da democracia, implica haver múltiplos sentidos concorrentes.

Estas disputas, ora, se configuraram de forma agônica (entre adversários, que admitiam a possibilidade de um acordo), ora antagônica (entre inimigos, tendo em vista, as tentativas de eliminar ideias ou mesmo grupos de pessoas das discussões). Cabe ressaltar que Mouffe (2003; 2014) não nega que as lutas antagônicas existam na lógica democrática. Nesse sentido, foi possível perceber que pessoas em situação de rua, ou grupos que promoviam baile funk no Centro Leste, eram vistos como inimigos dos projetos de revitalização propostos, sendo claramente significados como “inimigos a serem eliminados”. Por isso, a importância de compreender movimentos de resistência à lógica dominante, porque elas são capazes de evidenciar outras visões, mundos possíveis e alternativas mais inclusivas e democráticas. Os planos e as intervenções urbanas estão sempre sujeitos aos conflitos e contradições, no entanto, o consenso dominante muitas vezes tende a sufocá-los, eliminando processos de contestação pública. Quando Mouffe (2003) apresenta os princípios agonísticos, ela está justamente visando a radicalização, ou o aprofundamento da democracia, para que os adversários nas lutas políticas possam ser respeitados e tenham condição de entrar nas disputas sobre os processos de significação coletiva.

Conforme explicitam Glynos e Howarth (2007), a lógica política permite compreender as lutas que buscam desafiar, contestar e transformar as normas, instituições e práticas existentes, inclusive o próprio regime, em nome de um ideal ou princípio. A natureza etnográfica da pesquisa e sua dimensão temporal, permitiu acompanhar as mobilizações coletivas contrárias ao Projeto de Revitalização para o Centro Leste da Prefeitura de Florianópolis, que previa a substituição dos paralelepípedos históricos por *paver*, no período de fevereiro de 2020 a março de 2022. Nesse capítulo, interpretamos que as mobilizações coletivas

foram se intensificando publicamente, e que os descontentamentos e manifestações contrárias, quando transbordadas para o espaço público, permitiram identificar demandas comuns, que foram fortalecendo a identificação dos sujeitos, estabelecendo cadeias de equivalência, em torno de demandas comuns, como a preservação dos paralelepípedos (ponto nodal), o qual foi se ampliando para outros significantes como #vivacentroleste. O estabelecimento de fronteiras políticas (nós *versus* eles) contribuiu para a criação de novas significações coletivas, em alternativa ao projeto que estava sendo proposto pela Prefeitura de Florianópolis, até culminar em uma proposta de intervenção urbana alternativa à revitalização: a requalificação do espaço urbano (a qual será aprofundada no tópico a seguir). No entanto, nem sempre é fácil tornar visível essa significação coletiva alternativa. Por isso, a partir de Lordon (2017), destaca-se que o significado geral de ativismo, ou mesmo da própria atividade política, compreende um esforço coletivo para tornar mais poderosas as ideias inicialmente impotentes. E aqui, a importância de interpretar as disputas políticas, pela TPD, porque ela recupera o caráter insubstituível, inseparável, inerradicável, do processo de significação na constituição dos fenômenos sociais (LACLAU; MOUFFE, 2015; BURITY, 2014). Nesse sentido, Lordon (2017, p. 78) destaca que “as ações chamadas simbólicas são outras tantas tentativas de agregar afetos do corpo aos conteúdos ideais” (LORDON, 2017, p. 78). Reconhecendo o papel decisivo desempenhado pelas paixões e afetos na política e visando compreender como elas influenciaram o processo de articulação política do Movimento #vivacentroleste, apresentamos no tópico a seguir, as reflexões decorrentes dessa análise.

4.4 A INFLUÊNCIA DAS PAIXÕES E AFETOS NO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO

Para responder ao terceiro objetivo específico proposto nessa tese, esta seção visa compreender como as paixões e afetos influenciaram o processo de articulação política do Movimento #vivacentroleste, a partir das mobilizações coletivas de resistência às políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis.

Em contraposição a uma visão reducionista, instrumental e consensual do processo democrático, justificamos a importância desta análise em consonância com os pressupostos da democracia agonística de Mouffe (2003). Buscamos nos afastar das perspectivas que privilegiam a racionalidade, como as deliberacionistas, as quais deixam de lado o papel desempenhado pelas paixões e pelos afetos na política. Para tanto, conforme apresentado no referencial teórico, utilizamos a obra *Ética* de Spinoza (2020), bem como as interpretações de

Frédéric Lordon (2015; 2017), para analisar a influência dos *afetos e afecções* ao longo do processo de luta política e da constituição de novas identidades coletivas. Interpretamos as ações de resistência como *intervenções políticas*, as quais evidenciam como a política pode ser considerada um *ars affectandi* (a arte dos afetos). Analisamos também os sujeitos envolvidos nas disputas, a partir do conceito de *ingenium*; e por fim, a ideia de cidade e de políticas urbanas colocadas em disputa, a partir dos conceitos de *imagens e representações*.

Esta análise está estruturada em cinco tópicos, relacionadas com o capítulo anterior: (i) o momento do deslocamento, quando o discurso de revitalização é colocado em xeque; (ii) os sujeitos afetados que se envolveram nas disputas; (iii) os afetos comuns e a formação de novas identidades coletivas; (iv) as intervenções políticas e as estratégias de resistência; (v) a ideia de cidade e de intervenção política significadas coletivamente. Cada um deles será detalhado a seguir.

4.4.1 Deslocamento como o momento privilegiado dos afetos

A partir da análise sobre o processo de articulação do Movimento #vivacentroleste, apresentada no capítulo anterior, foi possível observar que o discurso de revitalização para o centro histórico leste de Florianópolis, que vinha sendo construído e fortalecido entre os anos de 2015 e 2020, passou a ser questionado e não mais aceito, quando a Prefeitura de Florianópolis, em fevereiro de 2020, propôs, como uma das ações para revitalizar a região, substituir os paralelepípedos das ruas por *paver*. Conforme já discorremos anteriormente, interpretamos esse fenômeno em termos sociopolíticos, a partir de Laclau e Mouffe (2015), como o momento do deslocamento, ou seja, quando o discurso enfrenta um momento de crise que o coloca em xeque. Uma estrutura deslocada é aquela que experimenta um desajuste no campo da discursividade, e que ocorre justamente quando a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que lhe foge à significação (MENDONÇA, 2014). No caso em análise, o projeto da prefeitura para o referido espaço urbano não foi bem aceita por diversos grupos, os quais passaram a questioná-lo e se posicionar contrários.

Focalizando a análise sobre como esses posicionamentos contrários se desdobraram, percebe-se que os afetos e as afecções têm forte influência no processo de articulação e desarticulação da estrutura social. Relembrando a explicação de Spinoza (2020), os afetos (*affectus*) indicam a passagem ou transição de um estado a outro, a modificação que deriva do exercício de uma potência. É o efeito produzido a partir dos encontros. Já as afecções (*affectio*)

são a maneira pela qual um corpo se dá conta de outro, como ele é marcado pelo outro (DELEUZE, 2019). Desse encontro entre os corpos, ocorre a produção de imagens, que se referem às afecções, as quais são as impressões sofridas pelos sentidos do corpo (SPINOZA, 2020). Relacionando a TPD com Spinoza, podemos sugerir que **se há deslocamento, é porque há sujeitos afetados**. Sendo o deslocamento, o momento em que o discurso enfrenta uma crise, desarticulando a estrutura social (LACLAU; MOUFFE, 2015); e que os afetos, são justamente o momento da passagem de um estado para outro (SPINOZA, 2020), podemos inferir que **o deslocamento é o momento privilegiado de manifestação dos afetos**. Vejamos, no caso analisado, alguns exemplos das manifestações contrárias ao Projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, as quais demonstram publicamente como os sujeitos estavam sendo afetados pela proposta.

A primeira manifestação contrária foi realizada pelo Movimento Traços Urbanos, em março de 2020, em um ofício enviado diretamente ao Prefeito. Dentre os inúmeros argumentos legais e técnicos, a favor da manutenção dos paralelepípedos históricos, o grupo ressalta:

A manutenção e a proteção dos paralelepípedos não trata de preservar só uma pedra. **É preservar uma memória histórica da paisagem urbana**. As cidades apresentam layers/camadas de ocupação e os centros históricos são seus nascedouros. (...) Esta malha viária funciona como **conexão entre as pessoas** e é por onde elas transitam. Neste sentido **a malha viária, simbolicamente é essencial**. Os paralelepípedos e o traçado urbano original são elementos diferenciados desta paisagem. (...) Portanto, guardar e proteger estes elementos vinculados à urbe é essencial para preservar a memória histórica da paisagem urbana. (...) Trata-se de um olhar cidadão com embasamentos técnicos, com a perspectiva do lugar. A contribuição e construção dos argumentos aqui elencados estão imbuídos de **preocupações** que se sobrepõem às questões legais e burocráticas. Desejamos enfatizar a diferença do “lugar” com o paralelepípedo, que é o que mais interessa, sensibilizando para a qualidade do espaço urbano, do desenho, da valorização da história (TRAÇOS URBANOS, 2020).

No extrato é possível perceber que eles se manifestaram **preocupados** com a possível perda da memória histórica e da paisagem urbana da região. Além disso, simbolizam “a malha viária” como uma conexão entre as pessoas e o paralelepípedo da região, característica que a diferencia de outros espaços urbanos da cidade, criando uma imagem representativa do Centro Leste. Corroborando com os argumentos do Movimento Traços Urbanos, a ACCR também declara, em outro ofício enviado ao Prefeito de Florianópolis, a mesma afecção do Movimento, demonstrando “**preocupação**” em relação ao projeto:

(...) dirigimo-nos a V. Exa. para externar nossa **preocupação** em relação a proposta de “Revitalização do Setor Leste e entorno da Praça XV de Novembro”, no que tange a substituição do piso original em paralelepípedo por “*paver*” (...). É imperioso que

intervenções em áreas emblemáticas sejam precedidas de estudos teóricos balizados em cartas internacionais de preservação e na legislação vigente, tendo por premissa básica de que a preservação do patrimônio ambiental urbano é um ato de cultura e, portanto, **deve conservar os elementos que documentam o passado para preservá-lo para as gerações futuras.** (...) Ressaltamos que os elementos que caracterizam a área compreendida pela Praça XV de Novembro e o Setor Leste, que inclui o piso em paralelepípedos, **são testemunhos da formação e da evolução da cidade e parte integrante do patrimônio ambiental urbano** de Florianópolis. Sua salvaguarda, responsabilidade compartilhada entre Poder Público e sociedade, evitará a perda da **identidade do local tornando-a diferenciada, única e valorizada nos seus aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos, e mais atrativa para a população e os visitantes** (MTU, 2020).

A ACCR, assim como o Movimento Traços Urbanos, menciona a necessidade de respeitar os marcos legais patrimoniais, mas também ressalta sua preocupação em relação à proposta de revitalização. Para a referida organização da sociedade civil, conservar os elementos do passado são importantes para preservá-los para as gerações futuras. Para eles, os paralelepípedos são parte integrante do patrimônio ambiental urbano de Florianópolis, que formam a identidade local diferenciada e única da região, devendo dessa forma ser valorizada em seus aspectos estéticos, históricos e simbólicos.

Para além destes argumentos, outras manifestações são publicizadas nas redes sociais, evidenciando como as pessoas estavam sendo afetadas pela proposta:

Penso que a questão **vai além de questões legais. É de amor às raízes e à história da ilha que falamos.** É respeito pela memória do povo de Florianópolis e dos catarinenses que está em pauta. A **paisagem urbana do centro histórico deve contar a nossa história** e não vagas e parcas lembranças fragmentadas. #pavernão (Facebook – Desterro Antesdonte, 2021).

Gean Loureiro [então prefeito de Florianópolis], neste momento **faz-se importante ouvir o clamor de tantos especialistas e apaixonados pela cidade.** Já perdemos tanta coisa.... Muitas dessas perdas só foram manifestas após o fato consumado. Mas agora existe a total possibilidade de não cometer um engano que se concretizado, não tem volta. Se pensarmos na longa duração, **as funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder.** [...] O nosso poder está em unirmos vozes contra o poder provisório de uma caneta. Não permita que este supere um conjunto de cidadãos conscientes cujo único desejo é manter algo intangível e invisível: **uma parcela significativa da alma da cidade, que está no centro Histórico e coração da cidade, que é de todos** (Comentário no facebook de Bobsin (2021)).

No primeiro relato, destaca-se a importância da região para “além das questões legais”, justificando o amor às raízes, à história da cidade, o respeito pela memória. No segundo, a “paixão pela cidade”, a “alma da cidade” e a referência ao espaço urbano como o “coração da cidade, que é de todos”, sugerem as afecções, imagens e representações sobre a região.

Manifestações nessa mesma linha se intensificam e começam a ganhar evidência, a partir da postagem da jornalista Simone Bobsin, realizada no dia 17 de agosto de 2021, Dia Nacional do Patrimônio Cultural. Conforme argumentado anteriormente, esta publicação foi reconhecida por diversos sujeitos que se uniram às lutas de resistência, como o estopim para o início da formação do grupo #palalelelovers e do Movimento #vivacentroleste, alcançando grande repercussão. Nos comentários da referida publicação, as pessoas publicizaram suas afecções, como **incrédulas, indignadas, tristes, irritadas**, as quais são destacadas no Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 - Afecções compartilhadas nos comentários realizados na publicação da jornalista Simone Bobsin

@maria.baldessa: Cada vez mais a nossa cidade abandona suas peculiaridades. **Tristeza!**

Excelente, Simone. **Me apertou o peito** essa obra. **Emociona.**

@gean_loureiro **impossível de acreditar!** Precisamos preservar a história de Florianópolis, a beleza das ruas e sua arquitetura é o que temos de mais valioso!

Quanto retrocesso! **É inimaginável a substituição dos paralelepípedos por paver.** Fazer isso é apagar a história da cidade, **uma verdadeira marretada na cultura local.** @gean_loureiro exigimos sua manifestação a respeito disso já!!!!

Fonte: Comentários do facebook na postagem de Bobsin (2021), grifo nosso.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que as redes sociais foram o *lócus* de compartilhamento e manifestação das afecções dos sujeitos. Os **afetos comuns de preocupação, indignação e tristeza, sendo compartilhados publicamente, influenciaram o crescimento de uma indignação coletiva**, contribuindo para as identificações coletivas e formação das primeiras cadeias de equivalência, fazendo surgir novas identidades políticas (como o grupo #palalelelovers), e mais tarde, na própria articulação do Movimento #vivacentroleste. Quando Mouffe (2002; 2003) aborda a influência das paixões e afetos em seus primeiros trabalhos, a autora compreendendo as “paixões” como um certo tipo de afetos comuns, que são mobilizados no domínio político, e que agem no processo de identificação coletiva. Para ela, a filosofia de Spinoza (2020), é frutífera para compreender que o desejo é o que move os seres humanos a agir, e os afetos os fazem agir numa direção, em vez de outra, já as “afecções” são, para Mouffe (2019), as práticas em que o discurso e o afetivo são articulados, produzindo formas de identificação.

No entanto, é importante ressaltar que os afetos não possuem o poder de afetar a todos de uma mesma maneira. Buscando aprofundar a compreensão sobre essa variação dos afetos,

mobilizamos, a partir de Lordon (2017), o conceito de *ingenium* de Spinoza, para analisar os sujeitos envolvidos nas ações de resistência ao projeto da Prefeitura de Florianópolis, que será detalhada a seguir.

4.4.2 Grupos afetados que se envolveram nas disputas

Quando o Projeto Centro Sapiens foi lançado em 2015, ele possuía um grande número de apoiadores, evidenciando que **o discurso de revitalização para a região era amplamente aceito na cidade de Florianópolis**. Formulado com o objetivo de transformar o local em um polo de economia criativa, o Projeto é proposto pela Prefeitura de Florianópolis e a empresa Sapiens Park, e contou com o apoio e envolvimento de mais de quinze organizações públicas do governo municipal e estadual, empresas privadas, universidades e organizações da sociedade civil. No âmbito do governo municipal, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), a Secretaria Municipal de Turismo (Setur), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável (SMCTDES), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e a Secretaria de Obras. No âmbito do governo estadual de Santa Catarina, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Codesc), das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável. Além disso, as duas universidades públicas sediadas em Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a partir do Museu da Escola Catarinense, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir dos centros de pesquisa Estação Via e Logo. Destacamos também as organizações da sociedade civil, como o Movimento Traços Urbanos, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL), a Fecomércio, o FloripAmanhã, a Acate, e as organizações como o Sebrae-SC, SCMC, Certi, Santacine e Fortur. A Figura 40, demonstra como o Projeto foi divulgado, vinculando todas essas organizações.

Figura 40 - Parceiros do Projeto Centro Sapiens



Fonte: Centro Sapiens (2016).

Conforme relatado anteriormente, um dos grandes parceiros e apoiadores do Projeto Centro Sapiens, foi o Movimento Traços Urbanos, no entanto, quando a Prefeitura de Florianópolis associa o projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver* ao discurso de revitalização, eles foram os primeiros a se contrapor à proposta. Posteriormente, outras organizações da sociedade civil ligadas à área de arquitetura, urbanismo e defesa do patrimônio histórico e cultural se associam a luta coletiva de resistência, bem como, órgãos públicos, dentre eles destacam-se: o Movimento Traços Urbanos, o ICOMOS, a ACCR, IAB-SC, o CAU-SC, o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, o Conselho Municipal de Políticas Culturais e o Fórum Setorial de Patrimônio Histórico, o Grupo #paraleleloves, representantes da bar Tralharia, o IPHAN-SC, a FCC, o MPSC, o Poder Judiciário, vereadores

do PT e PSol, além de outras pessoas físicas, como arquitetos, urbanistas e pessoas que trabalham na área de preservação do patrimônio histórico e cultural, frequentadores e alguns representantes de organizações localizadas na região como museus e bares, fotógrafos, artistas e produtores culturais, comerciantes da região. A Figura 41, representa uma imagem das representações instituições de algumas dessas organizações e grupos.

Figura 41 - Grupos envolvidos com as mobilizações de resistência à revitalização



Fonte: elaborado pela autora.

Apesar da articulação do Movimento #vivacentroleste ter conseguido suspender o projeto da Prefeitura, impedindo a substituição dos paralelepípedos por *paver*, o Movimento ficou restrito a estes indivíduos e grupos específicos da cidade. Mesmo sendo amplamente divulgado na imprensa, o projeto afetou apenas algumas pessoas, que se mobilizaram para agir. Trechos das entrevistas realizadas evidenciam essa percepção:

é engraçado porque, você tava falando eu tava pensando, as pessoas são sempre as mesmas, não exatamente o mesmo grupo, mas uma que tá aqui, tá também ali e depois a outra tá lá, então acaba levando (...) um leva pra outro. Então acaba fazendo muita coisa, ou até conjunta, fazendo um documento e todas as entidades assinam, é bem comum a gente fazer isso (E9).

Estou em vários grupos, todos os grupos (Fórum Nacional de Entidades, ACCR, ICOMOS, Câmara Temática do CAU, e depois me botaram no #paralelelovers) todos começaram a se mexer. Então assim, o que que aconteceu, como eu estava circulando em todos esses grupos, eu via pautas em comum, eu percebia o que estava acontecendo (E7).

Spinoza (2019) nos ajuda a compreender que, **as susceptibilidades afetivas não possuem o poder de afetar a todos de uma mesma maneira**: “homens distintos podem ser afetados de distintas maneiras por um só e mesmo objeto, e um só e mesmo homem pode, em tempos distintos, ser afetado de distintas maneiras por um só mesmo objeto” (SPINOZA, 2020, *Ét.*, III, 51, p. 220). O conjunto de nossas susceptibilidades afetivas é o que Spinoza denomina de *ingenium*. Lordon (2017) explica-o como a condensação de toda a nossa trajetória sociobiográfica a partir dos encontros que nos deixaram marcas, constituindo nossas formas de sentir, julgar e pensar. Portanto, o *ingenium* dos indivíduos difere entre eles, e difere também em cada um deles com o passar do tempo: “Nossas suscetibilidades afetivas não são apenas díspares, mas também se modificam (LORDON, 2017, p. 42).

Alguns extratos das entrevistas realizadas com os membros do Movimento, exemplificam como o *ingenium* de cada um deles, ou seja, sua trajetória sociobiográfica, influenciou o engajamento nas disputas:

Eu sou jornalista, sou uma pessoa (...) de esquerda e sempre frequentei lugares com os amigos, que é o Centro Leste! É o lado B da cidade, é o centro lado B (...) eu caminhava a pé de cabo a rabo, andando em lojinhas, gosto de descobrir (...) Então assim né, é muito a minha. Eu sempre frequentei porque o grupo com o qual eu me dou, me relaciono, também frequenta, sabe, essa turma mais de esquerda. É uma turma de jornalistas, intelectuais, artistas, sempre frequentou mais aquela região. Eu sempre frequentei aquele espaço, eu primeiro frequentei como boêmia, frequentei bares. Isso eu estou falando de 30 anos atrás. Meu aniversário de 30 anos eu fiz num bar, chamava Fábrica das Artes, durante o dia era uma molduraria, a noite era um bar, do Omar Carvalho, onde depois veio a ser o Tralharia, na mesma casa. E eu fiz o meu aniversário de 50 anos lá. Eu frequentava os carnavais, o Mosquito, sabe, a Kibelândia. E fora assim, as livrarias que tinha ali, Lunardelli. Eu sou jornalista, eu fazia matérias lá. Então eu ia também nessas livrarias ali, que eram bem tradicionais da cidade. Museus, teatro, enfim. A produtora que eu trabalhava uma época, durante uns anos, ela foi ali na Saldanha Marinho, bem ali, na quadra debaixo na Victor Meirelles. Eu ia quase todos os dias para lá, então não era só boêmia, era trabalho, era compra, lazer, eu sempre frequentei, o salão de beleza fica ali também ... (E1).

a questão do patrimônio de um modo geral, ela... eu não sei te explicar, é uma coisa minha, é da minha personalidade, eu sempre gostei de sentar com pessoas mais velhas, saber a história delas, entrar em casas antigas... eu sou daquelas assim, que (...) queria ver dentro da casa das pessoas, os móveis, as coisas... histórias me interessam, sabe... e contar essas histórias me interessa muito. E quando a gente faz a restauração do patrimônio...tu não tá contando uma história, tu tá permitindo que essa história continue sendo contada. Isso eu acho bárbaro! (E7)

eu fazia teatro ali naquela Escola Vanguarda (...) pertinho do Museu Victor Meirelles, do lado da Kibelândia. Também quando eu dava aula ali no CIB, que é na Praça XV, eu deixava a moto antes ali na frente da Kibelândia, era o estacionamento de moto (...). Então era um local que eu passava muito, conhecia bastante (E9).

eu acho que realmente o meu envolvimento com a região é esse. Não existe outro. É afetivo. É um envolvimento realmente de afetividade com a região. (...) eu cresci (...) ouvindo a história da época que a minha família morou ali, que era um, não era um cortiço, mas era assim uma em cima da outra, aquela coisa meio comunidade. Depois eu só fui realmente voltar pro Centro com uma relação mais frequente quando eu fui estudar no Instituto Estadual de Educação onde eu fiz na época o meu segundo grau (...) de alguma maneira eu sempre circulei nessa região, (...) alguns momentos mais, em outros momentos menos, na minha juventude sei lá se fosse pra ir em alguma atividade no centro, claro que a gente acabava passando ali, talvez até por causa dessa questão do terminal...esse período mais intenso do tempo que eu estudei ali no Instituto, também numa idade que já tá numa certa independência (...) Em 2002 eu abro uma empresa (...) e a gente acaba tendo ao longo dessa trajetória duas sedes ali na região, (...) e tinha um valor super acessível (...) depois do segundo grau, foi um momento que voltou a intensificar a minha relação com a região, porque tudo era feito ali (...). Quando, em 2013, surge a feirinha Viva Cidade, e eu já tinha ideia de um dia abrir um antiquário (...) mas não sabia como, era um sonho, “ah um dia eu quero ter um café onde as pessoas consomem e os meus objetos vão tá a venda” (...) daí enquanto isso veio a feirinha, comecei a vender produtos online, participar da feirinha, participei da feirinha, participei desde a primeira edição da Viva Cidade em 2013 (...) e aí a gente em 2015, abre o Tralha, (...) desde esse momento de planejamento do Tralharia a gente frequentava os bares da região (E5).

Os quatro relatos exemplificam, como o centro histórico leste, fez parte da vida e trajetória dos sujeitos, permeando experiências vividas desde a infância, adolescência e vida adulta, incluindo momentos de estudo, lazer e atuação profissional. Lordon (2017) utiliza essa concepção de Spinoza (2020), para sustentar que o *ingenium* também tem uma dimensão política, porque ele se refere às nossas maneiras de sentir, julgar e pensar, e a política é um assunto de juízo permanente.

A análise sobre os sujeitos envolvidos, também suscitaram reflexões sobre a complexidade de descrever o processo de articulação do Movimento #vivacentroleste, porque categorias como setor empresarial, a Prefeitura, o governo, o estado, a sociedade civil, não são suficientes para expressar a complexidade da articulação discursiva. Por exemplo, conforme discutido anteriormente, dentro da própria Prefeitura, diversos servidores públicos (principalmente aqueles ligados ao IPUF e ao SEPHAN) eram contrários à substituição dos paralelepípedos por *paver*. Um dos relatos da entrevista, evidencia essa situação:

Uma coisa é quem é teu patrão, outra coisa é no que que tu acredita. E justamente é isso o que me dá mais agonia, por exemplo, ali no IPUF você vê todos esses desmandos que tá tendo ali, com o prefeito, por essa questão do paralelepípedo e os funcionários se veem impotentes, porque eles são contrários aquilo, eles querem fazer as coisas, mas é um pouco como aquele meu trabalho, não adiantava tu fazer o parecer, que eles jogavam aquilo no lixo e faziam o que que eles bem entendiam, e é um pouco do que acontece

ali no IPUF, eles podem fazer todo um parecer lindo lá, na verdade as coisas nem chegam a eles, porque teria que chegar, mas nem chega o pedido e mesmo que chegasse, o prefeito não está nem aí (risos). Então uma coisa é o órgão público, o IPUF, o SEPHAN, a FCC, e quem são os teus gestores, outra coisa é um funcionário que trabalha ali com o patrimônio (E9).

Nesse sentido, essencializar e totalizar a noção Prefeitura, não é suficiente para compreender que, quando em nossa análise falávamos em “projeto proposto pela Prefeitura”, a referência estava em pessoas como o próprio Prefeito e o Secretário de Infraestrutura, os quais resolveram levar a cabo o projeto. Essas percepções também foram percebidas no momento das entrevistas, quando uma delas (E9), apesar de ser servidora pública estadual na Fundação Catarinense de Cultura de Santa Catarina - FCC, representava na Setorial de Patrimônio Cultural, uma organização da sociedade civil, a ACCR. Sobre essas diferentes posições de sujeito, a entrevistada explica:

a minha interlocução com a FCC, de estar ali dentro [como servidora, contribuí] porque ali, eu conseguia sempre ver questão de processo, para passar para a setorial e para a ACCR, de solicitar o andamento da coisa, e de ficar cobrando da própria FCC. (...) me vem na cabeça uma coisa que é uma peça do Pirandello: “*Uno, nessuno, centomila*” que é: Um, nenhum, cem mil, porque o Pirandello é dramaturgo, mas muitos consideravam ele como filósofo, porque geralmente tinha uma filosofia pirandelliana ali, coisas que ele acreditava e ele botava nas peças. E essa peça dele fala dessa questão de sujeito - como que uma pessoa pode ser uma só... ela é uma! Eu sou eu! Ao mesmo tempo, ela não é ninguém perante a sociedade, ela é um zero à esquerda, não vale nada. E ao mesmo tempo ela é cem mil pessoas diferentes porque, ela é um filho pra um pai, ela é uma mãe pra um filho, ela é um irmão, ela é um funcionário de uma empresa, ela é um colega de trabalho, ela é um estudante numa escola, ela é um cliente num negócio, ela é um patrão, ela é o patrão da faxineira, entende, **então pra cada relação que tu tem, é como se fosse uma pessoa diferente** (E9).

A referência à obra *Um, nenhum, cem mil*, do dramaturgo italiano Luigi Pirandello, realizada pela entrevistada (E9), se relaciona com a argumentação de Lordon (2017), ao afirmar que o *ingenium*, não possui nenhum caráter de essência, além de aproximar da concepção antiessencialista de sujeito da TPD. Para Laclau e Mouffe (2015, p. 190), devemos compreender o sentido da “categoria sujeito”, como “posições de sujeito no interior de uma estrutura discursiva”. Ela compartilha o caráter aberto de todo discurso, ou seja, as várias posições não podem ser totalmente fixadas num sistema fechado de diferenças. Para Laclau e Mouffe (2015, p. 190), a especificidade da categoria sujeito não pode ser estabelecida: “ela é penetrada pelo mesmo caráter ambíguo, incompleto e polissêmico que a sobredeterminação assinala para toda identidade discursiva”. Conforme explica Lordon (2017, p. 42): “Meu *ingenium* sou eu. Mas um eu que, igualmente, não possui nenhum caráter de essência, um eu jamais fixado, sempre fluindo, suscetível, segundo as condições, isto é, segundo os encontros e as afecções, a mover-

se..., ou endurecer” (LORDON, 2017, p. 42, tradução nossa). Tendo em vista a não fixação do sujeito, segundo o autor, o *ingenium* proporciona a síntese momentânea e contextualizada das respostas à pergunta sobre o que afeta os sujeitos e como (LORDON, 2017). Algumas reflexões nesse sentido, serão discorridas no tópico a seguir.

4.4.3 Afetos comuns na formação de identidades coletivas

Evidenciando os argumentos de Mouffe (2014), de que as paixões e afetos possuem forte influência na constituição de identidades coletivas, em nossa pesquisa, foi possível observar a **formação de um novo coletivo denominado #paralelelovers**. Conforme apresentado no capítulo anterior, ele se caracterizou como uma importante frente de resistência ao projeto da Prefeitura de substituição dos paralelepípedos por *paver*, protagonizando diversas ações e debates em torno das propostas de intervenção urbana para o Centro Leste

O nome do grupo demonstra a dimensão afetiva associada a luta política de resistência, o qual, funde as palavras: paralelepípedo e *lovers*. Os três membros fundadores, na entrevista painel realizada para esta tese, explicam seu surgimento:

Eu acho que a grande virada se deu a partir do *post* do Dia Nacional do Patrimônio Cultural, porque saiu daquele grupo de 12,13 com mais alguns incomodados, para uma coisa de 200, 300 pessoas, entende, então são dois momentos completamente diferentes (E2).

A gente conversava pelo *Google Meet* antes de criar o grupo no Whatsapp. Porque quando eu criei o grupo no WhatsApp, eu vi lá, é 17 de setembro de 2021, mas já tinha um monte de gente, sabe, e aquele momento de ter um monte de gente, ele foi posterior. (...) Eu que tava lá meio assim angustiado, agoniado mas assim a única participação mais que eu tinha feito era no grupo lá do CAU de patrimônio e eu tinha participado lá do vídeo, mas assim não tinha ido muito além disso. Mas quando entraram em contato comigo (...) Daí eu falei sim, sozinho eu não ia fazer muita coisa, mas sim, precisamos (E4).

O que eu queria complementar, que eu acho que é importante, é porque foi assim, naquele momento, que foi em agosto, (...) eu lembro que a semana inteira eu só falava nisso, era o dia inteiro sabe, todos os dias. Eu falei com várias pessoas em separado porque ainda não existia grupo. A gente se falou toda semana, sabe, porque aí começou a reverberar. Ali que começou assim a furar todas as bolhas, porque rolou o *post* em *n* grupos da cidade, tipo Floripa Sustentável, sei lá, Floripa Amanhã, aquele Condes. (...) eles [se referindo a outros membros do grupo *paralelelovers*] foram tipo meus conselheiros (...) eu sempre recorri a eles para tirar as minhas dúvidas e para perguntar (...). Então acho que ali realmente aconteceu algo para além do que eu podia imaginar, sabe e acabei me sentindo responsável também e não consegui mais sair dessa história porque ela realmente ganhou essa proporção, né? Teve gente de São Paulo que estava disposta a vir fotografar se a gente fizesse alguma ação. Então realmente eu acho que ali teve essa grande ativação espontânea e depois essa articulação assim também espontânea (E1).

Frente à ameaça iminente de retirada dos paralelepípedos, diversas pessoas foram se unindo a eles, como comerciantes, empresários, jornalistas, vereadores, arquitetos e urbanistas, profissionais do campo da cultura, frequentadores da região, professores, pesquisadores, entre outros, formando um grupo de cerca de 20 pessoas. Utilizando a plataforma *Whatsapp*, frente ao contexto da pandemia Covid-19, eles interagiram *online* para planejar e fortalecer as ações de resistência ao projeto da Prefeitura. Podemos inferir que a articulação da cadeia de equivalência formada por eles, foi influenciada por afetos comuns. E esses afetos comuns são, segundo a interpretação de Lordon (2017), princípios articuladores capazes de “organizar” temporariamente elementos que até então encontravam-se dispersos. “Quando afetos como de indignação ou tristeza se expandem e fazem um número maior de indivíduos considerar tal situação como coletiva e intolerável, ele torna-se político” (LORDON, 2017, p. 162, tradução própria). Como também argumentam Laclau e Mouffe (2015), a articulação se caracteriza como momentos privilegiados de significação e constituição de identidades coletivas.

Conforme apresentado anteriormente, afetos comuns de preocupação, tristeza, indignação, angústia, agonia e medo, frente a ameaça de retirada dos paralelepípedos e da possível perda do patrimônio histórico e cultural da região, influenciaram a aproximação dos sujeitos. Segundo Spinoza (2020), nosso mecanismo reativo trabalha para rejeitar as causas imaginadas de tristeza, lutando para sair da infelicidade. Porém, conforme nos explica Lordon (2017), é também necessário que tenhamos energia suficiente para isso, e ela é geralmente facilitada se a luta for coletiva: “(...) é mais fácil admitir-se miserável quando esse infortúnio é compartilhado e sua causa politicamente imaginada, determina desejos políticos reativos, portanto comuns” (LORDON, 2017, p. 162). Essa referência sobre os afetos comuns e a necessidade de enfrentar uma causa política de maneira coletiva, foi compartilhada pelos entrevistados, conforme exemplificado nos extratos a seguir:

e eu que tava lá, meio assim angustiado, agoniado (...) Mas quando entraram em contato comigo, e falaram, a gente tem que fazer alguma coisa, mas eu não sei o quê. Daí eu falei sim, sozinho eu não ia fazer muita coisa, mas sim, precisamos (E1).

Até o *post* do dia 17 de agosto (...) tinha um grupo limitado de incomodados (...) mas você reage quando você sabe que está amparado em um grupo. Sozinha a gente não faria isso. Se eu não tivesse nos Traços Urbano, eu não provocaria essa discussão. Nos sentimos fortalecidos na medida que teve tanta reação. Então, na medida que você se sente integrante de um grupo que tá defendendo a mesma coisa, você se sente mais empoderado, mais fortalecido. Na hora que você fura a bolha e traz pessoas de outros lugares (...) você sente que você tá ampliando essa base e isso é fundamental para a

gente ter a coragem de fazer esse enfrentamento e ter energia pra fazer esse enfrentamento. Porque sozinha a gente não briga, a gente não consegue (E2).

Nesse sentido, marcados pela contingência e pela exterioridade dos acontecimentos sociais, as primeiras ações de resistência e formação das cadeias de equivalência podem ser caracterizadas pelo seu caráter reativo e antagônico:

eu entendo que boa parte dessa articulação é reativa. (...) a gente é preocupado com o patrimônio, mas todo esse movimento aqui foi um pouco reativo. (...) É um movimento reativo porque a gente reagiu a uma ameaça (E4).

o que aconteceu no paralelepípedo, a receita do bolo é exatamente a mesma da pista de skate, (...) do plano diretor. Então, a prefeitura lança a ideia dela, aí um grupo reage, mas quando a gente reagiu em relação ao paralelepípedo, não era para ser contra, a gente sempre conversou no sentido de contribuir para aprimorar um projeto do centro como no plano diretor, como também no parque de Coqueiros. A gente não é contra, a gente quer ter nosso papel, nossa voz ativa como cidadão para contribuir (E2).

Apesar de reconhecerem que o início das articulações foram reativas à ameaça de retirada dos paralelepípedos, uma das entrevistadas (E2) ressalta que eles também foram propositivos, em dois aspectos: planejando ações e intervenções políticas para preservar o patrimônio histórico da região, bem como compartilhando suas visões e novas ideias para a requalificação do local. Apesar da contingência e do exterior constitutivo que nos atravessa, Spinoza (2020) e Laclau e Mouffe (2015) nos lembram que não estamos condenados ao acaso dos encontros ou fadados ao determinismo histórico. Reafirmando a concepção ontológica do pós-estruturalismo, é justamente por meio da política que é possível lutar pelas formas de organização social, ou mais especificamente no caso analisado, pelas formas de organizar o espaço urbano, porque não existe um fim último pré-determinado.

No caso estudado, observamos que primeiramente os sujeitos são afetados com o projeto de retirada dos paralelepípedos, e reagem contrários à referida proposta. Em um segundo momento, lutam coletivamente de maneira ativa, buscando sensibilizar pessoas, organizações e órgãos públicos para a preservação dos paralelepípedos, ou seja, buscam afetar outros a partir das intervenções políticas realizadas. É o que Lordon (2014) denomina de insurreição ou sedição, que opera a conversão de afecções individuais em afetos políticos:

As mentes, agora, se esforçam juntas para imaginar o que aumenta a potência de seus corpos para agir, produzindo, na evolução política dessa imaginação, as mais surpreendentes remodelações pessoais. Remodelação que começa com a inversão radical de todas as formas anteriores de imaginar, de todos os circuitos de negação ou ocultação através dos quais a mente se esforçou para resistir a uma realidade que era demasiado embrutecedora para proteger o seu corpo da tristeza o melhor que pôde. O

infortúnio é contemplado e a guerra é declarada. Pode ser, porque se tornou uma guerra política coletiva. A mente, armada com a resolução mimética de numerosos corpos, pode então rejeitar as imaginações casuais pelas quais ela sustentava seu corpo enquanto aquele corpo-mente lutava sozinho (LORDON, 2014, p. 157 - 158 , tradução nossa).

É justamente nesse sentido que é possível argumentar, a partir de Lordon (2017), que a política é um *ars affectandi*, ou a arte do afeto. Vejamos com mais detalhes as ações de resistência mapeadas ao longo da pesquisa e como as paixões e afetos foram mobilizadas nesse processo.

4.4.4 Intervenções políticas como estratégias de resistência para afetar

Acompanhadas ao longo da pesquisa e sistematizadas em uma linha do tempo com mais de 60 eventos que demonstram as disputas relativas à proposta de revitalização para o Centro Leste, as ações de resistência ao projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, foram caracterizadas em oito estratégias principais: (i) manifestações públicas, mobilização de porta-vozes e petições online; (ii) veiculação na mídia: notícias, entrevistas, debates; (iii) ofícios e pareceres técnicos; (iv) intervenções no espaço urbano; (v) produções artísticas; (vi) publicações nas redes sociais: posts, podcasts, vídeos, whatsapp; (vii) reuniões, audiências públicas e fóruns de debate; (viii) ações judiciais e de tombamentos.

Analisadas temporalmente, três momentos principais podem ser evidenciados. No primeiro, as ações de resistência são realizadas sob a lógica da dispersão, como reações contrárias ao projeto proposto pela Prefeitura de Florianópolis de substituição dos paralelepípedos por *paver*. Em um segundo momento, diversas ações são realizadas de forma conjunta, a partir da formação das primeiras cadeias de equivalência, e por fim, o terceiro momento caracteriza-se por ações de resistência mais planejadas e articuladas, oriundas das estratégias formuladas pelo Movimento #vivacentroleste.

Nesse sentido, a partir de Lordon (2017), as ações de resistência foram interpretadas como intervenções políticas, ou seja, realizadas para produzir efeitos, e, portanto, afetar. Conforme o autor, intervir na política é sempre intervir no domínio das paixões, isso porque intervir é justamente realizar ações para produzir efeitos, e, portanto, afetar. Se a política designa então, a arte de afetar, ela se exerce de forma privilegiada como a arte de empoderar ideias, não apenas de produzi-las, mas de dar-lhes força para sensibilizar ou afetar, associando-as às afecções corporais, por exemplo, através de imagens (LORDON, 2017).

Dentre as intervenções políticas realizadas, destaca-se que as obras artísticas tiveram um papel preponderante, conforme apresentado no capítulo anterior. Talvez pelo poder subversivo de sua própria natureza, ou seja, de afetar, as intervenções artísticas foram àquelas que ganharam maior repercussão. Dentre elas, destaca-se a publicação da jornalista Simone Bobsin, reconhecida por vários integrantes do Movimento #vivacentroleste, e por ela mesma, como marco inicial da articulação:

precisa de uma centelha, precisa de uma faísca, para o debater virar. Foi isso que aquele *post* fez. E a partir daquele *post*, teve várias ações. Tudo que aconteceu foi depois daquele *post*, porque estava assim um banho maria. Às vezes falta alguém ativar (E3).

O referido *post*, realizado no dia 17 de agosto de 2021, Dia Nacional do Patrimônio Cultural, apresenta a foto de uma obra de arte (Figura 23) do artista Pita Camargo, produzida para criticar a ideia equivocada de desenvolvimento e progresso do projeto da Prefeitura, ao retirar uma pedra com valor histórico insubstituível. A obra comprada pela jornalista no ano de 2019, se encaixou perfeitamente para o momento de sensibilização e pedido de socorro. Em entrevista, a jornalista explica a sua intenção com a publicação:

Como eu sou uma pessoa envolvida com isso, eu tinha, eu me sentia na obrigação, aí o que aconteceu, eu disse, ahhh... eu vou aproveitar então o Dia Nacional do Patrimônio Cultural. E aí eu aproveitei a data, e eu tinha aquela foto, aquela obra é minha, eu comprei aquela obra. **Aquela obra ela se encaixou perfeito no *post*, porque ela discute justamente essa questão do valor da pedra, né, e a minha forma de agir também é muito por essa questão afetiva, e pela arte.** Então eu acho que o *post* também teve essa repercussão porque eu botei uma obra de arte para debater um assunto. Eu acho que ela extrapolou (...), ela foi além, por isso (...). Na minha leitura, ela foi além porque ela é uma obra de arte de um debate que discute uma questão da nossa cidade. E ela furou as bolhas por isso. Porque não tem ranço, eu não ofendi ninguém, eu fiz um pedido de socorro pessoal, eu pedi socorro mesmo, sabe. **Foi uma coisa assim muito pessoal, afetiva e pelo meio da arte,** então acho que isso criou engajamento e isso furou essas bolhas. Essa é a minha leitura (E3, grifo nosso).

Conforme extrato da entrevista acima, a jornalista acredita que a publicação obteve grande repercussão, porque ela utilizou justamente uma obra de arte que critica a ideia de desenvolvimento e progresso para chamar atenção sobre o assunto. Além disso, ela reconhece que foi algo muito pessoal o pedido de socorro para manutenção das pedras, considerando seu grande envolvimento afetivo com a região.

A performance artística “Subir no Salto”, conforme apresentada no capítulo anterior, também exemplifica a mobilização afetiva, da arte e das representações simbólicas, realizadas com a intenção de chamar atenção para a ameaça iminente de retirada dos paralelepípedos. Realizada para contrapor as declarações do Secretário de Infraestrutura e de comerciantes, os

quais defenderam publicamente que era necessário substituir os paralelepípedos por *paver*, porque as mulheres não conseguiam andar de salto alto na região. Contrárias aos argumentos, mulheres do Movimento #vivacentroleste, realizaram uma sessão de fotos, desfilando de salto alto sobre os paralelepípedos. Em relação à mobilização afetiva relacionada com a intervenção política realizada, a jornalista Simone Bobsin, uma das idealizadoras da ação, explica:

Subir no salto é uma performance protesto artística em defesa dos paralelepípedos - ativismo - que aconteceu sábado (...) é um deboche rsrsrsrs, bem sabes que um dos argumentos é justamente as mulheres não poderem andar de salto alto, a intenção foi tornar isso ridículo mesmo, debochar e tornar leve a partir da fotografia (...). Continuamos defendendo melhorias urgentes pra região que podem ser feitas já. A retirada das pedras históricas de granito, que estão ali desde 1886, não é a solução. (BOBSIN, 2021).

Em suas declarações, ela destaca o papel de um protesto artístico, que denominou de *ativismo*, em alusão a junção das palavras arte e ativismo. Além disso, ressalta o deboche para ridicularizar “de forma leve” os argumentos sobre acessibilidade, daqueles que defendiam a necessidade de retirada dos paralelepípedos para que mulheres pudessem andar de salto alto nas ruas do Centro Leste.

Analisando a referida intervenção política a partir de Lordon (2017), o autor explica que o significado geral de ativismo, ou mesmo da própria atividade política, pura e simplesmente seria: “esforçar-se para tornar mais poderosas as ideias inicialmente impotentes. As ações chamadas simbólicas são outras tantas tentativas de agregar afetos do corpo aos conteúdos ideais” (LORDON, 2017, p. 78). Encenações ostensivas, *slogans*, mobilização de porta-vozes, inserções na mídia e muitas outras operações destinadas a “deixar uma marca nas mentes”, a afetar de fato os corpos e induzir neles encadeamentos de imagens e de ideias consistem, no que Lordon (2017) chama de a *ars effectandi* da política, e em particular da política minoritária e do ativismo preocupado em empoderar as ideias impotentes.

Por fim, destaca-se também o impacto provocado pelo vídeo “Eu fico”, produzido e dirigido por Cíntia Domit Bittar (na ocasião presidente do Conselho Municipal das Políticas Culturais de Florianópolis, representante da setorial de audiovisual, que integrou o grupo #paralelelovers e o Movimento #vivacentroleste). Com uma narrativa que simula a voz dos paralelepípedos, o vídeo foi gravado para sensibilizar e demonstrar a importância histórica das pedras, bem como de todo Centro Leste. Conforme explica a própria produtora cultural para uma reportagem do Jornal Imagem da Ilha:

(...) acabei integrando um coletivo que reúne artistas, técnicos, jornalistas, entusiastas em defesa do Centro Histórico [o grupo *#paralelelovers*]. Ali cada um ia contribuindo como podia e eu encasquei que precisava fazer um vídeo. Logo me veio a ideia de fazer na primeira pessoa, uma narração como se fosse a própria pedra, o paralelepípedo falando. **Na comunicação social aprendemos o poder do afeto e entendi que aproximar as pessoas da História através da humanização da mesma ao tornar a pedra personagem teria um efeito positivo.** (...) Com minha experiência no cinema e no audiovisual em geral, resolvi contribuir também nesse formato, pois **entendo que o cinema, a comunicação da arte, tem um poder de diálogo tremendo para sensibilizar e transformar** (JORNAL IMAGEM DA ILHA, 2022, grifo nosso).

A narrativa do vídeo relembra que as pedras em granito vieram “do centro da Terra, da lava dos vulcões”. Colocadas no centro da cidade há 135 anos em 1886, tem “pisadas pra contar!”. Sendo palco de fatos históricos, como a própria mudança do nome de Desterro para Florianópolis, o vídeo faz as próprias pedras interpelarem: “Eu... eu não quero sair, não quero que me tirem”. Reconhecendo a importância de realizar manutenções, mas que “reparar não é destruir”, o vídeo relembra a qualidade técnica do material, como sendo o melhor pavimento para baixa velocidade, ideal para um centro histórico, que tem o menor custo de manutenção e absorção térmica, e é resistente e próprio para escoar a água das chuvas. “Capitais do mundo inteiro têm orgulho de me ter nas ruas, e cidades pequenas também”. Para além dos argumentos sobre a qualidade técnica dos paralelepípedos, o vídeo é finalizado com uma narrativa e música que emociona, evocando a importância da história, cultura, memória dos paralelepípedos e da região:

Eu sou os pés que me pisaram. Eu sou as mãos que me colocaram aqui. Eu sou a cultura, sou a memória, sou a história. Eu sou o passado, eu sou o presente e também quero ser o futuro. Eu sou seus bisavós que se encontravam na praça. E quero sentir os passinhos das suas crianças. Porque eu... sou você também (NOVELO FILMES, 2021).

Alcançando grande repercussão, o vídeo sensibilizou para importância das pedras, a partir das paixões e afetos do grupo que o criou. O próprio Lordon (2017) argumenta que a *ars effectandi* da política opera por meio de representações e imaginações. Uma causa (no sentido político do termo) tem como tarefa primordial tornar visível as coisas invisíveis, compartilhar visões, querendo que o outro veja com a mesma intensidade as coisas que eu vejo. Se as imagens de uma causa têm tal eficácia, é porque todas elas ativam o mesmo mecanismo passional: a imitação dos afetos. Não é necessário realmente ver para imitar os afetos de outra pessoa, basta “ver com a imaginação” (LORDON, 2017). A análise permitiu compreender que as intervenções políticas de resistência contribuíram para a disseminar diversas imagens e representações do Centro Leste, as quais serão discutidas a seguir.

4.4.5 Ideias em disputa, significações coletivas, imagens e representações

No caso analisado, pode ser evidenciado duas concepções de intervenção urbana em disputa: a de revitalização e a de requalificação do espaço urbano. Nesse sentido, diversas imagens e representações sobre Centro Leste são colocadas em disputa, tanto para justificar e apresentar as políticas de revitalização, como o Projeto Centro Sapiens, e o projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, bem como para contrapô-lo. Conforme explica Lordon (2017), a *ars affectandi* da política opera por meio de representações e imaginações:

Tudo é, então, uma questão de intensas representações, pois são essas imagens, essas visões, que, muito mais do que qualquer discurso abstrato sobre a causa, determinam abraçar a causa. Assim, o discurso racional por si só está fadado ao fracasso, o que para ele agora, e não tem a menor chance com aqueles com quem algumas imagens ainda não foram compartilhadas – impotência da ideia isolada – (LORDON, 2017, p. 83).

Conforme discutido anteriormente, as articulações discursivas em torno das políticas de revitalização, justificam tais políticas a partir da imagem do centro histórico leste de Florianópolis, degradado e abandonado, com problemas públicos: lixo nas ruas, desnivelamento e falta de acessibilidade, pessoas em situação de rua. Em seguida, elas criam uma representação, a partir da revitalização, de prosperidade da economia criativa, do setor de tecnologia e empreendedorismo, para possibilitar “nova vida” a áreas urbanas, “decadentes ou subutilizadas”. Uma concepção baseada em “*best practices*” internacionais, para transformá-las em distritos criativos. Inclusive denominações em alusão ao projeto de @22Barcelona são criados, como, por exemplo, Distrito 48, se referindo a esse novo Centro Leste.

Nesse sentido, para Arantes (2013), essa “palavra-isca” (revitalização) está sendo utilizada para suavizar processos de elitização e enobrecimento, de parcerias entre setor público e iniciativa privada, que associada à cultura são capazes de “alavancar” investimentos privados com fundos públicos. Por estar conectada a lógica hegemônica vigente e aos grupos que exercem grande influência na cidade, as políticas de revitalização tiveram ampla aceitação, parceiros e apoio, conforme observado pela significativa quantidade de organizações parceiras.

Recebendo grande apoio do setor empresarial, não é difícil compreender por que os padrões do planejamento estratégico empresarial aplicado para a gestão das cidades, tornaram referência nesse modelo de planejamento urbano. Nessa linha argumentativa, Castells e Borja (1996), afirmam que as cidades possuem os mesmos desafios das empresas e atributos a serem

vendidos para se colocar de maneira competitiva no cenário global. Para Vainer (2013), tais características não estão ligadas a qualidade de vida das pessoas, atendendo às preferências de idosos, jovens, religiosos ou mulheres. Mas sim, insumos que são “requisitos indispensáveis” para a articulação à economia global. Comparada a uma mercadoria a ser vendida, a imagem da cidade pressupõe investimento em marketing urbano e posicionamento internacional. Nesse sentido, a Prefeitura de Florianópolis investe em campanhas para promover a “Ilha da Magia” e a “Ilha do Silício”, a partir de participação em *rankings* e eventos internacionais, como os reconhecimentos já conquistados de 2ª cidade mais inteligente do Brasil (*Ranking Connected Smart Cities*), de melhor destino turístico de praia do país (Revista Viagem), de Cidade Criativa UNESCO da Gastronomia, de melhor capital para se viver no país (IDH-M), entre outros. Para Vainer (2013), a atratividade e a venda da imagem de uma cidade harmoniosa, integrada inclusive com discursos de aperfeiçoamento democrático, torna-se relevante às operações de *city marketing*. Nessa visão, a pobreza urbana, pessoas em situação de rua, a violência e a miséria influenciam diretamente nas decisões dos agentes econômicos em relação à atratividade da cidade (VAINER, 2013). Eles são vistos como ameaça e inimigos a serem destruídos, e por isso, para justificar a revitalização da região, a retórica sobre a degradação e abandono da área é constantemente reafirmada.

Conforme explica Burity (2014, p. 66) o sentido dos fenômenos sociais “é dado por uma articulação inseparável entre sua dimensão física e uma dimensão significativa desse mesmo fenômeno”. Portanto, o sentido do discurso de revitalização é produzido socialmente a partir de todos esses argumentos e práticas sociais. No caso das discussões relativas ao centro histórico leste de Florianópolis, ele vem sendo fortalecido desde 2013, consistindo em “uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes” (BURITY, 2014, p. 66).

No entanto, no momento do deslocamento do discurso de revitalização, frente às sucessivas contraposições ao projeto, o que foi percebido ao longo do tempo, é que nas tentativas para defender os paralelepípedos, vão se formando outras imagens e representações da região, como o valor históricos das pedras, à memória do local como centro fundacional, o patrimônio histórico e cultural que permanece preservado, a diversidade de usos e ocupações, as múltiplas formas de vida que ali convivem, a forma de sociabilidade de convivência nas ruas, entre outros. Em torno das ações de resistência podemos evidenciar uma disputa de sentidos sobre como organizar o espaço urbano em questão, o Centro Leste. A defesa dos paralelepípedos foi capaz de articular múltiplas imagens e representações, a partir da ideia

#vivacentroleste, que conforme relatado, teve a intenção de demonstrar que já existia vida na região, não sendo necessário sua (re)vitalização.

Quando o Movimento #vivacentroleste publicou seu manifesto, este posicionamento ficou bem claro, ao afirmarem que “*revitalizar* pressupõe que não há vida no local, ao contrário, a região afetada pelo projeto [de substituição dos paralelepípedos por *paver* da PMF] é uma das mais ativas do centro histórico, com vida durante o dia e à noite” (ARQSC, 2022, p. 1). Essas representações, foram capazes de articular essa luta comum. Conforme afirma Lordon (2017), se as imagens de uma causa têm tanta eficácia, é porque todas acionam o mesmo mecanismo passional: a imitação dos afetos (LORDON, 2017). Os afetos comuns e as significações coletivas do centro histórico leste, publicizadas através de todas as ações de resistência, contribuíram para a construção de uma nova ordem simbólica alternativa, que se contrapôs às políticas de revitalização. Como alternativa, o Movimento #vivacentroleste, defendeu a *requalificação* do espaço urbano, advogando a favor das múltiplas formas de vida, da diversidade cultural, bem como da necessidade de preservação histórica, patrimonial e cultural.

Ainda que de forma precária e contingente, elas continuam no imaginário coletivo e apesar desta pesquisa etnográfica ter sido finalizada em março de 2022, novos desdobramentos e ações no centro histórico leste ainda estão em curso, tanto por parte do Movimento #vivacentroleste, que busca defender os paralelepípedos e propor projetos alternativos, quanto da Prefeitura de Florianópolis e seus apoiadores de levar o projeto adiante.

A análise sobre a influência das paixões e afetos no processo de articulação política, permitiu perceber que afetos comuns, quando compartilhados publicamente, influenciaram o crescimento da indignação coletiva e do deslocamento do discurso de revitalização. Eles também tiveram forte influência na constituição de identidades coletivas, por exemplo, a partir do grupo #*paralelelovers*. Em relação aos sujeitos que se envolveram na luta política de resistência, possuíam em sua trajetória sociobiográfica alguma ligação afetiva e profissional com o centro histórico leste, bem como com a área de arquitetura, urbanismo, patrimônio e cultura. As análises também demonstraram, como intervir na política é sempre intervir no domínio das paixões, procurando fazer com que os outros vejam com a mesma intensidade, a forma como somos afetados pelas causas que defendemos. No processo de significação coletiva, advinda da articulação do Movimento #vivacentroleste, novas imagens e representações sobre o Centro Leste emergiram publicamente, pautando uma forma alternativa de intervenção política à revitalização: a requalificação urbana. Por fim, ressalto que conforme argumenta Mouffe (1999; 2003), o principal desafio da política democrática não é como

eliminar paixões para criar um consenso racional, mas como mobilizá-las em direção a projetos radicalmente democráticos.

A partir das articulações teóricas e empíricas realizadas neste capítulo, refletimos a seguir, nas conclusões, sobre como essa pesquisa contribuiu para refletir sobre o fenômeno organizacional e formas alternativas de organizar.

5 CONCLUSÕES: O ORGANIZAR ENQUANTO FENÔMENO POLÍTICO, ARTICULATÓRIO E AFETIVO

Esta tese objetivou analisar como os grupos se articulam em torno das disputas relativas às políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis. Para tanto, realizei uma etnografia presencial e virtual, entre os meses de agosto de 2019 a março de 2022, totalizando 2 anos e 7 meses de pesquisa de campo. Uma combinação de diversas estratégias e fontes de pesquisa foram utilizadas. Dentre elas, a observação participante, entrevistas e pesquisa documental. Para esta análise, utilizei uma abordagem pós-estruturalista, a partir da Teoria Política do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015), dos princípios do modelo de democracia agonística (MOUFFE, 2003) e dos afetos na política (SPINOZA, 2020; LORDON; 2017), como alternativa teórica ao *mainstream* funcionalista e ao modelo de democracia deliberativa de Habermas (1984).

O primeiro objetivo específico visou interpretar as políticas de revitalização, propostas para o centro histórico leste de Florianópolis. A partir da TPD, analisamos as formações discursivas em torno das políticas de revitalização propostas para a região, buscando identificar: para quais demandas as políticas de revitalização foram apresentadas como solução; quem foram os sujeitos envolvidos; seus argumentos e declarações; intervenções urbanas planejadas e realizadas; e concepções sobre a cidade e o espaço urbano que defendem.

A partir das interpretações históricas sobre o centro histórico leste, evidenciamos que ele é simbolizado como o núcleo fundador da cidade, que fixou os primeiros habitantes portugueses, a partir de 1673. Possui no bojo de sua história o berço cultural de desenvolvimento de Florianópolis, sendo uma das áreas de preservação histórica, com tombamentos em âmbito municipal, estadual e federal. Ao longo dos últimos vinte anos, o setor leste foi perdendo sua dimensão simbólica de referência histórica. Tendo em vista esta modificação simbólica, sofrida pelos centros fundacionais de diversas cidades ao longo do tempo, intervenções urbanas, especificamente àquelas ligadas a ideia de revitalização, começaram a ser fortemente difundidas em diversos lugares do mundo (SILVA, 2006; VARGAS; CASTILHO, 2015). Florianópolis não ficou alheia a este cenário. Esse é o caso do Projeto Centro Sapiens, lançado em setembro de 2015, pela Prefeitura de Florianópolis e a empresa Sapiens Parque S.A, um projeto proposto para revitalizar a região o centro histórico leste, com o objetivo de transformá-lo em um polo de inovação e economia criativa (CENTRO SAPIENS, 2016, p. 2). O projeto utiliza como inspiração intervenções urbanas internacionais,

como o exemplo espanhol 22@Barcelona, o Ruta Medellín (Colômbia) e Soho e Shoreditch (Inglaterra), que visaram “recuperar áreas obsoletas em processo de deterioração” para transformá-las em *distritos criativos* (CENTRO SAPIENS, 2016, p. 2).

Com a intenção de que o Centro Leste “volte a ganhar vida”, seus proponentes defendem que a *revitalização* seria a solução para os problemas urbanos da região (ALVES, 2015). Sua necessidade é justificada por uma visão de “degradação e abandono da área, para introduzir valor à cidade, a partir de um processo de planejamento estratégico mais eficaz (GASPAR; TEIXEIRA; GOMES, 2016, p. 5). Sob essas ideias, o Projeto Centro Sapiens foi capaz de articular diversas organizações públicas e privadas, que se identificaram com a proposta, dentre elas, universidades, organizações públicas municipais e estaduais, empresas, organizações de classe, além de organizações da sociedade civil. Diversas ações de revitalização foram implementadas, entre os anos de 2015 e 2019. E em fevereiro de 2020, uma delas, alcançou grande repercussão na cidade, quando a Prefeitura de Florianópolis, decidiu substituir os paralelepípedos históricos das ruas do centro leste por *paver*. A ação, prevista desde o lançamento do Projeto Centro Sapiens, foi articulada ao discurso de revitalização, sendo denominada de “Projeto de Revitalização para o Centro Leste”.

A proposta alcançou grande repercussão na cidade por meio da mídia local e das redes sociais. Isso porque, apesar de não ser mencionado pela Prefeitura, desde 2015, o centro histórico leste começou a voltar para a cena cultural e de lazer na cidade. Impulsionado pela instalação de diversos novos bares, restaurantes e comércios, novos movimentos artísticos e culturais começaram a ser promovidos na região, todos eles com uma característica comum, a utilização das ruas como espaço de cultura e lazer. Ao longo desses anos, frente a esta pluralidade, novos usos, ocupações e significações ao centro histórico leste foram constituídos. Tal diversidade pode ser percebida inclusive nas diversas denominações que foram caracterizando este espaço urbano como: Centro Histórico Leste, Baixo Centro, Centro Leste, Setor Leste, Distrito 48. Nesse percurso diferentes demandas foram sendo colocadas pelos sujeitos, frente à pluralidade de eventos e transformações que a região vivenciava.

Isso significa dizer que, conforme demonstrou a pesquisa, apesar do discurso de revitalização para o centro leste ter sido articulado, ao longo dos anos de 2015 a 2020, sob a justificativa de abandono e degradação da área, atividades de comércio, cultura e lazer estavam acontecendo paralelamente as ações do Projeto Centro Sapiens. Percebe-se então que, o espaço urbano, interpretado nesta tese como “forma radical de espaço social”, não pode “ser reduzido a nenhuma unidade discursiva, pela inumerável versatilidade dos eventos que o atravessam”

(DELGADO, 2007, p. 17, tradução nossa). Pela perspectiva ontológica da TPD, trata-se da impossibilidade de se estabelecer um fundamento último do social ou de fechamento de sentidos que tornaria uníssono o discurso de revitalização (LACLAU; MOUFFE, 2015). Portanto, ficou claro que, o sentido do discurso é produzido socialmente e na impossibilidade de fixar um fundamento último, as tentativas de organizar o espaço urbano, ou seja, tentativas para preenchê-lo de sentido, acontece pelas práticas políticas (LACLAU; MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2003).

Embora as práticas sociais e as identidades que a sustentam tendem a ocultar a contingência inerente que caracteriza os sistemas sociais, assim como o faz o *mainstream* funcionalista no campo da Administração, isso não significa que ela foi banida. A presença irreduzível da negatividade (antagonismo) significa que qualquer construção social sofre de uma falha constitutiva que pode se tornar visível em momentos de deslocamento (GLYNOS; HOWARTH, 2007; LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2014). Acompanhar momentos de deslocamento no período de realização da pesquisa e de elaboração de uma tese nem sempre é possível. A contingência inerente da vida, nos lembra constantemente sobre as sucessivas tentativas frustradas de controle. No entanto, o projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver* da Prefeitura de Florianópolis, foi lançado quando eu já estava realizando a pesquisa, após sete meses de imersão no campo, o que possibilitou continuar acompanhando as disputas políticas que aconteceram após o lançamento do projeto da Prefeitura.

Esse foi justamente o foco do segundo objetivo específico proposto, que enfatizou descrever e analisar o processo dinâmico das mobilizações coletivas de resistência às políticas de revitalização, identificando quando esse discurso é colocado em xeque, as reações contrárias, a formação de identidades coletivas, demandas comuns, fronteiras políticas, articulações e estratégias de resistência. A partir da TPD (LACLAU; MOUFFE, 2015) e dos princípios do Modelo de Democracia Agonística (MOUFFE, 2003), algumas categorias analíticas foram utilizadas, tais como: pluralismo, conflito, política, lógica da diferença, deslocamento, cadeia de equivalência, ponto nodal, fronteira política, inimigo, adversário, agonismo, antagonismo e articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2003; 2014; 2019).

Identificamos que após a apresentação do Projeto de Revitalização do Centro Leste, proposto pela Prefeitura de Florianópolis, arquitetos, urbanistas e profissionais ligados às questões urbanas da cidade iniciaram um intenso debate, tendo como principal tópico a preocupação com a retirada dos paralelepípedos e a preservação do patrimônio histórico e

cultural da região. As discussões sobre o projeto foram pautas de reuniões e grupos de *Whatsapp* de organizações da sociedade civil, como o Movimento Traços Urbanos, que em anos anteriores foi um grande parceiro e apoiador do Projeto Centro Sapiens, o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU-SC), a Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR) e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SC). Entre março e agosto de 2020, concomitante ao período da pandemia de Covid-19, essas organizações tentaram abrir o diálogo com a Prefeitura sobre o projeto, apresentando diversos pareceres técnicos e argumentos legais e procedimentais em relação às obras, sendo completamente ignorados. Frente à ameaça de início das obras, as organizações da sociedade civil recorreram ao Ministério Público Estadual de Santa Catarina (MPSC), protocolando no dia 21 de julho de 2020, uma ação civil pública para tentar paralisar o projeto, tendo em vista suas irregularidades legais.

As diversas manifestações contrárias ao projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, demonstram o limite de significação que o discurso de revitalização alcançou no campo político. Elas sintetizaram uma série de argumentos, que permitiram perceber que o discurso de revitalização enfrentou um momento de crise e foi colocado em xeque. Em termos sociopolíticos, uma estrutura deslocada é aquela que experimenta um desajuste no campo da discursividade, quando a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação (MENDONÇA, 2014; LACLAU; MOUFFE, 2015).

Após oito meses, desde o lançamento do projeto, pressionada pelas reações contrárias e pela notificação do Ministério Público Estadual, em 17 de setembro de 2020, a Prefeitura de Florianópolis revogou o edital de licitação, justificando que iria readequá-lo, para manter os paralelepípedos originais das ruas do centro histórico leste. No entanto, dez meses depois, apoiada por empresários da cidade, a Prefeitura reabriu o edital de licitação, prevendo desta vez substituição parcial dos paralelepípedos por *paver*. A retomada do projeto chegou rapidamente ao conhecimento de diversas pessoas, grupos e organizações. Mesmo a Prefeitura de Florianópolis, argumentando que a segunda versão do projeto previa a retirada parcial dos paralelepípedos, a proposta não convenceu e o discurso de revitalização foi novamente contestado, dessa vez, com muito mais intensidade e capilaridade. Entre os meses de julho e agosto de 2021, as reações contrárias se diversificaram em termos de sujeitos envolvidos e estratégias utilizadas. Vídeos, publicações nas redes sociais, concessão de entrevistas, moções de alerta, debates em reuniões e grupos de *whatsapp*, são alguns exemplos de ações realizadas, que disseminaram o descontentamento com o projeto por parte daqueles que já vinham

realizando essas mobilizações, mas também por novos sujeitos que entram em cena. As discussões sobre o projeto foram canalizadas para além da mídia e das redes sociais, para espaços de participação pública, como os conselhos estadual e municipal de cultura, o Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural e a frente parlamentar de cultura da Câmara dos Vereadores.

Foi possível perceber que neste período, as reações contrárias ocorreram de forma muito mais intensa, do que quando a primeira versão do projeto foi apresentada, em fevereiro de 2020. No entanto, as diversas reações ainda se encontravam sob a lógica da diferença, ou, conforme Laclau e Mouffe (2015), elas eram permeadas por uma complexidade crescente do espaço político, conformando opiniões contrárias e favoráveis, cuja diferença entre elas ainda as mantinham distintas, separadas e autônomas. No entanto, frente as sucessivas investidas de levar o projeto à diante e a falta de diálogo por parte da Prefeitura, o cenário político começou a mudar, entre os meses de setembro e outubro de 2021. A partir de então, foi possível perceber no campo político a formação das primeiras cadeias de equivalência e o delineamento de uma fronteira política entre os grupos favoráveis e contra o projeto.

As contraposições ao projeto da Prefeitura foram protagonizadas principalmente por duas frentes de resistência: a partir da formação do grupo *#paralelelovers* e pelo Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Histórico, ligado ao Conselho Municipal de Políticas Culturais. Criado em 17 de setembro de 2021, o grupo *#paralelelovers*, se uniu para resistir ao projeto, mobilizando diversas pessoas, uma cadeia de equivalência, que resultou nessa nova identidade coletiva, em torno da luta pela preservação dos paralelepípedos. A condição de possibilidade da cadeia de equivalência deriva dos efeitos de unidade ocasionados pela ameaça advinda do exterior constitutivo, já que o limite antagônico é comum a todas as diferenças articuladas. Sem essa unidade a partir da ameaça externa, a lógica da diferença prevaleceria (LACLAU, 2011; MENDONÇA, 2009).

Percebe-se que a partir destes momentos de debates públicos, as duas frentes de resistência formadas, começaram a significar coletivamente suas demandas, argumentos, reivindicações e adversários. Alguns, mais inflamados, provocam questionamentos nomeando “eles” (como a Prefeitura, a CDL e a Associação FloripAmanhã) como inimigos da cidade, sendo a proposta do projeto passível de ser completamente eliminada. Outros, apresentam uma posição mais branda e até concebem a tentativa de conciliação de uma proposta de requalificação do Centro Leste, que acomodasse as demandas “dos dois lados”.

Analisando a dinâmica destes momentos e espaços de discussão pública, foi possível perceber que eles colocaram em evidência uma pluralidade de demandas e argumentos nos quais o consenso pareceu fora de cogitação. Nesse sentido, as críticas de Mouffe (2003), ao modelo de democracia deliberativa, contribuíram para perceber que não há solução racional para o conflito, “todo consenso existe como resultado temporal de uma hegemonia provisória, como uma estabilização do poder, que sempre implica alguma forma de exclusão” (MOUFFE, 2003, p. 117, tradução nossa).

Foi possível perceber que nesses momentos de debates públicos, os pontos nodais que identificaram os sujeitos, a favor ou contra o projeto, se tornaram mais evidentes. Para aqueles que estavam lutando contra a retirada dos paralelepípedos, a significação coletiva, ora do adversário, ora do inimigo comum, foi sendo capaz de fortalecer as cadeias de equivalência em torno do ponto nodal, preservação dos paralelepípedos históricos. Os pontos nodais são pontos discursivos privilegiados que fixam parcialmente o significado dentro de uma cadeia de significantes, que tornam elementos equivalentes temporariamente (LACLAU; MOUFFE, 2015). Em torno deles, se articula uma subjetividade política compartilhada (BURITY, 2014).

A demarcação da fronteira política, o surgimento das primeiras cadeias de equivalência e as ações de resistência ao projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, que aconteceram entre os meses de setembro e outubro de 2021, contribuíram para a ampliação desta cadeia de equivalência, articulando nos meses seguintes, as duas frentes de resistência já existentes, o grupo *#paralelelovers* e a Setorial de Patrimônio, bem como novos sujeitos que se uniram às disputas. Provocados pela Setorial de Patrimônio, que realizou uma reunião com a intenção clara de articular as pessoas, grupos e organizações que estavam se posicionando contra o projeto da Prefeitura, os participantes definiram frentes de atuação conjunta para tentar paralisar o projeto, acordando que as ações de resistência poderiam ser múltiplas, diversas e realizadas de maneira autônoma. No entanto, para ganhar força e caracterizá-las como pertencentes a mesma luta, decidiram utilizar a *hashtag* *#vivacentroeste* para expressar essa união.

A utilização da *#vivacentroeste*, como um novo ponto nodal, permitiu ampliar a cadeia de equivalência entre os grupos e as ações de resistência ao projeto de revitalização da Prefeitura. Articulando diversas demandas e ações em torno desse significante, durante o mês de dezembro de 2021, os sujeitos foram constituindo uma identificação coletiva, que culminou, pouco a pouco, na articulação do *Movimento #vivacentroeste*. A articulação é “toda prática que estabeleça uma relação tal entre elementos que a identidade desses resta modificada como

resultado dessa prática” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 176-177). Trata-se de um momento privilegiado de significação e constituição de identidades coletivas que ocorre em torno de um ponto nodal (LACLAU; MOUFFE, 2015). Essa significação coletiva não foi estabelecida *a priori*, mas sim, gradualmente a partir das diversas ações de resistência que os grupos realizaram, durante todo o mês de dezembro de 2021, frente à ameaça iminente de início das obras para retirada dos paralelepípedos.

Em relação às referidas ações de resistência, os manifestantes decidiram coletivamente atuar em quatro frentes principais: sensibilização da opinião pública; ação judicial, junto ao MPSC e órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio; intervenções urbanas presenciais e conquistar apoio de representantes públicos e pessoas com poder de influência. Neste processo, destaca-se a grande repercussão das ações que envolveram as produções artísticas e presenciais no Centro Leste. Em um de seus textos, a própria Mouffe (2013) reconhece o papel político que práticas artísticas podem desempenhar nas construções discursivas: “De acordo com a abordagem agonística, arte crítica promove dissidência: torna visível o que o consenso dominante tende a obscurecer e obliterar” (MOUFFE, 2013, p. 190).

Paralelamente à sensibilização da opinião pública, o Movimento não deixou de acionar os órgãos competentes e tratar a questão em termos legais e judiciais. Como resultado da sensibilização do MPSC, o promotor responsável, finalizou o inquérito civil público, aberto desde 2020. No dia 22 de dezembro, ele ingressou com ação judicial no Tribunal de Justiça, solicitando a suspensão das obras. No dia seguinte, quase véspera de Natal, o TJSC acatou a decisão do MPSC, paralisando o projeto.

Reconhecendo o papel decisivo desempenhado pelas paixões e afetos nesse processo de articulação política, o **terceiro objetivo específico, visou compreender a influência das paixões e afetos na política**. A partir de Mouffe (2014; 2019), Spinoza (2020) e Lordon (2017), foram utilizadas para esta análise, conceitos como, afetos e afecções; *ingenium*; intervenções políticas; imagens e representações.

Pela pesquisa, foi possível perceber que o momento do deslocamento, ou seja, quando o discurso de revitalização enfrentou um momento de crise e foi fortemente questionado, os afetos e afecções dos sujeitos, compartilhados publicamente tiveram forte influência no desajuste da estrutura social, por não conseguir processar, semantizar o novo projeto da prefeitura de Florianópolis de substituição dos paralelepípedos por *paver*, como uma política de revitalização.

A partir de Spinoza (2020), os afetos (*affectus*), indicam a passagem ou transição de um estado a outro, representando uma modificação que deriva do exercício de uma potência. É o efeito produzido a partir dos encontros. Já as afecções (*affectio*) são a maneira pela qual um corpo se dá conta de outro, como ele é marcado pelo outro (DELEUZE, 2019). Relacionando a TPD com Spinoza, percebe-se que se há deslocamento, é porque há sujeitos afetados.

Preocupação, amor às raízes, à história da cidade, ao respeito pela memória, a “paixão pela cidade”, a “alma da cidade” e a referência ao centro histórico leste como o “coração da cidade, lugar de todos”, sugerem as afecções dos sujeitos sobre a região. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que as redes sociais foram o *locus* de compartilhamento e manifestação pública dessas afecções. No entanto, ficou perceptível que as causas defendidas, não possuem o poder de afetar a todos de uma mesma maneira. Apesar da articulação do Movimento #vivacentroleste ter conseguido suspender o projeto da Prefeitura, impedindo a substituição dos paralelepípedos por *paver*, o Movimento ficou restrito a indivíduos e grupos específicos da cidade. Os postulados de Spinoza (2019), permitiram compreender que, as susceptibilidades afetivas não possuem o poder de afetar a todos de uma mesma maneira. A condensação de toda a nossa trajetória sociobiográfica (*ingenium*), que a partir dos encontros nos deixaram marcas, constituem nossas formas de sentir, julgar e pensar (LORDON, 2017). Portanto, o *ingenium* dos sujeitos difere entre eles, e difere também em cada um deles com o passar do tempo.

Evidenciando os argumentos de Mouffe (2014), de que as paixões e afetos possuem forte influência na constituição de identidades coletivas, em nossa pesquisa, foi possível observar a formação de uma nova identidade coletiva, o grupo #paralelelovers. Fundindo as palavras: paralelepípedo e *lovers*, o próprio nome do coletivo demonstra a dimensão afetiva associada a luta política de resistência. A articulação de tal cadeia de equivalência foi influenciada por afetos comuns, os quais permitiram “organizar” temporariamente elementos que até então encontravam-se dispersos (LORDON, 2017). Afetos comuns de preocupação, tristeza, indignação, angústia, agonia e medo, frente à ameaça de retirada dos paralelepípedos e da possível perda do patrimônio histórico e cultural da região, influenciaram a aproximação dos sujeitos. Marcados pela contingência e pela exterioridade dos acontecimentos sociais, as primeiras ações de resistência e formação das cadeias de equivalência podem ser caracterizadas pelo seu caráter reativo e antagônico. Em um segundo momento, eles também foram propositivos, em dois aspectos: planejando ações e intervenções políticas para preservar o patrimônio histórico da região, bem como compartilhando suas visões e novas ideias para a requalificação do local. Conforme nos explicou Lordon (2017), é também necessário que

tenhamos energia suficiente para enfrentar essas ameaças, e ela é geralmente facilitada se a luta for coletiva: “(...) é mais fácil admitir-se miserável quando esse infortúnio é compartilhado e sua causa politicamente imaginada, determina desejos políticos reativos, portanto comuns” (LORDON, 2017, p. 162).

A partir de Spinoza (2020) e Laclau e Mouffe (2015), podemos inferir que apesar da contingência e do exterior constitutivo que nos atravessa, não estamos condenados ao acaso dos encontros ou fadados ao determinismo histórico. A partir da concepção ontológica do pós-estruturalismo, percebemos que é justamente por meio da política, que é possível lutar pelas formas de organização social, ou mais especificamente no caso analisado, pelas formas de organizar o espaço urbano, porque não existe um fim último pré-determinado. Nesse sentido, acompanhadas ao longo da pesquisa e sistematizadas em uma linha do tempo com mais de 60 eventos, que demonstram as disputas relativas à proposta de revitalização para o Centro Leste, as ações de resistência ao projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, foram caracterizadas nesta pesquisa em oito estratégias principais: (i) manifestações públicas, mobilização de porta-vozes e petições online; (ii) veiculação na mídia: notícias, entrevistas, debates; (iii) ofícios e pareceres técnicos; (iv) intervenções no espaço urbano; (v) produções artísticas; (vi) publicações nas redes sociais: posts, podcasts, vídeos, whatsapp; (vii) reuniões, audiências públicas e fóruns de debate; (viii) ações judiciais e de tombamentos.

A análise sobre estas intervenções políticas, evidenciou duas concepções de intervenção urbana em disputa: a de revitalização e a de requalificação. Em seus processos de significação, diversas imagens e representações sobre centro histórico leste foram colocadas em disputa, tanto para justificar e apresentar as políticas de revitalização, como o Projeto Centro Sapiens, e o projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, bem como para contrapô-lo.

As articulações discursivas em torno das políticas de revitalização, justificam tais políticas a partir da imagem do centro histórico leste de Florianópolis, degradado e abandonado, com problemas públicos: lixo nas ruas, desnivelamento e falta de acessibilidade, pessoas em situação de rua. Em seguida, elas criam uma representação, a partir da revitalização, de prosperidade da economia criativa, do setor de tecnologia e empreendedorismo, para possibilitar “nova vida” a áreas urbanas, “decadentes ou subutilizadas”. Uma concepção baseada em “*best practices*” internacionais, para transformá-las em distritos criativos. Inclusive denominações em alusão ao projeto de @22Barcelona são criados, como, por exemplo, Distrito 48, se referindo a esse novo Centro Leste.

Comparada a uma mercadoria a ser vendida, a imagem da cidade pressupõe investimento em marketing urbano e posicionamento internacional. Nesse sentido, a Prefeitura de Florianópolis investe em campanhas para promover a “Ilha da Magia” e a “Ilha do Silício, a partir de participação em *rankings* e eventos internacionais, como os reconhecimentos já conquistados de 2ª cidade mais inteligente do Brasil (*Ranking Connected Smart Cities*), de melhor destino turístico de praia do país (Revista Viagem), de Cidade Criativa UNESCO da Gastronomia, de melhor capital para se viver no país (IDH-M), entre outros. Para Vainer (2013) a atratividade e a venda da imagem de uma cidade harmoniosa, integrada inclusive com discursos de aperfeiçoamento democrático, torna-se relevante às operações de *city marketing*. Nessa visão, a pobreza urbana, pessoas em situação de rua, a violência e a miséria influenciam diretamente nas decisões dos agentes econômicos em relação à atratividade da cidade (VAINER, 2013). Eles são vistos como ameaça e inimigos a serem destruídos, e por isso, para justificar a revitalização da região, a retórica sobre a degradação e abandono da área é constantemente reafirmada.

Estas disputas, ora, se configuraram de forma agônica (entre adversários, que admitiam a possibilidade de um acordo), ora antagônica (entre inimigos, tendo em vista, as tentativas de eliminar ideias ou mesmo grupos de pessoas das discussões). Cabe ressaltar que Mouffe (2003; 2014) não nega que as lutas antagônicas existam na lógica democrática. Nesse sentido, foi possível perceber que pessoas em situação de rua, ou grupos que promoviam baile funk no Centro Leste, eram vistos como inimigos dos projetos de revitalização propostos, sendo claramente significados como “inimigos a serem eliminados”. Por isso, esta tese demonstrou as potencialidades em compreender movimentos de resistência à lógica dominante, porque elas são capazes de evidenciar outras visões, mundos possíveis e alternativas mais inclusivas e democráticas. Os planos e as intervenções urbanas estão sempre sujeitos aos conflitos e contradições, no entanto, o consenso dominante muitas vezes tende a sufocá-los, eliminando processos de contestação pública. Quando Mouffe (2003) apresenta os princípios agonísticos, ela está justamente visando a radicalização, ou o aprofundamento da democracia, para que os adversários nas lutas políticas possam ser respeitados e tenham condição de entrar nas disputas sobre os processos de significação coletiva.

As ações de resistência foram conformando outras imagens e representações da região, baseadas no valor históricos das pedras, na memória do local como centro fundacional, no valor do patrimônio histórico e cultural que permanece preservado, na diversidade de usos e ocupações, nas múltiplas formas de vida que ali convivem, na forma de sociabilidade de

convivência nas ruas, entre outros. Elas demonstraram uma disputa de sentidos sobre como organizar o espaço urbano em questão. A defesa dos paralelepípedos foi capaz de articular múltiplas imagens e representações, a partir da ideia #vivacentroleste, que conforme relatado, teve a intenção de demonstrar que já existia vida na região, não sendo necessário sua (re)vitalização. Os afetos comuns e as significações coletivas do centro histórico leste, publicizadas através destas ações de resistência, influenciaram a constituição de uma nova ordem simbólica, que se contrapôs às políticas de revitalização. Como alternativa, o Movimento #vivacentroleste defendeu a *requalificação* do espaço urbano. Ainda que de forma precária e contingente, elas continuam no imaginário coletivo e apesar desta pesquisa etnográfica ter sido finalizada em março de 2022, novos desdobramentos e ações no centro histórico leste ainda estão em curso, tanto por parte do Movimento #vivacentroleste, que busca defender os paralelepípedos e propor projetos alternativos, quanto da Prefeitura de Florianópolis e seus apoiadores de levar o projeto adiante.

A análise sobre as disputas relativas às políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste e o processo de articulação do Movimento #vivacentroleste, permitiram perceber que as **tentativas de organizar, neste caso, o espaço urbano, são processos políticos que envolvem uma pluralidade de demandas e interesses, e, portanto, são conflitivas, porque, o antagonismo é inerradicável das relações sociais.** Isso significa dizer que quando ele está obscurecido, as formas contínuas e rotineiras de reprodução social estão fortalecidas em práticas sedimentadas que contribuem, intencionalmente ou não, para a reprodução de sistemas e relações sociais mais amplas (GLYNOS; HOWARTH, 2007). No fenômeno estudado, essa lógica social, caracterizada pelo discurso de revitalização, contribui para a percepção de que essas políticas, são os únicos modelos e soluções possíveis. As análises de Vainer (2013) sobre as políticas de revitalização urbana são contundentes em afirmar que a ideia de consenso, forja uma visão unificada sobre a cidade, em torno de um projeto comum supostamente legítimo e universalmente aceito. A ideia de consenso sugere uma harmonia impossível de ser conquistada no espaço urbano, banindo o sentido da política na cidade (ARANTES, VAINER; MARICATO, 2013).

As tentativas de organizar o espaço urbano, estão sempre sujeitas aos conflitos e às contradições, no entanto, o consenso dominante muitas vezes tende a sufocá-los, eliminando processos de contestação. A renúncia de um discurso universal, no marco da democracia, implica reconhecer que há múltiplos sentidos concorrentes. Por isso, a importância da contestação e do dissenso e da compreensão de movimentos de resistência à lógica dominante,

porque elas são capazes de evidenciar outras visões, mundos possíveis e alternativas mais inclusivas e democráticas.

Justamente para colocar luz a este processo político, **o referencial teórico utilizado nesta tese e o fenômeno de estudo, possibilitaram ampliar a concepção do fenômeno organizacional em sua ontologia.** Essa visão se contrapõe ao *mainstream* positivista e às teorias deliberacionista. O primeiro, interpreta a organização a partir do objetivismo, pautada em princípios como comando, controle, hierarquia, subordinação, racionalidade instrumental; e na concepção de organização formal, muitas vezes associada a ideia de empresa, gerida de forma não democrática e, portanto, autoritária (WESTWOOD; CLEGG, 2003; CLEGG; HARDY, 2006; PAULA, 2015; JUSTEN, 2017). Já o modelo deliberacionista, apesar de sua contribuição para a elaboração de teorias críticas no campo dos estudos organizacionais, possuem uma visão associativa da política, que a considera como o campo do exercício da liberdade, igualdade e ação coletiva, enfatizando uma concepção harmônica das relações sociais (WESTWOOD; CLEGG, 2003; MARCHART, 2007; FARIA, 2009; PAULA, 2015).

A abordagem pós-estruturalista, a partir da Teoria Política do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015), dos princípios do modelo de democracia agonística (MOUFFE, 2003) e dos afetos na política (SPINOZA, 2020; LORDON; 2017), possibilitam outra concepção ontológica para interpretar o fenômeno organizacional, a qual envolve a ideia “do político”, ou seja, a dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, que indica a existência da negatividade radical que se manifesta em sua possibilidade sempre presente. Diferentemente da perspectiva harmônica proposta por Habermas (1984), esta abordagem está ancorada em uma visão dissociativa da política (MARCHART, 2007). Nesse sentido, o modelo de democracia agonística formulado por Mouffe (2003), contribuiu para evidenciar práticas organizacionais contra-hegemônicas obscurecidas pela interpretação do *mainstream* funcionalista. A análise sobre o fenômeno organizacional a partir da TPD, focalizada a partir dos princípios de democracia agonística, como alternativa ao modelo deliberacionista predominante nos estudos organizacionais críticos, abriu a possibilidade de aprofundar compreensões alternativas, colocando em evidência o político e a política, o conflito e o dissenso, as mobilizações e articulações coletivas e a influência das paixões e afetos nos processos de organizar.

O fenômeno observado nos mostra como modelos urbanísticos funcionalistas, por exemplo, não são capazes de lograr consensos uníssonos no que diz respeito à organização do espaço urbano. Além disso, considerando o marco democrático e os avanços da participação da sociedade civil no ciclo de políticas públicas, mesmo o Brasil possuindo instrumentos legais

avançados como o Estatuto da Cidade e os conselhos de políticas públicas, cabe reconhecer que a grande maioria das propostas não são elaboradas seguindo os princípios participativos e de deliberação pública. Este é o exemplo dos dois projetos de revitalização propostos para o Centro Leste, o Projeto Centro Sapiens e o Projeto de Revitalização de substituição dos paralelepípedos por *paver*, os quais foram apresentados sem qualquer debate prévio e consensual com os cidadãos.

A TPD (LACLAU; MOUFFE, 2015), permite enfatizar a importância da dimensão da significação, porque, segundo Laclau e Mouffe (2015), o sentido é sempre produzido socialmente, não sendo possível ter qualquer acesso à realidade que não seja mediado pelo sentido; ou mais precisamente, conforme Burity (2014), que não seja constituído simbolicamente. A TPD possui uma concepção do social como espaço discursivo, caracterizando-se por uma ontologia fundada na centralidade do político, sendo o discurso, a totalidade estruturada resultante da prática articulatória (LACLAU; MOUFFE, 2015).

As práticas articulatórias consideradas, pelos referidos autores, como um dos momentos privilegiados de significação, constituição de identidades e estruturação (parcial e contingente) das relações sociais. Essa noção de articulação possibilitou, então, analisar o fenômeno organizacional enquanto processo e relações entre elementos, de tal modo que novas identidades coletivas surgiram como resultado precário e contingente da prática articulatória (LACLAU; MOUFFE, 2015). Essas práticas são políticas e envolvem conflitos, disputas e identificações coletivas, influenciada pelas paixões e afetos.

O modelo de democracia agonística formulado por Mouffe, amplamente reconhecido e utilizado em outras áreas do conhecimento, permanece quase que desconhecido na Ciência da Administração. Ao longo das últimas décadas, o trabalho da autora tem influenciado diversos campos do conhecimento. Segundo Tambakaki (2014), suas obras têm suscitado debates sobre outras formas de fazer política, pautando discussões sobre alguns dilemas das sociedades contemporâneas como a difícil tarefa de equilibrar unidade com pluralidade, a inevitabilidade do conflito nas democracias, e a mobilização do dissenso na construção de projetos que incentivem a renovação democrática.

A revisão bibliográfica e sistemática realizada para esta tese, que visou mapear a produção científica na qual a ideia de agonismo de Mouffe é utilizada como referencial teórico, demonstra que o interesse pelo trabalho de Mouffe cresceu nas últimas décadas, em diversos campos do conhecimento. No entanto, dos 790 artigos encontrados, apenas 23 foram publicados em periódicos específicos da Administração. Assim como argumentado neste trabalho, os

autores utilizaram a distinção entre “o político” e “a política” de Mouffe e os pressupostos teóricos antiessencialista, para discutir as relações entre teoria e prática no campo dos estudos organizacionais (PARKER; PARKER, 2017; HENSMANS; BOMMEL, 2019; PARKER; RACZ, 2019; VINE, 2019), para analisar práticas alternativas ao *management* (KOKKINIDIS, 2015; 2015; PARKER; PARKER, 2017) e para criticar abordagens predominantes e propor modelos teóricos alternativos (BANERJEE, 2018; WINKLER; ETTER; CASTELLÓ, 2020; RHODES; HARVEY, 2012; FRAHER; GRINT, 2018). A teoria de Mouffe foi utilizada também para sustentar argumentos em torno de discussões como a dicotomia entre política e administração (CAWLEY, 2015); participação (WEALE, 2016); parcerias (LOWNDES; SQUIRES, 2012) governança (SØRENSEN, 2002; SØRENSEN; TORFING, 2005); e *accountability* (HEIDELBERG, 2017; STANISEVSKI, 2014). Apenas um artigo, dentre todos os analisados, tece críticas ao modelo agonístico (BANG, 2014).

Em consonância com os artigos científicos mapeados, o desenvolvimento desta tese contribuiu para evidenciar as potencialidades da utilização dos princípios de democracia agonística aos estudos organizacionais, evidenciando a pluralidade, o dissenso e o contraditório, enfatizando momentos de tensão e disputas políticas, em que as estratégias de resistência, práticas articulatórias e a influência dos afetos estão intrínsecas às práticas e aos processos organizacionais. A centralidade do conflito e do político, refuta a lógica da neutralidade política e consensual. Acordos provisoriamente negociados entre atores radicalmente diferentes e plurais foram interpretados como sistemas de inclusão e exclusão (e não consensuais). A renúncia de um discurso universal, no marco da democracia, implica haver múltiplos sentidos concorrentes. Nesse sentido, o enfoque agonístico, conforme demonstrado, é muito mais receptivo à multiplicidade e a diversidade de vozes que existem nas sociedades plurais contemporâneas, abarcando com mais profundidade a complexidade de suas estruturas de poder e a expressão dos afetos e das paixões na constituição das identidades coletivas. Em consonância com Böhn (2007), que argumenta que a utilização de teorias oriundas de outros campos do conhecimento contribui para o reposicionamento de perspectivas teóricas e analíticas nos estudos organizacionais.

Os princípios democráticos agonísticos contribuíram para refletir sobre experiências que não podem ser apreendidas ou controladas, como prega o *mainstream* funcionalista, abrindo-se à possibilidade de um infundável processo de questionamento. Isso significa dizer que, diferente do que propõe o *mainstream*, não poderia existir “a organização” como objetividade social, porque sua constituição é política (MOUFFE, 2003; JUSTEN, 2017). Como

postulado por Laclau e Mouffe (2015), o antagonismo revela o limite de toda a objetividade social, a impossibilidade de seu fechamento.

A interpretação do fenômeno organizacional, a partir da TPD, conforme realizado nesta tese, demonstra uma possibilidade de abertura para o campo dos estudos organizacionais para considerar o político, a contingência e a precariedade dos fenômenos sociais, em consonância com diversos trabalhos realizados em nosso campo de estudos (SPICER; BÖHM, 2007; COELHO, 2012; BORGES, 2013; BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014; JUSTEN, 2017; NASCIMENTO, 2021; BORGES; FRANZ, 2022). Buscando aprofundar essas possibilidades, nesta tese, a distinção entre a política e o político de Mouffe (2003; 2015), contribuiu para **sustentar que o fenômeno organizacional pode ser interpretado como uma prática política**, ou seja, um “conjunto de práticas, discursos e instituições que tratam de estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflitivas porque se veem afetadas pela dimensão do político” (MOUFFE, 2003, p. 114, tradução nossa). Nesse sentido, o fenômeno de pesquisa analisado, que envolveu disputas políticas na tentativa de organizar o espaço urbano, ressalta a importância de momentos de deslocamento, ou seja, de contestação da ordem social hegemônica vigente, para tornar visível como o processo de organizar consiste em uma prática política conflitiva. Então, interpretar o fenômeno organizacional como política, permite compreender as lutas que buscam desafiar, contestar e transformar as normas, instituições e práticas existentes, inclusive a própria visão totalitária do *mainstream*.

Toda ordem social se constitui como resultado de práticas políticas, realizadas num terreno indecível, que a contingência histórica configurou de uma determinada forma que excluíram outras possibilidades (LACLAU; MOUFFE, 2015; LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015). Isso significa dizer que o nível ontológico primário da constituição do real consiste em uma prática articulatória que envolve a criação de algo novo, uma relação entre elementos dispersos articulados de forma não necessária e contingente (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Esses **pressupostos ontológicos, associados ao fenômeno de pesquisa, que evidenciou a articulação do Movimento #vivacentroeste, possibilitaram interpretar o organizar enquanto fenômeno articulatório**.

Conforme argumentam Glynos e Howarth (2007), a articulação é um conceito organizador, tendo em vista que todo processo social de reunir elementos é, em algum grau, articulatório, porque os “agentes de articulação” não são governados por nenhum princípio ou fundamento metafísico subjacente. Cabe então dizer que, o fenômeno organizacional não pode

ser cognoscível *a priori*, mas depende da dinâmica e da contingência do campo discursivo do qual emerge (JUSTEN, 2017). E isso ficou claro no decorrer da pesquisa, porque “o Movimento #vivacentroleste” não foi determinado *à priori* para ser estudado, ele se constituiu no campo discursivo, de forma contingencial, durante o processo de pesquisa e análise. Além disso, ele foi sendo significado pelos sujeitos, no decorrer das lutas políticas pela preservação dos paralelepípedos das ruas do centro histórico leste de Florianópolis.

Nesse sentido, argumentam Laclau e Mouffe (2015, p. 178) que, toda prática social, em uma de suas dimensões, é articulatória, ou seja, “uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória”. Essa prática “consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente”, sendo momentos privilegiados de significação e constituição de identidades coletivas (LACLAU; MOUFFE, 2015). Os pontos nodais são significantes privilegiados que possuem a capacidade de fixar, ainda que de forma parcial e precária, a própria articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015; MENDONÇA, 2003). Isso permite dizer que o **fenômeno organizacional enquanto processo articulatório, envolve a construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente. Uma significação coletiva, em torno de uma ideia comum (ponto nodal), que seria capaz de significar a si mesma e constituir-se como tal.**

Diferentemente do que concebe o *mainstream* funcionalista e o modelo de democracia deliberativa, essas significações não são passíveis de serem estabelecidas *a priori*, consensuadas pela racionalidade comunicativa e universalizadas. Elas se constituem em disputa e na própria prática política. Isso significa que o fenômeno organizacional, interpretado pela TPD, não tem uma essência fixa ou identidade plena, e seus pontos nodais podem ser construídos e interpretados de diferentes maneiras, articulados ou desarticulados, pela contingência inerente ao social. No entanto, nem sempre é fácil tornar visível essa significação coletiva alternativa. Por isso, a partir de Lordon (2017), destaca-se que o significado geral de ativismo, ou mesmo da própria atividade política, compreende um esforço coletivo para tornar mais poderosas as ideias inicialmente impotentes. Por isso, a importância de interpretar o organizar e as disputas políticas pela TPD, porque ela recupera o caráter insubstituível, inseparável, inerradicável, do processo de significação na constituição dos fenômenos sociais (LACLAU; MOUFFE, 2015; BURITY, 2014).

Mas, o que agrupa diferentes demandas e sujeitos em uma cadeia articulatória? O que as torna “equivalentes”? Para Mouffe (2002; 2003), são os afetos comuns, mobilizados no domínio político, que agem nesse processo de identificação coletiva. Afetos comuns de

preocupação, tristeza, indignação, angústia, agonia e medo, frente à ameaça de retirada dos paralelepípedos e da possível perda do patrimônio histórico e cultural da região, influenciaram a aproximação dos sujeitos. Foi possível perceber que, a partir de Lordon (2017), os afetos comuns são os princípios articuladores capazes de “organizar” temporariamente elementos que até então encontravam-se dispersos. Nesse sentido, **considerando o fenômeno organizacional como político e articulatório, defendemos também que ele possui uma dimensão afetiva.**

Em trabalhos mais recentes, Mouffe (2014; 2018 e 2019) assinala que a filosofia de Spinoza e as interpretações de Frédéric Lordon seriam frutíferas para aprofundar tal compreensão. Este esforço teórico e analítico não foi encontrado em nenhum trabalho científico (conforme levantamento bibliográfico realizado para esta tese), caracterizando o ineditismo desta tese. Nesse sentido, o reconhecimento sobre a influência das paixões e afetos nas tentativas de organizar a coexistência humana, no processo de articulação política, e, portanto, nos próprios fenômenos organizacionais, justificaram a importância de aprofundar sua compreensão e análise. Para tanto, a obra *Ética* de Spinoza e os trabalhos do francês Frédéric Lordon, foram utilizadas. A partir de reflexões e conceitos de Spinoza, Lordon (2017) contribuiu para compreender a política como um *ars affectandi*, ou, a arte do afeto, porque intervir na política, é, segundo o referido autor, intervir no domínio das paixões, realizar ações para produzir efeitos, e portanto, afetar (LORDON, 2017).

Considerando que o deslocamento desarticula a estrutura social (LACLAU; MOUFFE, 2015); e que os afetos, são justamente o momento da passagem de um estado para outro (SPINOZA, 2020), pude inferir que o deslocamento é o momento privilegiado de manifestação dos afetos. No caso analisado, os afetos comuns de preocupação, indignação e tristeza, sendo compartilhados publicamente, influenciaram o crescimento de uma indignação coletiva, contribuindo para as identificações coletivas e formação das primeiras cadeias de equivalência, fazendo surgir novas identidades políticas (como o grupo *#palalelelovers*), e mais tarde, na própria articulação do Movimento *#vivacentroleste*. O próprio nome do coletivo *#palalelelovers* demonstra a dimensão afetiva associada a luta política de resistência.

A partir de Lordon (2017), essas ações de resistência foram interpretadas como intervenções políticas, ou seja, realizadas para produzir efeitos, e, portanto, afetar. Se a política designa então, a arte de afetar, ela se exerce de forma privilegiada como a arte de empoderar ideias, não apenas de produzi-las, mas de dar-lhes força para sensibilizar ou afetar (LORDON, 2017). A própria atividade política, pura e simplesmente seria: “esforçar-se para tornar mais poderosas as ideias inicialmente impotentes. As ações chamadas simbólicas são outras tantas

tentativas de agregar afetos do corpo aos conteúdos ideais” (LORDON, 2017, p. 78). Uma causa (no sentido político do termo) tem como tarefa primordial tornar visível as coisas invisíveis, compartilhar visões, querendo que o outro veja com a mesma intensidade as coisas que eu vejo. Nesse sentido, o próprio fenômeno organizacional, quando implicado na ação, está buscando afetar e produzir efeitos, tanto a partir das imagens e representações criadas pelo *mainstream*, quanto a partir de formas alternativas e de resistência a esse modelo hegemônico vigente. O funcionalismo e o modelo de democracia deliberativa contribuíram para tornar a racionalidade (instrumental e comunicativa) como valor. Entretanto, seguindo as argumentações de Lordon (2017), o que torna possível reconhecer ou aceitar um argumento como racional, é também de ordem afetiva, porque os afetos seriam os únicos capazes de dar força a um argumento.

Esta pesquisa contribui para refletir sobre formas alternativas de organizar, colocando ênfase na centralidade do político e da política, na abertura ao dissenso e na influência das paixões e afetos na política. Com base nessas articulações teóricas e empíricas, **defendo a tese que o organizar é um fenômeno político, articulatório e afetivo.**

Coerente com a abordagem pós-estruturalista adotada, o **próprio processo de elaboração desta tese foi articulatório, político e afetivo.** Conforme relatado anteriormente, a escolha do fenômeno de estudo foi influenciada pelo meu *ingenium*, ou seja, minha trajetória sociobiográfica de trabalho no campo da sociedade civil organizada, com políticas públicas e especialmente pelo meu envolvimento afetivo com o centro histórico leste de Florianópolis, que frequentei diariamente entre os anos de 2017 a 2019.

Este espaço urbano me afetou por sua dimensão histórica, marcada nas ruas de paralelepípedo, nos prédios históricos, no comércio tradicional, nas opções de cultura e lazer. Sebos, brechós, lojas de móveis usados parecem contar modos de vida, simbolizados nos objetos. O samba da Travessa Ratcliff relembra as raízes do Brasil, reverberando aquela alegria brasileira no corpo. As pessoas em situação de rua e o trabalho das organizações da sociedade civil da região, relembram a todo momento as contradições do nosso modo de organizar capitalista, que a própria ciência da Administração e o *mainstream* funcionalista contribuem para agravar. A convivência “na rua” me encanta pela democratização do espaço público, pela diversidade e possibilidade de experienciar momentos de lazer “alternativo”, que vão desde feiras artesanais de mulheres, de brechós, de artesãos, batalhas de rap (das minas), comida

tradicional e vegana, bares, músicas, entre outros, que proporcionam nos momentos de lazer chamar atenção para questões políticas que envolvem a discussão sobre meio ambiente, direitos humanos, arte e cultura.

Nesse sentido, não tenho como negar que não me indignei, vibrei, torci e até tentei contribuir para que os paralelepípedos históricos não fossem retirados. Nesse caminho, visei aprofundar um discurso acadêmico alternativo ao campo dos estudos organizacionais, articulando elementos teóricos e empíricos. Mas também, implicada com o fenômeno de estudo, me propus a contribuir com o registro das mobilizações coletivas, para acreditar que alternativas e formas organizar são possíveis, frente a hegemonia tão profunda das políticas neoliberais.

Em momentos de interação com os sujeitos pesquisados, pude ter a felicidade de ouvi-los relatar que o registro da sua própria história de luta e mobilização coletiva, compartilhada a partir da linha do tempo e de um site, contribuiu para aprendizagem coletiva e para renovar as esperanças, em um momento tão crítico de instabilidade das políticas democráticas. Por fim, ressalto que esta tese foi construída na trilha de uma longa trajetória de pesquisa, que continua abrindo a possibilidade de muitos outros aprofundamentos para compreender principalmente como fenômenos organizacionais de resistência podem transformar e delinear formas alternativas de organizar nossa coexistência, deslocando a dimensão da racionalidade para a afetiva.

Como sugestão para pesquisas futuras, abre-se a possibilidade de continuar acompanhando os desdobramentos das disputas políticas que ainda estão em curso no centro histórico leste. Após a finalização da pesquisa de campo, diversas novas ações, tanto de revitalização, quanto de resistência aconteceram, e outras tantas estão por vir. Além disso, em termos teóricos, o aprofundamento sobre a organização de resistência, bem como sobre a influência das paixões e afetos no campo dos estudos organizacionais, parece frutíferas para ampliar as concepções sobre o fenômeno organizacional.

A esperança, é de que muitas das reflexões e aprendizagens coletivas sistematizadas nesta tese, sejam capazes de lançar luzes sobre a condição política, conflitiva, afetiva e democrática das tentativas de organizar a nossa coexistência. A luta política é infundável, a necessidade de aprendermos a significar coletivamente nossas visões e afetos coletivos, parecem primordiais para que formas alternativas de organizar ainda tenham espaço, frente ao modelo hegemônico neoliberal vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ADAMS, Betina et al. Preservação urbana: gestão e resgate de uma história: patrimônio de Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

ANDRADE, Carlos Fernando de Souza Leão. Os projetos para a Esplanada de Santo Antônio, em três décadas da Revista Municipal de Engenharia, da Prefeitura do Distrito Federal. **Rio de Janeiro: Docomomo**, p. 1-21, 2016.

ARQSC (Florianópolis). **Movimento #vivacentroleste: manifesto reafirma urgência de melhorias para a região**. 2022. Disponível em: <https://arqsc.com.br/movimento-vivacentroleste-manifesto-reafirma-urgencia-de-melhorias/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ARQSC (Florianópolis). **#cidadespospandemia: festival aproxima arte, arquitetura e espaço urbano**. 2022. Disponível em: <https://arqsc.com.br/cidadespospandemia-festival-aproxima-arte-arquitetura-e-espaco-urbano/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In.: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

ARATO, A.; COHEN, J. **Sociedade civil e teoria política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ALVES, Felipe. Centro Sapiens deve revitalizar a região leste do Centro Histórico de Florianópolis. **ND Notícias de Santa Catarina**, Florianópolis, 15/09/2015. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/centro-sapiens-deve-revitalizar-a-regiao-leste-do-centro-historico-de-florianopolis/>. Acesso em: 22 set. 2019.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e abordagens pós-modernistas para estudos organizacionais. In: CLEGG, SR; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANGROSINO, Michael. Etnografia y observación participante en investigación cualitativa. **Ediciones Morata**, 2012.

AVRITZER, Leonardo. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 91, p. 205-221, 2010.

BALANÇO GERAL FLORIANÓPOLIS. **Vote aqui: os paralelepípedos do Centro Histórico de Florianópolis devem ser substituídos?** 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/retirada-dos-paralelepipedos-na-ala-leste-do-centro-historico-de-florianopolis-divide-opinioes/>. Acesso em: 25 out. 2021.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Transnational power and translocal governance: The politics of corporate responsibility. **Human Relations**, v. 71, n. 6, p. 796-821, 2018.

BANG, Henrik P. Foucault's Political Challenge: Where There Is Obedience There Cannot Be Parrhesia. **Administrative Theory & Praxis**, v. 36, n. 2, p. 175-196, 2014.

BARCELLOS, R. M. R.; DELLAGNELO, E. H. L. A Teoria Política do Discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do Circuito Fora do Eixo. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 405-424, 2014.

BARCELLOS, R.M.R; DELLAGNELO, E.H; SALLES, H.K. Práticas organizacionais e o estabelecimento de lógicas de equivalência: o circuito fora do eixo à luz da teoria política do discurso. **R.Adm.**, São Paulo, v.49, n.4, p.684- 697, out./nov./dez. 2014
 BARCELLOS, R.M.R; DELLAGNELO, E.H; SALLES, H.K. Reposicionando Conceitos: A Organização Fora Dos Eixos. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, FGV EAESP. 2017.

BAZTÁN, Ángel Aguirre. Etnografía. In: BAZTÁN, A. A. (Org.). **Etnografía: metodología cualitativa en la investigación sociocultural**. Barcelona: Marcombo, 1997.

BENHABIB, Seyla. Deliberative rationality and models of democratic legitimacy. **Constellations**, v. 1, n. 1, p. 26-52, 1994.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). **The volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BÖHM, S. **Repositioning Organization Theory: impossibilities and strategies**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

BORGES, F. A. **A resistência no processo de elaboração do plano estadual de cultura de Santa Catarina**. 2013. 103f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **EURE (Santiago)**, v. 31, n. 93, p. 53-71, 2005.

BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis 4: The contribution of Jürgen Habermas. **Organization studies**, v. 15, n. 1, p. 1-19, 1994.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Heineman: London, 1979.

BURGOS, Raul. Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: UFSC, 2015.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Desconstrução, Hegemonia e Democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau. In: GUEDES, Marco Aurélio. **Política e contemporaneidade no Brasil**. Recife: Bagaço, p. 29-74, 1997.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos Ebape. br*, v. 9, p. 681-703, 2011.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos estudos CEBRAP**, v. 45, n. 2, p. 152-166, 1996.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**, v. 1, n. 1, p. 9-31, 2007.

CAWLEY, R. M. Inserting frontier into dichotomies: Politics, administration, and agonistic pluralism. **Administrative Theory & Praxis**, v. 37, n. 4, p. 227-241, 2015.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et. al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. **Petrópolis: Vozes**, 2008.

CENTRO SAPIENS. Edital: Centro Sapiens. 2016. Disponível em: <http://centrosapiens.com.br/wp-content/uploads/2016/03/projeto-CentroSapiens.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**, v. 16, 1994.

CHIBIAQUI, André Michels. **Área central de Florianópolis: implicações das propostas de revitalização urbana no espaço e na paisagem do setor leste**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

CHIBIAQUI, André Michels; NÓR, Soraya. Área central de Florianópolis: implicações do processo de revitalização urbana na vitalidade do setor leste. **Oculum Ensaios**, v. 17, 2020.

CLEGG, S; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S; HARDY, C; NORD, W. R.; CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2006.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Ed.). **Writing culture: the poetics and politics of ethnography: a School of American Research advanced seminar**. Univ of California Press, 1986.

COELHO, K. S. **A resistência à nova proposta de plano diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis: uma análise das práticas alternativas de organizar**. 2012. 358f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de cultura económica, 2000.

COOPER, Robert; BURRELL, Gibson. Modernism, postmodernism and organizational analysis: An introduction. **Organization Studies**. v. 9, n. 1, p. 91-112, 1988.

COLETIVO P. (Florianópolis). **Por melhorias urgentes sem retirar os paralelepípedos históricos**. 2021. Disponível em:

https://secure.avaaz.org/community_petitions/en/prefeito_de_florianopolis_gean_loureiro_vic_e_prefe_melhorias_sim_retirar_os_paralelepipedos_historicos_nao/. Acesso em: 05 dez. 2021.

LACERDA, Carlos César; DE MELLO, Sérgio Carvalho Benício. Requalificação de centros históricos: estudo sobre os discursos no organizar do espaço. **Gestão & Regionalidade**, v. 37, n. 111, 2021.

DECREUS, Thomas; LIEVENS, Matthias; BRAECKMAN, Antoon. Building collective identities: How new social movements try to overcome post-politics. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 136-148, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)**/ Fortaleza:EdUECE, 2019.

DELGADO, Manuel. **Sociedades movedizas: pasos hacia una antropología de las calles**. Anagrama, 2007.

DEL RIO, Vicente. Revitalização de Centros Urbanos o Novo Paradigma de Desenvolvimento e seu Modelo Urbanístico. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 4, p. 53-64, 1993.

DENZIN, Norman K. **Interpretive ethnography: Ethnographic practices for the 21st century**. Sage publications, 1996.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEVETTE, Pascale. Plural Democracy and Plural Humanism: A Dialogue Between Chantal Mouffe and Albert Camus. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 100-117, 2014.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 2. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 1995.

ELINOFF, Eli. Subjects of politics: Between democracy and dictatorship in Thailand. **Anthropological Theory**, v. 19, n. 1, p. 143-169, 2019.

EWALDO WILLERDING NETO. Jornal Digital Ocp News. **Centro Leste de Florianópolis será revitalizado**. 2020. Disponível em: <https://ocp.news/geral/centro-leste-de-florianopolis-sera-revitalizado>. Acesso em: 25 fev. 2020.

KLEMPERER, David. Interview: Chantal Mouffe on democracy, populism, and why the Left needs to read Spinoza. Tocqueville21, Paris, 19, Agosto de 2021. Disponível em: <https://tocqueville21.com/interviews/interview-chantal-mouffe-on-democracy-populism-and-why-the-left-needs-to-read-spinoza/>. Acesso em: 20, ago. 2022.

FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 510- 515, 2009.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de campo**, n. 13, 2005.

FERREIRA, Amauri. **Introdução à filosofia de Spinoza**. 2ed. Estante Editorial, 2022.

FONSECA, IC da. Comentário sobre o Projeto de Revitalização do Centro de Vitória. **Belo Horizonte: PUC Minas**, 2003.

MENDES, Fennando. Fotos In: FOLTRAN, Mônica Amanda. **Victor Meirelles: Um passeio pelo passado de Florianópolis**. ND+, Florianópolis, 19 Mar. 2011. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/victor-meirelles-um-passeio-pelo-passado-de-florianopolis/>. Acesso em: 23 Mar. 2023.

FLORES, Luiz Eduardo Brand. **Cocreation Lab – Pré-incubadora de ideias criativas**. VIA - Estação Conhecimento (UFSC), 2018. Disponível em: <https://via.ufsc.br/cocreation-lab-pre-incubadora-ideias/>. Acesso em: 23, jul. 2022.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Projeto Viva a Cidade transforma o Centro. 27 Jul. 2013. Disponível: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=9567>. Acesso em: 23 Mar. 2023.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Ofício nº 14/2020. Relator: Associação Catarinense de Conservadores e Reparadores de Bens Culturais. **Ofício ACCR**. Florianópolis, 2020.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura. **Prefeitura de Florianópolis vai reformar Centro Leste**, 2020a. Disponível em: <https://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?pagina=notpagina-i=22036>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Infraestrutura. **Editais de Concorrência nº 258/SMA/DSL/C, 2020b**. Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis. Florianópolis, 10 jul. 2020.

FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Relatório: Pavimentação das ruas do setor urbano localizado a Leste da Praça XV, tombadas pelo município através do Decreto Municipal nº 190/90**. Florianópolis, Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2020c.

FLORIPA CENTRO (Florianópolis). **Misto de paver e paralelepípedos: confira como ficarão as ruas do centro histórico de Florianópolis**. 2021. Disponível em: <https://floripacentro.com.br/misto-de-paver-e-paralelepipedos-exclusivo-confira-como-ficarao-as-principais-ruas-do-centro-de-florianopolis/#:~:text=Exclusivo%20%E2%80%93%20Misto%20de%20paver%20e,do%20centro%20hist%C3%B3rico%20de%20Florian%C3%B3polis&text=As%20vias%20do%20entorno%20da,at%C3%A9%20o%20final%20de%202021..> Acesso em: 07 jul. 2021.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 123-148, 2002.

FRAHER, Amy; GRINT, Keith. Agonistic Governance: The antinomies of decision-making in US Navy SEALs. **Leadership**, v. 14, n. 2, p. 220-239, 2018.

GADOTTI, Fabio. **Obra de revitalização da ala leste do Centro Histórico da Capital sai no segundo semestre.** 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/obra-de-revitalizacao-da-ala-leste-do-centro-historico-da-capital-sai-no-segundo-semester/>. Acesso em: 20 maio 2020.

GADOTTI, Fabio. **Secretário defende projeto de revitalização do Centro Histórico de Florianópolis.** 2021. Portal de Notícias Nd Mais - Notícias de Santa Catarina. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/secretario-defende-projeto-de-revitalizacao-do-centro-historico-de-florianopolis/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

GASPAR, J. V.; MENEGAZZO, C.; FIATES, J. E.; TEIXEIRA, C. S.; GOMES, L. S. R. A revitalização de espaços urbanos: O case do Centro Sapiens em Florianópolis. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 4, p. 183-205, 2017.

GATTI, B. A. Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília, DF: **Líber Livro Editora**, 2005.

GEERTZ, Clifford. *Works and lives: The anthropologist as author.* Stanford University Press, 1988.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation in social and political theory.** Routledge, 2007.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. Explicação crítica em Ciências Sociais: a abordagem das lógicas. In: LOPES, Alice; OLIVEIRA, Anna; OLIVEIRA, Gustavo. **A teoria do discurso na pesquisa em educação.** Recife: UFPE, 2018. HABERMAS, J. **The theory of communicative action.** v. 1. London: Beacon, 1984.

HEIDELBERG, Roy L. Political accountability and spaces of contestation. **Administration & Society**, v. 49, n. 10, p. 1379-1402, 2017.

HENSMANS, Manuel; VAN BOMMEL, Koen. Brexit, the NHS and the double-edged sword of populism: Contributor to agonistic democracy or vehicle of resentment?. **Organization**, v. 27, n. 3, p. 370-384, 2020.

IBGE. **Fotos.** Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/historico>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ILHA, Jornal Imagem da (ed.). **Defesa através da arte.** 2022. Disponível em: <https://www.imagemdailha.com.br/noticias/cidade/defesa-atraves-da-arte.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH**, v. 23, p. 605-617, 2010.

JONES, Matthew. Chantal Mouffe's agonistic project: passions and participation. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 14-30, 2014.

JUSTEN, Carlos Eduardo. **Um olhar político sobre o fenômeno organizacional: a organização da resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública.** 2017. 293f. Tese

(Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2017.

KOKKINIDIS, George. Spaces of possibilities: workers' self-management in Greece. **Organization**, v. 22, n. 6, p. 847-871, 2015.

KOKKINIDIS, George. Post-capitalist imaginaries: The case of workers' collectives in Greece. **Journal of Management Inquiry**, v. 24, n. 4, p. 429-432, 2015.

LACERDA, N.; ZANCHETI, S. A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do Caso do Bairro do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 1, p 8-24, jan-mar 1999

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

LEFEVBRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011. Título original: *Le droit à la ville*, 1968.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 115-134. 2002.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2 ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

LOPES, A. C; MENDONÇA, D. de; BURITY, J. A. A contribuição de Hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LORDON, F. A sociedade dos afetos: por um estruturalismo das paixões. Trad. Rodolfo Eduardo Scachetti e Vanina Carrara Sigrist. Campinas: **Papirus**, 2015.

LORDON, Frédéric. Los afectos de la política. **Prensas de la Universidad de Zaragoza**, 2017.

LOWNDES, Vivien; SQUIRES, Sharon. Cuts, collaboration and creativity. **Public Money & Management**, v. 32, n. 6, p. 401-408, 2012.

LUZ, Andrea da. **Insegurança, sujeira e baderna preocupam área leste do centro histórico de Florianópolis**. ND Notícias de Santa Catarina, Florianópolis, 13/08/2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/inseguranca-sujeira-e-baderna-preocupam-area-leste-do-centro-historico-de-florianopolis/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MACHIN, Amanda. Mouffe, Merleau-Ponty and Others: The View from Somewhere?. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 73-87, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MARCH, J. G. The study of organizations and organizing since 1945. **Organization Studies**, v. 28, n. 1, p. 9-19, 2007.

MARCHART, O. **Post-foundational political thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCUS, G. E.; FISCHER, M. **Anthropology as cultural critique: An experimental moment in the human sciences**. Chicago: Univ. Chicago Press, v. 1, p. 76, 1986.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

MARINHA DO BRASIL. **Forte de Santa Bárbara**: Fotos. 2023. Disponível: <http://fortesantabarbara.com.br/>. Acesso em: 23 Mar. 2023.

MARSDEN, Richard; TOWNLEY, Barbara. Introdução: A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2, p. 31-56.

MENDONÇA. D. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado, Brasília**, v. 25, n. 3, set./dez. p. 479-497, 2010.

MENDONÇA. D; RODRIGUES, L. P. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In: MENDONÇA. D.; RODRIGUES, L. P. (Org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2014.

MIHAI, Mihaela. Theorizing agonistic emotions. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 31-48, 2014.

MOUFFE, Chantal. Deliberative democracy or agonistic pluralism? **Social research**, p. 745-758, 1999.

MOUFFE, Chantal. Politics and passions. **Philosophy & social criticism**, v. 28, n. 6, 2002.

MOUFFE, Chantal. **La Paradoja Democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.

MOUFFE, Chantal. Quais espaços públicos para práticas de arte crítica? **Arte & Ensaios: revista do PPGAV-EBA-UFRJ**, n. 27, p. 180-199, dez. 2013.

MOUFFE, Chantal. By way of a postscript. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 149-157, 2014.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, Chantal. The Affects of Democracy. **Critique & Humanism**, n. 49, p. 61-70, 2018.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

NARDI, Leticia. Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana. **Appris Editora e Livraria Eireli-ME**, 2015.

NASCIMENTO, FLÁVIA BRITO. Ao sul do Corredor Cultural: moradia e patrimônio na área central do Rio de Janeiro durante a década de 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, 2020.

NOVELO FILMES. **Eu fico**. YouTube, 30 dez 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eCuLQ2z1ZPU>. Acesso em: 30 dez. 2021.

OLIVEIRA, Gustavo GS. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. LOPES, Alice; OLIVEIRA, Anna; OLIVEIRA, Gustavo. A teoria do discurso na pesquisa em educação. Recife: **Editora UFPE**, 2018.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de; CASTILHO, Maria Augusta de. O plano de revitalização urbana da área central de Campo Grande, MS. **Interações (Campo Grande)**, v. 23, p. 133-148, 2022.

OLIVEIRA, Gustavo GS. **Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação**. LOPES, Alice; OLIVEIRA, Anna; OLIVEIRA, Gustavo. A teoria do discurso na pesquisa em educação. Recife: Editora UFPE, 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, p. 13-37, 1996.

OSTOYA, Anna. Against the Inertia of Disillusionment. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 61-72, 2014.

PAULA, A. P. P.; MARANHÃO, C. M. S. D. A., BARRETO, R. D. O.; KLECHEN, C. F. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 10-23, 2010.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Repensando os estudos organizacionais: para uma nova teoria do conhecimento**. Editora FGV, 2015.

PARKER, Simon; PARKER, Martin. Antagonism, accommodation and agonism in Critical Management Studies: Alternative organizations as allies. **Human Relations**, v. 70, n. 11, p. 1366-1387, 2017.

PARKER, Simon; RACZ, Marton. Affective and effective truths: Rhetoric, normativity and critical management studies. **Organization**, v. 27, n. 3, p. 454-465, 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, n. 42, p. 377-391, 2014.

PEIRANO, Mariza. A teoria vivida-reflexões sobre a orientação em antropologia. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1, 2, p. 209-218, 2004.

POZZO, Renata Rogowski. Momentos da modernidade no centro tradicional de Florianópolis: a dimensão contra-hegemônica do espaço contemporâneo. **URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade**, v. 8, n. 1, p. 137-162, 2016.

PURAKAYASTHA, Anindya Sekhar. Postcolonial agonistic demo-crazy: activism and mestiza pluralism as the dissensual politics of the governed. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 49-60, 2014.

RASCHE, Andreas; SCHERER, Andreas Georg. Jürgen Habermas and organization studies: contributions and future prospects. **Oxford handbook of sociology, social theory, and organization studies**. Oxford: Oxford University Press, p. 158-181, 2014.

RHODES, Carl; HARVEY, Geraint. Agonism and the possibilities of ethics for HRM. **Journal of Business Ethics**, v. 111, n. 1, p. 49-59, 2012.

SANTA CATARINA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan/SC. **Parecer Técnico N° 312/2020/Divitec Iphan-SC/**. Florianópolis, 16 jun. 2020.

SANTA CATARINA. Icomos, Iab, Accr, Cau-Sc. **Ofício**. Descaracterização das Vias do Entorno da Praça XV de Novembro e Setor Leste da Área Central de Florianópolis. Florianópolis, 21 jul. 2020.

SANTOS, André da Rocha. Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos. **Cadernos Metrôpole**, v. 16, p. 587-607, 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2. ed., 2013.

SEPHAN. Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Florianópolis.

SILVA, H. M. B. Apresentação. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). **The volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre a prática e o discurso: a formação de espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea. 2008. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2008.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. **Cadernos Metrôpole**. v. 16, n. 32, p. 391-415, 2014.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SØRENSEN, Eva. Democratic theory and network governance. **Administrative Theory & Praxis**, v. 24, n. 4, p. 693-720, 2002.

SØRENSEN, Eva; TORFING, Jacob. Network governance and post-liberal democracy. **Administrative theory & praxis**, v. 27, n. 2, p. 197-237, 2005.

- SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização (verbete). In: REZENDE, Maria Beatriz et al. (Org.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro; Brasília, DF: IPHAN; DAF; **Copedoc**, 2015
- SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Trad. Thomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SPRADLEY, J. P. Participant Observation. New York: Holt, Rinehart and Winston Ed. 1980
- STANISEVSKI, Dragan. Agonistic moderation: Administrating with the wisdom of Sophrosyne. **Administration & Society**, v. 47, n. 1, p. 5-23, 2015.
- STAVRAKAKIS, Yannis. Discourse Theory, Post-Hegemonic Critique and Chantal Mouffe's Politics of the Passions. **parallax**, v. 20, n. 2, p. 118-135, 2014.
- TAFON, Ralph; HOWARTH, David; GRIGGS, Steven. The politics of Estonia's offshore wind energy programme: Discourse, power and marine spatial planning. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 37, n. 1, p. 157-176, 2019.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de administração pública*, v. 32, n. 5, p. 7 a 23-7 a 23, 1998.
- TAMBAKAKI, Paulina. The Tasks of Agonism and Agonism to the Task: Introducing 'Chantal Mouffe: Agonism and the Politics of Passion', **Parallax**, v. 20, n.2, p. 1-13, 2014.
- VAZ, N. P. O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual. Florianópolis: **Ed. da UFSC**, 1991.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In.: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- VARGAS, H. e CASTILHO, A. (Orgs.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo, Manole, 2005.
- VEIGA, E. V. Florianópolis: Memória Urbana – 3ª Ed. Florianópolis: **Fundação Franklin Cascaes**, 2010.
- VINE, Tom. Brexit, Trumpism and paradox: Epistemological lessons for the critical consensus. **Organization**, v. 27, n. 3, p. 466-482, 2019.
- WEALE, A. P. Between consensus and contestation. **Journal of Health Organization and Management**, v. 30, n. 5, p. 786-795, 2016.
- WENMAN, Mark. On the risk and opportunity in the Mouffeian encounter with Carl Schmitt. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 88-99, 2014.
- WESTWOOD, Robert; CLEGG, Stewart. **Debating organization: point-counterpoint in organization studies**. Blackwell Publishing, 2003.

WINKLER, Peter; ETTER, Michael; CASTELLÓ, Itziar. Vicious and virtuous circles of aspirational talk: From self-persuasive to agonistic CSR rhetoric. **Business & Society**, v. 59, n. 1, p. 98-128, 2020.

ZANIRATO, Silvia Helena. A restauração do Pelourinho no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil. Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, cultura e cidade. **Historia Actual Online**, n. 14, p. 35-47, 2007.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 80-103, 2000.

REFERÊNCIAS REDES SOCIAIS

AYRES, Carla. Reunião da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Culturais.

Florianópolis, 23 Ago. 2021. Facebook: carla.ayres13. Disponível em:

<https://www.facebook.com/carla.ayres13/photos/a.2410775815894769/2614977575474591/>.

Acesso em 23 mar. 2021.

ANTESDONTE, Desterro (org.). PAVER OU PARALELEPÍPEDO? Florianópolis, 08 jul. 2021. Facebook: desterro antesdonte. Disponível em: link. Acesso em: 08 jul. 2021.

RODRIGUES, Aretha. **Muito bom voltar às velhas praticas: o centro leste é pra quem?** Florianópolis, 05 maio 2022. Instagram: arethalrs. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdMoWPxMkPN/>. Acesso em: 05 maio 2022.

BECK, Alexandre. **Pela manutenção dos paralelepípedos do Centro Histórico Leste de Florianópolis**. Florianópolis, 06 dez. 2021. Facebook: alexandre.beck.98. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5449511638408570&set=a.371079299585188&type=3>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BOBSIN, Simone. **Texto sobre Dia Nacional do Patrimônio Cultural**. Florianópolis, 17 de ago. 2021. Facebook: @simonebobsin. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=4416639455065225&set=a.103226956406518&type=3>. Acesso em: 17 de ago. 2021.

BOBSIN, Simone. **A cidade é marcada, historicamente, por liberdades e tensões (...)**. Florianópolis, 2021. Facebook: simonebobsin. Disponível em: <https://www.facebook.com/simone.bobsin/posts/4606555282740307>. Acesso em: 17 out. 2021.

BOBSIN, Simone. **Subir no salto é uma performance protesto artistica em defesa dos paralelepípedos**. Florianópolis, 12 dez. 2021. Facebook: simone.bobsin. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=4785313861531114&set=a.103226956406518&type=3>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BOBSIN, Simone. **#provoqueECO. Marius Bagnati engenheiro.** Florianópolis. 24. ago. 2021. Instagram: @simonebobsin. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CS-ASyAroUr/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BOBSIN, Simone. **Nossa voz ecoando em SP com o apoio da @abd_oficial .** Florianópolis. 25. ago. 2021. Instagram: @simonebobsin. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CS_2kX6Ln6-/?igshid=YmMyMTA2M2Y=. Acesso em: 25 ago. 2021.

BOBSIN, Simone. **#provoqueECO. Cássio Taniguchi .** Florianópolis. 26. ago. 2021. Instagram: @simonebobsin. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTCYDjsrIDE/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BOBSIN, Simone. **Catarinense Vinicius Lummertz, que atualmente é Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo.** Florianópolis. 29 ago. 2021. Instagram: @simonebobsin. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTK3-55ryDs/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BOBSIN, Simone. **Marcondes Marchetti ex- Deputado Estadual de Santa Catarina.** Florianópolis. 08 set. 2021. Instagram: @simonebobsin. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTkisPcrSJf/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 08 set. 2021.

BOBSIN, Simone. **O calçamento faz parte de um bordado maior com três momentos: o Miramar ameaçado e demolido, a Ponte ameaçada e preservada e o calçamento do Centro Histórico ameaçado e(...).** Florianópolis, 02 nov. 2021. Facebook: simone.bobsin. Disponível em: <https://www.facebook.com/simone.bobsin/posts/pfbid0numZVxhAzPzEVmvKKR9hSXP8NUVUFFtboufTugYDb98TcvETKTu2TzAovGPmKfcKl>. Acesso em: 02 nov. 2021.

COLOSSO, Paolo. **#cidadespoandemia: festival aproxima arte, arquitetura e espaço urbano.** 2022. Disponível em: <https://arqsc.com.br/cidadespoandemia-festival-aproxima-arte-arquitetura-e-espaco-urbano/>. Acesso em: 05 maio 2022.

FORUM SETORIAL PATRIMÔNIO CULTURAL FLORIANÓPOLIS (Florianópolis). **Estratégias para a salvaguarda dos paralelepípedos da ala leste de Florianópolis.** Florianópolis, 03 nov. 2021. Facebook: setorialpatrimoniofloripa. Disponível em: <https://www.facebook.com/setorialpatrimoniofloripa/photos/a.135641842022311/197427152510446/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

LIMA, Guto. **O movimento #vivacentroleste surgiu a partir da necessidade da preservação da história do Centro Histórico Leste de Florianópolis.** Florianópolis. 14 jan. 2022. Instagram: @gutolima. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CYuuSPIsM6W/> Acesso em: 14 jan. 2022.

O ENTORNO da Praça XV de novembro: uma reflexão sobre o valor da área para Florianópolis. Florianópolis: Vanessa Pereira, 2021. P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pl_UmiP4Skw&t=9s. Acesso em: 13 jul. 2021.

SEIXAS, Marcelo. **PA-RA-LE-LE-PÍ-PE-DOS**. Florianópolis, 10 dez. 2021. Facebook: seixasmcarcelo67. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3028476077467772&set=a.1426564220992307>. Acesso em: 10 dez. 2021.

VIGNES, Sérgio. **Paver é melhor? O outro lado da Praça desmente.**". Florianópolis, 14 dez. 2021. Facebook: sergio.vignes.9. Disponível em: <https://www.facebook.com/sergio.vignes.9/posts/pfbid02ALa8YXZkgeEvKPehdWDAPd34X1gBmCwaPXkKrBrV3skPCwfcgBrqhQhv3dD6q6S2l>. Acesso em: 14 dez. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - RESULTADOS DAS BUSCAS NAS BASES DE DADOS

A1 - Número de artigos encontrados por base de dados

Base de dados	Resultados
Taylor & Francis	396
Sage Journals	327
Ebsco	86
Scopus	73
Science Direct	71
Scielo	15
Total	968
Não duplicados	860
Artigos	790*

Fonte: elaborado pela autora

Nota: *Foram excluídos: editoriais, entrevistas, *book review*, *abstracts* e *reviews*

A2 – Campo científico dos artigos encontrados

Campo científico do <i>Journal</i>	Nº de publicações	%
Interdisciplinar	153	19,3%
Ciências Sociais e Humanas	145	18,3%
Ciência Política e Relações Internacionais	85	10,7%
Arquitetura, Urbanismo e Design	82	10,4%
Geografia	55	6,9%
Comunicação e Informação	53	6,7%
Filosofia	51	6,4%
Educação	42	5,3%
Artes e Humanidades	34	4,3%
Administração e Administração pública	26	3,3%
Sociologia	17	2,1%
Ciências Contábeis	8	1,0%
Direito	8	1,0%
Economia	8	1,0%
Linguística e Literatura	5	0,6%
Políticas Públicas, Administração Pública, Ciência Política	5	0,6%
Teologia e Religião	5	0,6%
Antropologia	4	0,5%
História	3	0,4%
Psicologia	2	0,3%
Biologia	1	0,1%

Fonte: elaborado pela autora.

A3 – Artigos do campo da administração encontrados

Ano	Autor	Título	Journal
2002	E. Sørensen	Democratic Theory and Network Governance	Administrative Theory & Praxis
2004	E. Barratt	Foucault and the politics of critical management studies	Culture and Organization
2005	E. Sørensen and J. Torfing	Network Governance and Post-Liberal Democracy	Administrative Theory & Praxis
2012	C. Rhodes and G. Harvey	Agonism and the Possibilities of Ethics for HRM	Journal of Business Ethics
2012	V. Lowndes and S. Squires	Cuts, collaboration and creativity	Public Money & Management
2012	M. Müller	Lack and jouissance in hegemonic discourse of identification with the state	Organization
2013	J. Svensson	What kind of cultural citizenship? Dissent and antagonism when discussing politics in an online gay community	European Conference on e-Government; Kidmore End
2014	D. Stanisevski	Agonistic Moderation: Administrating With the Wisdom of Sophrosyne	Administration & Society
2014	H. P. Bang	Foucault's Political Challenge	Administrative Theory & Praxis
2014	G. Kokkinidis	Spaces of possibilities: workers' self-management in Greece	Organization
2015	R. McGreggor Cawley	Inserting Frontier into Dichotomies: Politics, Administration, and Agonistic Pluralism	Administrative Theory & Praxis
2015	R. L. Heidelberg	Political Accountability and Spaces of Contestation	Administration & Society
2015	G. Kokkinidis	Post-Capitalist Imaginaries: The Case of Workers' Collectives in Greece	Journal of Management Inquiry
2016	A. Fraher and K. Grint	Agonistic governance: The antinomies of decision-making in US Navy SEALs	Leadership
2016	A. Weale	Between consensus and contestation	Journal Of Health Organization And Management
2016	S. Smolović Jones, O. Smolović Jones, N. Winchester and K. Grint	Putting the discourse to work: On outlining a praxis of democratic leadership development	Management Learning
2019	S. Parker and M. Racz	Affective and effective truths: Rhetoric, normativity and critical management studies	Organization
2019	M. Hensmans and K. van Bommel	Brexit, the NHS and the double-edged sword of populism: Contributor to agonistic democracy or vehicle of resentment?	Organization
2019	T. Vine	Brexit, Trumpism and paradox: Epistemological lessons for the critical consensus	Organization
2019	P. Winkler, M. Etter and I. Castelló	Vicious and Virtuous Circles of Aspirational Talk: From Self-Persuasive to Agonistic CSR Rhetoric	Business & Society
2019	R. V. Kozinets	YouTube utopianism: Social media profanation and the clicktivism of capitalist critique	Journal of Business Research
2017	S. B. Banerjee	Transnational power and translocal governance: The politics of corporate responsibility	Human Relations
2017	S. Parker and M. Parker	Antagonism, accommodation and agonism in Critical Management Studies: Alternative organizations as allies	Human Relations

Fonte: elaborado pela autora.

A4 – Publicações do campo da administração por *jornal*

<i>Journal</i>	Nº de artigos publicados	Qualis do <i>journal</i>
Organization	5	A1
Administrative Theory & Praxis	4	-
Administration & Society	2	A1
Human Relations	2	A1
Business & Society	1	A1
Culture and Organization	1	B1
European Conference on e-Government; Kidmore End	1	-
Journal of Business Ethics	1	A1
Journal of Business Research	1	A1
Journal Of Health Organization And Management	1	-
Journal of Management Inquiry	1	-
Leadership	1	A2
Management Learning	1	A1
Organization Studies	1	A1
Public Money & Management	1	A1

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivo: analisar como paixões e afetos influenciaram o processo de articulação política no movimento de resistência à troca dos paralelepípedos do setor leste do centro histórico de Florianópolis.

Apresentação do entrevistado:

Qual a sua trajetória sociobiográfica relacionada ao centro histórico leste?

Sobre o espaço urbano:

Qual o significado e a importância que o centro histórico leste de Florianópolis tem para você?
Por quê?

Que visão de cidade você defende?

O que você pensa a respeito do Projeto Centro Sapiens? E sobre o projeto da prefeitura para retirada dos paralelepípedos? Que visão de cidade estão relacionadas a estes projetos?

Sobre o envolvimento nas disputas políticas:

Quando que o discurso da revitalização não fez mais sentido e vocês decidiram agir?

Em que momento e por que você se engajou com as mobilizações de resistência contra o projeto de revitalização do centro leste?

De que forma você se envolveu?

Com quais grupos e pessoas você se uniu? Por quê?

Contra quem ou contra que ideias você luta?

Por que você é sensível (afetado) por essa causa/lugar?

Clarificar pontos da análise a partir das observações e dados secundários:

Perguntas elaboradas no curso da entrevista, a depender de cada um dos entrevistados.

APÊNDICE C – DOCUMENTOS E ARQUIVOS DIGITAIS UTILIZADOS NA ANÁLISE

C1 - Arquivos Redes Sociais

Data	Fonte	Perfil	Descrição
13/07/2021	Youtube	@vanessapereira1614	O ENTORNO da Praça XV de novembro: uma reflexão sobre o valor da área para Florianópolis
17/08/2021	Facebook	@simone.bobsin	Texto sobre Dia Nacional do Patrimônio Cultural.
24/08/2021	Instagram	@simonebobsin	#provoqueECO. Marius Bagnati engenheiro.
25/08/2021	Instagram	@simonebobsin	Nossa voz ecoando em SP com o apoio da @abd_oficial
26/08/2021	Instagram	@simonebobsin	#provoqueECO. Cássio Taniguchi
29/08/2021	Instagram	@simonebobsin	Catarinense Vinicius Lummertz, que atualmente é Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo.
08/09/2021	Instagram	@simonebobsin	Marcondes Marchetti ex- Deputado Estadual de Santa Catarina.
17/10/2021	Facebook	@simone.bobsin	A cidade é marcada, historicamente, por liberdades e tensões (...)
02/11/2021	Facebook	@simone.bobsin	O calçamento faz parte de um bordado maior com três momentos: o Miramar ameaçado e demolido, a Ponte ameaçada e preservada e o calçamento do Centro Histórico ameaçado e(...)
06/12/2021	Facebook	@alexandre.beck.98	Pela manutenção dos paralelepípedos do Centro Histórico Leste de Florianópolis. Florianópolis
10/12/2021	Facebook	@seixasmcarcelo67	PA-RA-LE-LE-LE-PÍ-PE-DOS
12/12/2021	Facebook	@simone.bobsin	Subir no salto é uma performance protesto artística em defesa dos paralelepípedos
14/12/2021	Facebook	@sergio.vignes.9	Paver é melhor? O outro lado da Praça desmente
14/01/2022	Instagram	@gutolima	O movimento #vivacentroleste surgiu a partir da necessidade da preservação da história do Centro Histórico Leste de Florianópolis

Fonte: Elaborado pela autora.

C2 – Documentos oficiais e públicos utilizados na análise

Data	Descrição
29/07/2020	Processo FCC 00 001728/2020. Sector de Origem: FCC/GABP - Gabinete da Presidência
21/07/2020	Ofício de Origem: ICOMOS, ACCR, IAB-SC, CAU/SC. Destino: Ministério Público
10/07/2020	Ofício nº 629/2020/IPHAN-SC-IPHAN
16/06/2020	Parecer Técnico nº 312/2020/DIVITEC IPHAN-SC/IPHAN-SC
03/03/2020	Ofício do Movimento Traços Urbanos ao Prefeito Gean Loureiro
10/06/2020	Ofício ACCR nº 14/2020 - Prefeito Gean Loureiro
05/08/2021	Moção de Alerta e Recomendação do Fórum Setorial Permanente de Patrimônio
01/03/2020	Relatório Técnico ACCR - Ofício ACCR nº 14/2020 ao Prefeito de Florianópolis
29/07/2020	Encaminhamento de Denúncia da GEPAM/DPAC para a FCC
30/06/2020	Ofício nº 247/2020/FCC/GAB encaminhado à Secretaria Municipal de Infraestrutura (PMF)
02/03/2020	Relatório IPUF
07/08/2020	Deliberação CAU
20/08/2020	Notificação Extra-Judicial nº 11/2020 da FCC ao Prefeito de Florianópolis
17/08/2020	Termo de Autuação - Ofício 1044/2020/28PJ/CAP - FCC/GABP
14/08/2020	Ofício 1044/2020/28PJ/CAP - Ministério Público 28ª PJ à FCC
14/08/2020	Portaria 034/2020/28PJ/CAP - IC nº 06.2020.00003492-0 - ICOMOS, ACCR, IAB-SC, CAU/SC ao Município de Florianópolis
03/09/2020	Ofício nº 593/2020/FCC/GAB
03/09/2020	Encaminhamento do Processo FCC 00001845/2020 da FCC/DPAC para FCC/GEPAM
25/09/2020	Termo de juntada por Anexação/Apensão
07/07/2021	Notícia - Floripa Centro Portal de Notícias
12/07/2021	Despacho e Informações referentes ao Processo FCC 1728/2020
13/07/2021	Ofício n. 184/2021/FCC/GAB ao Prefeito de Florianópolis
15/07/2021	E-mail Encaminhamento de Ofício n. 184/2021/FCC/GAB ao Prefeito de Florianópolis
13/07/2021	Ofício n. 185/2021/FCC/GAB à Secretaria Municipal de Infraestrutura (PMF)
13/07/2021	Ofício n. 186/2021/FCC/GAB ao Ministério Público 28ª PJ
16/07/2021	Encaminhamento do Processo 1728/2020 da FCC/GABP para FCC/COJUR
06/10/2020	Ofício n. 1355/2020/28PJ/CAP para o IPHAN-SC
30/08/2021	INFORMAÇÃO N 006/2021 – de Antônio de Arruda Lima à FCC/GABP

C2 – Documentos oficiais e públicos utilizados na análise

14/10/2021	NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL No 15 / 2021 – FCC ao Prefeito Gean Loureiro
14/10/2021	Despacho e Informações - Processo FCC 1728/2020
21/10/2021	Ofício 026/2021 – IAB ao Prefeito Gean Loureiro
25/10/2021	CONTRANOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N. 01/2021 da Procuradoria Geral do Município de Florianópolis ao Presidente Edson Lemos da FCC
22/11/2021	Parecer Técnico N° 105/21-FCC/GEPAM da Gerência de Patrimônio Material e Gerência de Patrimônio Imaterial
23/11/2021	Ofício n. 289/2021/FCC/GAB à Procuradoria Geral do Município de Florianópolis
03/12/2021	Ofício Setorial de Patrimônio Cultural ao MPSC - Pedido de Audiência
09/12/2021	Ofício n. 332/2021/FCC/GAB ao MPSC - Promotor Rogério Ponzi
13/12/2021	Moção de apoio a manutenção dos paralelepípedos da deputada Luciane Carminatti à presidência da ALESC
15/12/2021	Ofício n. 335/2021/FCC/GAB ao MPSC - Promotor Rogério Ponzi
28/12/2021	Ofício ACCR n. 056/2021 à FCC
20/03/2022	Representação MPC/GPCF/001/2022

Fonte: Elaborado pela autora.

C3 - Editais, Decretos e Portarias publicados no Diário Oficial do Município de Florianópolis

Data	Descrição
01/03/2016	Decreto nº 15.638, de 20 de janeiro de 2016.
17/07/2017	Decreto nº 17.778, de 14 de julho de 2017.
10/07/2020	Edital de Concorrência N° 258/Sma/Dslc/2020
17/09/2020	Aviso de revogação da concorrência nº 258/sma/dslc/2020
26/07/2021	Edital Concorrência N° 290/Sma/Dslc/2021 - Publicação
08/09/2021	Resultado da concorrência nº 290/sma/dslc/2021
18/10/2021	Extrato do contrato nº 783/smi/2021
20/10/2021	Ato de designação nº 03/smtac/2021
20/10/2021	Edital de Audiência Pública N. 015/2021
29/11/2021	Portaria nº 057/smi/2021
02/12/2021	Errata do extrato da portaria nº 057/smi/2021

Fonte: Elaborado pela autora.

C4 - Notícias acompanhadas durante a pesquisa (1/3)

Data	Título da notícia	Fonte
24/04/2014	Prefeitura e Celesc reúnem-se para definir implantação da rede subterrânea no Centro	De Olho na Ilha
25/08/2015	PMF investe R\$ 60 milhões no Centro Histórico	Prefeitura Municipal de Florianópolis
14/09/2015	Centro Sapiens estimula economia criativa	Prefeitura Municipal de Florianópolis
03/08/2016	Projeto Centro Sapiens lança mapa colaborativo	Prefeitura Municipal de Florianópolis
07/06/2018	Empresários pedem atenção do poder público para o Centro Histórico de Florianópolis	Floripa News
12/06/2018	Centro Histórico de Florianópolis pede a atenção do poder público	Portal da Ilha
18/09/2018	Florianópolis vai oferecer Wi-Fi gratuito em 178 áreas públicas	De Olho na Ilha
27/11/2019	Incentivo à economia criativa e revitalização do centro histórico	Site Vereador Gabrielzinho
17/02/2020	Projeto muda visual da Praça 15 e área do centro leste de Florianópolis	ND+
20/02/2020	Prefeitura de Florianópolis vai reformar Centro Leste	Prefeitura Municipal de Florianópolis
21/02/2020	Oito ruas do Centro Histórico de Florianópolis serão reformadas	Correio de Santa Catarina
24/02/2020	Arquiteta alerta para preservação do pavimento histórico do entorno da Praça 15	ND+
25/02/2020	Centro Leste de Florianópolis será revitalizado	OCP News
20/05/2020	Obra de revitalização da ala leste do Centro Histórico da Capital sai no segundo semestre	ND+
18/06/2020	Floripa Sustentável discute propostas para a retomada pós-pandemia	ND+
09/07/2020	Iphan/SC prepara parecer sobre revitalização do Centro Histórico de Florianópolis	ND+
04/08/2020	A revitalização do Centro histórico leste de Florianópolis	Site Vereador Gabrielzinho
28/09/2020	Projeto de revitalização do Centro Histórico de Florianópolis vai manter piso original	NSC Total
07/10/2020	Iphan diz que troca de pavimentação no Centro histórico de Florianópolis 'constitui perda da identidade'	G1

C4 - Notícias acompanhadas durante a pesquisa (2/3)

03/02/2021	Edital para revitalização do Centro Histórico de Florianópolis é paralisado	ND+
19/05/2020	Revitalização: Região leste do Centro Histórico terá espaços humanizados	CDL Florianópolis
02/07/2021	Centro histórico de Floripa vai ganhar cara nova	ND+
07/07/2021	Exclusivo – Misto de paver e paralelepípedos: confira como ficarão as ruas do centro histórico de Florianópolis	Floripa Centro
18/07/2021	Secretário defende projeto de revitalização do Centro Histórico de Florianópolis	ND+
19/07/2021	Projeto que quer trocar pavimentação do Centro Histórico de Florianópolis gera polêmica	ND+
23/07/2021	CAU/SC defende que pavimento original do Centro Histórico de Florianópolis seja preservado	ND+
30/07/2021	Lançado edital de revitalização no Entorno da Praça 15 de Novembro, em Florianópolis	ND+
02/08/2021	Comércio tem pressa por melhorias no Centro Histórico de Florianópolis	ND+
27/08/2021	Frente de Cultura debate revitalização do Centro Leste	Site Vereadora Carla Ayres
08/10/2021	Imagens: confira como vai ficar o novo Centro Histórico de Florianópolis	ND+
12/10/2021	Revitalização do Centro Histórico de Florianópolis: redenção e polêmica	ND+
22/10/2021	Centro Histórico de Florianópolis “chegou ao limite”, diz comerciante	ND+
25/10/2021	Vote aqui: os paralelepípedos do Centro Histórico de Florianópolis devem ser substituídos?	ND+
26/10/2021	IAB pede cuidados “redobrados” sobre projeto do Centro Histórico de Florianópolis	ND+
05/11/2021	Movimento convida à reflexão sobre preservação do Centro Histórico Leste	YASSS - Site Jornalista Yasmine Holanda
18/11/2021	Veja 5 lugares que você não pode deixar de visitar no Centro Histórico de Florianópolis	SCC 10
18/11/2021	Obras de revitalização no Centro Leste de Florianópolis atendem a solicitações antigas de comerciantes e moradores	NSC Total
22/11/2021	Retomada econômica na ocupação da região centro-leste é pauta de audiência pública na Câmara de Florianópolis	Site da Vereadora Maryanne Mattos
23/11/2021	Definida data de início da revitalização do Centro Histórico de Florianópolis	ND+

C4 - Notícias acompanhadas durante a pesquisa (3/3)

24/11/2021	Obras de revitalização da Ala Leste do Centro Histórico de Florianópolis começam no início de 2022	ND+
09/12/2021	Prédios desocupados deixam moradores e comerciantes inseguros na Capital	SCC10
12/12/2021	A história nas pedras	Rádio Comunitária Campeche
13/12/2021	Salto alto ajuda a salvar pedras históricas do Centro Leste de Florianópolis	Mafalda Press
15/12/2021	Alesc aprova moção sobre paralelepípedos do Centro Histórico de Florianópolis	ND+
17/12/2021	Urgente: MPSC faz recomendação sobre Plano Diretor de Florianópolis	ND+
18/12/2021	Proposta para troca de piso original do centro histórico de Florianópolis causa reações	Globoplay
23/12/2021	MPSC ingressa com ação para impedir início de obras no Centro Leste de Florianópolis	CGN
23/12/2021	Obra do centro histórico de Florianópolis “vai mutilar a identidade urbana”, diz MP	NSC Total
23/12/2021	Entrevista com o promotor de justiça Rogério Seligman que fala sobre o planejamento das obras de revitalização do centro leste de Florianópolis	FCC - Studio Clipagens
24/12/2021	Início das obras no centro leste de Florianópolis pode não acontecer; entenda!	SCC10
26/12/2021	Obras no Centro Histórico de Florianópolis são suspensas pela Justiça	NSC Total
05/01/2022	Defesa através da arte	Jornal Imagem da Ilha
07/01/2022	As dificuldades do passado e do presente na hora da decisão da candidatura de Gean Loureiro ao governo	Upiara online
14/01/2022	Área histórica de Santa Maria vai se transformar em distrito criativo	Jornal Cidades
20/01/2022	Centro Histórico: CDL de Florianópolis vai à Justiça para defender revitalização	ND+
25/02/2022	Revitalização do centro histórico está paralisada na justiça há 2 meses	TUDO AQUI SC
26/01/2022	Movimento #vivacentroleste: manifesto reafirma urgência de melhorias para a região	Arqsc
08/03/2022	Tribunal de Contas do Estado pede informações sobre obra de revitalização no Centro Histórico	ND+
17/03/2022	Museu de Florianópolis realiza programação especial na semana de aniversário da cidade	De Olho na Ilha
20/03/2022	MPC/SC tem Representação acatada e projeto de revitalização do Centro de Florianópolis passará por análise de órgãos de controle	MPC/SC Notícias

Fonte: Elaborado pela autora.